

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

**Entre dores e potências: uma análise das experiências e participação das
mulheres rurais no Programa Agricultoras em Movimento da Zona da Mata
Mineira**

Maira Ribeiro de Souza
Doctor Scientiae

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2025**

MAIRA RIBEIRO DE SOUZA

**Entre dores e potências: uma análise das experiências e participação das
mulheres rurais no Programa Agricultoras em Movimento da Zona da Mata
Mineira**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Política Social, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

Orientadora: Maria das D. S. de Loreto

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2025**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

S729s
2025
Souza, Maira Ribeiro de, 1991-
Entre dores e potências: uma análise das experiências e
participação das mulheres rurais no Programa Agricultoras em
Movimento da Zona da Mata Mineira / Maira Ribeiro de Souza.
– Viçosa, MG, 2025.

1 tese eletrônica (230 f.): il. (algumas color.).

Inclui anexos.

Inclui apêndices.

Orientador: Maria das Dôres Saraiva de Loreto.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Viçosa,
Departamento de Serviço Social, 2025.

Inclui bibliografia.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2025.338>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Mulheres do campo. 2. Agricultura familiar. 3. Mulheres
na agricultura. 4. Mulheres no desenvolvimento da comunidade.
I. Loreto, Maria das Dôres Saraiva de, 1952-. II. Universidade
Federal de Viçosa. Departamento de Serviço Social. Programa
de Pós-Graduação em Economia Doméstica. III. Título.

CDD 22. ed. 331.483098151

MAIRA RIBEIRO DE SOUZA

Entre dores e potências: uma análise das experiências e participação das mulheres rurais no Programa Agricultoras em Movimento da Zona da Mata Mineira

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Política Social, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

APROVADA: 22 de janeiro de 2025.

Assentimento:

Maira Ribeiro de Souza
Autora

Maria das Dores Saraiva de Loreto
Orientadora

Essa tese foi assinada digitalmente pela autora em 28/05/2025 às 13:56:48 e pela orientadora em 28/05/2025 às 14:07:19. As assinaturas têm validade legal, conforme o disposto na Medida Provisória 2.200-2/2001 e na Resolução nº 37/2012 do CONARQ. Para conferir a autenticidade, acesse <https://siadoc.ufv.br/validar-documento>. No campo 'Código de registro', informe o código **NBA9.SEO7.KFGQ** e clique no botão 'Validar documento'.

Dedico esta tese aos meus ancestrais, em especial às mulheres que me antecederam. Foi graças a vocês que estou aqui hoje e honro a minha linhagem, produzindo este texto, fazendo das dores uma potência em forma de escrita. Que a nossa magia vibre aos quatro ventos. Avante! Axé!

AGRADECIMENTOS

É chegada a hora de agradecer a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para que o percurso realizado durante os quatro anos de pesquisa fosse possível.

Por isso, com imensa alegria, agradeço, primeiramente, aos meus pais, que me ensinaram que conhecimento é poder. Ser cercada de amor por vocês foi um trampolim para o meu crescimento.

Às minhas irmãs, Núbia e Cássia, que sempre estão ao meu lado e são fonte de afeto e aconchego quando estou frágil.

Aos professores da UFV pelos conhecimentos compartilhados.

Às professoras que compuseram a banca de qualificação do projeto, qualificação da tese e defesa da tese pelas contribuições e considerações realizadas.

Aos companheiros e companheiras do Grupo de Pesquisa "Famílias, Políticas Públicas, Desenvolvimento Humano e Social" pelas trocas.

Aos amigos e amigas da turma de doutorado 2021-2025, que, durante as disciplinas, fizeram desta jornada árdua, em meio à pandemia da covid-19, um percurso menos angustiante.

À Dorinha, minha orientadora, por ter me acolhido em seu grupo de pesquisa e por me dar autonomia para trabalhar, ao mesmo tempo em que foi parceira nos momentos em que mais precisei.

Por fim, e não menos importante, agradeço às mulheres do Programa Agricultoras em Movimento a oportunidade de escutar suas histórias, honrar suas memórias e narrativas.

Este trabalho foi realizado com o apoio das seguintes agências de pesquisa brasileiras: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Nas mãos dos meus ancestrais
A dor forjada pelo ferro quente marcado na pele
O laço no pescoço podando a expressão
Cortei, curei e a dor cicatrizou
O machado que finca, firma mudança
Faz da minha palavra ferramenta sagrada
E da minha escrita, raiz e tronco
Transformo como o vento que se espalha
Não carrego o peso dos que vieram antes
Carrego comigo o fogo que os animou
Faço vibrar a potência
Se um dia fomos sombra
Agora somos relâmpagos na luz
E na escrita que nasce, o futuro se ergue
E quando o assombro se faz diante de mim
O transformo em poesia.

Maira Ribeiro de Souza

RESUMO

SOUZA, Maira Ribeiro de, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, janeiro de 2025. **Entre dores e potências: uma análise das experiências e participação das mulheres rurais no Programa Agricultoras em Movimento da Zona da Mata Mineira.** Orientadora: Maria das Dores Saraiva de Loreto.

O presente estudo teve como objetivo geral analisar, a partir da percepção de mulheres rurais da Zona da Mata Mineira, quais foram os desdobramentos em suas vidas advindos da participação no Programa Agricultoras em Movimento. Como objetivos específicos, buscou-se: descrever as ações do programa, bem como suas estratégias metodológicas utilizadas ao longo do tempo; caracterizar o perfil sociodemográfico das mulheres que participam do programa, destacando as vulnerabilidades que atravessam suas vidas; examinar as dinâmicas relacionais e as estratégias utilizadas pelas agricultoras no período da covid-19, no âmbito do projeto “Cuidar-se”, uma ação do programa voltada para o fomento do autocuidado; descrever as características dos encontros do programa e suas potências, no retorno às suas atividades presenciais, após a pandemia da covid-19; analisar os desafios enfrentados pelas mulheres para participar do programa e suas percepções sobre os desdobramentos dessa participação; analisar a história de vida de uma das lideranças do programa e a relação com sua ação política. Como aporte teórico partiu-se de uma perspectiva interdisciplinar, por meio da interseção entre Sociologia Rural, Sociologia do Trabalho, Ciência Política, Filosofia Contemporânea, Psicologia e Estudos Decoloniais. As principais categorias analíticas mobilizadas foram: gênero, ruralidades, divisão sexual do trabalho, mística, ancestralidade e emancipação feminina. Metodologicamente, tratou-se de um estudo qualitativo, de caráter descritivo e exploratório, realizado por meio de estudo de caso. O lócus da pesquisa foi o Programa Agricultoras em Movimento, desenvolvido por e com mulheres rurais da Zona da Mata Mineira, abrangendo comunidades rurais nos municípios de Muriaé, Miradouro, Rosário da Limeira e Barão do Monte Alto. Participam ativamente do programa cerca de 38 mulheres. Para responder aos objetivos específicos da pesquisa, adotaram-se as seguintes técnicas de produção de dados: análise de documentos e notas de campo, para descrever as ações e estratégias metodológicas empregadas ao longo do programa; observação participante das atividades presenciais, para compreender as dinâmicas coletivas; questionário sociodemográfico, para mapear o perfil das participantes; rodas de conversa virtuais com seis mulheres, para identificar percepções e dinâmicas relacionais; e entrevista

de história de vida, para explorar os principais desafios enfrentados na trajetória de vida e na atuação política de uma das principais lideranças do programa. Essas técnicas foram organizadas em um formato de funil, permitindo um aprofundamento gradual na análise dos dados. Para a análise e interpretação dos resultados, utilizou-se a Análise de Conteúdo de Bardin, com enfoque na análise categorial. O estudo possui relevância social e científica ao contribuir para as discussões sobre o papel dos coletivos femininos em contextos rurais, ampliando as perspectivas sobre as práticas de resistência cultural das mulheres. A partir do desenvolvimento da pesquisa, observou-se que as experiências das participantes do Programa Agricultoras em Movimento são marcadas pela socialização feminina, que atravessa seus cotidianos na relação com o território e nas dinâmicas familiares, implicando desafios relacionados ao uso dos espaços comunitários e à distribuição do trabalho produtivo e reprodutivo. Em geral, a sobrecarga e seus impactos na saúde física e mental são elementos recorrentes na vida das interlocutoras. No espaço do programa, vigora uma ética amorosa entre mulheres, na qual a amizade possui valor fundamental para a manutenção do pertencimento grupal. Pode-se concluir que, articulando o trabalho, as ações coletivas e o sentimento místico, o programa promove a valorização de práticas ancestrais e do saber popular, alinhado com o respeito à natureza e a promoção da economia solidária, com fortalecimento de vínculos, emancipação e saúde das mulheres, transformando dores em potência.

Palavras-chave: mulheres rurais; participação; experiências; programa

ABSTRACT

SOUZA, Maira Ribeiro de, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, January, 2025.
Between pain and power: an analysis of the experiences and participation of rural women in the Farmers in Movement Program in Zona da Mata Mineira.
Adviser: Maria das Dores Saraiva de Loreto.

The general objective of this study was to analyze, based on the perceptions of rural women from the Zona da Mata Mineira, what were the consequences in their lives resulting from their participation in the Agricultoras em Movimento Program. The specific objectives were: to describe the program's actions, as well as its methodological strategies used over time; to characterize the sociodemographic profile of the women participating in the program, highlighting the vulnerabilities that permeate their lives; to examine the relational dynamics and strategies used by the women farmers during the COVID-19 period, within the scope of the “Cuidar-se” project, an action of the program aimed at promoting self-care; to describe the characteristics of the program's meetings and their strengths, upon returning to their in-person activities, after the COVID-19 pandemic; to analyze the challenges faced by the women to participate in the program and their perceptions about the consequences of this participation; to analyze the life story of one of the program's leaders and the relationship with her political action. The theoretical framework was based on an interdisciplinary perspective, through the intersection of Rural Sociology, Sociology of Work, Political Science, Contemporary Philosophy, Psychology and Decolonial Studies. The main analytical categories used were: gender, ruralities, sexual division of labor, mysticism, ancestry and female emancipation. Methodologically, this was a qualitative study, of a descriptive and exploratory nature, carried out through a case study. The locus of the research was the Agricultoras em Movimento Program, developed by and with rural women from the Zona da Mata Mineira, covering rural communities in the municipalities of Muriaé, Miradouro, Rosário da Limeira and Barão do Monte Alto. Approximately 38 women actively participate in the program. To meet the specific objectives of the research, the following data production techniques were adopted: analysis of documents and field notes to describe the actions and methodological strategies employed throughout the program; participant observation of in-person activities to understand collective dynamics; sociodemographic questionnaire to map the profile of participants; virtual discussion groups with six women to identify perceptions and relational dynamics; and life story interviews to explore the main challenges faced in the life trajectory and political activity of one

of the main leaders of the program. These techniques were organized in a funnel format, allowing for a gradual deepening of data analysis. Bardin's Content Analysis was used to analyze and interpret the results, with a focus on categorical analysis. The study has social and scientific relevance by contributing to discussions on the role of women's collectives in rural contexts, broadening perspectives on women's cultural resistance practices. Based on the development of the research, it was observed that the experiences of the participants of the *Agricultoras em Movimento* Program are marked by female socialization, which permeates their daily lives in relation to the territory and family dynamics, implying challenges related to the use of community spaces and the distribution of productive and reproductive work. In general, overload and its impacts on physical and mental health are recurring elements in the lives of the interlocutors. In the space of the program, a loving ethic prevails among women, in which friendship has fundamental value for maintaining group belonging. It can be concluded that, by articulating work, collective actions and the mystical feeling, the program promotes the appreciation of ancestral practices and popular knowledge, aligned with respect for nature and the promotion of the solidarity economy, with strengthening of bonds, emancipation and health of women, transforming pain into power.

Keywords: rural women ; participation; experiences; program

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

EXPLORANDO O CAMPO DE PESQUISA

Figura 1 Árvore da avaliação.....	71
-----------------------------------	----

ARTIGO 1

Figura 1 Curso de Panificados.....	90
Figura 2 Resgate das plantas medicinais.....	93
Figura 3 Oficina de Agroecologia - cosméticos naturais e saúde integral.....	94
Figura 4 Oficina Caderneta Agroecológica.....	95
Figura 5 Terapia Comunitária Integrativa.....	97
Figura 6 Roda de Conversa Autocuidado e cuidado coletivo como estratégias de resistência....	98
Figura 7 Encontro de culminância do Projeto Cuidar-se.....	100
Figura 8 Mensagem enviada às agricultoras no grupo do <i>WhatsApp</i> no dia anterior ao evento.....	101
Figura 9 Mulheres a caminho do itinerário da Caravana Agricultoras em Movimento.....	102
Figura 10 Feira Agroecológica.....	108

ARTIGO 3

Gráfico 1 Uso de Medicamento pelas Participantes.....	144
Gráfico 2 Tempo Destinado para o Cuidado de si.....	144
Gráfico 3 Idade das Mulheres Participantes.....	148
Gráfico 4 Mídias Sociais e/ou Aplicativos Utilizados pelas Mulheres.....	151
Gráfico 5 Práticas de que fazem uso com frequência.....	152

ARTIGO 4

Figura 1 Identidade visual do Programa Agricultoras em Movimento.....	162
Figura 2 Mística – Encontro Programa Agricultoras em Movimento.....	164
Figura 3 Sementes crioulas, plantas medicinais e ornamentais e mudas compartilhadas no encontro Agricultoras em Movimento.....	165
Figura 4 Remédios naturais feitos com plantas.....	166
Figura 5 Quintal Produtivo de uma agricultora que participa do Programa Agricultoras em Movimento	166
Figura 6 Gruta Pedra Santa: Comunidade Pontão da Água Limpa – Muriaé/MG.....	167
Figura 7 Café da manhã compartilhado – Caravana Agricultoras em Movimento.....	172

LISTA DE QUADROS

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quadro 1 <i>Corpus</i> de análise – documentos do Ceifar/ZM.....	54
Quadro 2 Lócus de análise – observação participante.....	56
Quadro 3 Variáveis investigadas no questionário sociodemográfico.....	57
Quadro 4 Matriz metodológica com detalhamento do desenho da pesquisa.....	63
Quadro 5 Matriz da árvore da avaliação digitalizada.....	71
Quadro 6 Eixos de ação do programa.....	74
Quadro 7 Artigos produzidos para responder aos objetivos da pesquisa.....	85

ARTIGO 1

Quadro 1 <i>Corpus</i> de análise – documentos do Ceifar/ZM.....	89
Quadro 2 Eixos de ação do Programa.....	105

ARTIGO 4

Quadro 1 Lócus de análise – observação participante.....	161
--	-----

LISTA DE TABELAS

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Tabela 1 – Caracterização das participantes.....58

ARTIGO 2

Tabela 1 – Caracterização das participantes.....118

ARTIGO 4

Tabela 1– Categorias construídas a partir das respostas das agricultoras sobre a pergunta:
o que você sente como mulher rural?.....169

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CEBs Comunidades Eclesiais de Base

Cefas Centro de Formação e Ascensão Social

Cras Centro de Referência de Assistência Social

Cresol Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária

CTA/ZM Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata

Coopaf Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar Solidária

Covid Corona Virus Disease

EC Emenda Constitucional

EFA Escola Família Agrícola

Emater MG Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais

Encceja Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos

ESPII Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional

Faminas Faculdade de Minas

Fetaemg Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais

IF Sudeste Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais-
Campus Muriaé

MMC Movimento de Mulheres Camponesas

Mobon Movimento da Boa Nova

Naas Núcleo de Atendimento da Assistência Social

OIT Organização Internacional do Trabalho

ONG Organização Não Governamental

PAA Programa de Aquisição de Alimentos

Petrobras Petróleo Brasileiro S/A

Pnae Programa Nacional de Alimentação Escolar

Pronaf Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SOF Sempreviva Organização Feminista

STR ZM Sindicato dos Trabalhadores da Zona da Mata Mineira

TCLE Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Unicafes União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 REVISÃO DE LITERATURA	25
2.1 Tematização das mulheres rurais na literatura brasileira.....	25
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL	34
3.1 Interseções entre gênero e ruralidades.....	34
3.2 Divisão sexual do trabalho.....	40
3.3 Mística, ancestralidade e emancipação feminina.....	46
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	51
4.1 Tipo de pesquisa e local do estudo.....	51
4.2 Técnicas de produção dos dados e público envolvido nas etapas da pesquisa.....	53
4.2.1 Análise de documentos.....	53
4.2.2 Observação participante nas atividades do Programa e registro em diário de campo....	54
4.2.3 Questionário sociodemográfico.....	57
4.2.4 Roda de Conversa.....	58
4.2.5 Entrevista em profundidade na modalidade de história de vida com uma das lideranças do Programa Agricultoras em Movimento.....	61
4.3 Matriz metodológica.....	63
4.4 Procedimentos de Análise de Dados.....	65
4.5 Aspectos éticos.....	66
4.6 Explorando o campo de pesquisa.....	68
4.6.1 Histórico do Programa Agricultoras em Movimento.....	68
4.6.2 Caracterização do Programa.....	74
REFERÊNCIAS	75
5 DISCUSSÃO E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	85
5.1 Artigo 1: “ <i>Mãos na massa</i> ”: ações e estratégias metodológicas do Programa Agricultoras em Movimento.....	86
5.2 Artigo 2: Análise do perfil sociodemográfico e das vulnerabilidades vivenciadas pelas mulheres rurais participantes do Programa Agricultoras em Movimento.....	114
5.3 Artigo 3: Mulheres rurais e autocuidado: uma proposta de intervenção no contexto da pandemia da covid-19.....	138
5.4 Artigo 4: Encontros-potência do Programa Agricultoras em Movimento: espiritualidade, pão, amor e ancestralidade nas ações do programa após a crisepandêmica.....	157
5.5 Artigo 5: Participação de mulheres rurais no Programa Agricultoras em Movimento: desafios enfrentados e desdobramentos percebidos.....	177
5.6 Artigo 6: “ <i>O leve que não é leve</i> ”: Análise da história de vida de uma liderança rural.....	192
CONCLUSÕES GERAIS	215

APÊNDICES	218
APÊNDICE 1 – Roteiro entrevista história de vida com a liderança.....	218
APÊNDICE 2 – Roteiros para roda de conversa com as mulheres participantes.....	219
APÊNDICE 3 – Questionário socioeconômico.....	219
ANEXOS	221
ANEXO A – Autorização.....	222
ANEXO B – Documento de aprovação do comitê de ética.....	223
ANEXO C – Declaração de revisão ortográfica e gramatical.....	230

1 INTRODUÇÃO

Quatro anos de doutorado não se contam de forma linear. Nesse percurso, tropeços, perdas e transições criaram desvios que me levaram para a floresta. Minha vida virou de cabeça para baixo! Durante o período da pandemia, minha trajetória acadêmica foi profundamente marcada pelas condições desafiadoras que a crise global impôs, especialmente para as mulheres que vivem a conciliação entre múltiplos papéis. Embora o ensino remoto tenha proporcionado uma flexibilidade importante, permitindo-me conciliar as demandas do trabalho e da pesquisa, também trouxe desafios significativos. Em um contexto de pressão e sobrecarga, tomei decisões difíceis, como abrir mão de uma bolsa de estudos, devido à exigência de mudança para outra cidade, o que me colocava em conflito com minhas responsabilidades profissionais e pessoais.

Além disso, o período foi permeado por dificuldades emocionais, que impactaram diretamente meu desempenho e bem-estar. A experiência de lidar com essas demandas intensificadas no contexto da pandemia, como mulher, trouxe reflexões sobre a forma como o gênero influencia a maneira como lidamos com crises pessoais e familiares, com a carga de trabalho e com a pressão acadêmica. A vivência dessas adversidades teve um impacto profundo na minha formação como pesquisadora, influenciando não apenas minha abordagem acadêmica, mas também a forma como enxergo as relações entre as diferentes esferas da vida de uma mulher no cenário pessoal, acadêmico e profissional.

Apensar de ter vivido dores profundas ao longo do caminho, nunca pensei em desistir de produzir esta tese. Sabe por quê? Porque firmei um compromisso com minhas ancestrais. A ideia de investigar o Programa Agricultoras em Movimento aconteceu de fato em 2017, quando eu ainda estava no mestrado. Foi em um evento do Jubra¹ no Rio de Janeiro. Em uma banquinha de livros na Uerj, tive contato com o livro de Emma Siliprandi, que faz referência a sua pesquisa de doutorado com mulheres rurais. O livro intitulado *“Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas”* foi a primeira aproximação com a minha ancestralidade, já que minha família tem suas raízes em uma comunidade rural. Nesse dia, estava acompanhada da minha irmã mais nova, Cássia, e da minha mãe, Leninha. Quando

¹ “O Jubra é um Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira, é um espaço de debates e intercâmbios entre pesquisadoras/iês/es, estudantes/iês de graduação e de pós-graduação, profissionais e as juventudes interessadas em promover aprofundamentos e discussões acerca das juventudes brasileiras”. Fonte: Disponível em: <https://www.jubra2023.com.br/>. Acesso em: 02 dez. 2024.

peguei o livro eu senti uma energia potente! Eu disse para minha mãe: “*Que livro maravilhoso, vou levar ele, mãe! E ainda vou estudar mulheres rurais. Vou estudar o Programa Agricultoras em Movimento. Pode anotar!*” Cheguei em casa e logo fui ler o livro e assistir ao documentário “Sementes”, que vem anexo ao livro.

O documentário foi realizado com as interlocutoras da pesquisa de doutorado de Siliprandi e explora o cenário da resistência agroecológica brasileira, com foco na experiência de mulheres agricultoras que atuam como lideranças em diversas regiões do Brasil. Nele, são narradas as histórias e práticas sustentáveis realizadas por diversas mulheres, evidenciando o impacto da agroecologia nas suas vidas, comunidades e no meio ambiente. Por meio de métodos de cultivo e manejo do solo sem o uso de agrotóxicos ou adubos químicos, essas mulheres utilizam técnicas que respeitam o meio ambiente, articulando culturas locais variadas que contribuem para a preservação do solo e da água (Siliprandi, 2015).

Em suas trajetórias de militância comunitária e política, as mulheres são influenciadas pelo feminismo, especialmente o Ecofeminismo, para pensar a igualdade de gênero no contexto rural, abordando a desigualdade de gênero e a disputa pela participação no espaço público, bem como a reivindicação de direitos à efetivação de autonomia econômica das mulheres rurais. A Rede Xique Xique, por exemplo, é mencionada no livro e no documentário, como uma organização de mulheres que atua na promoção da economia solidária e da valorização do papel feminino no contexto da agroecologia. Além disso, o documentário “Sementes” evidencia o papel das cooperativas e das políticas públicas, por meio de ações, como a participação no Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) para a emancipação das agricultoras, pois por meio delas é possível que os produtos sejam comercializados, promovendo a autonomia das agricultoras (Siliprandi, 2015).

A partir disso, no ano de 2021, em meio à pandemia da covid-19, veio a motivação e o impulso para o estudo do referido tema e me inscrevi no Programa de Pós-graduação em Economia Doméstica. A escolha do Programa Agricultoras em Movimento como lócus de pesquisa relaciona-se intrinsecamente com a minha trajetória de vida pessoal e profissional.

Minha mãe trabalhou no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Muriaé, Barão do Monte Alto, Rosário da Limeira e São Sebastião da Vargem Alegre ² por 17 anos. Filha de

² O Sindicato dos Trabalhadores Rurais é uma entidade sindical de primeiro grau, sem fins lucrativos, constituído em 12 janeiro de 1986, agrupada no Plano da Confederação Nacional dos Trabalhadores de Agricultura, com sede no município de Muriaé-MG. Foi criado para fins de estudo, coordenação, proteção e representação e defesa dos

agricultores e orgulhosa de suas raízes, desde a infância, minha mãe me levava para as atividades que desenvolvia pelo Sindicato junto às mulheres rurais. Recordo-me de uma música que as mulheres cantavam em coro nos encontros *“Para mudar a sociedade do jeito que a gente quer, participando sem medo de ser mulher”*. Através dessas primeiras experiências pude compreender, ainda pequena, a importância dos movimentos sociais e das ações coletivas. Além disso, ao longo da minha trajetória profissional, juntamente com minhas irmãs e mãe, sempre que possível, atuamos como parceiras em ações direcionadas às mulheres rurais, tendo em vista a forte ligação com as pautas feministas, a fim de contribuir para a promoção da saúde física e mental dessas mulheres.

Entre 2017 e 2020, exerci a função de Chefe da Divisão de Proteção Básica na Prefeitura de Muriaé, sendo responsável pelo acompanhamento das ações desenvolvidas pelas equipes técnicas dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e do Núcleo de Atendimento da Assistência Social (Naas), este voltado ao atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social, residentes em áreas urbanas e rurais não referenciadas ao Cras. No exercício dessa função, participei de diversas iniciativas voltadas para mulheres rurais, incluindo eventos, encontros e feiras agroecológicas, o que intensificou meu interesse em investigar mais profundamente essa realidade.

Ademais, minha família e eu somos consumidores assíduos da produção de alimentos comercializada em uma feira agroecológica local, da qual também participam algumas mulheres vinculadas ao Programa Agricultoras em Movimento. Mais do que garantir o acesso a produtos saudáveis e livres de agrotóxicos, a presença nesse espaço contribui para o fortalecimento de vínculos sociais com agricultores e agricultoras da região. A feira, como espaço de produção de sentidos, configura-se como um ambiente de trocas de vivências, no qual histórias e afetos são compartilhados e ressignificados.

E assim foi durante a pesquisa de campo. Depois do caos mais eminente da pandemia da covid-19, o anseio era por contato, por fortalecimento de vínculo. E, nessa direção, o Programa Agricultoras em Movimento retomou seus trabalhos com a liberação a partir das normas sanitárias municipais. Os encontros que acompanhei, não apenas como observadora participante, mas como participante observadora, pude tocar e ser tocada pelas mulheres. Seja nas participações que fiz a partir do convite das organizadoras, sobretudo para conversar em

direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria profissional trabalhadores e trabalhadoras rurais ativos e inativos dessa região.

diversos momentos sobre saúde mental e gênero em decorrência dos desdobramentos que a pandemia trouxe para todos, principalmente para as mulheres, que experimentaram um aumento das tarefas, o que trouxe sobrecarga e sofrimento acentuado.

Nessas minhas participações, pude perceber que as trocas informais, o contato com a natureza, com saberes ancestrais, com momentos de mística³ e o compartilhamento do pão em mesas fartas de gostosuras produzidas pelas agricultoras eram nutridos mais do que por pautas políticas ou construção de conhecimento técnico. O Programa Agricultoras em Movimento funcionava como um espaço de suspiro coletivo, diante das angústias vividas no momento agudo da pandemia da covid-19. Foram muitas perdas de conhecidos, parentes, havia por vezes um sentimento compartilhado de luto coletivo. Mas também tinha alegria pela possibilidade de retomar o contato físico, com as amizades construídas dentro do programa.

O cansaço das lutas cotidianas, dos desafios para chegar aos encontros, em decorrência da distância, tornava-se pequeno diante da potência que cada encontro representava. O clima era sempre alegre, festivo, mesclado com momentos de expressão de angústias e sentimentos, dores cotidianas que expressavam a luta diária das mulheres rurais, que, ao serem nomeadas e compartilhadas, deixavam de ser carregadas como um segredo, que trazia peso, culpa e vergonha, abrindo espaço para serem integradas e transformadas em pautas políticas. Em diversos momentos, observei a presença de uma raiva coletiva que, por vezes, era acompanhada de gestos de afeto, como abraços, palavras de consolo e cuidado mútuo. O choro era uma constante, e o espaço se configurava como um ambiente seguro para a expressão dos sentimentos. Nesse contexto, não era necessário se desculpar pelo transbordamento das emoções, pois a vulnerabilidade era acolhida e legitimada.

A expressão dores aqui utilizada é pensada em conformidade com o que Vilma Piedade (2019) definiu como “dororidade”, segundo a qual a dor compartilhada é compreendida como catalizadora para a união e o fortalecimento de mulheres. Embora a referida autora tenha cunhado o termo para se referir às vivências de mulheres pretas, cujo racismo imputa um agravamento ao sofrimento, esse conceito também oferece uma perspectiva valiosa para compreender o lugar da dor na experiência de mulheres plurais. Partindo desse pressuposto,

³ A mística no contexto dos movimentos sociais do campo, especialmente nos movimentos de mulheres rurais e camponesas, é um conceito que se refere às práticas simbólicas e ritualísticas que atuam no fortalecimento da identidade coletiva, permitindo a expressão não apenas de reivindicações, como também de laços de solidariedade e pertencimento grupal. Desse modo, não se restringe a uma manifestação religiosa, abarcando uma experiência que está enraizada na articulação entre ancestralidade, cultura popular, memória coletiva e a espiritualidade. Sua expressão pode acontecer de diferentes formas, como, através de cantos, poesias, rezas, símbolos da natureza, encenações teatrais, ritos, entre outros (Mezadri *et al.*, 2020; Aguiar, 2019).

pôde-se observar ao longo da pesquisa que as mulheres rurais vivenciam dores específicas, que se expressam em desafios e opressões particulares. A intenção não é disputar quais dores são maiores entre diferentes contingentes que se reconhecem como mulheres, pois não cabe à pesquisadora medir a dor de uma pessoa ou grupo, mas dar visibilidade à luta por meio do reconhecimento do sofrimento compartilhado como disparador para o encontro grupal e para a ação coletiva.

Em alguns momentos, também fui atravessada por dores pessoais e me permiti chorar. Fui acolhida por aquelas mulheres com afeto e generosidade. Compartilhávamos uma escuta sensível e sentíamos profundamente as dores umas das outras. Nesse espaço de trocas e cuidado mútuo, elas também me acolheram como pesquisadora. Muitas acompanharam meu percurso desde antes do início desta investigação, pois participam dos movimentos sociais da Zona da Mata Mineira há muitos anos, algumas desde o período em que minha mãe esteve vinculada ao sindicato, outras até mesmo antes disso. Ser reconhecida como filha da Leninha facilitou minha inserção no campo, e essa condição relacional contribuiu significativamente para o desenvolvimento da pesquisa.

Embora fosse possível situar teoricamente esta investigação já nesta introdução, ao longo da tese, haverá espaço suficiente para tal. Reservo estas linhas iniciais ao afeto, geralmente silenciado em textos científicos alinhados a uma tradição cartesiana. Esta não é uma pesquisa neutra. Trata-se de um estudo situado (Haraway, 1995), construído a partir de uma perspectiva crítica e implicada. Compreendo que o saber científico é político e, portanto, deve ser localizado. Por isso, tornou-se fundamental apresentar, desde o início, o lugar de onde parto como pesquisadora.

Dito isso, passo agora à apresentação do tema desta investigação. A presente tese de doutorado propõe uma análise que articula as dimensões de gênero e ruralidades, tendo como foco central as experiências e a participação de mulheres rurais no Programa Agricultoras em Movimento, uma iniciativa criada em 2013 e reformulada em 2018 pelo Centro de Estudo, Integração, Formação e Assessoria Rural da Zona da Mata (Ceifar-ZM)⁴, em parceria com o

⁴ O Centro de Estudo, Integração, Formação e Assessoria Rural da Zona da Mata (Ceifar-ZM) é uma associação civil sem fins lucrativos, com sede em Muriaé, Minas Gerais, que atua na região da Zona da Mata. Sua missão é promover serviços de assessoria e assistência técnica nas áreas jurídica, contábil e agrícola, além de capacitar trabalhadores rurais e agricultores familiares, fomentar a conservação ambiental, agricultura orgânica, geração de emprego e renda, e combater a fome e a pobreza. A entidade também participa de projetos de habitação rural e urbana e apoia ações de desenvolvimento social, sempre buscando a inclusão e a superação de discriminações (Ceifar, 2018).

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Muriaé, Barão do Monte Alto, Rosário da Limeira e São Sebastião da Vargem Alegre, contando também com o apoio da Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol). As ações são desenvolvidas nos territórios rurais da Zona da Mata Mineira, abarcando os municípios de Muriaé, Miradouro, Barão do Monte Alto e Rosário da Limeira. Atualmente, participam do programa cerca de 38 mulheres, entre elas agricultoras, artesãs, produtoras rurais e diretoras de entidades. Os principais eixos de ação do programa são: Participação Política; Geração de Renda; Agroecologia e Economia Solidária e Saúde e Autocuidado.

Ao abordar as mulheres rurais nesta pesquisa, não partimos de uma concepção de "sujeito universal" mulher, mas, sim, de um entendimento das mulheres a partir de suas singularidades e das interconexões com os elementos socioculturais que configuram suas histórias de vida. Isso inclui as questões relativas aos marcadores sociais, como classe social, cor, origem étnica, faixa etária, território, orientação sexual e as práticas sociais diversificadas em seus respectivos contextos locais.

As mulheres abordadas nesta pesquisa realizam múltiplas atividades e estão inseridas em contextos culturais diversos. Elas vivenciam, percebem e expressam esse modo de existir por meio de seus corpos e trajetórias de vida, em conexão com a natureza, com a riqueza da biodiversidade e por meio de suas práticas laborais, culturais e espirituais (Jalil *et al.*, 2022). Outro ponto a ser considerado diz respeito às denominações "mulheres rurais" e "mulheres camponesas", utilizadas ao longo do texto como sinônimos e termos abrangentes. Tais denominações englobam mulheres que residem no meio rural e que desempenham diversas ocupações, identidades e modos de vida, como agricultoras, artesãs, indígenas, quilombolas, entre outras (Moraes; Sieber; Funari, 2020).

Nesse contexto, levantaram-se os seguintes questionamentos: Que posições são ocupadas pelas mulheres rurais nos espaços doméstico-familiares e espaços coletivos de que participam? Quais são as dores e as potências que perpassam suas vidas cotidianas? Que estratégias de enfrentamento elas constroem para romper as dificuldades práticas que atravessam suas vidas cotidianas? Que desafios e estratégias foram construídos por elas no contexto da pandemia da covid-19, no interior do Programa Agricultoras em Movimento voltado para mulheres rurais? Como sua participação nesse programa pode se desdobrar em sua vida cotidiana?

Dessa forma, visando identificar como se processava essa problemática no contexto real de vida de mulheres da Zona da Mata Mineira, esta tese respondeu ao seguinte problema de

pesquisa: Na percepção de mulheres rurais que participam do Programa Agricultoras em Movimento, como a participação no programa repercute nas suas vidas cotidianas?

Tendo em vista essa breve contextualização, a tese teve como objetivo geral: **analisar, a partir da percepção de mulheres rurais da Zona da Mata Mineira, quais foram os desdobramentos em suas vidas advindos da participação no Programa Agricultoras em Movimento.**

Como objetivos específicos, buscou-se:

- Descrever as ações do programa, bem como suas estratégias metodológicas utilizadas ao longo do tempo;
- Caracterizar o perfil sociodemográfico das mulheres que participam do programa, destacando as vulnerabilidades que atravessam suas vidas;
- Examinar as dinâmicas relacionais e as estratégias utilizadas pelas agricultoras no período da covid-19, no âmbito do projeto “Cuidar-se”, uma ação do programa voltada para o fomento do autocuidado;
- Descrever as características dos encontros do programa e suas potências, no retorno às suas atividades presenciais, após a pandemia da covid-19;
- Analisar os desafios enfrentados pelas mulheres para participar do programa e suas percepções sobre os desdobramentos dessa participação.
- Analisar a história de vida de uma das lideranças do programa e a relação com sua ação política.

O marco conceitual e analítico se resguardou em uma perspectiva interdisciplinar, a partir de interseções entre a Sociologia rural, a Sociologia do trabalho, a Ciência política, a Filosofia contemporânea, a Psicologia e os Estudos Decoloniais. As principais categorias analíticas mobilizadas foram: gênero, ruralidades, divisão sexual do trabalho, mística, ancestralidade e emancipação feminina.

A proposta teve como delineamento metodológico a pesquisa qualitativa. Buscou-se na investigação a combinação de desenhos de pesquisa de caráter descritivo e exploratório, por meio de estudo de caso. Foi utilizada a estratégia do funil, com base na qual a investigação iniciou com técnicas mais amplas e exploratórias e, gradualmente, foram utilizadas técnicas para analisar elementos mais específicos e aprofundados (Denzin; Lincoln, 2018). Primeiro

foram utilizadas as técnicas para investigação sobre o programa ao longo de seu tempo de execução, como a análise documental e a observação participante, o que permitiu contextualizar o programa em sua complexidade histórica e social (Angrosino, 2009; Flick, 2009). Essa etapa teve como principal categoria de análise as estratégias metodológicas utilizadas no programa ao longo do tempo.

Depois, foi aplicado questionário socioeconômico a seis mulheres rurais que participam do programa, a fim de caracterizar especificidades sociodemográficas e vulnerabilidades vivenciadas por elas, o que ofereceu dados descritivos e padronizados sobre as variáveis: nome; faixa etária; local de moradia; raça/etnia; estado civil; escolaridade; número de filhos; composição familiar; ocupação principal (Minayo, 2014).

Para explorar subjetividades coletivas e significados sociais compartilhados por meio de interações, lançou-se mão de três encontros de rodas de conversa *on-line* com essas mesmas interlocutoras que responderam ao questionário (Gatti, 2005), buscando focar as seguintes categorias de análise: relação com o território; relações familiares e dinâmicas presentes no trabalho produtivo e reprodutivo; percepções sobre os desdobramentos do programa. Por fim, para aprofundar em uma narrativa individual, evidenciando a articulação entre trajetória pessoal e ação política de uma das organizadoras do programa, utilizou-se a técnica de entrevista de história de vida (Bertaux, 2010), em que emergiram as seguintes categorias de análise: desigualdades de gênero no contexto familiar; desigualdades de gênero no contexto institucional; desdobramentos das desigualdades de gênero. Os conteúdos em áudio da entrevista e das rodas de conversa foram transcritos na íntegra e submetidos à Análise de Conteúdo de Bardin (2004), mais especificamente à análise categorial.

O universo de participantes da pesquisa foi composto de mulheres que residem em comunidades rurais de quatro cidades da Zona da Mata Mineira, que compõem o território do programa, a saber: Muriaé, Barão do Monte Alto; Rosário da Limeira e Miradouro, que se dispuseram a participar da pesquisa. Nas ações acompanhadas durante a observação participante e nos registros analisados da análise documental, a amostra variou, com atividades que contaram com a participação de mais de 80 mulheres. Já as rodas de conversa *on-line* contaram com a participação de seis mulheres e o questionário socioeconômico foi preenchido por elas, as quais foram escolhidas pelo critério de conveniência. A partir dos critérios de inclusão estabelecidos previamente pela pesquisadora, seguindo os objetivos do estudo, uma das organizadoras indicou o nome de nove mulheres que mais se encaixavam nesses critérios. Foi realizado contato inicial por *Whatsapp* para a apresentação da proposta. A partir desse

contato, cinco delas e uma das organizadoras se propuseram a participar. Foi criado um grupo no *Whatsapp* para envio do *link* para o preenchimento do questionário socioeconômico e *link* dos encontros virtuais. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi assinado presencialmente, nos encontros. Já a entrevista de história de vida foi realizada com uma das organizadoras do Programa. A escolha da interlocutora justificou-se por sua centralidade no programa, por ser uma liderança importante no território, por assumir um papel articulador da pauta de gênero nos movimentos sociais na Zona da Mata Mineira. Para responder aos objetivos da pesquisa, construíram-se seis artigos científicos, que foram discutidos na sessão de discussão e apresentação dos resultados desta tese.

Considera-se que o estudo possui relevância científica e social por promover espaço de valorização das memórias e narrativas próprias das mulheres, especialmente em contextos historicamente marginalizados e, com isso, contribui para a descolonização dessas narrativas ao possibilitar que as mulheres se reconectem com sua identidade, cultura e protagonismo. Além disso, contribui para o debate científico com relação à investigação do lugar designado às mulheres rurais no contexto das práticas sociais brasileiras. Refletir sobre tais realidades fortalece a construção de novos lugares a serem ocupados pelas mulheres rurais no cenário familiar, comunitário, social e político brasileiro. Portanto, esse é um estudo que visou documentar as vozes e valorizar a história, a memória das mulheres acerca de suas vidas pessoais e de participação no Programa Agricultoras em Movimento. Documentar configura-se como uma estratégia de resistência frente ao apagamento das trajetórias femininas comuns no sistema capitalista.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Esse tópico teve como objetivo explorar como as mulheres rurais foram tematizadas por pesquisadoras e pesquisadores brasileiros, enfatizando seu lugar nas famílias camponesas, para subsidiar a elucidação de elementos conceituais, teóricos e empíricos, experimentados pelas/os estudiosas/os no território brasileiro.

É válido ressaltar que essa proposta da revisão não teve como objetivo trazer inovações e contribuições aprofundadas acerca dos fundamentos de uma teoria geral. Desse modo, assumiu-se uma postura como pesquisadora de campo, que buscou enveredar pela explicação de um recorte do mundo vivenciado, visando contribuir empiricamente para o campo de estudos das mulheres rurais brasileiras (Paulilo, 2016).

Conforme Maciazeki-Gomes *et al.* (2016), a tematização das mulheres e gênero em contextos rurais ganhou visibilidade a partir da década de 80. Nesse contexto, houve a interlocução de três principais eixos investigativos, que ora se entrecruzam, ora ocorreram de forma paralela. Foram eles: pesquisas feministas acerca do trabalho feminino no contexto rural; pesquisas que enfatizavam os discursos das mulheres trabalhadoras rurais organizadas em grupos e movimentos sociais; pesquisas etnográficas com ênfase no campesinato, abarcando diferentes populações, entre elas, ribeirinhas, populações indígenas, comunidades de coletoras/es e pescadoras/es (Cordeiro; Scott, 2008). A seguir, serão apresentados os principais elementos levantados na revisão bibliográfica narrativa⁵.

2.1 Tematização das mulheres rurais na literatura brasileira

Nos anos 1940 e 1960, as mulheres rurais eram frequentemente retratadas na literatura científica ligadas ao ideal da mulher do campo, marcada pela submissão, dedicação ao lar e à família. A terminologia mais comum nesse período incluía o termo "mulheres do campo", refletindo uma abordagem que não reconhecia seu papel produtivo na agricultura (Fausto, 2006). Nesse período, o Brasil ainda era predominantemente agrário, e os autores da época não questionavam a invisibilidade dessas mulheres no trabalho rural. Ainda na década de 50, emergiu a luta político-trabalhista da prática sindical, com centralidade nas reivindicações

⁵ A revisão narrativa é um tipo de revisão bibliográfica que tem como objetivo apresentar e discutir criticamente um tema a partir de publicações definidas, sem seguir necessariamente um protocolo sistemático de busca e análise das fontes (ROTHER, 2007).

ligadas à garantia de direitos trabalhistas e previdenciários dos trabalhadores rurais, porém, sem trazer à tona as discussões de gênero.

Na década de 1970, com a industrialização e o avanço das lutas sociais, os termos "mulheres camponesas" e "trabalhadoras rurais" passaram a ganhar visibilidade, influenciados pelos estudos marxistas, sociológicos e feministas que abordavam os impactos da reforma agrária e da desigualdade de gênero no campo. Essa visibilidade também foi impulsionada pela crescente articulação internacional de movimentos camponeses, que mais tarde resultaria na criação da Via Campesina, e pelo fortalecimento do movimento sindical rural (Ianni, 1981; Desmarais, 2007). O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) começou a emergir, trazendo a questão de gênero para o debate agrário (Stedile, 1997). É válido ressaltar que, até a década de 70, as atividades agrícolas realizadas pelas famílias camponesas, bem como as atividades familiares não remuneradas, não eram consideradas como labor. Essa realidade só se transformou com a efetivação de um acordo no âmbito da Organização Internacional do Trabalho (OIT), quando, a partir daí, foram consideradas como trabalho produtivo (Aguiar, 2021).

Esse movimento foi resultado de um esforço maior para equiparar as condições dos trabalhadores rurais às dos trabalhadores urbanos, garantindo proteção social, segurança no trabalho e regulamentação das relações empregatícias no campo. No Brasil, esse reconhecimento teve impactos diretos nas políticas sindicais e nas disputas pelo enquadramento da agricultura familiar como categoria específica de trabalhadores. Como aponta Carvalho (2017), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) utilizou as normas internacionais da OIT como um instrumento político para reivindicar direitos e consolidar a identidade dos trabalhadores camponeses no cenário nacional. Essa decisão impulsionou também as discussões acerca da natureza do trabalho doméstico (Aguiar, 2021).

Maria Ignês Paulilo (1987, 2004, 2009, 2016, 2018, 2022), uma das pesquisadoras precursoras acerca do estudo de mulheres rurais no Brasil, apontou que o trabalho se constitui como uma categoria importante para o pensamento feminista no contexto rural, abarcando tanto o trabalho remunerado quanto o trabalho não remunerado desenvolvido por mulheres. Prado, Campici e Pimenta (2004) destacaram que a experiência político-organizativa das mulheres do campo tem início por meio de pequenos grupos, sejam de matriz religiosa, sejam laicos, nas comunidades rurais, nos quais as mulheres revisitaram a naturalização de valores concebidos como femininos, problematizando as opressões às quais estavam submetidas. Esses espaços de sociabilidade eram organizados e dirigidos por mulheres e atuavam na construção de sentido e

corporeidade às vivências tidas, inicialmente, como particulares, fragmentadas e isoladas. Assim, ao trocarem experiências, essas mulheres somavam-se, como uma força política, preocupando-se, sobretudo, com a transformação do seu cotidiano.

A partir dos anos 1980, com o crescimento dos estudos feministas no Brasil, o termo "mulheres agricultoras" começou a substituir a terminologia "camponesas", destacando o papel produtivo feminino na economia rural (Siliprandi, 2015). As políticas públicas passaram a reconhecer a necessidade de especificidade na abordagem das mulheres do campo, culminando em pesquisas sobre o trabalho feminino na agricultura familiar. Foi na década de 80 também que a participação de mulheres em movimentos sociais começou a se destacar, quando houve a realização dos primeiros encontros direcionados especificamente para as pautas femininas. Assim, as pesquisas desenvolvidas nesse período tinham como objetivo valorizar e dar visibilidade às diversas atividades desenvolvidas pelas mulheres nas propriedades agrícolas. Acreditava-se que o acesso à renda poderia contribuir para a independência das mulheres, ampliando sua participação na tomada de decisão no espaço doméstico e demais contextos sociais (Paulilo, 2009).

A presença de mulheres nos movimentos sociais do campo ocorria, à época, em movimentos mistos por intermediação de seus maridos e outros familiares. Com o avançar dos anos, as mulheres rurais foram fortalecendo laços e a participação em espaços coletivos, tendo a sua mobilização ganhado corpo para além das demandas definidas pelos movimentos camponeses, que eram voltados, na época, principalmente, para o acesso à terra e para a luta contra a desigualdade social. Entretanto, a participação feminina nas lutas conjuntas dos trabalhadores rurais abarcou outras pautas, como aquelas relacionadas à sua condição de trabalhadora-mãe e de trabalhadora-mulher (Carneiro, 1994).

Referindo-se, especificamente, às mulheres rurais militantes, Carneiro (1994) ressaltou que as lideranças femininas e a participação política, na década de 80, tais como, Elizabeth Teixeira, Margarida Alves e Maria Oneide, deram início com a morte dos maridos, fato que as levavam a substituí-los, assumindo, então, o compromisso com a luta coletiva camponesa. Com isso, essas mulheres deflagram uma ruptura com a imagem que a sociedade lhes atribuía a partir dos papéis de gênero vigentes: aquelas que deveriam ser responsáveis pelos cuidados com casa, com os filhos e obedecer às ordens do marido ou do pai. A autora salienta também que a força da liderança exercida por essas mulheres pode ter relação com o rompimento de valores tradicionais da identidade feminina e a inversão radical de papéis.

É válido ressaltar que, nesse início, não existia por parte dessas lideranças femininas reivindicações específicas, considerando o atravessamento do marcador de gênero (Carneiro, 1994). Inclusive, nesse período, a participação das mulheres rurais em lutas políticas em movimentos sociais mistos se deu pela reivindicação de direitos trabalhistas. Pautados em pressupostos marxistas, as mulheres rurais, no interior desses movimentos, eram vistas enquanto parte da classe trabalhadora. Portanto, a classe, como um marcador social, era o principal eixo mobilizado politicamente. Aquelas ligadas ao sindicalismo colocavam os direitos trabalhistas para as mulheres rurais como principal bandeira de luta. Já aquelas vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra evidenciaram como bandeira de luta o acesso à terra, por meio da reforma agrária (Paulilo, 2009).

Conforme Paulilo (2016), inicialmente, os movimentos sociais autônomos de mulheres no campo não se reconheciam como feministas. As agências mediadoras, como a Igreja Católica, os sindicatos rurais e partidos políticos de esquerda, tiveram papel fundamental nas mobilizações coletivas das mulheres no meio rural. Por intermédio dessas instâncias, eram realizados encontros, conferências, seminários, marchas e passeatas. Nesse cenário, as principais reivindicações das mulheres rurais giravam em torno de seu reconhecimento como agricultoras familiares; ou seja, como trabalhadoras rurais, uma vez que eram consideradas como domésticas. Além disso, a luta também envolveu a busca pelo acesso ao salário-maternidade, aposentadoria, atendimento de saúde, acesso à terra e a sua titularidade, bem como o direito de sindicalização.

Nos anos 1986 a 1988, com a instalação da Assembleia Constituinte, os movimentos de mulheres rurais ganharam mais evidência. Um marco nesse contexto foi a realização da primeira Marcha das Margaridas, no ano 2000, considerada como um importante movimento em prol dos direitos das mulheres rurais, como o acesso a direitos diversos (Carneiro, 1994; Ramos, 2014, Maciazeki-Gomes; Ortuño, 2020).

Nesse contexto, observa-se que o discurso e a prática política dessas mulheres “revelam que anteriormente à construção das distinções sociais entre os gêneros forma-se uma consciência da igualdade entre homens e mulheres, alimentada pela luta contra a desigualdade social” (Carneiro, 1994, p. 12). Apesar disso, observa-se a existência de situações de violência contra as mulheres, nas relações conjugais e no contexto dos movimentos sociais dos quais participavam, envolvendo autores líderes dos movimentos sindicais, advogados e padres, que atuavam na defesa dos direitos dos trabalhadores rurais. Assim, mesmo que o machismo não fosse colocado como bandeira política, uma vez que não existia a tomada de consciência da

situação de opressão vivenciada por elas, observa-se que as situações de subordinação das mulheres eram uma realidade dentro dos próprios movimentos sociais (Carneiro, 1994).

Foi apenas na década de 90 que o gênero passou a ser evidenciado, trazendo a valorização dos aspectos culturais e sociais ligados a esse marcador social para o campo de debates científicos e nos movimentos sociais camponeses. Essa pauta foi levantada na academia por militantes feministas, que iniciaram os estudos acerca da criação de movimentos autônomos. Estes buscavam contrapor-se ao poder patriarcal, que atravessava as instituições sociais, entre elas, a Igreja, o Estado e os partidos políticos. Porém, essa passagem da ênfase nas reivindicações trabalhistas para o gênero foi permeada por desafios, tais como as contradições entre as noções de liberdade e igualdade (Paulilo, 2009).

Nos anos 2000, a abordagem interseccional ganhou espaço na academia. O termo interseccionalidade foi cunhado por Crenshaw (2002), que faz uma analogia das identidades com avenidas que se cruzam para mostrar que gênero se intersecta com uma gama de outras identidades, tais como classe social e raça, que se modificam a depender do grupo de mulheres em questão.

As lutas das mulheres rurais vistas por um olhar interseccional consideram que a opressão não ocorre apenas pelo sexismo, mas também pelo racismo e outras condições de opressão, fato este que demanda a reestruturação de discursos e práticas para abarcar múltiplas identidades. Assim, existem diversos movimentos e coletivos construídos em torno das pautas feministas que englobam demandas e peculiaridades das vivências de mulheres agricultoras familiares, indígenas, pescadoras, extrativistas e quilombolas, por exemplo (Carneiro, 2003; Ramos, 2014; Biroli, 2016; Crenshaw, 2002; Gonzalez, 2020).

Em países com histórico de dominação colonial, como é o caso de países latino-americanos, ocorreu de forma impositiva o controle da subjetividade, como também da cultura e do conhecimento dos povos colonizados. Isso se perpetua ainda hoje com a manutenção dos papéis sociais, cuja dominação se expressa em hierarquias de gênero, raça e classe, que forjam a divisão sexual (e racial) do trabalho (Quijano, 2015).

Nesse contexto, destacam-se as contribuições de Lugones (2008), que parte de uma perspectiva feminista decolonial. Diferentemente dos feminismos ocidentais, a autora entende o patriarcado a partir da colonialidade de gênero. Para tanto, ela analisa a cartografia do poder global, considerando o que ela denomina Sistema Moderno/Colonial de Gênero. A colonização foi responsável por constituir o capitalismo global eurocêntrico, no qual se introduziram as diferenças de gênero em contextos em que antes não existiam. Desse modo, o moderno sistema

colonial de gênero está condicionado à colonialidade do poder, que classifica a população em termos raciais. Por isso, a importância de considerar as conexões entre gênero, classe, sexualidade e raça, na conformação sobre o trabalho e sua relação com a colonialidade do poder.

No contexto brasileiro, Lélia Gonzalez (2020) ressalta que as mulheres negras escravizadas são avós das trabalhadoras rurais e das domésticas de hoje. Desde o período colonial, têm sido designadas a elas atividades subalternizadas. Ao serem retiradas de seus povos africanos, essas mulheres foram privadas do convívio de seus filhos, famílias e de sua comunidade. Aquelas que não morreram nos navios negreiros, ao chegarem ao Brasil, foram escravizadas, sendo direcionadas para duas atividades. A primeira referia-se ao trabalho nas plantações de cana, enriquecendo economicamente seus senhores. A segunda era o trabalho na casa-grande, como mucamas, no qual cabia a elas a realização do trabalho doméstico e de cuidado dos filhos das mulheres brancas, sendo designadas como “mães pretas”. Além disso, eram alvos de violência sexual, uma vez que os homens escravistas as tratavam como objeto sexual, garantindo o seu lazer e bem-estar por meio do estupro dessas mulheres.

Mas as mulheres negras não foram passivas ao processo de violência imposto pela escravidão. Pelo contrário, a exemplo de Dandara dos Palmares e outras tantas mulheres negras quilombolas, foram ativas nos processos de resistência, continuando até hoje a ocupar lugares de liderança em diferentes movimentos sociais. A participação social e política das mulheres negras é de suma importância, uma vez que o racismo no Brasil tem caráter estrutural, o que as torna ainda hoje as principais vítimas de desigualdades sociais diversas, ocupando a parcela da população mais inferiorizada da sociedade brasileira (Gonzalez, 2020).

Em meados dos anos 2000, o termo "mulheres rurais" tornou-se a expressão dominante, justamente para englobar esses diferentes grupos, e os estudos de gênero e desenvolvimento rural ampliaram o entendimento sobre as desigualdades vividas por essas mulheres, considerando aspectos como etnia, acesso à terra e violência de gênero (Deere; León, 2002). Em seus estudos sobre movimentos autônomos, Paulilo (2009) observou que, nesse período, as principais reivindicações das mulheres rurais perpassam dois eixos: saúde e educação. Nesse cenário, existia uma valorização de assuntos que implicam a vida cotidiana das mulheres, tais como: divisão sexual do trabalho, segurança alimentar e nutricional, uso de agrotóxicos, transgênicos, entre outros (Paulilo, 2009).

Nas décadas de 2010 e 2020, com o avanço das discussões sobre agroecologia e desenvolvimento sustentável, o termo "agricultoras" passou a ser valorizado por enfatizar o conhecimento tradicional e o protagonismo das mulheres no manejo agroecológico,

influenciando a criação de políticas públicas de incentivo à participação feminina na agricultura. Nesse período, muitos movimentos já se reconheciam como feministas (Siliprandi, 2015). Esse é o caso do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), que foi criado em 1983, e obteve reconhecimento como movimento feminista em 2010.

Paulilo (2016) chamou atenção para a necessidade de romper com uma visão evolucionista dos feminismos, a fim de evitar que os feminismos urbanos fossem considerados como superiores e mais avançados que os feminismos desenvolvidos no campo. Em vez de considerar que as novas correntes feministas eram mais corretas ou adequadas que as perspectivas antigas, optou-se por falar das “ficções úteis”, que, pelo fato de mobilizarem os movimentos, eram, portanto, “reais”. Desse modo, um conjunto de conhecimentos tem sido produzido, considerando a realidade territorial e as experiências diversas de mulheres pelo Brasil. Exemplo disso é o surgimento do Feminismo Camponês Popular, denominado como “feminismo que nasce da horta”⁶, no qual a ênfase recai sobre as vivências diárias, na mobilização pela libertação das mulheres, expressa pela luta por justiça, por meio do trabalho de base e das transformações no dia a dia em casa e na família (Mezadri *et al.*, 2020).

A partir de 2020, houve também o aumento de produções que mostravam o acirramento das desigualdades em decorrência da pandemia da covid-19. Nesse contexto, houve atuação importante das mulheres rurais militantes em suas comunidades e também na promoção de eventos e estudos para pensar estratégias coletivas de enfrentamento aos desdobramentos sociais, econômicos e relacionais amplificadas por essa crise sanitária (Moraes, Sieber, Funari, 2020; Lorenzoni, Seibert, Collet, 2020).

O interior do Brasil foi impactado negativamente pela pandemia da covid-19, inclusive afetando áreas remotas, nas quais as desigualdades estruturais atuaram como barreiras para a obtenção de informações adequadas acerca dos protocolos de proteção e o acesso à saúde e aos serviços de saúde. Destarte, em decorrência das condições de desigualdade, especialmente quanto às minorias sociais, como é o caso das mulheres rurais, houve uma acentuação das configurações de vulnerabilidade, apresentando dimensões diferentes de exposição aos riscos (Leal, 2023).

⁶ Em decorrência da necessidade de uma sistematização dos conhecimentos acumulados pelo MMC, observa-se que atualmente houve um aumento da inserção de agricultoras militantes em programas de pós-graduação, desenvolvendo pesquisas de mestrado e doutorado sobre a realidade de mulheres camponesas de diferentes regiões brasileiras. Assim, o movimento tem avançado teoricamente ao se debruçar sobre teóricas feministas antigas e contemporâneas, resgatando conceitos e pautas diversas (Paulilo, 2016).

O gênero é um marcador importante na alocação das horas no trabalho remunerado e não remunerado. Em decorrência da divisão sexual do trabalho e da socialização feminina, em uma família heteronormativa, há uma tendência de as mulheres se sobrecarregarem com múltiplas funções. Com isso, é comum a existência de prejuízos no uso do tempo, que trazem impactos negativos para sua ascensão profissional, lazer, descanso e cuidados com a saúde, por exemplo (Fontoura, Araújo, 2016; Melo, Moraes, 2021).

Inclusive, a pandemia intensificou a restrição do uso do tempo pelas mulheres rurais, o que deixou ainda mais evidente a desigualdade no exercício do trabalho produtivo, do cuidado e do trabalho doméstico, trazendo acúmulo e tornando-as mais vulneráveis aos sofrimentos mentais, tais como depressão, ansiedade e exaustão (ONU Mulheres, 2020). Além do fechamento de serviços públicos essenciais, durante o período de isolamento social, destacou-se a urgência da casa limpa, de indivíduos bem nutridos e apaziguados e da roupa lavada. Apesar de essas tarefas serem consideradas femininas e de menor valor, em decorrência da possibilidade de transmissão do vírus, elas se tornaram primordiais, posicionando essas mulheres como “guardiãs” das casas na mitigação da pandemia (Goulart *et al.*, 2022; Leal, 2023). Não obstante a relevância da temática, ainda é incipiente a produção de estatísticas em âmbito nacional que evidenciem o gênero como elemento central na alocação do tempo, considerando a interface trabalho e família, o que dificulta a colocação dessa realidade como um problema político, que demanda a criação de políticas públicas (Soares, 2021).

O avanço das políticas neoliberais também é apontado na literatura científica como um elemento que traz prejuízo para as mulheres rurais, suas famílias e comunidades, tendo em vista o estímulo do agronegócio, em detrimento da agricultura familiar. Essas invasões atuam na desterritorialização dos povos, de seus costumes, valores e saberes locais (Gaspareto, 2017).

Para as mulheres rurais militantes, o projeto democrático e popular que defendem para o Brasil entrelaça as lutas de gênero, classe e etnia/raça, partindo do entendimento de que as relações sociais precisam ser transformadas. As opressões e discriminações se manifestam em suas vidas pelo não reconhecimento de seu trabalho produtivo e pela desvalorização do trabalho reprodutivo, fundamental para a manutenção do modo de vida camponês (Lorenzoni; Seibert; Collet, 2020). A partir da problematização de suas realidades, as mulheres rurais evidenciam o que antes era visto como uma questão privada, transformando-o em um problema público. Assim, por meio da luta em defesa da agroecologia, da soberania e segurança alimentar, bem como da preservação da natureza, da água, das sementes crioulas e da biodiversidade, as mulheres rurais produzem resistências locais (Paulilo, 2022).

Elas denunciam os impactos ambientais, climáticos, sociais, políticos e econômicos negativos resultantes do modelo de produção capitalista, que explora a natureza em prol do lucro por meio da manutenção dos latifúndios, da proliferação dos transgênicos, do uso de agrotóxicos e dos monocultivos (Lorenzoni; Seibert; Collet, 2020). A luta política passa também pelo estudo e ressignificação das formas de produzir. No entorno da casa, as mulheres camponesas produzem uma diversidade rica de saberes, tornando-o como um espaço pedagógico, de autossustento e renda. Esses espaços, chamados de quintais produtivos agroecológicos, são espaços políticos⁷, nos quais elas atuam como guardiãs do solo, das sementes crioulas, das plantas, das ervas medicinais, das árvores frutíferas nativas, das flores, dos pequenos animais, além do artesanato e de outros aspectos da cultura camponesa (Lorenzoni; Seibert; Collet, 2020).

A partir desta breve revisão narrativa, foi possível observar que as mulheres desempenham um papel fundamental na família camponesa, tanto pelo trabalho produtivo, doméstico e de cuidado, quanto por sua atuação no espaço público, por meio de sua participação em movimentos mistos e autônomos. Como evidenciado, diversos elementos atravessam o binômio gênero e ruralidades, uma vez que os contextos doméstico-familiar e outras esferas sociais não podem ser dissociados, especialmente no campo, onde as mulheres desenvolvem atividades de forma articulada dentro e ao redor de suas casas (Herrera, 2017), realidade que se intensificou com a pandemia da covid-19.

Sendo assim, compreender as nuances que perpassam essas esferas, nos contextos concretos de vida das mulheres rurais da Zona da Mata Mineira, contribui significativamente para um campo de estudos ainda pouco valorizado no cenário brasileiro. Com essa contextualização da literatura, o próximo tópico aprofunda os conceitos analíticos que embasaram a análise e a interpretação dos resultados, orientando a construção de categorias de análise a partir dos dados produzidos em campo.

⁷ Espaço político é entendido aqui para além das chamadas instituições políticas das sociedades modernas ou da democracia liberal (Prado, 2001).

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL

A fundamentação teórico-conceitual da tese foi baseada na confluência das teorias interdisciplinares, a partir de interseções entre a Sociologia rural, a Sociologia do trabalho, a Ciência política, a Filosofia contemporânea, a Psicologia e os Estudos decoloniais. Considerando o caráter complexo e multifacetado da realidade vivenciada pelas mulheres rurais, a partir da revisão de literatura, selecionaram-se como principais categorias analíticas: gênero, ruralidades, divisão sexual do trabalho, mística, ancestralidade e emancipação feminina. Tais conceitos foram importantes para a construção das categorias de análise a partir da realização da pesquisa de campo.

3.1 Interseções entre gênero e ruralidades

O debate científico sobre a categoria "mulher", especialmente no contexto dos estudos de gênero, tem sido permeado por questionamentos teóricos. Autoras que são denominadas como representantes da terceira onda⁸ do feminismo criticam o essencialismo proposto pelas autoras da segunda onda, que muitas vezes tratavam a categoria analítica "mulher" como algo fixo e universal, sem considerar as interseccionalidades de raça, classe e sexualidade. Entre essas autoras, encontra-se Judith Butler (2017), que questiona o caráter biologizante dessa categoria, propondo uma teoria da performatividade de gênero. Conforme discute em seus estudos, existe uma pluralidade de indivíduos que se identificam e se enquadram no que historicamente se denominou como “ser mulher”, tratando-se, portanto, de uma categoria socialmente construída. Assim, a adoção de um único conceito identitário exclui outras possibilidades de construção do sujeito. Por isso, o gênero constitui-se como um ato performativo engendrado pela repetição estilizada de *scripts* sociais, cuja organização se dá por

⁸ A primeira onda do feminismo, surgida no século XIX e estendendo-se até o início do século XX, esteve centrada na luta pelo sufrágio feminino e pelos direitos civis básicos. A segunda onda, que ganhou força nas décadas de 1960 e 1970, ampliou esse escopo ao incorporar pautas relativas à igualdade de gênero, aos direitos sexuais e reprodutivos, bem como à crítica às estruturas patriarcais. A terceira onda, consolidada a partir da década de 1980, destacou a importância da interseccionalidade, incorporando debates sobre raça, classe, sexualidade e colonialidade, além de promover a desconstrução de identidades femininas essencializadas. Mais recentemente, abordagens como o feminismo decolonial e o feminismo queer propõem críticas contundentes às epistemologias hegemônicas ocidentais e às normatividades de gênero, ao passo que ampliam os horizontes do debate para contemplar as experiências de mulheres negras, indígenas e pessoas LGBTQIA+. Essas distintas ondas revelam a contínua transformação, pluralidade e complexificação do pensamento feminista ao longo do tempo (Gonzalez, 2015).

meio de uma divisão binária, nos quais ação e comportamento são perpassados por crivos normativos, discursivos e sociais.

No contexto do presente estudo, que trabalha com as experiências das mulheres rurais, essa perspectiva se mostra particularmente relevante, tendo em vista que o território é um marcador importante na constituição das performances de gênero das interlocutoras que participam do Programa Agricultoras em Movimento. Portanto, o uso da categoria “mulheres rurais” no presente estudo não deve ser entendido como uma homogeneização das experiências, mas, sim, como um ponto de partida para analisar as especificidades de gênero em um contexto marcado pelas interseções entre classe social, território, relações produtivas e modos de vida.

Geni Nuñez (2023) explora as influências da heterocisnormatividade sob a vivência dos corpos e dos afetos. Embora o foco principal da autora seja a experiência de mulheres indígenas, suas reflexões podem ser aplicadas também ao contexto de mulheres rurais vinculadas à agricultura familiar, que frequentemente vivenciam a imposição de performances de gênero e sexualidade baseadas na norma cis e heterossexual, em um processo que invisibiliza outras formas de ser e de viver a sexualidade e o corpo.

Nesse contexto, o colonialismo e as normas patriarcais disseminadas pela Igreja Católica moldaram essas vivências, sendo a descolonização dos afetos uma forma de resistência. A autora propõe que as pessoas construam novas formas de amar e viver a sexualidade que não se restrinjam à monocultura afetiva e à lógica da não concomitância das relações. Desse modo, o amor pode ser experimentado em diferentes formas de vínculos, como o amor em amizades, vínculos comunitários e relações não monogâmicas, por exemplo (Nuñez, 2023). Essa perspectiva coaduna com as reflexões de bell hooks (2021) sobre o amor, como uma prática ética e política e não apenas como uma ação romântica. Para a autora, o patriarcado distorceu a natureza política do amor, ao passo que o colocou como algo a ser consumido ou direcionado para o prazer individual.

A partir dessas concepções teóricas, o interesse está em observar como as normas que estão pautadas em uma rigidez das performances tradicionais de gênero se conflitam com experiências cotidianas de resistência e afirmação das identidades das interlocutoras, seja por meio da adoção de práticas que rompam com essas normas sociais ou por meio de sua reinterpretção, de forma que desafiem *scripts* performáticos hegemônicos (Butler, 2017).

Parte-se também do pressuposto de que estratégias coletivas realizadas por mulheres, como é o caso do Programa Agricultoras em Movimento, ao se propor trabalhar elementos como a participação política, a geração de renda, a agroecologia, a economia solidária, saúde e

autocuidado das mulheres rurais, podem contribuir para a politização da vida cotidiana e para a coletivização dos problemas sociais. Como as interlocutoras podem ter herdado saberes que vêm de suas ancestrais, a prática do amor e do afeto descolonizados encontra espaço fértil para se desenvolver, onde o respeito à terra, à coletividade e às práticas espirituais e ancestrais pode ser propulsor da emancipação feminina frente às estruturas coloniais, capitalistas e patriarcais (Núñez, 2023; hooks, 2018, 2021; Gonzalez, 2020).

Nesse contexto, o território pensado a partir do conceito de ruralidades ganha uma dimensão simbólica. Assim, ele não é entendido apenas como um espaço geográfico, mas também como uma construção sociocultural e histórica como propõem as autoras Carneiro (1998, 2008) e Wanderley (2000, 2001, 2003).

Mesmo mediante a proximidade com a sociedade urbana, existe a manutenção de especificidades nos modos de vida no campo, que faz com que as mulheres performem uma identidade de gênero diferente das mulheres urbanas. Conforme as autoras, na dinâmica do meio rural, apesar do permanente processo de reestruturação do campo, não ocorre o seu esvaziamento social, econômico e cultural em decorrência da expansão e generalização do urbano (Carneiro, 1998, 2008; Wanderley, 2000, 2001, 2003; Fraga, 2018).

Há a existência dessas especificidades quando pensamos na diversidade regional, cultural e étnica, por exemplo. Wanderley (2000) ressalta que existe uma variação de país para país quanto ao reconhecimento e a delimitação do espaço rural. Isso se dá em decorrência das formas de ocupação territorial, da maneira como se deu sua evolução histórica e as concepções predominantes que vigoram em cada país. Dessarte, em determinados casos, o meio rural é caracterizado levando em consideração o habitat concentrado em um núcleo, que envolve, além da presença de residências dos habitantes do campo, instituições públicas e privadas relacionadas à vida local, tais como: instituições religiosas, postos bancários e de cooperativas, escolas, postos de saúde, entre outros. Já em outros casos, o habitat pode ser disperso e a concentração das instituições e dos serviços em níveis espaciais pode estar localizada de forma mais ampla, o que torna o meio rural menos delimitado.

No Brasil, os agricultores familiares representam um contingente importante e significativo da população rural. Por isso, no meio acadêmico, existe um esforço para compreender, por meio de pesquisas empíricas, a importância e o significado da agricultura e dos agricultores, bem como qual a significação da família dos agricultores para o meio rural. Inclusive, Carneiro (1998, 2008) propõe o uso do termo ruralidades no plural, uma vez que este é tomado como um fenômeno cultural e historicamente forjado nas relações de poder, que se

dão de forma conflitiva. Conforme a autora, significativas alterações sócio-históricas, econômicas e culturais têm sido observadas nos espaços rurais brasileiros. Tais transformações afetam os modos de produzir e viver de suas populações, o que traz para o debate científico a necessidade de revisão de categorias analíticas para abarcar a diversidade e a complexidade dos territórios e os sujeitos que o constituem (Carneiro, 1998, 2008).

A presença significativa da diversificação econômica e da pluriatividade possui origem nas famílias agrícolas. Nesse contexto, a pluriatividade visa garantir a permanência no meio rural, bem como fortalecer os vínculos com o patrimônio familiar. “Estas famílias, pluriativas ou não, são depositárias de uma cultura, cuja reprodução é necessária para a dinamização técnico-econômica, ambiental e sociocultural do meio rural” (Wanderley, 2001, p.37).

Assim, parte-se do pressuposto de que, ao articular o gênero com ruralidades, é possível compreender as nuances que emergem, tanto pelas transformações socioespaciais experimentadas no contexto vivido quanto pela formação de novas identidades sociais, considerando a origem social e posições ocupadas pelos atores sociais em relação a seu território. Portanto, a análise levou em consideração a heterogeneidade que faz com que a significação e a apropriação do capital econômico, cultural e social sejam delimitadas de uma forma específica, colocando as mulheres em uma determinada posição nas relações sociais locais (Carneiro, 2008).

Posto isto, analisar os campos empíricos traz a possibilidade de identificar o micro espaço rural, visando examinar como essas transformações emergem nos diversos contextos (Wanderley, 2003). Nessa direção, Carneiro (1998) sugere que a ênfase seja dada aos agentes sociais em vez de focalizar o espaço geográfico, atentando para os jogos de interesses e as relações de força que os permeiam. Assim, buscou-se superar as oposições binárias “rural” e “urbano”, uma vez que os espaços são socialmente construídos e, por isso, perpassados por contradições e conflitos. As dinâmicas que atravessam cada contexto forjam a forma como os grupos sociais constroem as relações estabelecidas entre si e com os “outros”. Com isso, ganha destaque a compreensão dos elementos materiais, simbólicos e práticas culturais a partir da perspectiva dos agentes sociais.

Nesse sentido, compreender os significados dados pelos agentes sociais às suas práticas possibilita entender os modos de interação que se proliferam tanto no campo como nos centros urbanos. Para fins de análise, tendo em vista que esta pesquisa é um estudo de caso, o foco foram os modos de vida e as dinâmicas locais, buscando evidenciar a percepção das

mulheres rurais acerca de sua realidade vivida e concreta. Assim sendo, buscou-se compreender os sentidos atribuídos por elas aos comportamentos e valores que vigoram na localidade em que residem e interagem, optando-se por visualizar o “rural” a partir de dentro (Carneiro, 2008). Com isso, entende-se que ser uma mulher rural na Zona da Mata Mineira apresenta especificidades em relação a outras regiões do Brasil, considerando a diversidade cultural, étnica, política e social que caracteriza o país.

Conforme Lamas, Saraiva e Almico (2003), a região da Zona da Mata Mineira, apesar de ser marcada por diversidades intrarregionais, tem como marca comum a expansão cafeeira ocorrida, especialmente em meados do século XIX. É válido ressaltar que, anteriormente à chegada do café, a região baseava-se na economia de subsistência.

No que se refere à área de abrangência do Programa Agricultoras em Movimento, o mesmo abarca a microrregião de Muriaé, contemplando comunidades rurais de Muriaé, Barão do Monte Alto e Rosário da Limeira, que fazem parte da Mata Atlântica, com áreas de preservação ambiental, rios e montanhas. Essa microrregião tem o município de Muriaé como um polo regional de comércio e serviços, destacando-se na indústria têxtil, com acessos rodoviários importantes, como a BR-116 (Lamas; Saraiva; Almico, 2003).

Com população predominantemente rural, a economia desses territórios tem na agropecuária grande expressividade, com seus habitantes empregados, principalmente, no setor primário, abrangendo agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal, sendo a agricultura familiar a mais expressiva. Essa realidade impacta diretamente os estabelecimentos agropecuários, que enfrentam limitações devido à ausência de políticas públicas voltadas para os pequenos agricultores, agravando as já precárias condições de vida da população (Carneiro, 2006).

Assim como destacou Brügger (2007), Minas Gerais é marcada historicamente pela predominância de uma cultura patriarcal, e esse sistema de poder se baseou no controle das relações familiares e sociais por meio da organização patriarcal da família, através da valorização das relações de parentesco, do casamento cisheteronormativo e do lugar da herança para a manutenção desse sistema. Nesses territórios, observam-se fortes influências da cultura mineira tradicional, na qual o catolicismo ainda se apresenta como principal expressão religiosa, e os valores, hábitos e modos de vida da população rural ainda são permeados por performances tradicionais de gênero.

Inclusive, a própria base sociopolítica e histórica do engajamento das agricultoras e trabalhadoras rurais na região da Zona da Mata Mineira se deu pela igreja católica, por meio do

Movimento da Boa Nova (Mobon) e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), com influência da Teologia da Libertação, perspectiva progressista, que articula fé e ação. Na década de 70 e 80, o Mobon realizava cursos de formação, grupos de reflexão, estabelecendo uma estrutura comunitária que revelou lideranças camponesas católicas essenciais para o engajamento nas CEBs, que, posteriormente, desdobraram-se em outras formas de participação fora das comunidades rurais, como é o caso dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, na fundação do Partido dos Trabalhadores. Conforme Sensato (2022), na década de 90, houve a criação dos primeiros processos organizacionais no nível regional, como a Articulação Sindical da Zona da Mata, da Escolinha Sindical, do Polo Regional da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg), da Associação Regional e do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA).

Em sua tese de doutorado, a referida autora realizou uma análise sobre a atuação de sindicatos, associações e cooperativas dessa região nos processos de implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural a partir da problematização da representação política e das relações e práticas de poder características desses processos. No que tange às questões de gênero, um fato chamou atenção no estudo mencionado, descrito pela autora como um conflito de interesses, chamado de “racha”, resultante do machismo na não legitimação da eleição de uma liderança feminina como coordenadora do Polo Sindical pelo fato de ser mulher. Até o início dos anos 2000, nem o Polo nem a Associação Regional haviam tido mulheres na coordenação ou presidência. Esse cenário reflete a resistência das lideranças masculinas em aceitar uma mulher no comando dessas organizações e no exercício do poder político (Sensato, 2022).

Portanto, quando se pensa na participação das mulheres rurais na área de abrangência do Programa Agricultoras em Movimento, chama atenção a importância delas como atores sociais que lutam por protagonismo nos movimentos sociais. Muitas lideranças femininas participaram ativamente na estruturação do movimento agroecológico e dos sindicatos de trabalhadoras e trabalhadores rurais ocorrido desde a década de 80. Apesar de não ser interesse do presente estudo aprofundar na constituição histórica dos movimentos sociais dessa região, é importante salientar que essas organizações constroem uma rede interligada importante na promoção e no fortalecimento da agroecologia, articulando um projeto de sociedade que visa à produção agrícola ambientalmente sustentável, atrelado a um modelo de sociedade democrático (Sensato, 2022).

O protagonismo feminino dentro desses espaços contribuiu tanto para a construção quanto para o fortalecimento da agricultura familiar, influenciando as práticas e as tomadas de decisões. Além disso, a pesquisa apontou que, apesar de historicamente marginalizadas, as mulheres têm desempenhado também papéis essenciais na organização de suas comunidades, lutando por direitos e melhorias nas condições de vida e trabalho, contribuindo significativamente para as mudanças políticas e sociais no contexto local (Sensato, 2022). Inclusive, o Programa Agricultoras em Movimento surgiu como uma proposta de ação transversal a esses movimentos sociais, a partir de tensionamentos para dar visibilidade às pautas ligadas à promoção da igualdade de gênero, atuando diretamente sobre as necessidades e interesses das mulheres inseridas nesses espaços. Portanto, o programa configura-se como uma proposta de ação autônoma articulada aos espaços de participação mista, com intervenções grupais diversas, como apresentado nos artigos que foram produzidos a partir da pesquisa de campo.

Elementos específicos sobre o território foram levantados com base na percepção das interlocutoras da pesquisa. Portanto, o território, concebido a partir da noção de ruralidades, é um conceito analítico importante. Os dados empíricos que fundamentam os artigos construídos enriquecem a compreensão das nuances específicas da experiência das mulheres e da realidade concreta vivida em seus territórios. Entre essas nuances, destaca-se a maneira como a divisão sexual do trabalho emerge e, ao mesmo tempo, é desafiada pelas interlocutoras. Nesse sentido, torna-se essencial contextualizar essa categoria analítica, que serviu de base para a análise dos dados, conforme apresentado a seguir.

3.2 Divisão sexual do trabalho

Em sua análise sobre o campesinato feudal, Federici (2017) evidenciou que a divisão sexual do trabalho se constituía como uma fonte de força, uma vez que as atividades de fiar e colher eram realizadas de forma conjunta pelas camponesas. Assim, as mulheres eram capazes de experimentar formas de organização autossuficientes pautadas na cooperação, o que contribuía para a construção de comunidade e solidariedade entre elas. Em contraposição a esse modo de organização, o capitalismo passou a relegar às mulheres ao lugar da privação e do isolamento, levando ao enfraquecimento de suas trocas coletivas. Com a instauração desse novo sistema, as mulheres sofreram uma “derrota histórica” em decorrência da nova divisão sexual do trabalho.

Para a autora, a globalização da economia foi responsável por provocar uma grande crise no contexto da reprodução social da população da África, da Ásia e da América Latina. Essa crise foi expressa pela eclosão de uma nova divisão internacional do trabalho, cuja base de exploração é a mão de obra feminina. São as mulheres do terceiro mundo que assumem a responsabilidade de assegurar a reprodução da força de trabalho nas grandes metrópoles. Ao serem “integradas” à economia mundial, as mulheres desses países passaram a ocupar dupla função produtiva. A primeira é a produção de trabalhadores para as economias locais e para os países industrializados e a segunda refere-se à produção de mercadorias baratas voltadas para a exportação. Nesse contexto, ocorreu uma perturbação das políticas feministas, uma vez que criam divisões, que prejudicam a solidariedade feminina internacional. O risco dessa realidade incorre em instrumentalizar o feminismo como forma de racionalização da nova ordem econômica mundial, que se refere à configuração política e econômica imposta ao mundo inteiro pelo neoliberalismo (Federici, 2019, p.145).

Diante desse contexto, a autora coloca para debate a necessidade de situar a “feminilização da pobreza”, no contexto do avanço das relações capitalistas. Além disso, destaca a importância de compreender que a nova divisão internacional do trabalho provoca uma redistribuição internacional do trabalho reprodutivo, atuando no fortalecimento das hierarquias inerentes à divisão sexual do trabalho, que eclode em novas divisões entre as mulheres (Federici, 2019). Assim, faz-se relevante levar em consideração essa nova divisão internacional do trabalho para pensar as nuances atuais da divisão sexual do trabalho, pois, conforme Biroli (2016), ela está na base das hierarquias de gênero nas sociedades contemporâneas e, mais especificamente, no meio rural.

De acordo com Hirata e Kergoat (2007, p. 596), articular essa descrição do real de como o gênero se configura ajuda a compreender os processos mediante os quais a sociedade, a partir de um sistema de gênero, determina os lugares a serem ocupados por cada indivíduo nas esferas sociais. As autoras ressaltam a presença de dois princípios, o da separação e o da hierarquia. Seguindo o princípio da separação, o homem deve assumir a esfera pública, por meio de sua participação no mercado produtivo, nas atividades de representação política, por exemplo. Já as mulheres são relegadas ao âmbito das atividades reprodutivas, tais como o desenvolvimento das tarefas domésticas, cuidados com pessoas e com a natureza. Além disso, evidencia-se o princípio da hierarquização, no qual as atividades designadas aos homens possuem maior valor e reconhecimento social e estão ancoradas no processo de naturalização.

Colocar em debate essa realidade implica considerar duas dimensões: a primeira refere-se à superação da cisão entre público e privado, desnaturalizando as relações doméstico-familiares. Por sua vez, a segunda abarca a necessidade de considerar a politização das experiências e formas de dominação e de opressão pautadas nas relações de poder cotidianas (Biroli, 2016).

Desse modo, observa-se que as assimetrias provocadas pela divisão sexual do trabalho reverberam em diversas desvantagens para as mulheres, em especial para as mulheres negras e pobres. Com isso, muitas mulheres experimentam restrições no acesso a tempo livre, renda, recursos para investir em sua qualificação, a fim de contribuir para seu desenvolvimento profissional. Portanto, as desvantagens que afetam as mulheres variam conforme os marcadores sociais de raça, gênero, classe social, território, entre outros, o que deixa evidente a heterogeneidade das vivências e subordinações, tornando as mulheres um grupo heterogêneo (Biroli, 2016).

Conforme Paulilo (2009), a desconstrução dos papéis de gênero começou a ser pautada pelas mulheres camponesas, pois as tarefas designadas a elas dentro da divisão sexual do trabalho se configuram como principais impeditivos para sua efetiva participação nos espaços públicos, inclusive na luta sindical e nos movimentos populares. Nesse contexto, retomam a questão da renda e da propriedade e também colocam para debate a questão ecológica, o trabalho doméstico e de cuidados (Paulilo, 2022). Nas palavras da autora:

De forma sucinta esses pontos são: necessidade de as mulheres ocuparem espaços antes vedados a elas por serem considerados masculinos; retomada dos conceitos de 'classe' e de 'luta de classes' como fundamentais; a visão do capitalismo como um 'sistema' de dominação, onde várias discriminações (sexo, gênero, raça, etnia...) se articulam; a necessidade de enfrentamentos com os poderes dominantes e a necessidade de superação do capitalismo por uma forma socialista de produção. O feminismo marxista anterior, porém, não dava conta de outros elementos trazidos pelas agricultoras: a valorização do trabalho doméstico e de cuidados; o respeito à natureza; a inclusão dos homens em um mundo antes considerado feminino; a revitalização dos saberes tradicionais; e a resistência à mecanização e à produção em massa de alimentos, transformando-os em mercadorias. Esses elementos vão aparecendo muito ligados ao cotidiano das agricultoras (Paulilo, 2022, p. 8).

Em sua configuração atual, em decorrência de diversas transformações mundiais, passou a ser comum na nova divisão sexual do trabalho o modelo de delegação, que ocorre quando uma mulher delega a outro, normalmente outras mulheres, as tarefas domésticas e de cuidado, seja por vínculos de afeto e solidariedade, seja por contratação formal. Tendo em vista que a sobrecarga trazida por essas funções implica diretamente prejuízos e dificuldades materiais para as mulheres, evidencia-se a importância de refletir não apenas sobre os fatores que sustentam essa permanência, como também quais seriam as formas de transformar essa

realidade, por meio do questionamento dos âmbitos psicológicos da dominação e da dimensão da afetividade (Hirata; Kergoat, 2007).

Nesse contexto, Valeska Zanello (2016; 2018; 2022) tem despontado na psicologia como uma importante referência ao evidenciar em seus estudos os elementos afetivos, para além dos elementos performativos de gênero. Ela coloca para debate o fato de as emocionalidades estarem presentes nos dispositivos de subjetivação e sofrimento de homens e mulheres. Para a compreensão das relações sociais, a autora propõe as seguintes categorias analíticas: dispositivos amoroso e materno para as mulheres e dispositivo da eficácia para os homens, em que se destaca a virilidade laboral e sexual. Em seus estudos, a autora demonstra como a saúde mental de homens e mulheres é perpassada por esses dispositivos, evidenciando especialmente o quanto a cultura brasileira é pautada pela misoginia.

Conforme Federici (2017), com o capitalismo, foi negado às mulheres o controle sobre seus corpos, a maternidade passou a ser considerada como um trabalho forçado, além de ocorrer o confinamento das mulheres à atividade reprodutiva, sendo considerada uma definição parcial das funções exercidas pelas mulheres na nova divisão sexual do trabalho.

Desse modo, o trabalho de cuidado passou a ser também tematizado para além do trabalho doméstico. Sorj (2021) ressalta que as fronteiras entre trabalho doméstico e trabalho de cuidado são porosas, porém são diferentes. O trabalho de cuidado é concebido “como uma prática que envolve afetos, emoções e responsabilidade para com o outro” (Sorj, 2021, p.1.090). No presente estudo, partiu-se do entendimento do cuidado como um emergente problema social, sendo, portanto, perpassado por conflitos mais ou menos explícitos na arena política, em decorrência de novas e importantes divisões sociais e tensões subjacentes, tais como: a acentuação da inserção de mulheres no mercado de trabalho, as mudanças demográficas que colocam o envelhecimento da população como um problema político, a adoção de novos modelos de política social. Observa-se que as fronteiras entre responsabilidade privada e social estão em constante redefinição. Atualmente, vigora uma expansão da mercantilização das relações sociais (Sorj, 2021).

Na América Latina, a informalidade é uma marca comum do trabalho de cuidado. Essas relações são permeadas pela fragilidade dos sistemas de proteção social, pela precariedade na institucionalização das atividades de cuidado e pelo baixo reconhecimento social. Esse cenário reflete a longa experiência de colonização, escravidão e formas de dominação racial e étnica que moldaram os países latino-americanos, respeitando as

especificidades das trajetórias históricas nacionais. Observa-se, ainda, que o trabalho de cuidado está em constante transformação (Sorj, 2021).

No Brasil, a figura das mulheres, especialmente das mulheres pretas no contexto da colonialidade, foi moldada nos espaços públicos e privados desde o século XIX até os dias atuais na interface entre o trabalho de cuidado e o trabalho doméstico (Gomes, 2022; Gonzalez, 2020). Com isso, adotar um olhar decolonial contribui para a construção de um campo de conhecimento mais poroso, desafiando categorias analíticas tradicionais, à medida que situa e discute pressupostos teóricos de forma localizada. Estudos decoloniais recentes desenvolvidos no Brasil mostram especificidades vividas pelas mulheres rurais na relação com atividades de cuidado, considerando os atravessamentos de classe, raça/etnia, gênero, território. Nesse cenário, as pesquisas têm valorizado as narrativas e práticas dessas mulheres, abrindo espaço para que as memórias ancestrais, as oralidades e práticas pedagógicas das mulheres agricultoras emergjam como estratégias potentes na problematização de estruturas hegemônicas, atuando na reorganização das relações de poder e decisão dentro das comunidades e fora delas (Diaz; Wosniak, 2022).

Quanto à análise acerca do trabalho doméstico, partiu-se de contribuições de Federici (2019; 2021). Para a autora, essa modalidade de trabalho abarca muito mais do que as tarefas de limpeza da casa, uma vez que envolve prestar serviços à força de trabalho assalariada em níveis físicos, emocionais e sexuais, preparando-a para enfrentar a luta constante em busca de um salário (Federici, 2021). Por isso, o trabalho doméstico constitui-se como uma forma de exploração das mulheres no sistema capitalista, ao ser traduzido como expressão de amor e como uma característica inerente às mulheres. As mulheres passam por uma socialização e treinamento extensivos e diários desde a infância, realizados geralmente por uma mulher, a mãe, que exerce esse papel de forma não remunerada responsável por preparar sua filha para o papel de mãe e esposa (Federici, 2019).

Assim, as mulheres crescem pensando que o melhor que elas podem esperar para sua vida é ocupar essas posições, realidade rapidamente questionada quando elas se veem, por exemplo, diante de uma pia suja. Em vez de uma solução isolada e privada, a luta pela transformação dessa realidade, “da cozinha” e “do quarto”, precisa ser levada para as ruas. Uma das pautas políticas do feminismo é a defesa do salário para o trabalho doméstico, tendo em vista que este é um problema coletivo compartilhado pelas mulheres, que traz implicações diversas no cotidiano (Federici, 2019).

Acerca do trabalho produtivo das mulheres rurais, pauta importante de luta, lança-se mão, no presente estudo, das categorias analíticas trabalho “leve” e “pesado”, enunciadas por Paulilo (1987), em que a qualificação do trabalho no campo se dá a partir de quem o realiza. Assim, quando mulheres e crianças são responsáveis pelas atividades, estas são consideradas “leves”, e, quando é um homem que realiza uma atividade, esta é tida como trabalho “pesado” (Paulilo, 1987). Essa realidade é observada no trabalho desenvolvido por mulheres camponesas por todo o Brasil. A título de exemplificação, levando em conta as peculiaridades regionais e culturais, o mesmo trabalho desenvolvido por um homem no Nordeste, tal como a lida com animais leiteiros, considerado como um trabalho pesado, é executado por mulheres sulistas, no entanto, este é visto como um como trabalho leve. E, mesmo se houver o uso de equipamentos, em decorrência da mecanização do trabalho, se as atividades são desenvolvidas por homens, continuam sendo consideradas como trabalho pesado (Conte; Calaça; Taborda, 2020).

Por isso, para as mulheres rurais, o pessoal é político, uma vez que elementos como o trabalho doméstico e o trabalho de cuidado e a degradação do meio ambiente impõem a elas dificuldades reais em suas vidas cotidianas no campo. Com isso, pensar as formas como as relações sociais estão configuradas no capitalismo é fundamental para compreender as lutas impetradas pelas mulheres rurais em contextos locais (Federici, 2019).

Assim, investigar a experiência de mulheres rurais, organizadas em grupos, como executado nesta pesquisa, contribui para compreender como ocorre a construção de uma identidade coletiva entre essas mulheres, sendo esse conceito entendido aqui como um processo psicossocial, no qual um grupo constrói significados e demarca fronteiras políticas (Prado, 2001). Conforme Prado, Campici e Pimenta (2004, p. 314), a identidade política se refere àquele

[...] elemento que, ao mesmo tempo, é possibilitado e constituído no interior do processo mobilizatório e revela-se como elemento mediador da consistência interventiva dos grupos envolvidos na luta e, nessa medida, promove transformações subjetivas e objetivas tanto em indivíduos particulares como nas diversas esferas (espaço, lógica e prática) da vida cotidiana; realiza, pois, a potência emancipatória das formas de ação coletiva em diferentes espaços da cotidianidade.

Assim, o político é tomado como um espaço não institucional de emergência de antagonismos sociais e as ações coletivas, concebidas como processos de identificação coletiva e significação da realidade social. Destarte, as referências identitárias construídas em contextos grupais emergem como alternativa ao individualismo moderno (Prado, 2001).

A partir da incursão na pesquisa de campo, observou-se que os processos de identificação coletiva das interlocutoras envolviam uma articulação profunda entre espiritualidade e saberes ancestrais, que se mostraram elementos centrais na luta coletiva e nas

formas de resistência dessas mulheres. Diante dessa constatação, tornou-se necessário ampliar o escopo analítico, incorporando as categorias mística, ancestralidade e emancipação feminina, de modo a captar as nuances práticas da participação das interlocutoras e os sentidos atribuídos por elas às suas trajetórias. Essas novas categorias possibilitam uma compreensão mais ampla da experiência feminina no contexto pesquisado, articulando dimensões relacionais, simbólicas e políticas que atravessam suas vivências. A seguir, esses conceitos são discutidos em maior profundidade, à luz da literatura especializada.

3.3 Mística, ancestralidade e emancipação feminina

A partir do contato direto com o Programa Agricultoras em Movimento, foi possível observar a relevância da mística nos encontros presenciais, bem como sua conexão com a ancestralidade e a emancipação feminina. Durante a pandemia da covid-19, as restrições de mobilidade e o isolamento social agravaram as desigualdades enfrentadas pelas mulheres rurais, tornando a manutenção dos laços de apoio uma estratégia fundamental. Nesse período, o Projeto Cuidar-se, desenvolvido com o acompanhamento de profissionais da saúde, demonstrou como as práticas de autocuidado, conexão com o corpo e espiritualidade foram mobilizadas para fortalecer a saúde mental dessas mulheres. Com o retorno das atividades presenciais, foi possível observar que a espiritualidade, a mística e a ancestralidade se tornaram ainda mais centrais nos encontros do programa, refletindo uma compreensão ampliada da interdependência nas relações humanas e do papel do sagrado na construção de coletividades.

A espiritualidade na América Latina é profundamente marcada pela diversidade cultural e histórica de seus povos, especialmente entre populações do campo e das florestas. Essa multiplicidade de formas de vinculação espiritual reflete a resistência e a ressignificação das tradições ao longo dos séculos, reunindo influências da teologia da libertação, dos saberes ancestrais indígenas, afrodiáspóricos e de práticas místicas enraizadas no cotidiano das mulheres latino-americanas. Esses saberes e práticas se entrelaçam em diversas lutas, como movimentos indígenas, quilombolas, feministas interseccionais e de trabalhadoras rurais, articulando espiritualidade e política, na busca por direitos e reconhecimento público (Boff, 1994; Quijano, 2005; Mignolo, 2005).

Nos movimentos sociais latino-americanos, a mística, a espiritualidade e a ancestralidade desempenham um papel central na articulação de resistências, mas não são categorias fixas ou universais. Pelo contrário, são construções históricas e políticas que variam

conforme contextos e relações de poder. Segundo estudiosos decoloniais, como Mignolo (2005) e Quijano (2005), essas dimensões representam formas de resistência ao colonialismo e à imposição de uma modernidade eurocêntrica, sendo reinterpretadas constantemente pelos próprios movimentos. A mística, por exemplo, não é apenas uma ferramenta simbólica ou espiritual essencialista, mas um dispositivo discursivo e prático, cuja ressignificação permite sua instrumentalização como estratégia política.

Cusicanqui (2010), por sua vez, destaca como esse processo possibilita o fortalecimento da identidade coletiva e a recuperação da memória histórica, desafiando a homogeneização cultural imposta pelo colonialismo. Além disso, Dussel (1994) argumenta que a produção de sentidos dentro das lutas decoloniais ocorre por meio da disputa pelo simbólico, o que reforça que a mística não é um dado natural, mas um campo de disputa. Walsh (2009) também contribui ao demonstrar como essas práticas espirituais e ancestrais podem funcionar tanto como formas de resistência quanto como alvos de apropriação e redefinição dentro dos próprios movimentos. Dessa forma, no contexto decolonial, a mística não deve ser compreendida como uma essência atemporal ou puramente tradicional, mas como um espaço de contestação e reinvenção que se inscreve nas lutas por justiça e reconhecimento.

Essas concepções dialogam diretamente com o entendimento de política em Rancière (2009, 2018), especialmente no que ele considera como partilha do sensível. Para o filósofo, a política não se reduz à administração do poder, mas é o ato de tornar visível o que estava invisível, redistribuir lugares e vozes, redefinir quem pode falar e ser ouvido. Os movimentos sociais latino-americanos, portanto, operam precisamente nesse campo, pois eles deslocam as fronteiras do sensível ao reivindicarem formas de existência historicamente silenciadas e desqualificadas. Com isso, colocam em xeque as amarras advindas do colonialismo, irrompendo uma nova percepção coletiva sobre quem conta como sujeito político, subvertendo a ordem dada e instaurando novas formas de visibilidade e reconhecimento público.

Ao optar por usar esse referencial teórico, a noção tradicional de participação é desafiada no presente estudo, pois, muitas vezes, ela é entendida dentro de uma lógica normativa, institucional ou funcional. O referido autor propõe um deslocamento dessa perspectiva, ao questionar quem pode participar, de que forma e em quais condições (Rancière, 2009, 2018).

A teologia da libertação, surgida na década de 1960, propõe uma abordagem cristã voltada para a justiça social e a libertação dos oprimidos, pautada em uma perspectiva ecológica da vida que articula fé e ação. Ela teve fortes influências nos movimentos sociais do campo e

possui uma perspectiva progressista dentro da igreja católica (Boff, 1994). No contexto rural e indígena, essa teologia dialogou com os modos tradicionais de organização comunitária e com os ritos espirituais locais, fortalecendo movimentos de emancipação feminina (Gutiérrez, 2000). Mulheres rurais e indígenas encontraram nesse pensamento um caminho para articular a espiritualidade com a luta por direitos e autonomia, muitas vezes desafiando estruturas patriarcais (Gebara, 1997).

Paralelamente, os saberes ancestrais indígenas permanecem vivos na conexão das mulheres com a terra, com as forças naturais e com os ciclos de vida e morte (Viveiros de Castro, 2013). O xamanismo, os ritos de cura, as benzedeadas e as práticas espirituais das comunidades indígenas e quilombolas demonstram um conhecimento profundo, que associa a espiritualidade ao cuidado coletivo e à preservação ambiental (Kopenawa, Albert, 2015). Essas tradições também carregam uma visão feminina do sagrado, reconhecendo a força geradora da mulher e seu papel central nos processos de transformação social e espiritual (Segato, 2016).

A emancipação feminina, nesse contexto, vai além da esfera política ou econômica, manifestando-se também na reconquista de narrativas espirituais historicamente marginalizadas. A mística feminina latino-americana se expressa na resistência de parteiras, rezadeiras e lideranças espirituais indígenas e pretas, bem como de mulheres que, por meio da fé e do conhecimento ancestral, constroem formas alternativas de organização comunitária e enfrentamento das opressões (Aquino, 1996).

Movimentos feministas e decoloniais contemporâneos têm revisitado essas tradições para compreender como a espiritualidade pode ser um instrumento de emancipação (Lugones, 2003). A ressignificação de figuras como Pachamama nos Andes, Iemanjá nas religiões afrodiáspóricas e Maria em sua versão popular e sincrética demonstram como a conexão com o sagrado é um espaço de força e resistência para as mulheres da América Latina (Mignolo, 2008).

No Brasil, Lélia Gonzalez (2020), que discute o amefricanismo, aponta que as espiritualidades afrodiáspóricas, enraizadas nas tradições dos terreiros e na cosmovisão dos povos de matriz africana, reafirmam a centralidade da mulher como guardiã do sagrado e agente de resistência. Esses saberes foram historicamente marginalizados pelo racismo e pelo colonialismo e sua preservação atua na recriação da identidade e da autonomia das mulheres pretas, reconfigurando os sentidos de emancipação para além da política institucional, ao recolocarem a espiritualidade como campo fundamental da luta por dignidade e pertencimento.

No contexto específico do território de pesquisa, a ancestralidade também desempenha um papel fundamental ao resgatar saberes tradicionais e reafirmar a relação sagrada com a terra. Krenak (2019) discute a necessidade de reavaliar nossa relação com o planeta a partir de uma perspectiva ancestral, contrapondo-se à lógica extrativista do capitalismo. No Programa Agricultoras em Movimento, essa visão se materializa nas práticas agroecológicas, na valorização das ervas, no resgate das sementes crioulas, nos rituais coletivos e no cuidado com os elementos naturais.

A mística nos movimentos de mulheres rurais se refere a práticas simbólicas e ritualísticas que fortalecem a identidade coletiva, unindo reivindicações políticas ao fortalecimento dos vínculos de solidariedade e pertencimento grupal. Dessa forma, ultrapassa uma manifestação religiosa, constituindo-se como uma experiência permeada por ancestralidade, cultura popular, memória coletiva e espiritualidade (Mezadri *et al.*, 2020; Aguiar, 2019). No território estudado, a base sociopolítica dos movimentos sociais teve forte influência da teologia da libertação e das comunidades eclesiais de base (CEBs) desde a década de 1970, na luta por saúde, soberania alimentar e nutricional, na defesa da agricultura familiar e dos direitos trabalhistas, na promoção da economia solidária e na resistência contra a mineração de bauxita na Serra do Brigadeiro, consolidando a espiritualidade como elemento essencial na emancipação feminina e na defesa do meio ambiente (Sansato, 2022).

Transversal a essas frentes de trabalho, encontra-se a defesa pela igualdade de gênero, e o Programa Agricultoras em Movimento é uma proposta criada na disputa por um espaço autônomo para dar visibilidade às demandas das mulheres rurais da região de Muriaé, Rosário da Limeira, Miradouro e Barão do Monte Alto. Considerando a diversidade de vivências nesses diferentes contextos, a adoção de um olhar interseccional é fundamental, a fim de compreender as múltiplas opressões que afetam as mulheres nesses territórios, considerando os marcadores de raça, classe e gênero como categorias indissociáveis (hooks, 2018; Gonzalez, 2020).

Conforme hooks (2018, 2021), a emancipação feminina começa pela autoconsciência, pela libertação pessoal e pela participação nos movimentos coletivos sem reproduzir novas formas de opressão. O reconhecimento e a afirmação do direito ao prazer, da apropriação do próprio corpo e da subjetividade permitem que as mulheres rompam com o autossacrifício, um padrão comum na socialização feminina dentro do patriarcado, que reforça a submissão e o sacrifício pessoal (hooks, 2017).

Dessa forma, ao tomarem consciência de sua dignidade e autonomia, as mulheres evitam se perder nas dinâmicas coletivas e perpetuar o ciclo de subordinação. Estabelecer

limites torna-se essencial para que sua participação não seja moldada por expectativas externas, seja em relações pessoais, seja em coletivos. Quando pautadas em uma ética amorosa (hooks, 2021), as ações coletivas podem se transformar em espaços seguros de expressão de afeto e suporte diante dos desafios enfrentados por grupos marginalizados. Essa perspectiva se alinha à experiência das mulheres pesquisadas, para as quais a amizade ocupa um lugar central. Portanto, parte-se, no presente estudo, da lente teórica relacional, que entende que as estruturas e os indivíduos são interdependentes, sendo continuamente formados e reformulados através das relações sociais dinâmicas (Bourdieu, 1989, 1997).

A partir dessa perspectiva, a emancipação feminina no contexto das mulheres rurais ocorre por meio da ressignificação das disposições socialmente incorporadas; ou seja, do *habitus*, que estrutura suas percepções e práticas cotidianas. Bourdieu (1989) argumenta que o *habitus* é moldado por experiências históricas e sociais, mas também pode ser transformado quando novos espaços de participação e novas formas de relacionamento são construídas. No caso dessas mulheres, a mística e a ancestralidade operam como forças que consolidam laços de solidariedade, permitindo que uma luta coletiva se desenvolva a partir de um senso compartilhado de pertencimento e identidade. A internalização desses valores e a participação em redes de apoio possibilitam a permanência de um hábito mais independente e crítico, favorecendo processos de emancipação e protagonismo social (Bourdieu, 1989).

Além disso, a emancipação se desenrola dentro de um campo de disputas simbólicas, em que diferentes formas de capital, tais como econômico, social e, sobretudo, simbólico, são acionadas para legitimar a presença e a voz dessas mulheres nos espaços de poder. A espiritualidade e a ancestralidade, ao serem reconhecidas como elementos estruturantes das trocas relacionais, conferem às participantes do programa um capital simbólico capaz de transformar suas posições dentro do campo social. A mobilização coletiva em torno desses valores permite que novas estratégias de resistência sejam criadas, reconfigurando relações de poder e ampliando as possibilidades de conquista de direitos.

Assim, o engajamento nas redes afetivas que articulam mística, espiritualidade e ancestralidade se torna uma via potente para a emancipação, pois fortalece o reconhecimento social das mulheres rurais em suas lutas (Bourdieu, 1997). Esses conceitos foram fundamentais para a análise dos dados produzidos no campo de pesquisa e serão apresentados adiante. Antes disso, são detalhados a seguir os procedimentos metodológicos que viabilizaram a execução da pesquisa.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1 Tipo de pesquisa e local do estudo

A proposta deste estudo teve como delineamento metodológico a pesquisa qualitativa. Buscou-se na investigação a combinação de desenhos de pesquisa de caráter descritivo e exploratório, através do estudo de caso. Foram utilizados multimétodos, o que possibilitou a composição de análise crítico-reflexiva e interpretação aprofundada da realidade investigada (Ayoub; Wallace; Zepeda-Millán, 2014).

Para responder ao problema de pesquisa, buscou-se uma aproximação com mulheres rurais, que participam do Programa Agricultoras em Movimento na Zona da Mata Mineira. Seguindo o recorte desta pesquisa, este programa compõe o cenário de atuação e articulação coletiva. Ele busca fomentar a autonomia econômica, a mobilização coletiva, bem como a saúde física e mental de mulheres rurais através de diversos projetos vinculados à formação em práticas de base agroecológica, representatividade política, luta por direitos, práticas que incentivem a geração de renda no contexto da agricultura familiar e práticas de autocuidado.

O universo de participantes da pesquisa foi composto de mulheres que residem em comunidades rurais de quatro cidades da Zona da Mata que compõem o território do programa, a saber: Muriaé, Barão do Monte Alto; Rosário da Limeira e Miradouro, que se dispuseram a participar da pesquisa, focalizando aquelas que atuam ou participam ativamente das ações como liderança dentro desses espaços ou na comunidade rural em que residem.

É válido ressaltar que a escolha de mulheres rurais dessas regiões se justifica, uma vez que, apesar de a sede das organizações estar localizada em Muriaé, existe o trabalho contínuo envolvendo os outros municípios. Assim, buscou-se articular as histórias individuais das interlocutoras com a história coletiva das mulheres rurais nessa região, partindo da perspectiva de que existe uma comunidade na experiência vivida que circunscreve os limites de uma coletividade, trazendo às histórias dessas mulheres um sentido social (Meihy; Holanda, 2020).

Utilizou-se a estratégia metodológica de funil, que consiste em uma abordagem progressiva e sistemática de análise de um fenômeno, iniciando com técnicas mais amplas e exploratórias, com vistas à compreensão de contextos complexos por meio de diferentes níveis de análise e, gradualmente, afunilando para técnicas mais específicas e aprofundadas, com foco em aspectos mais detalhados e particularidades subjetivas. Essa abordagem é especialmente útil em estudos qualitativos como é o caso desta tese, já que visou explorar experiências subjetivas,

interações sociais e processos históricos sobre o Programa Agricultoras em Movimento. No presente estudo, a técnica do funil foi implementada por meio da utilização de múltiplas estratégias metodológicas, organizadas em camadas sucessivas de aprofundamento, conforme descrito a seguir.

Primeiro, ocorreu uma exploração incipiente e contextualização ampla: o estudo iniciou-se com análise de documentos sobre o histórico e metodologias do programa e observação participante de ações desenvolvidas após a covid-19, no retorno das atividades presenciais. Nessa etapa, foram utilizados diário de campo, fotografias, áudios e vídeos como instrumentos de registro. Essa abordagem permitiu a imersão na realidade investigada, possibilitando a compreensão das estratégias metodológicas do programa utilizadas ao longo do tempo, em consonância com o primeiro objetivo específico. A análise documental forneceu uma visão histórica e organizacional do programa, enquanto a observação participante permitiu acesso direto às interações cotidianas e às práticas sociais em seu contexto empírico (Angrosino, 2009; Flick, 2009). Essa etapa inicial corresponde à parte mais ampla do funil, permitindo a construção de um entendimento contextual abrangente.

Em seguida, foi aplicado um questionário socioeconômico a seis mulheres participantes do programa, com o intuito de caracterizar o perfil sociodemográfico e evidenciar as vulnerabilidades que atravessam suas vidas, atendendo ao segundo objetivo específico. A opção por um questionário estruturado justifica-se pela necessidade de coletar dados padronizados e comparáveis, possibilitando um mapeamento das condições socioeconômicas das participantes (Minayo, 2014). Esse movimento representa o primeiro afinilamento do funil metodológico, ao se concentrar em dados específicos e descritivos que complementam a contextualização inicial das interlocutoras, por meio da amostra selecionada.

A focalização em experiências coletivas e subjetividades compartilhadas se deu por meio da realização de três encontros de roda de conversa *on-line*, que permitiram investigar as dinâmicas relacionais e estratégias das agricultoras no contexto da covid-19, bem como descrever as características dos encontros e suas potências no retorno às atividades presenciais, conforme delineado nos objetivos específicos 3 e 4. A escolha pela roda de conversa justifica-se por sua capacidade de estimular trocas dialógicas, proporcionando um espaço de fala e escuta coletiva (Gatti, 2005). Essa abordagem possibilitou a emergência de percepções compartilhadas e a identificação de significados sociais atribuídos à participação no programa. Essa etapa representa o segundo afinilamento do funil, direcionando a análise para as experiências subjetivas e relações intersubjetivas no grupo investigado.

O ponto mais estreito do funil foi alcançado com a entrevista de história de vida realizada com uma das organizadoras do programa, visando analisar sua trajetória pessoal e a relação com sua ação política, para atender o objetivo específico 6. Esse método permitiu o acesso às experiências subjetivas e às construções identitárias, evidenciando os significados atribuídos aos eventos vivenciados e suas repercussões na prática política (Bertaux, 2010). A escolha pela história de vida justifica-se por sua potencialidade de revelar a interseção entre experiências pessoais e processos sociais mais amplos, oferecendo uma compreensão aprofundada dos desafios enfrentados pela liderança ao longo de sua trajetória de vida e militância. Para Fine *et al.* (2006), a interseção entre diferentes estratégias metodológicas propicia a confrontação dos dados obtidos por meio de diversas fontes, possibilitando a emergência de contradições, rupturas e continuidades nos discursos (re)produzidos pelas interlocutoras que participam do contexto pesquisado.

4.2 Técnicas de produção dos dados e público envolvido nas etapas da pesquisa

O público-alvo da pesquisa compreendeu mulheres rurais com idade igual ou superior a 18 anos, de quatro cidades (Muriaé, Miradouro, Rosário da Limeira e Barão do Monte Alto) que compõem o território do Programa Agricultoras em Movimento desenvolvido na Zona da Mata Mineira. A seguir, foram detalhados os instrumentos utilizados, bem como a amostra que compôs cada um deles.

4.2.1 Análise de documentos

Laurence Bardin (2004) apresenta a análise documental como uma técnica dentro da análise de conteúdo, utilizada para interpretar documentos. Conforme a autora, a análise documental não se limita apenas à descrição do conteúdo, mas abarca um processo de categorização e interpretação que pode ser tanto qualitativa quanto quantitativa. Esse método possibilita a extração de indicadores dos documentos, os quais podem ser utilizados para realizar inferências sobre o contexto de produção e recepção desses materiais. No contexto da pesquisa, os documentos que compuseram o *corpus* de análise foram compilados no Quadro 1:

Quadro 1 – *Corpus de análise – documentos do Ceifar/ZM*

Documento	Ano
Relatório Seminário Territorial para Avaliação de Ações do Projeto e Elaboração de um Plano de Ação – dia 1	2016a
Relatório Seminário Territorial para Avaliação de Ações do Projeto e Elaboração de um Plano de Ação – dia 2	2016b
Logomarca do programa	2016c
Slides sobre o Projeto Cuidar-se	2021a
Respostas do primeiro diagnóstico do projeto Cuidar-se	2021b
Arquivos de áudios transcritos de <i>Whatsapp</i> do grupo Agricultoras em Movimento	2021c
Slides sobre a trajetória de atividades executadas e previstas pelo programa	2018-2024

Fonte: Dados da pesquisa, 2024

Os documentos não foram publicados e foram concedidos à pesquisadora por uma das organizadoras e idealizadoras do Programa. Foi possível observar que há grande preocupação das organizadoras em registrar diferentes fases da execução da proposta, tais como respostas de questionários para levantamento de demandas, registros fotográficos das ações, respostas de pesquisas de avaliação das atividades. O hábito de documentar contribui não só para monitoramento e avaliação das ações, como também para a sistematização, que viabiliza a replicação da proposta em outros contextos. Foram excluídos documentos que tratavam de outras ações desenvolvidas pelo Ceifar e que não estavam ligados diretamente ao Programa Agricultoras em Movimento.

4.2.2 Observação participante nas atividades do Programa e registro em diário de campo

A observação participante foi utilizada como estratégia para levantamento de dados acerca das ações e relações das mulheres rurais no contexto do Programa Agricultoras em Movimento. A observação participante se configura como um processo dialógico, permeado por conflitos, tensões e colaborações, é uma ferramenta importante, uma vez que permite compreender sentidos produzidos e significados compartilhados pelas interlocutoras nas suas interações cotidianas no contexto do Programa (Cardona; Cordeiro; Brasilino, 2014).

De acordo com Cardona, Cordeiro e Brasilino (2014), pesquisar no cotidiano envolve conviver com o grupo pesquisado, como forma de observar os aspectos relevantes para os objetivos da pesquisa. Cabe ressaltar que a reflexividade é um elemento importante nesse contexto, tendo em vista a necessidade de demarcar com os marcadores sociais de gênero, classe, geração, raça/etnia e outros, que atravessam tanto a pesquisadora como as interlocutoras da pesquisa (Fine *et al.*, 2006). Dessa forma, parte-se do pressuposto de que a pesquisa não é

um processo neutro, mas um processo construído na relação dialógica. Nesse contexto, ao estar ciente do lugar que ocupo como pesquisadora, posso contribuir para melhor compreender o funcionamento e relação do grupo estudado (Haraway, 1995). Conforme Balsiger e Lambelet (2014), a apreciação reflexiva envolve tanto a descrição da localização da pesquisadora no processo de pesquisa quanto a análise dos impactos e efeitos desta sobre aquela, o que aponta uma postura rigorosa e ético-política engajada.

Nesse sentido, localizo-me como uma mulher jovem, psicóloga, branca, de classe popular, urbana, com pós-graduação completa, cisgênero, heterossexual e solteira. Essas características me conferiram um lugar de fala no grupo, especialmente na posição de especialista, tendo sido convidada em algumas ocasiões para falar sobre saúde mental e gênero.

Por outro lado, sou “filha da Leninha”, e muitas dessas mulheres me viram crescer. O fato de minha mãe ser voluntária em diversas ações do programa criou um vínculo afetivo que reduziu a distância hierárquica entre mim e as participantes, diferenciando minha presença da de uma pesquisadora sem qualquer ligação prévia com o grupo. No entanto, essa proximidade também exigiu de mim um olhar atento para evitar romantizações nas interações e manter um posicionamento crítico, considerando que minha inserção no campo antecedeu formalmente a pesquisa.

A observação participante foi realizada em atividades do Programa Agricultoras em Movimento e da Coopaf, com foco na participação das mulheres, que desempenham um papel ativo nas ações. As atividades selecionadas ocorreram durante e após o retorno das atividades presenciais, no período pós-covid-19, com ênfase nas mudanças ocorridas nesse contexto, tanto na estrutura das atividades quanto na dinâmica de participação. A escolha dessas atividades se deu com base em sugestões das organizadoras. Assim, foram definidas como cenários de observação as atividades desenvolvidas no escopo do programa e encontros presenciais que ocorreram ao longo do ano de 2023.

Quadro 2 – Lócus de análise – observação participante

Atividade	Local	Ano	Objetivo
Arraiaí Agricultoras em Movimento	Centro de Formação e Ascensão Social (Cefas) Muriaé/MG	07/2022	Contato Inicial com o campo
Encontro da Agricultura Familiar	Sede da Coopaf Muriaé ⁹	06/2023	Aproximação preliminar após a apresentação da proposta de pesquisa
Reunião com uma das lideranças do Programa	Sede da cooperativa – Muriaé/MG	08/2023	Início das atividades de campo após a aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética
Caravana Agricultoras em Movimento	Pontão da Água Limpa – Muriaé/MG	10/2023	Observação e participação nas atividades como pesquisadora
Visitas à Feira Agroecológica	Praça do Trabalhador Muriaé-MG	2022-2023	Contato com as agricultoras como consumidora e pesquisadora
Assembleia da Coopaf	Sede da Coopaf – Muriaé-MG	04/2024	Fechamento do contato com o campo de pesquisa

Fonte: Dados da pesquisa, 2023

O número de atividades observadas foi reduzido devido ao seu retorno gradual presencialmente nas comunidades, o que impactou a possibilidade de participação em um número maior de ações. Além disso, a coleta de dados precisou ser compatível com o tempo disponível para análise. Ainda assim, foi possível observar uma caravana realizada em comunidades rurais, enquanto as demais atividades ocorreram no município de Muriaé.

Para registro das observações empreendidas no campo de pesquisa, foram utilizados como estratégias complementares o diário de campo, celular para registro fotográfico e em vídeo e gravador de áudio. No que se refere ao diário de campo, os registros através dessa ferramenta foram tomados por Medrado, Spink e Mélo (2014, p.274) “como parceiros que se movimentam em forma de um texto narrativo, ficcional e implicado”. Já os recursos audiovisuais para registro das atividades possibilitaram ampliar o conhecimento sobre a realidade investigada, documentando momentos e situações que ilustram o cotidiano vivenciado (Minayo, Deslandes e Gomes, 2002).

⁹ A Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar Solidária (Coopaf), inscrita no CNPJ sob o nº 14.696.045/0001-57 e registrada na Juceng sob o Nire 3140005328-0, é uma sociedade civil sem fins lucrativos, constituída em 16 de junho de 2010, com sede em Muriaé, Minas Gerais. A cooperativa tem como objetivo prestar serviços aos seus associados, agricultores familiares, promovendo a diversificação da produção, a produtividade e a qualidade de vida rural. Suas atividades incluem o recebimento, transporte, armazenamento, industrialização e comercialização da produção dos associados, além de assistência técnica e formação educacional. A Coopaf realiza suas atividades sem discriminação política, religiosa, racial ou social e não visa lucro. O estatuto social da cooperativa foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de outubro de 2017 (Coopaf, 2017).

4.2.3 Questionário sociodemográfico

Conforme Gil (2008), o questionário sociodemográfico é um instrumento que permite levantar dados sobre as características sociais e econômicas dos indivíduos. Esse recurso proporciona uma visão clara do perfil da amostra e da contextualização das variáveis de interesse. No contexto da pesquisa, foram levantadas as seguintes informações (Quadro 3):

Quadro 3 – Variáveis investigadas no questionário sociodemográfico

VARIÁVEL	Perguntas norteadoras
Nome	Qual o nome de vocês? Suas idades?
Cidade	Em qual comunidade você vive? Ela pertence a qual município?
Idade	Quais suas idades?
Cor	Como se denominam quanto a sua cor/etnia? (branca, preta, parda, indígena ou amarela)
Profissão	Você trabalha?
Escolaridade	Qual é a sua escolaridade?
Estado Civil	Qual é o seu estado civil?
Número de filhos	Você tem filhos? Se sim, quantos?
Pessoas que moram na casa	Com quem vocês moram?

Fonte: Dados da pesquisa, 2024

O questionário para a caracterização sociodemográfica (Apêndice 3) foi aplicado em uma amostra de seis mulheres, que também participaram das rodas de conversa virtuais. O questionário foi confeccionado pelo *Google forms*. Para o preenchimento, foi enviado o *link* de acesso para as interlocutoras pelo aplicativo do *WhatsApp*.

Os critérios de inclusão adotados foram: a) participar regularmente das atividades desenvolvidas pelo Programa; b) estar diretamente envolvida nas ações coletivas promovidas; c) ter idade igual ou superior a 18 anos; d) residir em comunidades localizadas nas regiões contempladas pelo Programa; e) ter vivência no meio rural, realizando ou tendo realizado ao longo da vida atividades reprodutivas e produtivas, seja para a subsistência ou para fins comerciais (ex.: agricultura familiar, produção de queijo, artesanato, entre outros); f) estar ou ter estado em relações conjugais heterossexuais estáveis (casamento, união estável, divórcio ou viuvez).

Foram definidos como critérios de exclusão: a) participação esporádica nas atividades do Programa; b) atuação exclusiva em contextos urbanos, sem vínculo com o meio rural; c) ausência de experiência em atividades produtivas e reprodutivas no meio rural; d) não atendimento ao perfil conjugal estabelecido nos critérios de inclusão.

A Tabela 1, a seguir, apresenta uma síntese do perfil sociodemográfico das participantes, com informações referentes a faixa etária, cor/etnia, escolaridade, estado civil, número de filhos, composição familiar e ocupação principal.

Tabela 1 - Caracterização das participantes

Participantes	Faixa etária	Cor/Etnia	Escolaridade	Estado Civil	N ° de Filhos	Composição familiar	Ocupação principal
Rosa	50	Branca	Ensino Médio Completo	Casada	1 filha	Marido	Agricultora
Jasmim	46	Parda	Ensino Médio Completo	Casada	1 filha	Marido e filha criança	Trabalhadora Rural
Girassol	48	Branca	Ensino Médio Completo	Casada	1 filha	Marido, sogra e filha adolescente	Lavradora
Flor-de-Lis	51	Parda	Ensino Fundamental Incompleto	Casada	3 filhos e 1 filha	Marido, filho jovem, filha jovem, filho adolescente e neto bebê	Trabalhadora Rural
Margarida	45	Branca	Ensino Médio Completo	Casada	1 filho	Marido e filho jovem	Agricultora
Lótus	40	Branca	Ensino Médio Incompleto	Divorciada, morando com um novo companheiro	3 filhos	1 filha jovem, 1 filho adolescente, 1 filha criança e 1 neta criança	Trabalhadora Rural

Fonte: Dados da pesquisa, 2023

4.2.4 Roda de Conversa

Para ampliar a compreensão das vivências das mulheres rurais no Programa Agricultoras em Movimento, foram realizadas rodas de conversa entre fevereiro e maio de 2024. Segundo Afonso e Abade (2008), essa metodologia participativa é uma intervenção pontual que enfatiza a dialogicidade, unindo conhecimento coletivo às experiências de vida das participantes. Nesse sentido, partiu-se do pressuposto de que a reflexão acadêmica caminha com o grupo, abrindo espaço para a construção, reflexão e desconstrução de saberes e práticas. A roda de conversa, como estratégia metodológica, esteve ancorada teoricamente na pedagogia crítica freiriana, constituindo-se como um instrumento potente no estudo de grupos populacionais historicamente excluídos e invisibilizados, como é o caso das mulheres rurais (Mello *et al.*, 2007; Afonso; Abade, 2008).

Para Paulo Freire (1996), o/a pesquisador/a deve exercer epistemologicamente a curiosidade, entendida como inquietação indagadora, na busca por desvelar algo por meio da verbalização ou não. Dessa forma, sua bússola alinhou-se a uma postura ativa, inquieta e criativa diante da realidade, acrescentando-lhe elementos resultantes das incursões dialógicas no campo de pesquisa.

O uso das rodas de conversa teve como prioridade a realização de discussões a partir da definição de uma temática, ancorada nos objetivos da pesquisa e no processo dialógico estabelecido com as interlocutoras no campo empírico (Méllo *et al.*, 2007). Elas possibilitaram a construção de novas elaborações, abrindo espaço para contradições, fala, escuta e diferentes posicionamentos. Assim, as participantes sentiram-se à vontade para compartilhar suas histórias e, juntas, atribuir significado aos acontecimentos vivenciados.

Figueirêdo e Queiroz (2012) ressaltam que o uso dessa estratégia metodológica se alinha tanto à história de vida do/a pesquisador/a quanto à dos/as interlocutores/as da pesquisa. Isso fez sentido nesta pesquisa, tendo em vista a aproximação prévia da pesquisadora com o campo empírico e o fato de essa metodologia já fazer parte das estratégias adotadas no cotidiano de ações do Programa Agricultoras em Movimento. Assim, acredita-se que seu uso facilitou a participação das mulheres, tornando a proposta mais horizontal. Além disso, a pesquisadora já tinha experiência na condução de rodas de conversa, devido à sua formação em psicologia e à sua familiaridade com essa estratégia metodológica.

Nesse sentido, a potência do uso de rodas de conversa deu-se pela valorização das narrativas no acontecimento dos encontros entre todos os envolvidos, bem como a partir do manejo das relações de poder presentes nesse contexto. Partiu-se do pressuposto de que a produção do conhecimento científico não é neutra. Ao adotar essa estratégia metodológica, a pesquisa avançou na construção de uma produção acadêmico-política (Figueirêdo; Queiroz, 2012).

A utilização da roda de conversa como estratégia metodológica esteve associada aos pressupostos feministas, favorecendo “a construção de uma prática dialógica em pesquisa, que possibilita o exercício de pensar compartilhado” (Figueirêdo; Queiroz, 2012, p. 1). Isso porque a crítica feminista associa a produção do conhecimento científico a uma postura ético-política da pesquisadora, que, de forma implicada, assumiu como pressuposto que a pesquisa científica possui desdobramentos da realidade concreta, sendo, portanto, uma prática localizada (Haraway, 1995). Com isso, as rodas de conversa ajudaram as participantes a tomarem consciência, tanto individual quanto coletivamente. Esse processo levou à contestação das

desigualdades de gênero e da posição subordinada que as mulheres ocupam na sociedade e na produção do conhecimento (Bandeira, 2008).

Para a operacionalização dessa estratégia metodológica, foram realizados três encontros entre fevereiro e março de 2024, seguindo o roteiro semiestruturado (Apêndice 2). Para a composição do grupo, foram utilizados os seguintes critérios: a) participar regularmente das atividades desenvolvidas pelo Programa; b) estar diretamente envolvida nas ações coletivas promovidas; c) ter idade igual ou superior a 18 anos; d) residir em comunidades localizadas nas regiões contempladas pelo Programa; e) ter vivência no meio rural, realizando ou tendo realizado ao longo da vida atividades reprodutivas e produtivas, seja para a subsistência ou para fins comerciais (ex.: agricultura familiar, produção de queijo, artesanato, entre outros); f) estar ou ter estado em relações conjugais heterossexuais estáveis (casamento, união estável, divórcio ou viuvez).

Foram definidos como critérios de exclusão: a) participação esporádica nas atividades do Programa; b) atuação exclusiva em contextos urbanos, sem vínculo com o meio rural; c) ausência de experiência em atividades produtivas e reprodutivas no meio rural; d) não atendimento ao perfil conjugal estabelecido nos critérios de inclusão.

A seleção das interlocutoras foi não probabilística, por conveniência e de saturação empírica, abarcando seis mulheres, respeitando as especificidades grupais. As interlocutoras foram indicadas por uma das organizadoras, tendo sido selecionadas pelo tempo de participação e expressividade de atuação no programa e em seus territórios. Foi realizado contato inicial por *Whatsapp* para a apresentação da proposta. A partir desse contato, cinco delas e a organizadora se propuseram a participar. Após aceitação, as interlocutoras foram inseridas em um grupo no mesmo aplicativo, para avisos quanto aos dias, horários e envio dos *links* de acesso aos encontros virtuais. O TCLE foi assinado por elas nos eventos presenciais dos quais participei no período da observação participante. Os encontros foram realizados pela plataforma *Google Meet*, com duração média de 60 minutos. Todos foram gravados na íntegra e, posteriormente, transcritos para subsidiar a análise de conteúdo.

No primeiro encontro, as perguntas buscaram explorar o cotidiano das mulheres e sua relação com seu território, a fim de conhecer os modos de vida, lazer, vulnerabilidades, adversário político, formas de enfrentamento das vulnerabilidades vivenciadas por elas. Com a reflexão realizada nesse encontro, foram problematizadas especialmente a relação entre os marcadores de gênero e território na composição dos modos de vida e a relação com a comunidade.

No segundo encontro, foram exploradas as vivências das mulheres rurais em suas famílias, enfatizando as relações estabelecidas, bem como as dinâmicas existentes no trabalho produtivo e reprodutivo. Esse encontro foi importante para identificar as desigualdades de gênero presentes no contexto doméstico-familiar que prejudicam o exercício da autonomia das mulheres. No terceiro encontro, investigaram-se os elementos relacionados à participação das mulheres no Programa Agricultoras em Movimento, o que permitiu identificar as nuances das relações, das práticas e dos desdobramentos do programa na vida das participantes.

Para a condução das rodas de conversa, contei com o auxílio da psicóloga Graziela Mulano, que se dedica aos estudos de gênero. Ela foi responsável por registrar, em um diário de campo, impressões complementares durante os encontros. Vale destacar que Graziela foi minha aluna na graduação em Psicologia na faculdade onde atuei como professora universitária por seis anos. Além disso, teve participação ativa na organização do projeto de extensão¹⁰ sobre saúde mental e gênero, que desenvolvi e orientei em 2022. Sua colaboração permitiu checar elementos que poderiam ter passado despercebidos, considerando meu envolvimento direto na mediação dos encontros.

Por fim, é válido destacar que a hipótese do estudo foi confirmada: a participação no programa analisado contribuiu para que as mulheres repensassem a divisão tradicional de papéis de gênero na família e no trabalho. Além disso, permitiu que elas se reconhecessem como coletividade, politizando problemas antes vistos como individuais por estarem naturalizados no dia a dia.

4.2.5 Entrevista em profundidade na modalidade de história de vida com uma das lideranças do Programa Agricultoras em Movimento

Essa estratégia teve como objetivo compreender a história de vida de uma das lideranças do programa e sua relação com a ação política, enfatizando a reconstrução de sua

¹⁰ O projeto de extensão refere-se ao “Grupo Flore(ser): entre reflexões, vivências e intervenções em Saúde Mental e Gênero”. A proposta teve os seguintes objetivos: propiciar letramento de gênero às graduandas da área da saúde do Centro Universitário Faminas a fim de contribuir para processos subjetivos e realização de ações comunitárias em prol da igualdade de gênero; contribuir para a descolonização dos afetos, a fim de que as mulheres possam construir estratégias individuais e coletivas de autonomia; propiciar reflexão e desnaturalização das hierarquias sociais que fazem das mulheres alvo de desigualdades e violências; promover simbolização e elaboração psíquica, a fim de fortalecer os vínculos entre mulheres por meio do compartilhamento de vivências.

experiência pessoal e em ações coletivas, a fim de problematizar os desafios enfrentados ao longo de sua trajetória (Maciazeki-Gomes *et al.*, 2016).

Para isso, foi utilizada a modalidade de entrevista em profundidade na forma de história de vida, com perguntas norteadoras abertas (Apêndice 1), a fim de ampliar o espaço de fala por meio da singularidade do relato. Essa abordagem contribuiu para construção e preservação da memória coletiva, uma vez que o subjetivo se entrelaça ao coletivo (Gonçalves; Lisboa, 2007; Meihy; Holanda, 2020).

Para a realização dessa etapa, utilizou-se uma amostragem não probabilística por conveniência. A escolha da interlocutora, nomeada Margarida, justificou-se pelo fato de ela ter ocupado um papel central desde a concepção do projeto. Como idealizadora e principal articuladora, esteve diretamente envolvida em todas as etapas de sua construção e implementação, tornando-se uma referência essencial para a compreensão da relação entre sua trajetória pessoal e sua ação política. Além de sua atuação específica no programa, sua liderança estendeu-se aos movimentos sociais da Zona da Mata Mineira, em que desempenhou um papel estratégico na articulação de diversas frentes de luta e mobilização. Sua trajetória e inserção nesse contexto conferiram a ela uma posição singular, capaz de fornecer uma visão ampla e aprofundada não apenas sobre o Programa Agricultoras em Movimento, mas também sobre o tecido social e político que sustentou essa iniciativa.

Nessa modalidade, a interlocutora relatou à pesquisadora sua história, incluindo informações sobre o contexto em que estava inserida (Della Porta, 2014). Esse recurso representou “uma possibilidade de leitura do social com aporte de múltiplos construtos, inicialmente de forma individual, em seguida categorizado e analisado sob a perspectiva da totalidade, sobre uma realidade viva, histórica e coletiva” (Gonçalves; Lisboa, 2007, p. 91). Além disso, permitiu a expressão da subjetividade da participante na reconstrução de sua própria trajetória, ao mesmo tempo que a situou dentro de um contexto mais amplo, permeado por questões sociais, políticas e culturais (Della Porta, 2014).

Assim, foi possível compreender as práticas discursivas historicamente e contextualmente produzidas na realidade social em que a liderança do programa estava inserida, partindo do pressuposto de que pessoas comuns possuem uma compreensão sofisticada sobre sua relação com o mundo ao seu redor. Portanto, essa abordagem valorizou o caráter processual e holístico, bem como a interação entre a vida privada e pública (Gonçalves; Lisboa, 2007; Della Porta, 2014).

Utilizou-se um roteiro semiestruturado (Apêndice 1), que permitiu analisar as convergências e divergências da trajetória de vida da interlocutora, bem como os eventos memoráveis que marcaram seu percurso, articulados a fatos sociais históricos das mulheres rurais na região da Zona da Mata Mineira. Assim, em vez de uma reconstrução linear da história de vida, foram valorizadas as interações e conexões laterais entre sua participação em espaços coletivos, seu percurso individual e suas relações sociais (Della Porta, 2014).

A entrevista foi realizada na casa da pesquisadora e teve duração de aproximadamente duas horas. A escolha do local foi acordada previamente com a interlocutora, garantindo um ambiente onde ela se sentisse confortável para se expressar sem interferências de terceiros, como colegas de trabalho ou familiares. O encontro ocorreu na sala de estar, em um tom informal, respeitando o tempo da interlocutora. Ao final da entrevista, a pesquisadora ofereceu um café à participante.

As questões norteadoras gerais foram elaboradas com base na literatura científica e complementadas a partir das observações da pesquisadora durante o contato com a interlocutora. O objetivo foi orientar a entrevista de maneira flexível, garantindo a liberdade da participante na organização das informações. Assim, as questões disparadoras serviram apenas como guias, alinhadas aos objetivos da pesquisa, contribuindo para a posterior criação de categorias de análise.

4.3 Matriz metodológica

Para a definição do desenho da pesquisa, elaborou-se a matriz metodológica, detalhada no Quadro 4.

Quadro 4 – Matriz metodológica com detalhamento do desenho da pesquisa

Tema de pesquisa	Experiências e participação de mulheres rurais no Programa Agricultoras em Movimento.
Título da pesquisa	Entre dores e potências: uma análise das experiências e participação das mulheres rurais no Programa Agricultoras em Movimento da Zona da Mata Mineira.
Perspectiva de abordagem filosófico-teórica	A pesquisa adotou um delineamento metodológico qualitativo, combinando abordagens descritivas e exploratórias por meio de um estudo de caso. O referencial teórico-conceitual baseou-se em uma perspectiva interdisciplinar, articulando interseções entre Sociologia Rural, Sociologia do Trabalho, Ciência Política, Filosofia Contemporânea, Psicologia e Estudos Decoloniais. Para a coleta de dados, foram empregados multimétodos, incluindo análise documental, observação participante, rodas de conversa virtuais, entrevista em profundidade na modalidade história de vida, além do uso complementar de diário de campo, registros fotográficos e audiovisuais. Os dados produzidos em campo foram analisados por meio da Análise de Conteúdo de Bardin (2004).
Público de interesse da pesquisa	Atores envolvidos na concretização do Programa Agricultoras em Movimento, destacando mulheres rurais participantes do Programa.
Problema de pesquisa	Na percepção de mulheres rurais, que participam do Programa Agricultoras em Movimento, como a participação no programa repercute nas suas vidas cotidianas?

Hipótese	Partiu-se da hipótese de que a participação em grupos e ações coletivas, tal como a proposta do Programa estudado, contribui para que as mulheres rurais possam repensar a tradicional divisão de papéis de gênero na família e no trabalho, bem como contribuir para que elas se reconheçam como coletividade, politizando os problemas antes tidos como individuais, por serem naturalizados na vida cotidiana.	
Suporte metodológico da pesquisa	Delineamento da pesquisa	Método: Abordagem Qualitativa
	Tipologia da pesquisa	Quanto aos fins: Exploratória e Descritiva Quanto aos meios: Estudo de Caso
	Análise de dados	Análise de conteúdo de Bardin (2004) – modalidade: análise categorial
Suporte teórico da pesquisa	Aporte teórico de base quadro de referência	Gênero Butler, 2017; Nuñez, 2023; hooks, 2018, 2021; Gonzalez, 2020.
	Ruralidades	Carneiro, 1998, 2008; Wanderley, 2000, 2001, 2003; Fraga, 2018; Lamas, Saraiva e Almico, 2003; Carneiro, 2006, Brügger (2007), Sensato, 2022
	Divisão sexual do trabalho	Federici, 2017, 2019, 2022; Biroli, 2016; Hirata; Kergoat, 2007; Paulilo, 1987, 2009, 2022; Zanello, 2016, 2018, 2022; Sorj, 2021; Diaz, Wosniak, 2022; Conte, Calaça e Tabora, 2020; Prado, Campici e Pimenta, 2004; Prado, 2001.
	Mística	Boff, 1994; Quijano, 2005; Mignolo, 2005; Cusicanqui, 2010; Dussel, 1994; Walsh, 2009; Mezdri <i>et al.</i> , 2020; Aguiar, 2019.
	Ancestralidade	Viveiros de Castro, 2013; Kopenawa, Albert, 2015; Segato, 2010, Krenak, 2019.
	Emancipação feminina	Rancière, 2009, 2018; Gebara, 1997; Aquino, 1996; Lugones, 2003; Gonzalez, 2020; Sensato, 2022; hooks, 2017, 2018, 2021; Bourdieu, 1989, 1997.
Objetivo geral	Analisar, a partir da percepção de mulheres rurais da Zona da Mata Mineira, que participam do Programa Agricultoras em Movimento, quais os desdobramentos desse envolvimento junto ao programa em suas vidas.	
Objetivo específico 1	Descrever as ações do programa, bem como suas estratégias metodológicas utilizadas ao longo do tempo.	
	Categorias de Análise	Instrumentos e estratégias para a Coleta dos Dados
	1) Ações e abordagens metodológicas do Programa Agricultoras em Movimento utilizadas ao longo do tempo, tais como: cursos e palestras; oficinas; rodas de conversa e encontros terapêuticos; projetos; e caravanas. 2) Parceiros envolvidos e colaboração interinstitucional. 3) Perfil dos participantes. 4) Locais e contexto de realização das atividades. 5) Temas centrais e impacto esperado. 6) Situação das atividades. 7) Comercialização dos produtos.	Análise de documentos
Objetivo específico 2	Caracterizar o perfil sociodemográfico das mulheres que participam do programa, destacando as vulnerabilidades que atravessam suas vidas.	
	Categorias de Análise	Instrumentos e Estratégias para a Coleta dos Dados
	Variáveis – questionário - Nome - Faixa etária - Local de Moradia - Raça/etnia - Estado Civil - Escolaridade - Número de filhos - Composição Familiar	- Questionário sociodemográfico aplicado pelo <i>Google forms</i>

	- Ocupação principal 1) Relação com o território; 2) Relações familiares e dinâmicas presentes no trabalho produtivo e reprodutivo.	Rodas de conversa virtual
Objetivo específico 3	Examinar as dinâmicas relacionais e as estratégias utilizadas pelas agricultoras no período da covid-19, no âmbito do projeto “Cuidar-se”, uma ação do programa voltada para o fomento do autocuidado.	
	Categorias de Análise 1) Proposta; 2) Atores envolvidos; 3) Metodologia de Intervenção; 4) Aspectos políticos.	Instrumentos e Estratégias para a Coleta dos Dados Análise de documentos
Objetivo específico 4	Descrever as características dos encontros do programa e suas potências, no retorno às suas atividades presenciais, após a pandemia da covid-19.	
	Categorias de Análise 1) A mística feminista no nome e na identidade visual do Programa Agricultoras em Movimento; 2) A mística como ritual ancestral e a troca de sementes crioulas. 3) A mística como ritual vinculado à religiosidade; 4) A mística e as dimensões simbólicas, culturais e políticas; 5) A mística como alimento para o corpo e a alma: pão e amor.	Instrumentos e Estratégias para a Coleta dos Dados - Observação participante - Análise de documentos (complementar) - Registro em diário de campo
Objetivo específico 5	Analisar os desafios enfrentados pelas mulheres para participar do programa e suas percepções sobre os desdobramentos dessa participação.	
	Categorias de Análise 1) Desafios enfrentados para a participação no programa 2) Percepções acerca dos desdobramentos da participação no programa	Instrumentos e Estratégias para a Coleta dos Dados - Roda de Conversa <i>on-line</i> pelo <i>Google meet</i> - Diário de campo (complementar)
Objetivo específico 6	Analisar a história de vida de uma das lideranças do programa e a relação com sua ação política.	
	Categorias de Análise 1) Desigualdades de gênero no contexto familiar 2) Desigualdades de gênero no contexto institucional 3) Desdobramentos das desigualdades de gênero	Instrumentos e Estratégias para a Coleta dos Dados - Entrevista em profundidade de história de vida

Dados da pesquisa, 2025

4.4 Procedimentos de Análise de Dados

No que se refere à análise dos registros em diário de campo, realizados durante o período de observação participante, bem como do conteúdo do questionário, transcrição na íntegra do conteúdo em áudio das rodas de conversa e da entrevista de história de vida, foi utilizada a análise de conteúdo de Bardin (2004). Conforme Godoy (1995), análise de conteúdo aplicada ao contexto das pesquisas qualitativas:

[...] não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo

contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (Godoy, 1995, p. 58).

De acordo com Cardoso, Oliveira e Ghelli (2021), a análise de conteúdo é um método essencial na pesquisa qualitativa, pois permite examinar os sentidos e significados das comunicações, considerando tanto as condições que influenciam quem produz a mensagem (o emissor e seu contexto) quanto aquelas que afetam quem a recebe. Além disso, enfatiza os efeitos que a mensagem gera, contribuindo para uma compreensão mais ampla da realidade.

No presente estudo, as análises seguiram a seguinte estrutura: **a) pré-análise:** após a transcrição integral do material, ele foi organizado para compor o *corpus* da pesquisa, contribuindo para a elaboração dos indicadores não frequenciais, que nortearam a interpretação final dos dados. Por meio da leitura flutuante dos dados primários, definiu-se a amostra analisada, respeitando os critérios de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência, de acordo com os objetivos da pesquisa; **b) exploração do material:** os materiais foram processados por meio de procedimentos manuais, a fim de codificar os dados. Para inferência e interpretação dos resultados, realizou-se a Análise Categorical dos conteúdos, na qual as unidades de análise foram classificadas e agrupadas em um conjunto maior, com base na semelhança de seus conteúdos semânticos, formando as categorias temáticas; **c) tratamento dos resultados:** nessa etapa, os dados foram sistematizados por meio da construção de um texto-síntese para cada categoria temática, evidenciando os significados das unidades de análise. Dessa forma, foi possível elaborar sínteses interpretativas, destacando os sentidos que emergiram dos discursos e sua articulação com os significados psicológicos, relacionais e socioculturais, bem como compará-los com o aporte teórico e estudos de outros autores (Bardin, 2004). Assim, a utilização da análise de conteúdo permitiu identificar as temáticas que permeiam as práticas sociais produzidas no campo empírico da pesquisa.

4.5 Aspectos éticos

A pesquisa foi submetida à Plataforma Brasil e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa, sob o CAAE 69610523.3.0000.5153, em 11 de julho de 2023 (Anexo B). Foram seguidos todos os princípios éticos estabelecidos na Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, do Ministério da Saúde, que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, e na Resolução

nº 466, de 12 de dezembro de 2012, que aprova diretrizes e normas regulamentadoras para pesquisas envolvendo seres humanos (Brasil, 2012; 2016).

Para a realização da pesquisa, foi solicitada autorização da responsável pelo programa (Anexo A), o que possibilitou a observação participante, o uso de câmera fotográfica, vídeos, gravações de áudio, análise de documentos e registro em diário de campo. Além disso, foi realizada uma entrevista em profundidade sobre a história de vida (Apêndice 1) com uma das lideranças que participa da organização, bem como encontros com as participantes do programa por meio de rodas de conversa virtuais, com o auxílio de um roteiro semiestruturado (Apêndice 2) e a aplicação de um questionário socioeconômico (Apêndice 3).

As interlocutoras assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice 4), assegurando sua participação voluntária na pesquisa. No momento da assinatura, foram devidamente informadas sobre os objetivos, os procedimentos e os possíveis riscos envolvidos, garantindo-se o princípio do consentimento informado. A privacidade e o anonimato das participantes foram preservados por meio do uso de pseudônimos (nomes de flores) e da supressão de informações identificáveis nos registros escritos. Nos casos em que houve uso de imagens, as participantes estavam cientes de que suas identidades poderiam ser reconhecidas visualmente. O uso das imagens ocorreu com o objetivo de valorizar a experiência de participação das interlocutoras no Programa Agricultoras em Movimento. Em um contexto de apagamento social das memórias coletivas das mulheres, essa foi uma estratégia política de reconhecimento público. Para o registro dos relatos, foi utilizado gravador de áudio e, como estratégia complementar, o diário de campo.

Além disso, este texto contou com o auxílio de ferramentas de Inteligência Artificial exclusivamente para análise e ajustes pontuais nos seguintes aspectos: legibilidade, estilo e correção de erros gramaticais e ortográficos. Tais alterações visaram aprimorar a clareza, fluidez e correção formal do conteúdo, sem interferir na originalidade das ideias, argumentos ou estrutura autoral.

Ressalta-se que o conteúdo foi submetido à cuidadosa revisão manual realizada por Lucilene Santos Lima Vieira, revisora de textos, graduada em Letras e mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública pela Universidade Federal de Juiz de Fora. A referida profissional possui experiência consolidada em revisão acadêmica e produção textual, conforme atestado na declaração por ela emitida (Anexo C).

A combinação entre o apoio tecnológico e a revisão profissional teve como objetivo garantir um texto de alta qualidade, acessível e coerente, sem comprometer os princípios de autoria e responsabilidade ética.

4. 6 Explorando o campo de pesquisa

4.6.1 Histórico do Programa Agricultoras em Movimento

O Programa Agricultoras em Movimento é uma iniciativa do Centro de Estudo, Integração, Formação e Assessoria Rural da Zona da Mata (Ceifar-ZM) e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Muriaé, Barão do Monte Alto, Rosário da Limeira e São Sebastião da Vargem Alegre (STR), com o apoio da Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar (Coopaf) e da Cooperativa de Crédito Rural Solidário (Cresol) (Ceifar-ZM, 2018-2024).

O Ceifar-ZM é uma entidade civil sem fins lucrativos, constituída em 23 de dezembro de 2003, com sede e foro na cidade de Muriaé-MG, atuando na Região da Zona da Mata Mineira. Suas finalidades incluem: a) criar e promover serviços de assessoria e assistência técnica nas áreas jurídica, contábil e agrícola para entidades de trabalhadores/as, assalariados/as rurais e agricultores familiares; b) assessorar os trabalhadores rurais – assalariados e agricultores familiares – por meio da promoção de atividades de formação e capacitação de lideranças sindicais, cooperativistas, associações e movimentos sociais, com a participação de homens, mulheres e jovens, visando à superação de discriminações e preconceitos relacionados a raça, gênero e idade; c) capacitar agentes para o desenvolvimento de programas e atividades (Ceifar, 2017).

Por sua vez, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Muriaé, Barão do Monte Alto, Rosário da Limeira e São Sebastião da Vargem Alegre é uma entidade sindical de primeiro grau, sem fins lucrativos, constituída em 12 de janeiro de 1986. Está vinculada ao Plano da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura e tem sede no município de Muriaé-MG, abrangendo como base territorial os municípios de Muriaé, Barão do Monte Alto, Rosário da Limeira e São Sebastião da Vargem Alegre (STR, 2016).

A entidade foi criada com a finalidade de estudar, coordenar, proteger, representar e defender os direitos e interesses coletivos e individuais da categoria profissional dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, ativos e inativos, incluindo assalariados/as rurais, empregados/as permanentes, safristas e eventuais na agricultura, criação de animais e

hortifruticultura. Além disso, representa agricultores e agricultoras que exerçam suas atividades individualmente ou em regime de economia familiar, na qualidade de pequenos produtores, proprietários de até dois módulos rurais, posseiros, assentados, meeiros parceiros, arrendatários, comodatários e aposentados rurais (STR, 2016).

Por fim, a Coopaf é uma sociedade de pessoas de natureza civil, sem fins lucrativos e de abrangência regional, constituída em 16 de junho de 2010. Seu objetivo é prestar serviços aos associados, congregando agricultores e agricultoras familiares de sua área de atuação, visando à realização de seus interesses econômicos, além de fomentar a diversificação da produção, o aumento da produtividade e a melhoria da qualidade de vida no meio rural (Coopaf, 2017).

Considerando a finalidade das organizações envolvidas e dos movimentos sociais a elas vinculados, o Programa Agricultoras em Movimento emergiu como resultado de negociações protagonizadas por mulheres inseridas nessas ações coletivas institucionalizadas. A pauta dos direitos das mulheres sempre esteve presente no trabalho dessas entidades, mas, especificamente, a criação do programa propiciou maior ênfase nas necessidades e demandas das mulheres rurais. Nesse cenário, as lideranças femininas se organizaram para dar início à execução do projeto, que começou em 2013, com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Convênio nº 789179/2013. Esse financiamento vigorou até junho de 2016, culminando em um seminário territorial de encerramento, realizado ao longo de dois dias (Ceifar/ZM, 2016a).

Durante esse seminário, 57 pessoas foram capacitadas, incluindo agricultoras, estudantes da Escola Família Agrícola (EFA), técnicas e convidados, com a participação de representantes dos municípios de Muriaé, Ervália, Miradouro, Fervedouro, Rosário da Limeira, Carangola, Barão do Monte Alto, Simonésia, São Francisco do Glória, Laranjal, Viçosa, Unaí, Montes Claros e Belo Horizonte. O objetivo do encontro foi avaliar as ações do projeto e elaborar um plano de ação para iniciativas futuras (Ceifar/ZM, 2016a).

As principais parcerias e responsabilidades definidas no programa envolvem ações colaborativas entre diversas organizações, como Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater), Instituto Federal (IF), União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), Ceifar e outras. Foram identificadas algumas áreas prioritárias de atuação, sendo elas: a) planejamento e gestão: realização de diagnósticos econômicos, gestão financeira e uso de ferramentas para otimização do trabalho; b) adequação sanitária: capacitação em boas práticas e adequações agroindustriais;

c) capacitação e formação: oferta de cursos sobre conhecimentos agroecológicos e realização de seminários temáticos; d) comercialização: desenvolvimento de redes e feiras para a venda dos produtos da agricultura familiar; e) saúde e cultura: promoção da saúde integral da mulher rural, intercâmbios culturais e resgate de saberes tradicionais e ancestrais (Ceifar-ZM, 2018-2024).

Para a execução da proposta, foram definidas algumas estratégias, como a realização de diagnósticos detalhados por município, capacitações regionais, implementação de projetos-piloto e uso de plataformas como o Portal Sebrae, além das redes sociais, para articulação e disseminação de informações (Ceifar-ZM, 2016a).

Tive a oportunidade de participar desse seminário, colaborando com a mediação de uma roda de conversa sobre autoestima e valorização da mulher. Para ilustrar a opressão feminina na sociedade, utilizei uma dinâmica simbólica: amarrei as mãos das participantes com barbantes, unindo-as umas às outras. Após serem desamarradas, introduzi discussões sobre igualdade de gênero e autonomia, contextualizando historicamente a submissão feminina no modelo patriarcal.

Expliquei como a construção social de gênero perpetua desigualdades desde a infância, exemplificando com as diferenças nas brincadeiras de meninos e meninas. Uma das participantes compartilhou sua vivência de desigualdade em relação aos irmãos, ilustrando os impactos do machismo em sua trajetória. Também destaquei a importância de desconstruir essas práticas nas relações familiares, promovendo a equidade na distribuição das tarefas domésticas e na educação dos filhos.

Por fim, analisei como a manutenção da lógica machista afeta negativamente a autoestima das mulheres e enfatizei a necessidade do respeito mútuo para desconstruir essa estrutura. Em seguida, abri espaço para debate, no qual foram discutidas diversas formas de opressão, como linguagem discriminatória, violência naturalizada, exclusão política e objetificação da mulher nos diferentes espaços sociais. Também refletimos sobre a importância de combater a culpabilização da vítima em casos de violência, destacando a relevância da sororidade e do feminismo entre mulheres rurais, alinhadas aos pressupostos e às práticas da agroecologia (Ceifar/ZM, 2016b).

As participantes compartilharam relatos sobre conflitos em seus relacionamentos e estratégias para enfrentá-los, destacando que essas discussões são fundamentais para conscientizar e fortalecer uma nova geração de mulheres na região. Por fim, reforçou-se a

importância de transformar essas reflexões em ações concretas, promovendo a desconstrução gradual dos padrões opressores para transformar suas vidas e a sociedade (Ceifar/ZM, 2016b).

Ao final do encontro, foi realizada uma avaliação das ações, conduzida por uma instrutora parceira e uma das coordenadoras do projeto. Para isso, utilizou-se uma metodologia participativa conhecida como *Árvore da Avaliação* (Figura 1).

Figura 1 – Árvore da avaliação



Fonte: Dados da pesquisa, 2021

Conforme ilustrado na Figura 1, a estratégia consistiu no uso de fichas de cartolina para construir uma árvore representativa do processo avaliativo. As raízes foram formadas pelas críticas e avaliações negativas sobre o projeto, com o objetivo de estimular reflexões e contribuir para melhorias em propostas futuras. O caule reuniu fichas que destacavam os aspectos positivos da iniciativa, apontando elementos que poderiam ser replicados. Por fim, a copa da árvore representou os frutos colhidos, simbolizando os resultados alcançados ao longo do desenvolvimento do projeto (Ceifar/ZM, 2016b).

A seguir, no Quadro 5, os conteúdos das respostas são apresentados em forma de matriz, categorizados em pontos positivos, pontos negativos e frutos colhidos:

Quadro 5 - Matriz da árvore da avaliação digitalizada

Pontos negativos	Pontos positivos	Frutos colhidos
Pouco envolvimento dos jovens das EFAs.	Parcerias fortes.	Ocupar o IF.
Municípios que não abraçaram o Projeto.	Envolvimento do IF.	Envolver as jovens das EFAs.
Dificuldades burocráticas como as contas para depósitos.	Gostar de conhecer pessoas novas.	Entidades fazendo as pazes.
Falta de participação continuada.	Local de realização dos eventos.	Agricultura diversificada.

Continua...

Quadro 5 - (continuação) - Matriz da Árvore da Avaliação digitalizada

Pontos negativos	Pontos positivos	Frutos colhidos
Baixa participação dos companheiros nas ações locais e regionais.	Alimentação.	Esperança!
Baixo envolvimento dos companheiros no andamento do projeto.	Acolhimento.	IF ajudar na ciranda.
	Conexão entre diferentes parcerias.	
	Seminário/espço dinâmico.	
	Maleabilidade do MDA para envolver mais municípios.	
Baixa participação das mulheres.	Pesquisas em parceria	Grupo maravilhoso e cheio de energia.
Falta de responsáveis por uma ciranda.	Participação das mulheres.	Companheirismo entre as mulheres.
	Festa junina.	Abertura e parceria com os estudantes do IF.
	Muitas etapas de conhecimento.	Aumento da articulação regional.
	Participação dos companheiros.	Sonhos que sonhamos sozinhos são ilusões, sonho que sonhamos juntos são realidade.
	Troca de experiências.	Seguir nas ações do projeto.
	Bons Instrutores do espaço.	Busca por renda e autonomia.
	Articulação forte.	Nós somos o rodo e não vamos nos deixar inundar.
	Conexão entre diferentes parcerias.	
	Seminário/espço dinâmico.	
	Maleabilidade do MDA para envolver mais municípios.	

Fonte: Dados da pesquisa, 2021

Conforme as informações apresentadas no Quadro 5, os principais pontos negativos destacados pelas participantes foram: baixa participação de jovens, mulheres e companheiros (maridos) nas ações locais e regionais; dificuldades burocráticas; ausência de responsáveis por atividades específicas; e resistência de alguns municípios ao projeto (Ceifar/ZM, 2016b). Esses fatores evidenciam fragilidades nas frentes de articulação, engajamento e suporte administrativo, apontando a necessidade de estratégias mais eficazes para ampliar a participação e fortalecer a execução da proposta.

Por outro lado, os pontos positivos incluem parcerias sólidas e diversificadas; colaboração com o Instituto Federal (IF); participação feminina; realização de eventos; troca de experiências; flexibilidade para envolver novos municípios; e a busca por autonomia e geração de renda (Ceifar/ZM, 2016b). Esses aspectos demonstram a relevância do projeto na promoção da inclusão e do desenvolvimento comunitário, fortalecendo redes de apoio e ampliando as oportunidades para os envolvidos.

Como frutos colhidos destacam-se o fortalecimento da articulação regional; a formação de grupos engajados; a diversificação agrícola; a promoção da esperança e do companheirismo; a ampliação das conexões interinstitucionais; e a criação de novas oportunidades por meio das ações do projeto (Ceifar/ZM, 2016b). Esses avanços refletem o

impacto transformador da iniciativa e reforçam a importância de sua continuidade e aprimoramento para consolidar mudanças estruturais na região.

No entanto, após esse evento, a parceria com o MDA não teve continuidade. Sua finalização ocorreu ao término do mandato da ex-presidenta Dilma Rousseff (CEIFAR/ZM, 2016b), em um cenário político preocupante, marcado por inúmeros cortes promovidos pelo ex-presidente Michel Temer e pelo avanço de uma agenda neoliberal. Essas mudanças impactaram significativamente as políticas voltadas para as mulheres, sobretudo para as mulheres rurais.

Diante desse contexto, e impulsionadas pelo desejo de continuidade, especialmente das mulheres atuantes em organizações, como o Ceifar, o Sindicato e a Coopaf, foram realizadas articulações e negociações com os movimentos sociais e instituições locais para garantir a manutenção das ações. Como alternativa para a execução do plano construído no encontro, a proposta foi retomada em 2018 por meio do voluntariado, passando de projeto a programa. Desde então, a iniciativa conta também com diversos parceiros, como Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/MG), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – Campus Muriaé (IF Sudeste), a Prefeitura de Muriaé, a Caixa Econômica Federal, o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), Faculdade de Minas (Faminas), além de profissionais liberais e outras entidades (Ceifar/ZM, 2016b). Essa ampla rede de parcerias constituiu a base para a consolidação do programa, cuja caracterização será apresentada na próxima seção.

4.6.2 Caracterização do Programa

Seguindo o recorte desta pesquisa, o Programa Agricultoras em Movimento integra o cenário de atuação e articulação coletiva, contribuindo, portanto, para a análise das mulheres rurais como sujeitos políticos. O programa busca fomentar a mobilização coletiva e a participação política das mulheres rurais por meio de diversos projetos vinculados à formação em práticas de base agroecológica, à representatividade, à luta por direitos e ao incentivo à geração de renda no contexto da agricultura familiar (Ceifar-ZM, 2018-2024).

O programa tem como público-alvo mulheres rurais que atuam em organizações da agricultura familiar e em entidades sociais, incluindo lideranças comunitárias, artesãs e diretoras de instituições. No período de execução da pesquisa de campo, 38 mulheres participavam ativamente do programa, além de outras que se envolviam em ações pontuais,

como eventos e encontros. Sua área de abrangência incluía os municípios de Muriaé, Barão do Monte Alto, Rosário da Limeira e Miradouro (Ceifar -ZM, 2018-2024).

A atuação do programa desenvolve-se a partir de três eixos temáticos principais: a) participação política; b) geração de renda, agroecologia e economia solidária; c) saúde e autocuidado das mulheres. Nesse contexto, evidencia-se que o programa se desdobra na promoção articulada de múltiplas frentes de atuação, resultando em impactos positivos nos níveis individual, institucional e coletivo (Ceifar /ZM, 2018-2024). O Quadro 6, apresentado a seguir, detalha cada um dos eixos definidos, seus respectivos objetivos e sugestões de atividades.

Quadro 6 – Eixos de ação do Programa Agricultoras em Movimento

Eixo	Objetivo	Sugestões
Participação Política	Incentivar e apoiar a participação e a inserção das mulheres em sindicatos, associações, cooperativas, conselhos e demais espaços de tomada de decisão.	Realização de rodas de conversa e capacitação sobre direito, feminismo, igualdade e outros.
		Apoio às agricultoras na organização das documentações.
Geração de Renda, Agroecologia e Economia Solidária	Incentivar a formação e a capacitação das mulheres para o fortalecimento de grupos produtivos e artesanais, com vista à agroecologia, geração de renda e economia solidária.	Realização de cursos e oficinas.
		Realização de feiras agroecológicas e de trocas.
		Organização da produção com melhoria da qualidade e acesso ao mercado.
		Compra de materiais em conjunto.
Saúde e Autocuidado	Incentivar ações com as agricultoras tendo como objetivo melhorar a saúde física e mental na busca de uma melhor qualidade de vida.	Promoção de oficinas práticas complementares de saúde, alimentação saudável, reaproveitamento de alimentos.
		Incentivo à prática de exercícios.
		Palestras motivacionais.
		Práticas de relaxamento.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2021

Cada eixo temático está associado a objetivos específicos voltados ao fortalecimento da atuação das mulheres agricultoras em diferentes dimensões da vida social. As sugestões de ação evidenciam uma ênfase na formação, na troca de saberes e na organização coletiva. Metodologicamente, prioriza-se a adoção de estratégias participativas e de manejo descentralizado, expressas em propostas como palestras, rodas de conversa, cursos, oficinas, feiras e práticas de autocuidado.

O Ceifar -ZM e os demais parceiros citados no tópico anterior, juntamente com o Comitê de Mulheres instituído pelo programa, desempenharam um papel essencial na construção do processo, mobilizando e articulando as agricultoras para participarem das atividades e fomentando seu envolvimento ao longo de toda a trajetória. É válido ressaltar que

as ações são divulgadas por diferentes canais de comunicação, especialmente pelo grupo no *WhatsApp* e pela página no *Facebook*. Dessa forma, as mídias sociais facilitam o acesso às informações, ampliam a comunicação e permitem alcançar comunidades dispersas territorialmente. As ações e metodologias aqui descritas serão aprofundadas no próximo capítulo, que apresenta a discussão e os resultados da pesquisa. O primeiro artigo examina em detalhes essas estratégias adotadas ao longo da trajetória do programa, evidenciando suas contribuições.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, M. L. M.; ABADE, F. **Para reinventar as rodas**. Belo Horizonte: Rede de Cidadania Mateus Afonso Medeiros (RECIMAM), 2008. Publicação eletrônica. 268 p.
- AGUIAR, N. F. Precusores dos estudos de usos do tempo no Brasil. In MELO, H. P.; MORAES, L. L. (Orgs.). **A arte de tecer o tempo: perspectivas feministas**. 2. Ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021. p. 49-72.
- ALMEIDA, A. De dona de casa a dona da roça: experiências de participação feminista na zona da mata mineira. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba/PR**, p. 1-15, 2017.
- ANGROSINO, M. V. **Etnografia e observação participante**. Trad. Luciana de Oliveira da Silva. Porto Alegre: Artmed, 2009, 288 p.
- AQUINO, M. P. **Nosso clamor pela vida: teologia latino-americana a partir da perspectiva da mulher**. São Paulo: Paulinas, 1996. 328 p.
- AYOUB, P. M.; WALLACE, S. J.; ZEPEDA-MILLÁN, C. Triangulation in Social Movement Research. In Della Porta, D. (Ed.). **Methodological practices in social movement research**. OUP Oxford, 2014. p. 67-96.
- BALSIGER, P.; LAMBELET, A. Participant Observation. In Della Porta, D. (Ed.). **Methodological practices in social movement research**. OUP Oxford, 2014. p. 144–172.
- BANDEIRA, L. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, p. 207-228, 2008. Disponível em: <https://shre.ink/MDRTf>. Acesso em: 18 jul. 2022.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3.ed. Lisboa: Edições 70, 2004. 223 p.
- BERTAUX, D. **A história de vida: a possibilidade de uma abordagem sociológica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. 348 p.

BIROLI, F. Divisão sexual do trabalho e democracia. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 3, p. 719-754, 2016. Disponível em: <https://shre.ink/MDRW>. Acesso em: 20 out. 2022.

BISPO, M. Estudos baseados em prática: conceitos, história e perspectivas. **RIGS revista interdisciplinar de gestão social**, v. 1, n. 1, p. 13-34, 2013. Disponível em: <https://shre.ink/MDRs>. Acesso em: 03 out. 2022.

BOFF, L. **Mística e espiritualidade**. 2 Rio de Janeiro, RJ: Rocco, 1994. 163 p.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 2. ed. São Paulo: Editora Papirus, 1997. p. 362.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 1.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 322.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução CNS nº466, 12 de dezembro de 2012**. Disponível em: <https://shre.ink/MDR8>. Acesso em: 15 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Disponível em: <https://shre.ink/MDRg>. Acesso em: 15 jun. 2021.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 15ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2017. 288p.

CARDONA, M. G.; CORDEIRO, R. M.; AMP; BRASILINO, J. Observação no cotidiano: um modo de fazer pesquisa em psicologia social, 2014. In: SPINK, M. J.; BRIGAGAO, J. NASCIMENTO, V. L. V.; CORDEIRO, M. P. (Orgs.). **A produção da informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. 1ªed. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014. p.123-148.

CARDOSO, M. R. G.; DE OLIVEIRA, G. S.; GHELLI, K. G. M. **Análise de conteúdo: uma metodologia de pesquisa qualitativa**. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43, p.98-111, 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/windows/Downloads/2347-Texto%20do%20Artigo-8462-1-10-20210325.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2023.

CARLOS, A. F. A. A “Revolução” no Cotidiano Invasado pela Pandemia. São Paulo: FFLCH/USP, 2020. In **COVID-19 e a crise urbana** [recurso eletrônico]. Disponível em: <https://shre.ink/MDRx>. Acesso em: 03 dez. de 2020.

CARNEIRO, M. J. “Rural” como categoria de pensamento. **Ruris**, v.2, n.1, p. 9-38, 2008. Disponível em: <https://shre.ink/MDRo>. Acesso em: 01 fev. 2008.

CARNEIRO, M. J. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 2, n. 1p. 11-22, 1994.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 11, p. 53-75, 1998. Disponível em: <https://shre.ink/MDRA>. Acesso em: 31 jan. 2023.

CARNEIRO, P. A. S. Desigualdades intrarregional na zona da mata mineira: produção e organização socioespaciais diferenciadas. **Geografia**, v. 31, n. 3, jul, 2006. Disponível em:

<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/1385/2070>. Acesso em: 18 mar. 2025.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estudos avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003. Disponível em: <https://shre.ink/MDR7>. Acesso em: 16 abr. 2021.

CARVALHO, P. D. **Compilações da Agricultura Familiar e Camponesa na Contag**. 2017, 269f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

CEIFAR/ZM. **Arquivos de áudios transcritos de WhatsApp do grupo Agricultoras em Movimento**. [documento não publicado]. 2021c.

CEIFAR/ZM. **Logomarca do programa**. [documento não publicado]. 2016c.

CEIFAR/ZM. **Relatório Seminário Territorial para Avaliação de Ações do Projeto e Elaboração de um Plano de Ação – dia 1**. [documento não publicado]. 2016a.

CEIFAR/ZM. **Relatório Seminário Territorial para Avaliação de Ações do Projeto e Elaboração de um Plano de Ação – dia 2**. [documento não publicado]. 2016b.

CEIFAR/ZM. **Respostas do primeiro diagnóstico do projeto Cuidar-se**. [documento não publicado]. 2021b.

CEIFAR/ZM. **Slides sobre a trajetória de atividades executadas e previstas pelo programa**. [documento não publicado]. 2018-2024.

CEIFAR/ZM. **Slides sobre o Projeto Cuidar-se**. [documento não publicado]. 2021a.

CEIFAR-ZM. **Estatuto Social do Centro de Estudo Integração Formação e Assessoria Rural da Zona da Mata MG - CEIFAR-ZM**. Muriaé, MG, 14 jul. 2017.

CONTE, I.; CALAÇA, M.; TABORDA, N. W. Divisão sexual do trabalho. In MEZADRI, A. M.; CIMA, J. I.; TABORDA, N. W.; GASPARETO, S. A. K.; COLLET, Z. (Orgs.). **Feminismo Camponês Popular: reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas**. 1 ed. São Paulo: Outras expressões, 2020. p. 123-132.

COOPAF. Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar Solidária. **Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de outubro de 2017**. Muriaé, MG, 2017.

CORDEIRO, R. L. M; SCOTT, R. P. Mulheres em áreas rurais nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, p. 419-423, 2007. Disponível em: <https://shre.ink/MDRj>. Acesso em: 24 jan. 2023.

CRENSHAW, K. “Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero”. **Revista Estudos Feministas**, v.10, nº 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://shre.ink/MDRh>. Acesso em: 21 out. 2022.

CUSICANQUI, S. R. **Sociologia da imagem**: miradas ch'ixi desde a história andina. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010. 352p.

DEERE, C. D.; LEÓN, M. **O Empoderamento da Mulher**: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002. 502p.

DELLA PORTA, D. Life Histories. IN DELLA PORTA, D. (Ed.). **Methodological practices in social movement research**. United Kingdom: Great Clarendon Street, Oxford, OX2 6DP, OUP Oxford, 2014. 496p.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **The SAGE handbook of qualitative research**. 5. ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2018. 1248 p.

DESMARAIS, A. A. **La Vía Campesina**: Globalization and the Power of Peasants. Halifax: Fernwood Publishing, 2007. 248p.

DIAZ, N. Q.; WOSNIAK, H. Economia do Cuidado: Reflexões para um Feminismo Decolonial. **Revista X**, v. 17, n. 1, p. 322-340, 2022. Disponível em: <https://shre.ink/MDRv>. Acesso em: 01 abr. 2025.

DUSSEL, H. **1492: o encobrimento do outro**: a origem do mito da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1994. 196p.

FARIA, N. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. In DI SABATTO, A., MELO, H. P., LOMBARDI, M. R., FARIA, N. (Orgs.). **Estatísticas rurais e a economia feminista**: um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: MDA, 2009. p. 11-28.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 12 ed. 1. reimpr. São Paulo: EdUSP, 2006. 664p.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017. 464p.

FEDERICI, S. **O patriarcado do salário**: notas sobre Marx, gênero e feminismo. 1ªed. São Paulo. Boitempo, 2021. 318p.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019. 388p.

FIGUEIRÊDO, A. A. F; QUEIROZ, T. N. A utilização de rodas de conversa como metodologia que possibilita o diálogo. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos)**, Florianópolis, 2012. Disponível em: <https://shre.ink/MDRX>. Acesso em: 18 jul. 2022.

FINE, M., WEIS, L., WEESEN, S., WONG, L. Para quem: pesquisa qualitativa, representações e responsabilidades sociais. In Denzin, N. K.; Lincoln, Y. S. **Planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. Porto Alegre, RS: Artmed, 2006. p. 115-139.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Trad. Joice Elias Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009. 448 p.

FONTOURA, N. ARAÚJO, C (Orgs.). **Uso do tempo e gênero**. Rio de Janeiro: UERJ, 2016. 269p.

FRAGA, K; L. **O rural em rede: rádio, mídiatização e ruralidade no cotidiano da zona da mata mineira**, 2018, 145f. Tese (Doutorado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Economia Rural. Programa de Pós-Graduação em Extensão, Viçosa, MG, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 144p.

GASPARETO, S. A. K. **A construção de saberes no movimento de mulheres camponesas: uma análise a partir do programa de sementes crioulas no oeste de Santa Catarina – Brasil**. 2017, 242f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, Santa Cruz do Sul, 2017.

GATTI, B. A. **Pesquisa qualitativa: A prática de análise de dados**. São Paulo: Atlas, 2005. 224 p.

GEBARA, I. **Teologia ecofeminista: ensaios para repensar o conhecimento e a religião**. São Paulo: Olho d'Água, 1997. 135p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas. 220p.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, mar-abr, p. 57-63, 1995. Disponível em: <https://shre.ink/MDRZ>. Acesso em: 26 mar. 2023.

GOMES, L. P. Colonialidade e trabalho do cuidado: o caso das mulheres brasileiras. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 8, n. 2, p. 168-190, 2022. Disponível em: <https://shre.ink/MDRz>. Acesso em: 1 abr. 2025.

GONÇALVES, R. C.; LISBOA, T. K. Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida. **Revista Katálysis**, v. 10, n. SPE, p. 83-92, 2007. Disponível em: <https://shre.ink/MDRN>. Acesso em: 07 jun. 2021.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. RIOS, F; LIMA, M. (Orgs.). 1ªed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. 376p.

GONZALEZ, M. A. A. Feminismo e suas ondas. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2015. p. 19-26.

GOULART, J. M. WEILER, A. L. D, BEMFICA, M. M. NIELSSON, J. G, PORTO, R. T. C. A pandemia da covid-19 como fator de adoecimento mental da mulher e incremento no trabalho de cuidado. **Salão do Conhecimento**, v. 8, n. 8, p.1-13, 2022. Disponível em: <https://shre.ink/MDRO>. Acesso em 10 nov. 2023.

GUTIÉRREZ, G. **Teologia da libertação**: perspectivas. São Paulo: Loyola, 2000. 368p.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: <https://shre.ink/MDR6>. Acesso em: 14 jun. 2021.

HARDING, S. **Ciência e feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 1996. p. 240.

HERRERA, K. M. Repensando o valor social do trabalho das mulheres rurais. **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, v. 13, 2017. Disponível em: <https://shre.ink/MDRP>. Acesso em: 14 jun. 2021.

HIRATA, H; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007. Disponível em <https://encurtador.com.br/kXCle>. Acesso em: 14 jun. 2021.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Trad. Maria Cristina Batalha. São Paulo: Martins Fontes, 2017. 286p.

HOOKS, B. **Não sou uma mulher**: mulheres negras e feminismo. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 2019. 320p.

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. 320p.

HOOKS, B. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. São Paulo: Elefante, 2021. 272p.

IANNI, O. **A luta pela terra**. Petrópolis: Vozes, 1981. 235p.

IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4ªed, 2011. Disponível em: <https://shre.ink/MDzn>. Acesso em: 08 fev. 2023.

JALIL, J.; SILVA, J. C.; FREITAS, K. P. SIQUEIRA, A. E. S. S.; CARDOSO, E. M.; OLIVEIRA, M. S. L. Ousadas e teimosas: a experiência das cadernetas agroecológicas e os novos desafios para a assistência técnica e extensão rural na Bahia, Brasil, **International Journal of Advanced Engineering Research and Science (IJAERS)**, v. 9. p.1-12, 2022. Disponível em: <https://11nq.com/Dq6CY>. Acesso em: 23 dez. 2024.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. 768p.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 1 ed. São Paulo: Companhia das letras, 2019. 104p.

LAMAS, F. G.; SARAIVA, L. F.; ALMICO, R. C. S. A Zona da Mata Mineira: Subsídios para uma historiografia. In: Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas. ABPHE-Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, **Brazilian Economic History Society**, 2003.

LEAL, D. U. **A comunicação do risco e o papel das mulheres rurais no enfrentamento da pandemia de Covid-19 na Zona da Mata (MG)**. 2023. 182 f. Tese (doutorado em Economia Rural), Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa – MG.

LORENZONI, C.; SEIBERT, I. G.; COLLET, Z. Movimento de Mulheres Camponesas: veredas de muitas histórias. In MEZADRI, A. M.; CIMA, J. I. TABORDA, N. W.; GASPARETO, S. A. K.; COLLET, Z. (Orgs.). **Feminismo a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas**. 1ªed. São Paulo: Outras expressões, 2020. p. 13-31.

LUGONES, M. **Pilgrimages/Peregrinajes: Theorizing Coalition Against Multiple Oppressions**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2003. 240p.

LUGONES, M. Colonialidade e Gênero. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-102, dezembro de 2008. Disponível em: <https://shre.ink/MDzH>. Acesso em: 25 fev. 2023.

MACIAZEKI-GOMES, R. C.; NOGUEIRA, C.; VÁZQUEZ, C. L. TONELI, M. J. Participação política e subjetividade–Narrativas de vida de trabalhadoras rurais do sul do Brasil. **Psico**, v. 47, n. 2, p. 148-158, 2016. Disponível em: <https://shre.ink/MDz2>. Acesso em: 20 jul. 2022.

MACIAZEKI-GOMES, R. C.; ORTUÑO, J. H. Becoming Margarida: narratives of self in experienceaffections. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 24, p. e190180, 2020. Disponível em: <https://shre.ink/MDzT>. Acesso em: 03 de maio de 2021.

MARTINS, P.; WELTER, T.; CUERVO-FERNÁNDEZ, I. N.; COSTA, S. M. V. M. Entrevista “Do peso do trabalho leve à persistência da alma campesinista: entrevista com Maria Ignez Silveira Paulilo”. **PerCursos**, v. 20, n. 43, p. 215-264, 2019. Disponível em: <https://shre.ink/MDzW>. Acesso em: 30 jan. 2023.

MATOS, M. C. O neofascismo da política de saúde de Bolsonaro em tempos perigosos da pandemia da COVID-19. **Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 35, p. 25-35, 2021. Disponível em: <https://shre.ink/MDzq>. Acesso em: 23 fev. 2023.

MEDRADO, B.; SPINK, M. J. MÉLLO, R. P. Diários como atuantes em nossas pesquisas: narrativas ficcionais implicadas. In SPINK, M. J.; BRIGAGÃO, J. I.; NASCIMENTO, V. L. V.; CORDEIRO, M. P. **A produção da informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. 1ªed. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais., 2014. p. 273-294.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História oral: como fazer, como pensar**. 2ªed. 8ªreimpressão. São Paulo: Contexto, 2020. 176p.

MÉLLO, R. P.; SILVA, A. A.; LIMA, L. M. C.; DI PAOLO, A. F. Construcionismo, práticas discursivas e possibilidades de pesquisa em psicologia social. **Psicologia e Sociedade**, v.19, n.3, p. 26-32, 2007. Disponível em: <https://shre.ink/MDzL>. Acesso em: 18 jul. 2022.

MELO, H. P. MORAES, L. L. **A arte de tecer o tempo: perspectivas feministas**. 2. Ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021. 245p.

MEZADRI, A. M.; CIMA, J. I. TABORDA, N. W.; GASPARETO, S. A. K.; COLLET, Z. Apresentação. In MEZADRI, A. M.; CIMA, J. I. TABORDA, N. W.; GASPARETO, S. A. K.; COLLET, Z. (Orgs.). **Feminismo a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas**. 1ªed. São Paulo: Outras expressões, 2020. p.7-12.

MIGNOLO, W. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política, **Cadernos de Letras da UFF**. Dossiê: Literatura, língua e identidade, n. 34, p. 287-324, 2008. Disponível em: <https://shre.ink/MDz3>. Acesso em: 22 mar. 2025.

MIGNOLO, W. **Histórias locais/projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. 505p.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. (Orgs.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 21ªed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. p. 128.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2014. 413 p.

MORAES, L. L.; SIEBER, S. S.; FUNARI, J. N. Mulheres lideranças rurais, participação política e trabalho de cuidado durante a pandemia de Covid-19. **Revista Inter-Legere**, v. 3, n. 28, 2020. Disponível em: <https://shre.ink/MDzG>. Acesso em: 23 fev. 2023.

NUÑEZ, G. **Descolonizando afetos**: experimentações sobre outras formas de amar. São Paulo: Planeta, 2023. 192p.

ONU MULHERES. **Gênero e Covid-19 na América Latina e no Caribe**: dimensões de gênero na resposta. ONU Mulheres, mar. 2020. Disponível em: <https://shre.ink/MDzv>. Acesso em: 10 nov. 2023.

PAULILO, M. I. S. Mesa 8. A emergência de novas identidades sociais nos territórios rurais e a luta por reconhecimento, conquista e preservação de direitos de cidadania. **VIII Encontro da Rede de Estudos Rurais**, 2018. Disponível em: <https://shre.ink/MDzX>. Acesso em: 10 fev. 2023.

PAULILO, M. I. S. Movimentos das mulheres agricultoras e os muitos sentidos da “igualdade de gênero”. In FERNANDES, B. M. MEDEIROS, L. S. PAULILO, M. I. (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas Rural**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento, 2009. p. 179-202.

PAULILO, M. I. S. O conceito de classe social no feminismo camponês e popular. **Revista Estudos Feministas**, v. 30, p.1-10, 2022. Disponível em: <https://shre.ink/MDzz>. Acesso em: 25 fev. 2023.

PAULILO, M. I. S. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**, v. 5, n. 28, p. 64-70, 1987. Disponível em: <https://shre.ink/MDzE>. Acesso em: 30 jan. 2023.

PAULILO, M. I. S. Que feminismo é esse que nasce na horta?. **Política & Sociedade**, v. 15, p. 296, 2016. Disponível em: <https://shre.ink/MDzN>. Acesso em: 30 jan. 2023.

PAULILO, M. I. S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, p. 229-252, 2004. Disponível em: <https://shre.ink/MDzJ>. Acesso em: 09 nov. 2023.

PIEDADE, V. **Dororidade**. São Paulo: Editora Nós, 2019. 64p.

PRADO, M. A. M. Psicologia política e ação coletiva. *Revista Psicologia Política*, v. 1, n. 1, p. 149-170, 2001. Disponível em: <https://shre.ink/MDz6>. Acesso em: 27 mar. 2023.

PRADO, M. A. M.; CAMPICI, C. P. F.; PIMENTA, S. D. Identidade coletiva e política na trajetória de organização das trabalhadoras rurais de Minas Gerais: para uma psicologia política das ações coletivas. **Psicologia em Revista**, v. 10, n. 16, p. 298-317, 2004. Disponível em: <https://shre.ink/MDzY>. Acesso em: 27 mar. 2023.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. **Contextualizaciones latinoamericanas**, v. 2, n. 5, 2015. Disponível em: <https://shre.ink/MDF1>. Acesso em: 13 fev. 2023. 142p.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. **Revista Internacional de Ciências Sociais**, v. 165, pp. 117-142, 2005. Disponível em: <https://shre.ink/MDFH>. Acesso em: 24 mar. 2025.

RAMOS, C. P. Mulheres rurais atuando no fortalecimento da agricultura familiar local. **Revista Gênero**, v. 15, n. 1, p. 29-46, 2014. Disponível em: <https://shre.ink/MDFc>. Acesso em: 29 mai. 2021.

ROTHER, E. T. Revisão narrativa x revisão sistemática. Editorial. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 20, n. 2, 2007. Disponível em: <https://shre.ink/MDFQ>. Acesso em: 15 mar. 2025.

SEGATO, R. L. **La guerra contra las mujeres**. Madrid, ES: Traficantes de Sueños, 2016. 198p.

SENSATO, E. J. G. **Agricultura familiar e dinâmicas institucionais e não-institucionais da ação política na Zona da Mata mineira**. 2022. 167 f. Tese (doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – RJ.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e Agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015. 352p.

SOARES, C. A importância das informações de uso do tempo para os estudos de gênero no Brasil: algumas considerações sobre as pesquisas domiciliares oficiais. In MELO, H. P.; MORAES, L. L. (Orgs.). **A arte de tecer o tempo: perspectivas feministas**. 2. Ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021. p. 75-107.

SORJ, B. Estudos sobre o cuidado na sociologia: a contribuição de Nadya Araujo Guimarães e Helena Hirata. **Sociologia & Antropologia**, v. 11, p. 1089-1097, 2021. Disponível em: <https://shre.ink/MDFT>. Acesso em: 28 fev. 2023.

STEDILE, J. P. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1997. 168p.

STR. **Termo de modificação total do estatuto do sindicato dos trabalhadores rurais de Muriaé, Barão de Monte Alto, Rosário da Limeira e São Sebastião da Vargem Alegre, Muriaé**, Muriaé, MG, 2016.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **A Inconstância da Alma Selvagem**: coleção ensaios. São Paulo: Cosac Naify, 2013. 552p.

WALSH, C. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, V. M. (Org.). **Educação Intercultural na América Latina**: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro, 7Letras, 2009. p. 12-42.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas—o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos sociedade e agricultura**, p.87-145, 2000. Disponível em: <https://shre.ink/MDFB>. Acesso em: 08 jan. 2024.

WANDERLEY, M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, Norma. **Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001. Disponível em: <https://shre.ink/MDFI>. Acesso em: 08 jan. 2024.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos sociedade e agricultura**, v. 21, p. 42-61, 2003. Disponível em: <https://shre.ink/MDF8>. Acesso em: 13 fev. 2023.

ZANELLO, V. **A Prateleira do amor sobre mulheres, homens e relações**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2022. 143p.

ZANELLO, V. Dispositivo materno e processos de subjetivação: desafios para a Psicologia. In: ZANELLO, V.; PORTO, M. **Aborto e (não) desejo de maternidade (s)**: questões para a Psicologia. 1ed. Conselho Federal de Psicologia: Brasília – DF, 2016. 175p.

ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivos**: cultura e processos de subjetivação. 1ed. Curitiba: Appris, 2018, 301p.

5 DISCUSSÃO E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Os resultados da pesquisa foram apresentados e discutidos no formato de artigos, tendo sido produzidos seis artigos, conforme Quadro 7, a seguir:

Quadro 7 - Artigos produzidos para responder aos objetivos da pesquisa

Objetivo específico	Artigo produzido	Método de produção de dados
Descrever as ações do programa, bem como suas estratégias metodológicas utilizadas ao longo do tempo.	Artigo 1: Mãos na massa: ações e estratégias metodológicas do Programa Agricultoras em Movimento	Análise de documentos e diário de campo
Caracterizar o perfil sociodemográfico das mulheres que participam do programa, destacando as vulnerabilidades que atravessam suas vidas	Artigo 2: Análise do perfil sociodemográfico e das vulnerabilidades vivenciadas pelas mulheres rurais participantes do Programa Agricultoras em Movimento	Questionário sociodemográfico, rodas de conversa virtuais e diário de campo
Examinar as dinâmicas relacionais e as estratégias utilizadas pelas agricultoras no período da covid-19, no âmbito do projeto “Cuidar-se”, uma ação do programa voltada para o fomento do autocuidado	Artigo 3: Mulheres rurais e autocuidado: uma proposta de intervenção no contexto da pandemia da covid-19	Análise de documentos
Descrever as características dos encontros do programa e suas potências, no retorno às suas atividades presenciais, após a pandemia da covid-19	Artigo 4: Encontros-potência do Programa Agricultoras em Movimento: espiritualidade, pão, amor e ancestralidade nas ações do programa após a crise pandêmica	Análise de documentos
Analisar os desafios enfrentados pelas mulheres para participar do programa e suas percepções sobre os desdobramentos dessa participação	Artigo 5: Participação de mulheres rurais no Programa Agricultoras em Movimento: desafios enfrentados e desdobramentos percebidos	Rodas de conversa virtuais e diário de campo
Analisar a história de vida de uma das lideranças do programa e a relação com sua ação política	Artigo 6: “ <i>O leve que não é leve</i> ”: Análise da história de vida de uma liderança rural	Entrevista de história de vida

Fonte: Dados da pesquisa, 2024

O primeiro artigo relata as ações e estratégias metodológicas utilizadas pelo programa durante sua trajetória. Por sua vez, o segundo artigo buscou caracterizar o perfil sociodemográfico e as vulnerabilidades vivenciadas pelas mulheres rurais que participam do Programa Agricultoras em Movimento. Em seguida, foram discutidos dois artigos que buscaram identificar o cenário do programa em dois períodos, sendo um durante o período da pandemia da covid-19, focando o projeto “Cuidar-se” e o outro pós-pandemia, relatando os encontros e potências do programa, por meio de atividades presenciais. O quinto artigo examina os desdobramentos da participação no programa na vida das mulheres rurais; enquanto o sexto artigo analisa a história de vida de uma das lideranças do programa, visando aprofundar nas questões de gênero.

5.1 Artigo 1: “Mãos na massa”: ações e estratégias metodológicas do Programa Agricultoras em Movimento¹¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo descrever as ações, bem como suas estratégias metodológicas utilizadas ao longo do tempo do Programa Agricultoras em Movimento. Como delineamento metodológico, optou-se pela realização de uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório e descritivo, por meio da análise documental. O marco conceitual e analítico se fundamenta em uma perspectiva relacional de Bourdieu. Para análise e interpretação dos resultados, foi utilizada a Análise de Conteúdo de Bardin. Com o desenvolvimento do estudo, pôde-se observar que o programa promove ações voltadas para autonomia financeira, saúde, autocuidado e práticas agroecológicas, fomentando práticas locais sustentáveis e emancipação feminina. Pode-se concluir que o programa promove transformação social e econômica para mulheres rurais, unindo saberes tradicionais à capacitação técnica, e fortalecimento de vínculos.

PALAVRAS-CHAVE: Programa. Estratégias. Geração de Renda. Agroecologia. Economia Solidária.

ABSTRACT

This article aims to describe the actions and methodological strategies used throughout the Agricultoras em Movimento Program. As a methodological design, we chose to conduct a qualitative, exploratory and descriptive study using documentary analysis. The conceptual and analytical framework is based on Bourdieu's relational perspective. Bardin's Content Analysis was used to analyze and interpret the results. As the study developed, we observed that the program promotes actions aimed at financial autonomy, health, self-care and agroecological practices, fostering sustainable local practices and female emancipation. We can conclude that the program promotes social and economic transformation for rural women, combining traditional knowledge with technical training and strengthening bonds.

KEYWORDS: Program. Strategies. Income Generation. Agroecology. Solidarity Economy.

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar ocupa um lugar central na produção de alimentos e na promoção de práticas sustentáveis no Brasil. Nesse contexto, as mulheres agricultoras desempenham papel estratégico na preservação da biodiversidade, na segurança alimentar e na transmissão de saberes ancestrais, articulando-os às experiências contemporâneas. Essas práticas se expressam no cotidiano das comunidades, desde o cultivo até a comercialização, frequentemente realizadas em quintais e feiras locais (Silva *et al.*, 2018).

Parte da produção é destinada ao autoconsumo, enquanto os excedentes são comercializados em feiras agroecológicas, contribuindo não apenas para a renda familiar, mas também para o reconhecimento social de saberes tradicionalmente invisibilizados (Bourdieu, 1989; Carneiro, 1994; Silva *et al.*, 2018). Nesse processo, observa-se uma articulação entre

¹¹ O manuscrito a seguir está em preparação para submissão

capitais simbólico, econômico e social (Bourdieu, 1989), evidenciada nas dinâmicas de organização coletiva, valorização identitária e construção de redes solidárias.

É nesse cenário que se insere o Programa Agricultoras em Movimento, lócus desta pesquisa, criado em 2013 e transformado em programa em 2018. A iniciativa é desenvolvida pelo Centro de Estudo, Integração, Formação e Assessoria Rural da Zona da Mata (Ceifar-ZM), em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Muriaé, Barão do Monte Alto, Rosário da Limeira e São Sebastião da Vargem Alegre (STR), com apoio da Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar (Coopaf) e da Cooperativa de Crédito Rural Solidário (Cresol). Sua área de abrangência contempla comunidades rurais dos municípios de Muriaé, Barão do Monte Alto, Rosário da Limeira e Miradouro, na Zona da Mata Mineira.

O programa promove ações formativas, oficinas, rodas de conversa, encontros terapêuticos, projetos e caravanas voltadas a geração de renda, agroecologia, saúde, economia solidária e fortalecimento da participação política das mulheres rurais.

Este artigo, de caráter qualitativo, descritivo e exploratório, tem como objetivo geral descrever as ações e estratégias metodológicas utilizadas ao longo do tempo pelo Programa. Para o levantamento dos dados, recorreu-se à análise documental. Posteriormente, o *corpus* foi submetido à análise de conteúdo, conforme proposta de Bardin (2004). A sistematização desses elementos busca dar visibilidade a práticas replicáveis e contribuir para políticas públicas que reconheçam e valorizem o protagonismo das mulheres na agricultura familiar.

Como principais resultados, verificou-se que o programa articula saberes tradicionais à capacitação técnica, utilizando metodologias participativas que fortalecem vínculos, promovem a aquisição de conhecimentos teórico-práticos e impulsionam o desenvolvimento integral das mulheres rurais.

2 APORTE TEÓRICO

Como aporte teórico, recorreu-se à perspectiva relacional de Bourdieu (1989), especialmente no que se refere às categorias de campo, capitais simbólico, econômico, social e *habitus*. Conforme o referido autor, o campo representa um espaço social estruturado, relativamente autônomo, no qual agentes e instituições disputam posições e poder, segundo regras e valores próprios.

O capital simbólico, por sua vez, refere-se a prestígio, reconhecimento ou legitimidade que determinado agente ou saber adquire socialmente, constituindo-se como uma forma de poder não percebida como tal. Em contrapartida, o capital econômico diz respeito aos recursos

financeiros e materiais que um agente ou grupo detém e pode mobilizar para alcançar seus objetivos, sendo o tipo de capital mais diretamente conversível em dinheiro. Já o capital social corresponde ao conjunto de recursos mobilizáveis por meio das redes de relações e conexões sociais que um agente possui; ou seja, aos benefícios obtidos pelo pertencimento a um grupo e pela manutenção de vínculos duráveis (Bourdieu 1989, 2003b; Bourdieu, Wacquant, 2022).

Por fim, o *habitus* é compreendido como um conjunto de disposições duráveis, incorporadas pelos indivíduos ao longo da vida, que orientam suas percepções, práticas e escolhas de modo muitas vezes inconsciente. À medida que o indivíduo interage com determinado campo, esse *habitus* pode ser transformado e compartilhado coletivamente, dando origem ao que se denomina *habitus* coletivo, um sistema de disposições incorporadas por um grupo, que orienta percepções, ações e valores comuns (Bourdieu 1989, 2003b; Bourdieu, Wacquant, 2022).

O uso desses conceitos se justifica, pois as ações e as estratégias metodológicas analisadas emergem como uma inflexão nas hierarquias tradicionais de saber no campo das práticas coletivas, especialmente por valorizarem saberes populares. Ao adotar uma abordagem horizontal entre saberes científicos, técnicos e tradicionais, o Programa Agricultoras em Movimento promove uma redistribuição simbólica, que confere legitimidade a cosmovisões historicamente marginalizadas, como os conhecimentos ancestrais e de cura (Bourdieu, 1989).

Além disso, ao longo da trajetória do programa, observou-se que o incentivo ao autocuidado das mulheres rurais e à valorização das dimensões sagradas da vida revela práticas que não apenas ressignificam disposições incorporadas; ou seja, *habitus* cristalizados, mas também provoca um deslocamento dos centros de autoridade sobre o cuidado para formas comunitárias de gestão do cuidado (Bourdieu, 2003). Dessa forma, as ações e metodologias utilizadas desafiam o saber hegemônico neoliberal e contribuem para uma reestruturação simbólica e política do campo, ampliando os agentes reconhecidos como legítimos produtores de saber e cuidado coletivo (Bourdieu, Wacquant, 2022).

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, de cunho descritivo e exploratório, por meio de estudo de caso. Para a construção deste artigo, recorreu-se à utilização da análise documental. O *corpus* de análise foi composto de documentos não publicados, disponibilizados por uma das organizadoras do programa, que podem ser visualizados no Quadro 1. Além disso, foram utilizadas de forma complementar notas de diário de campo e registros fotográficos.

Quadro 1 – Corpus de análise – documentos do Ceifar/ZM

Documento	Ano
Relatório Seminário Territorial para Avaliação de Ações do Projeto e Elaboração de um Plano de Ação – dia 1	2016 ^a
Relatório Seminário Territorial para Avaliação de Ações do Projeto e Elaboração de um Plano de Ação – dia 2	2016b
Slides sobre o Projeto Cuidar-se	2021 ^a
Arquivos de áudios transcritos de <i>Whatsapp</i> do grupo Agricultoras em Movimento	2021b
Slides sobre a trajetória de atividades executadas e previstas pelo programa	2018-2024

Fonte: Dados da pesquisa, 2024

Bardin (2004) localiza a análise documental como uma técnica dentro da análise de conteúdo, usada para interpretar documentos. Conforme a autora, a análise documental ultrapassa a descrição do conteúdo, abarcando um processo de categorização e interpretação, que, no presente estudo, foi qualitativa. O uso desse método possibilitou a extração de indicadores dos documentos, que foram utilizados para realizar inferências sobre o contexto de produção e recepção desses materiais. O diário de campo, por sua vez, constitui-se como um texto de cunho narrativo, ficcional e implicado, que propicia identificar as movimentações no campo e entre as interlocutoras no cotidiano de pesquisa (Medrado; Spink; Mélo, 2014). Já os recursos audiovisuais para registro das atividades propiciaram conhecimentos acerca da realidade investigada por meio da documentação de momentos e situações que auxiliam na ilustração do cotidiano vivenciado (Minayo, Deslandes e Gomes, 2002).

Os dados foram interpretados por meio da análise de conteúdo, com ênfase na modalidade categorial. Conforme Bardin (2004), em pesquisas de abordagem qualitativa, busca-se identificar núcleos de sentido, organizados em categorias temáticas emergentes a partir do material analisado.

Quanto aos aspectos éticos, a proposta obteve aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa, CAAE 69610523.3.0000.5153, no dia 11 de julho de 2023. Foram seguidos todos os elementos éticos, explicitados na Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, do Ministério da Saúde, que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, e Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, que aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos (Brasil, 2012, 2016). Houve a assinatura do termo de autorização para a realização da pesquisa pela organizadora do programa, bem como do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelas interlocutoras, tendo sido fornecido esclarecimentos sobre os procedimentos da pesquisa.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir da análise documental acerca da trajetória do programa ao longo de sua existência, chegou-se às seguintes categoria de análise: 1) Ações e abordagens metodológicas do Programa Agricultoras em Movimento utilizadas ao longo do tempo, tais como: cursos e palestras; oficinas; rodas de conversa e encontros terapêuticos; projetos; e caravanas. 2) Parceiros envolvidos e colaboração interinstitucional. 3) Perfil dos participantes. 4) Locais e contexto de realização das atividades. 5) Temas centrais e impacto esperado. 6) Situação das atividades. 7) Comercialização dos produtos.

4. 1 Ações e abordagens metodológicas do Programa Agricultoras em Movimento utilizadas ao longo do tempo

A partir da análise documental, foi possível observar que o Programa Agricultoras em Movimento abarca, ao longo de sua trajetória, uma grande variedade de atividades, com ênfase na utilização de estratégias metodológicas participativas. Entre elas encontram-se cursos e palestras voltados para formação e capacitação técnica das mulheres rurais, em temas diversos (Ceifar/ZM 2018-2024). A título de exemplificação, pode-se citar o curso de panificação, conforme mostra a Figura 1.

Ao aprenderem habilidades sobre produção e comercialização de pães e outros produtos no ramo de panificação, as mulheres podem gerar renda a partir dos conhecimentos adquiridos. Inclusive, atualmente várias delas são cooperadas na Cooperativa dos Produtores e Produtoras da Agricultura Familiar Solidária, Muriaé (Coopaf) e oferecem seus produtos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), Feira Agroecológica local, realizada semanalmente no município de Muriaé-MG, e em mostras e feiras locais e regionais.

Figura 1 - Curso de Panificados



O fato de estarem vinculadas de forma organizada em uma cooperativa facilita a comercialização dos produtos. Além de aumentar a visibilidade do grupo, a adoção de estratégias coletivas de venda contribui para que clientes sejam captados e retidos ao longo do tempo. Atualmente, além de utilizarem a venda direta e a distribuição para programas públicos, a cooperativa também lança mão da venda por *delivery*, e a divulgação dos produtos ocorre através das mídias sociais. A adoção de estratégias coletivas e inovadoras de venda expressa um *habitus* em adaptação, enquanto a presença em diferentes canais amplia o capital simbólico do grupo e reforça sua posição em distintos campos sociais (Bourdieu, 1989, 2003; Bourdieu; Wacquant, 2022).

Essa forma de atuação se refere ao comércio de proximidade, que diminui a distância entre produtores e consumidores com ênfase na comercialização de produtos de consumo imediato. Além disso, essa estratégia potencializa a sociabilidade e trocas entre clientes e feirantes (Gomes, 2020). Desse modo, pode-se observar que o programa fomenta a economia solidária e o empreendedorismo feminino.

O processo de implantar agroindústrias com as agricultoras se iniciou na comunidade São João do Glória, pertencente ao município de Muriaé, no ano de 2013, por meio de um projeto com recursos da empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras) - em parceria com o CTA, no qual foi subsidiada a compra de equipamentos para uma agroindústria de panificação (Ceifar/ZM, 2021b).

Inicialmente, foi realizado um mapeamento para a definição da comunidade a ser contemplada. Foi escolhida a comunidade de São João do Glória, tendo em vista que já havia agricultoras que produziam panificados para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Quatro mulheres faziam parte do projeto, atuando na produção conjunta em um espaço cedido pela mãe de uma delas. Esse projeto funcionou inclusive por meio da participação de chamadas públicas. Em decorrência de conflitos vinculados à relação interpessoal no ambiente de trabalho, principalmente devido à diferença no tempo de execução das atividades e quantidade de produção, as participantes foram se desvinculando aos poucos. Isso tornou a proposta inviável, pois o projeto previa que o maquinário fosse utilizado em uma produção familiar ou em trabalho coletivo (Ceifar/ZM, 2021b).

Com essa finalização, os equipamentos ficaram sem uso por um tempo, até que foram cedidos para uma família, para a construção de uma agroindústria de produção familiar no município de Barão do Monte Alto. Além dos equipamentos cedidos, a agricultora acessou

recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para a construção, legalizou sua agroindústria e hoje entrega bolos e rosquinhas semanalmente para a merenda escolar por meio do Pnae. Há também uma outra agricultora no município de Miradouro que produz panificados com sua família, através de recursos próprios, com uma agroindústria legalizada, ofertando os produtos para a Coopaf.

Hoje, na comunidade de São João do Glória, uma agricultora realiza a produção na própria residência, sendo os produtos entregues para a Coopaf para distribuição na merenda escolar. Desde o início de 2025, essa agricultora não pode mais realizar entregas, pois seu espaço ainda não está legalizado conforme as normas da vigilância sanitária. Para retomar a distribuição de seus produtos, será necessário regularizar sua produção. A Coopaf continua sendo responsável por oferecer suporte na capacitação, padronização de receitas, organização de espaços de venda em feiras e na distribuição por meio do Pnae (Ceifar/ZM, 2021b).

Portanto, aprender novas habilidades e competências contribui para a autonomia financeira dessas mulheres, ao gerar renda. Dessa forma, a panificação torna-se uma atividade sustentável, sobretudo quando inserida em cadeias de economia solidária e feiras locais como descrito, permitindo que as participantes, além da geração de renda, promovam o fortalecimento de laços comunitários. Essa estratégia se vincula ao paradigma paraeconômico referido por Simon (2020), uma vez que está alinhada à promoção de economia social e solidária e economia feminista, nas quais aspectos sociais, ecológicos e políticos perpassam as preocupações do grupo, para além da questão da promoção da autonomia econômica.

A economia social e solidária reflete sobre as relações baseadas na solidariedade em oposição ao individualismo utilitário dominante no sistema atual intermediado pelo mercado convencional. A economia feminista, por sua vez, critica o comportamento androcêntrico, politiza o âmbito doméstico-familiar e dá visibilidade à mulher ao compreender o trabalho feminino, em suas dimensões monetárias e não monetárias, tendo em vista que as atividades de cuidado, afeto e reprodução propiciam que membros da família possam realizar atividades nos espaços extrafamiliares, proporcionando, com isso, impactos significativos para a reprodução social (Simon, 2020).

No que se refere aos cursos promovidos no programa, observa-se grande ênfase dada àqueles que promovem práticas integrativas e complementares de saúde e estratégias de cultivo alinhadas aos pressupostos agroecológicos (Ceifar/ZM, 2018-2024). O uso das plantas medicinais, de caldas naturais, sabonetes agroecológicos, entre outros, fortalece a valorização de práticas ancestrais de cuidado mútuo, colocando as mulheres como protagonistas na

prevenção de doenças, uma vez que são as principais guardiãs dos quintais produtivos (Lorenzoni; Seibert; Collet, 2020). A valorização de saberes ancestrais e práticas agroecológicas reforça um *habitus* coletivo enraizado na tradição e na experiência cotidiana, ao mesmo tempo que confere às mulheres capital simbólico como guardiãs do cuidado e da saúde comunitária (Bourdieu, 1989; Bourdieu; Wacquant, 2022). A Figura 2 apresenta a atividade realizada em uma comunidade rural sobre preservação, resgate e catalogação de plantas medicinais.

Figura 2 - Resgate das plantas medicinais



Fonte: Dados da pesquisa, 2019

O resgate das plantas medicinais é uma forma de promover a saúde preventiva e curativa. As mulheres que têm como norte práticas agroecológicas convivem com a natureza de forma respeitosa, preservando o meio ambiente. Elas utilizam os recursos naturais não apenas como forma de extrair da terra meios de sobrevivência, mas, sobretudo, como busca de soluções sustentáveis que sejam capazes de amenizar os problemas de saúde e nutricionais de suas famílias e comunidades (Körbes, 2002).

No meio rural, essas práticas são a base da construção do conhecimento popular dos povos originários. Na região da Zona da Mata Mineira, mais especificamente da área de abrangência do Programa Agricultoras em Movimento, essas práticas ganharam destaque com a homeopata Rosa Maria Fortini (*in memoriam*). Ela foi uma liderança fundamental na organização de ações coletivas para disseminação dos conhecimentos e de práticas complementares de saúde, tais como terapia floral, a radiestesia, chás e tinturas para as famílias rurais dessa região. Inclusive, era comum nos encontros de que participei durante a pesquisa de campo ser invocado o nome dela como forma de lembrar e honrar sua memória.

Essas práticas são formas de resgate da memória coletiva e acesso às sensibilidades do cuidar do corpo em consonância com o território e suas histórias. As mulheres rurais são

guardiãs de um “manancial de saberes intimamente ligados aos modos de vida e enraizados na tradição oral e nos recursos disponíveis nos territórios, assim como na interlocução com a cultura popular” (Santos, 2022, p. 42). Portanto, esse manancial se constitui como patrimônio tradicional das comunidades em que residem essas mulheres, que confere capital simbólico valorizado no campo da saúde popular, ao mesmo tempo que expressa um *habitus* coletivo moldado pelas condições históricas e culturais do território (Bourdieu, 1989, 2003b; Bourdieu, Wacquant, 2022).

Outras ações comuns desenvolvidas ao longo do programa são as oficinas. Elas abarcavam como metodologia a articulação entre aspectos teóricos, experimentação prática e expressão emocional entre as participantes. Ao visarem à construção dialógica, por meio do compartilhamento de saberes científicos, ancestrais e populares, eram formas de difundir conhecimentos sobre práticas agroecológicas sustentáveis (Ceifar/ZM, 2018-2024). A título de exemplificação, a Figura 3 evidencia a oficina de cosméticos naturais e esalda-pés.

Figura 3 - Oficina de Agroecologia - cosméticos naturais e saúde integral



Fonte: Dados da pesquisa, 2019

No geral, a ênfase maior das oficinas voltou-se para a saúde integral da mulher, com atividades que enfatizavam a importância do autocuidado entre as participantes. Por meio de uma relação horizontal, as mediadoras destacaram, em suas falas, saberes ancestrais e práticas de cura, considerando as dimensões sagradas da vida e a gestão comunitária da saúde, especialmente em relação aos saberes dos povos tradicionais. Observa-se que, no programa, ocorria uma interlocução entre saúde, bem-estar, preservação da natureza e conhecimento

popular (Ceifar/ZM, 2018-2024). Conforme Afonso (2018, p. 9), a oficina é um método de intervenção psicossocial, definida como:

[...] um trabalho estruturado com grupos, independentemente do número de encontros, sendo focalizado em torno de uma questão central que o grupo se propõe a elaborar, em um contexto social. A elaboração que se busca na Oficina não se restringe a uma reflexão racional, mas envolve os sujeitos de maneira integral, formas de pensar, sentir e agir.

Assim, ao valorizarem os saberes ancestrais e o cuidado comunitário, essas práticas questionam modos de pensar, sentir e agir pautados nas hierarquias simbólicas tradicionais, reafirmando o poder de transformação presente nas ações coletivas e na escuta sensível (Bourdieu, 1989).

Outra oficina que chamou atenção foi sobre o uso das Cadernetas agroecológicas pelas agricultoras, conforme pode ser visualizado na Figura 4.

Figura 4 - Oficina Caderneta Agroecológica



Fonte: Dados da pesquisa, 2019

Essa atividade auxiliou na documentação e no reconhecimento do trabalho desenvolvido por elas em seu cotidiano. Essa oficina foi realizada no dia 4 de julho de 2019, tendo como mediadoras profissionais vinculadas ao Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA), como importante parceiro na realização de práticas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável na Zona da Mata Mineira (Ceifar/ZM, 2018-2024).

A Caderneta Agroecológica é um recurso político-pedagógico de fácil utilização. Ela é estruturada em quatro colunas de registro intituladas: consumo, doação, troca e venda. Esse

instrumento busca registrar e quantificar a produção das agricultoras realizada em seus quintais produtivos. Essa estratégia foi pensada como forma de dar visibilidade à produção feminina, algo que a ciência cartesiana ainda é limitada em captar. Ultrapassar uma perspectiva de economia clássica é urgente, pois ela tende a ignorar o trabalho reprodutivo, portanto, não dando relevância aos processos conduzidos por essas mulheres. Por isso, como salientam Telles, Castro e Freitas (2021), o desenvolvimento de pesquisas que considerem a complexidade do universo feminino nas análises é algo fundamental para superar essa realidade.

As referidas autoras ressaltam que as mulheres são responsáveis por realizar o manejo de inúmeras atividades econômicas, remuneradas ou não. É válido destacar que uma atividade econômica não se restringe ao dinheiro ou à geração de recursos financeiros por meio da venda de produtos. As mulheres rurais, no contexto da agricultura familiar, desenvolvem um conjunto de práticas fundamentais para garantir e manter as condições de vida de suas famílias, mesmo quando os produtos não são destinados à comercialização. Quando utilizados no consumo doméstico, na troca ou na doação dentro da comunidade, esses bens também configuram formas de trocas econômicas e devem ser reconhecidos como parte da economia familiar. É justamente nesse contexto que se insere a função da Caderneta Agroecológica (Telles; Castro; Freitas, 2021).

Dessa forma, as cadernetas operam como estratégias de reconversão simbólica, conferindo legitimidade a formas alternativas de conhecimento e organização social, fundamentadas em redes solidárias, práticas sustentáveis e na centralidade da mulher como produtora e gestora de saberes e recursos. Com isso, contribuem para o deslocamento nas estruturas de poder simbólico, desestabilizando as hierarquias que historicamente silenciaram ou subalternizaram suas experiências (Bourdieu, 1989).

Outra modalidade de ações desenvolvidas foram as rodas de conversa, focando especialmente o fortalecimento dos vínculos comunitários e o bem-estar emocional dos moradores, abordando temas como Terapia Comunitária Integrativa (Figura 5) e autocuidado (Ceifar/ZM, 2018-2024).

Figura 5 - Terapia Comunitária Integrativa



Fonte: Dados da pesquisa, 2019

A Terapia Comunitária Integrativa foi desenvolvida no Departamento de Saúde Comunitária da Faculdade de Medicina da Universidade do Ceará (UFC), sob a coordenação do Professor Dr. Adalberto de Paula Barreto. Com formação em psiquiatria, teologia e antropologia, o médico criou uma abordagem terapêutica considerada uma prática social. Ela é utilizada como uma ferramenta que enfatiza a ajuda mútua, a fim de promover saúde mental (Azevedo *et al.*, 2013). O uso desta metodologia reforça um *habitus* relacional centrado no cuidado coletivo e na escuta, revelando disposições socialmente construídas que orientam as formas de viver e significar o bem-estar nas comunidades rurais (Bourdieu; Wacquant, 2022).

É válido ressaltar que essas atividades, desenvolvidas presencialmente, como foi o caso da Terapia Comunitária Integrativa, ou *on-line* como foi o projeto Cuidar-se, contribuem para a construção de um ambiente de suporte mútuo, baseado na segurança emocional, reduzindo o isolamento social.

Também foram realizadas rodas de conversa ou círculos de diálogo que compreendem uma metodologia que ganhou por meio do educador e filósofo Paulo Freire (1996). Cabe ressaltar que essa modalidade também foi trabalhada por outros autores. Entretanto, a abordagem pedagógica de Paulo Freire (1996) foi amplamente difundida em práticas comunitárias e educacionais. Para o autor, a educação é tomada como prática dialógica, em que o conhecimento é construído coletivamente. Seguindo uma postura horizontal, o facilitador ou mediador passa a funcionar como um guia e não como autoridade que detém o poder e o saber exclusivo. Isso torna possível a promoção de um ambiente em que todos têm voz e vez na construção da reflexão crítica acerca da realidade vivida (Freire, 1996).

Na Figura 6, encontra-se uma roda de conversa realizada por mim a pedido das organizadoras, o tema foi escolhido por elas, sendo nomeado como “Autocuidado e cuidado

coletivo como estratégias de resistência”. A atividade foi realizada no dia 13 de julho de 2023, no Cefas, em Muriaé, e contou com a participação de mais de 30 mulheres. Conforme informações registradas em diário de campo, esse encontro foi realizado com o intuito de comemorar o dia dos/as trabalhadores e trabalhadoras rurais, celebrado no dia 25 de julho. Na roda de conversa, além da exposição breve sobre questões relacionadas à saúde mental sob uma perspectiva de gênero, abriu-se espaço para as mulheres expressarem os desafios vivenciados e como observavam que essas questões reverberam em sua saúde.

Figura 6 – Roda de Conversa Autocuidado e cuidado coletivo como estratégias de resistência



Fonte: Dados da pesquisa, 2023

Os temas mais recorrentes observados durante o encontro foram: fragilidades das mulheres frente ao processo de envelhecimento; sobrecarga com atividades de cuidados; desafios nas relações amorosas; falta de tempo para atividades de autocuidado (Ceifar/ZM, 2016a, Ceifar/ZM, 2016b). Eles evidenciam marcas de um *habitus* de gênero historicamente construído, no qual o cuidado com os outros se sobrepõe ao autocuidado, refletindo disposições incorporadas que afetam diretamente a saúde mental e emocional das mulheres (Bourdieu; Wacquant, 2022).

Essas questões atravessam desdobramentos na vivência de ansiedade, depressão, sobrecarga, exaustão e conflitos nas relações amorosas. Desse modo, foram problematizados temas como elementos vinculados à divisão sexual do trabalho, a importância da mobilização coletiva para a reivindicação de políticas públicas para cuidado das pessoas idosas e dispositivo amoroso e materno, conforme discussões propostas por Valeska Zanello (2018).

No geral, o encontro foi uma oportunidade para que as mulheres compreendessem como seu sofrimento é atravessado pela socialização feminina. A problematização de elementos inicialmente vivenciados como privados amplia a consciência crítica e contribui para que esses aspectos sejam visualizados como questões políticas. Esse processo desperta o desejo de mudança coletiva, provocando questionamentos que favorecem a criação de estratégias para expressar suas necessidades e estabelecer limites, tanto nas relações pessoais quanto na luta por transformações estruturais (Zanello, 2018).

O encontro foi finalizado com uma festa junina, com lanche compartilhado, música e descontração, agregando momentos para alimentar a alma, o corpo e o espírito (Alves, 2017). A potência dos momentos informais em encontros que tratam das opressões vividas pelas mulheres rurais opera como uma estratégia de humanização do processo formativo e de celebração, fortalecendo os laços de acolhimento e pertencimento. Esses momentos não são espaços neutros, pois desestabilizam hierarquias simbólicas ao dar valor a práticas culturais e formas de expressão que integram o modo de vida dessas mulheres. Ao resgatar a alegria, a coletividade e a autonomia como dimensões da resistência às opressões estruturais, tais vivências ampliam o capital simbólico das participantes e contribuem para a subversão das hierarquias que historicamente desvalorizam suas experiências (Bourdieu, 1989).

Com a interrupção das atividades presenciais durante a pandemia de covid-19, novas formas de cuidado e mobilização precisaram ser criadas. Foi nesse contexto que uma das organizadoras idealizou o Projeto Cuidar-se, com a participação de diferentes profissionais da saúde, entre elas: uma *personal trainer*, uma nutricionista, uma psicóloga e uma terapeuta integrativa. Das quatro profissionais, três delas tinham filhos pequenos e uma já era avó, configurações vinculadas à sobrecarga no cuidado durante a pandemia. Elas atuaram como voluntárias, não recebendo nenhum tipo de retorno financeiro, o que faz levantar a hipótese de que a participação no projeto se deu pelo engajamento na causa. A atuação voluntária das profissionais pode, portanto, ser compreendida como investimento em um capital simbólico, ao se engajarem em um projeto que reforça seu pertencimento a um campo de cuidado solidário, no qual o reconhecimento moral e afetivo se sobrepõe à lógica mercantil (Bourdieu, 1989, 2003b).

As atividades foram desenvolvidas pelo grupo do *Whatsapp* e contaram com a participação de mais de cem mulheres. Cada profissional ficou responsável por propor uma atividade a ser realizada pelas agricultoras durante a semana e depois era aberto diálogo para

tirar dúvidas, trocar experiências e dar *feedback*. Essa proposta teve grande relevância para as mulheres, reforçando o autocuidado durante um período tão delicado (Ceifar/ZM, 2021a).

A escolha por construir esse projeto nesse período, destaca a importância da pauta da promoção da saúde da mulher, o que torna o projeto “Cuidar-se” uma ação potente, uma vez que as mulheres são socializadas para serem heterocentradas e tendem a colocar o bem-estar de outras pessoas, especialmente marido e filhos, na frente do seu (Zanello, 2018). É válido ressaltar que esse projeto foi analisado de forma detalhada em outro artigo científico. A Figura 7 mostra o evento de culminância do projeto Cuidar-se, realizado no Dia Internacional da Mulher Rural, comemorado no dia 15 de outubro de 2022.

Figura 7 - Encontro de culminância do Projeto Cuidar-se



Fonte: Dados da pesquisa, 2022

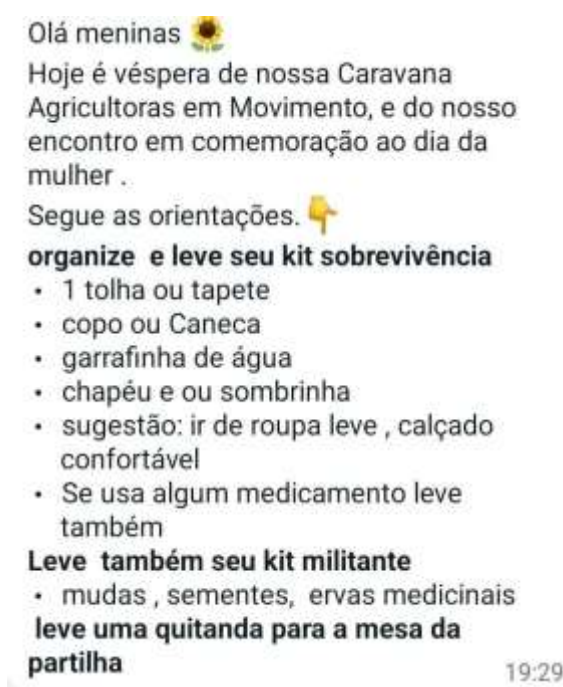
Estar presente fisicamente no encontro representou uma oportunidade de reconexão entre as participantes do programa. Foi um momento de compartilhar as dores¹² vividas durante a pandemia da covid-19, trocar afetos, celebrar e movimentar o corpo. A celebração, nesse contexto, tornou-se uma forma de esperar (Diniz; Gebara, 2022) e de projetar o futuro do grupo. Contribuiu, portanto, para a reconstrução de um senso de comunidade e pertencimento, ao reativar disposições incorporadas de sociabilidade e cuidado coletivo, expressando um *habitus* corporal e afetivo, marcado pela importância da presença, do toque e do olhar na construção dos laços sociais (Bourdieu; Wacquant, 2022).

¹² A noção de dores aqui empregada está alinhada ao conceito de dororidade, formulado por Vilma Piedade (2019), no qual a dor partilhada é percebida como elemento propulsor da união e do fortalecimento entre mulheres. Embora a autora tenha criado esse termo para abordar as vivências de mulheres pretas, destacando o agravamento do sofrimento provocado pelo racismo, tal perspectiva também se revela pertinente para compreender o papel do sofrimento na experiência de diferentes grupos. Com base nesse entendimento, considera-se que as mulheres rurais enfrentam sofrimentos específicos, manifestados por meio de desafios e formas singulares de opressão.

Com o avanço da flexibilização das medidas sanitárias e a liberação das atividades presenciais pelos órgãos municipais, as organizadoras executaram uma ação itinerante, denominada Caravana Agricultoras em Movimento, realizada no dia 22 de outubro de 2023, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher Rural. Esse foi um momento de reencontro mais amplo, no qual as participantes puderam trocar experiências, enriquecer seus repertórios e retomar o contato físico de maneira mais livre, após um longo período de distanciamento. Participaram do evento cerca de 50 pessoas, sendo a maioria agricultoras de diferentes comunidades rurais da área de abrangência do Programa (Muriaé, Miradouro, Rosário da Limeira e Barão do Monte Alto), além de alguns parceiros de instituições, como da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG) e a Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol).

Essa foi uma das atividades acompanhadas no decorrer do período de observação participante. Destacou-se, nesse contexto, a forma afetuosa e cuidadosa com que uma das coordenadoras conduziu a comunicação com as agricultoras. Tal aspecto revela elementos relevantes das dinâmicas relacionais estabelecidas no grupo e pode ser ilustrado a partir de registro no diário de campo, conforme apresentado na Figura 8:

Figura 8 - Mensagem enviada às agricultoras no grupo do *Whatsapp* no dia anterior ao evento



O uso do termo “meninas” e a orientação para que levassem um “kit de sobrevivência” com itens como medicamentos, sementes e ervas medicinais expressam a valorização do cuidado mútuo e do compartilhamento de saberes ancestrais. Tais práticas reforçam um *habitus* relacional sustentado pela ética do cuidado e pelo sentimento de pertencimento (Bourdieu, 1989; 2003b).

Durante o trajeto da caravana (Figura 9), as participantes compartilharam histórias, cantaram e trocaram experiências, o que evidencia a presença de uma ética amorosa coletiva.

Figura 9 - Mulheres a caminho do itinerário da Caravana Agricultoras em Movimento



Fonte: Dados da pesquisa, 2023

Como aponta bell hooks (2021), o amor entre mulheres é uma forma de resistência que rompe com a lógica da dominação e fortalece redes de apoio e valorização mútua. Essa dimensão afetiva constitui um dos pilares de coesão do grupo e de fortalecimento político das mulheres rurais. Os dados apresentados evidenciam que o Programa Agricultoras em Movimento articula diferentes abordagens metodológicas e dimensões do saber, técnicas, emocionais e sociais, demonstrando uma estruturação consistente. Tais práticas educativas são inovadoras e compõem a pedagogia do movimento agroecológico na região (Silva *et al.*, 2020).

4.2 Parceiros envolvidos e colaboração interinstitucional

Entre as instituições parceiras no desenvolvimento das ações do programa, destacaram-se instituições de ensino superior, como o IF Sudeste – Campus Muriaé, a Faminas e a Universidade Federal de Viçosa (UFV). Essas instituições, públicas e privadas,

desempenhavam um papel relevante ao oferecerem apoio técnico e científico, contribuindo para a capacitação das participantes e lideranças.

Também participaram do programa organizações voltadas à defesa dos direitos humanos, como a Secretaria Municipal de Direitos Humanos, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, a Cáritas e a Fundação de Cultura e Arte, contribuindo para a divulgação dos serviços públicos e abordagem de temas vinculados aos direitos das mulheres.

Por fim, destacam-se ainda organizações locais e regionais, como Iracambi, Emater, CTA e Unicafe, cuja atuação está diretamente vinculada ao trabalho com a população rural, oferecendo suporte por meio de saberes técnicos (Ceifar/ZM, 2018-2024).

A presença de diferentes instituições reconhecidas confere capital simbólico às ações do programa, ao mesmo tempo que desperta a valorização mútua de saberes, na qual as mulheres não apenas aprendem, mas também ensinam, legitimando seus conhecimentos como parte ativa e reconhecida, especialmente nos campos das práticas agroecológicas e de saúde coletiva popular (Bourdieu, 1989, 2003b).

Porém, é importante ponderar o fato de a maioria dos profissionais terem atuado de forma voluntária, o que pode representar uma fragilidade no que se refere à regularidade das ações. A falta de constância em decorrência da ausência de uma equipe fixa pode prejudicar a execução de tarefas, bem como o monitoramento e a avaliação das ações em longo prazo. Apesar disso, sempre era abordada no programa a importância da organização coletiva das agricultoras para reivindicar melhores condições de vida, infraestrutura e oferta de serviços públicos nas comunidades rurais. Essa dinâmica evidencia os tensionamentos no interior do campo social em que o programa se insere, revelando como a escassez de capital econômico pode limitar a continuidade das ações, mesmo diante do acúmulo de capital simbólico e do fortalecimento de um *habitus* coletivo voltado à ação política e à transformação social (Bourdieu, 1989, 2003b).

4.3 Perfil das Participantes

O programa configurou-se como uma proposta autônoma voltada, prioritariamente, para as mulheres rurais, embora tenha contemplado algumas atividades mistas. Isso ocorreu, especialmente, quando os encontros foram realizados nas propriedades rurais e eram direcionados à aprendizagem de habilidades e competências aplicadas ao trabalho familiar (Ceifar-ZM, 2018-2024).

O perfil das participantes era diversificado, abarcando mulheres rurais que atuavam em organizações da agricultura familiar e em entidades sociais, incluindo lideranças comunitárias, artesãs e diretoras de instituições. Esse recorte contribuiu para a construção de um campo social próprio, no qual as mulheres se organizavam coletivamente para mobilizar diferentes capitais (social, simbólico e cultural). Além disso, propiciou a elaboração de um *habitus* coletivo orientado por práticas de cuidado, solidariedade e afirmação de direitos (Bourdieu, 1989, Bourdieu; Wacquant, 2022), particularmente potente quando se consideram as desigualdades vividas por esse contingente populacional (Paulilo, 2009).

4.4 Locais e contexto de realização das Atividades

As ações foram desenvolvidas em diversos locais, incluindo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Cefas (espaço pertencente à Igreja Católica), ambos localizados no município de Muriaé. No entanto, como as mulheres residiam em diferentes comunidades rurais, a logística apresentou desafios, especialmente devido à escassez de transporte público e à ausência de habilitação ou veículo próprio. Isso, muitas vezes, condicionava a presença de muitas delas à disponibilidade de terceiros (Ceifar-ZM, 2018-2024).

Desse modo, a descentralização das atividades, realizadas nos próprios territórios, seja em espaços comunitários, seja em propriedades rurais, buscou responder aos desafios logísticos. Além disso, essa estratégia aproximou a intervenção da realidade vivida pelas mulheres e suas famílias, contribuindo para o fortalecimento de vínculos comunitários e para uma atuação mais coerente com o cotidiano das agricultoras (Ceifar-ZM, 2018-2024).

Durante a pandemia da covid-19, o programa também incorporou o uso de plataformas digitais como *WhatsApp*, *Google Meet* e *Google Forms*, ampliando seu alcance e garantindo a continuidade das ações em contexto de distanciamento social, apesar dos limites impostos pela exclusão digital (Ceifar-ZM, 2021a). Com a atenuação da crise sanitária, as ações virtuais diminuíram, mantendo-se, no entanto, a previsão de retomada de projetos *on-line* como o projeto “Cuidar-se”.

A variedade de formatos e contextos de realização das atividades revela a dinamicidade do programa, que, ao ocupar múltiplos espaços sociais, vai conformando um campo relacional próprio, estruturado por disputas, desafios e possibilidades de reconhecimento, onde diferentes agentes se encontram e constroem práticas sociais singulares (Bourdieu, 1989). A partir do exposto, é possível observar que existe flexibilidade no programa

para se adaptar às mudanças contextuais e necessidades locais, o que demonstra que a proposta possui potencial de transformação em longo prazo.

4.5 Temas centrais e impactos esperados

As ações realizadas na prática estão em consonância com os eixos do Programa, conforme pode ser visualizado no Quadro 2:

Quadro 2 – Eixos de ação do Programa

Eixo	Objetivo	Sugestões
Participação Política	Incentivar e apoiar a participação e a inserção das mulheres em sindicatos, associações, cooperativas, conselhos e demais espaços de tomada de decisão.	Realização de rodas de conversas e capacitação sobre direito, feminismo, igualdade e outros.
		Apoiar as agricultoras na organização das documentações.
Geração de Renda, Agroecologia e Economia Solidária	Incentivar a formação e a capacitação das mulheres para o fortalecimento de grupos produtivos e artesanais, com vista à agroecologia, geração de renda e economia solidária.	Realização de cursos e oficinas.
		Realização de feiras agroecológicas e de trocas.
		Organização da produção com melhoria da qualidade e acesso ao mercado.
		Compra de materiais em conjunto.
Saúde e Autocuidado	Incentivar ações com as agricultoras tendo como objetivo melhorar a saúde física e mental na busca de uma melhor qualidade de vida.	Promover oficinas e práticas complementares de saúde, alimentação saudável, reaproveitamento de alimentos.
		Incentivo à prática de exercícios.
		Palestras motivacionais.
		Práticas de relaxamento.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2021

Ao analisar os principais objetivos das atividades executadas, observou-se a predominância de algumas frentes de ação. A primeira foi a capacitação técnica, como no curso de formação de agricultora orgânica e na oficina de cosméticos naturais. Nesse contexto, o programa visava qualificar mulheres em habilidades que pudessem gerar renda e promover a autonomia financeira. Assim, a frente da geração de renda, por meio do fomento à economia solidária, foi bastante desenvolvida, com desdobramentos importantes na vida das mulheres, tais como a participação em feiras, mostras e políticas públicas, como o PAA, o Pnae, entre outros. À luz de Bourdieu (1989), essas ações podem ser compreendidas como estratégias de reconversão de capital cultural e social em capital econômico, possibilitando o reposicionamento das mulheres em campos sociais marcados por desigualdades estruturais e simbólicas (Bourdieu, 1989).

A conscientização agroecológica também despontou como uma pauta importante, por meio da realização de oficinas de compostagem orgânica e uso de plantas medicinais, que incentivaram práticas sustentáveis, alinhando o desenvolvimento das mulheres com práticas

tradicionais. Essas ações contribuem para a ampliação da consciência crítica, fortalecendo uma relação de respeito com a natureza. Aqui, observa-se um entrelaçamento entre agroecologia, conhecimento ancestral e tradicional nos quintais produtivos. Com base na perspectiva de Bourdieu (2022), essas práticas podem ser interpretadas como expressões de um *habitus* ecológico e comunitário, forjado nas experiências cotidianas das mulheres e transmitido intergeracionalmente, o que confere coerência simbólica e resistência às suas formas de vida (Bourdieu, Wacquant, 2022).

A frente da promoção de saúde, emancipação feminina e autocuidado também foi mobilizada ao longo do programa, com atividades como terapia comunitária, rodas de conversa e oficinas temáticas. Trabalhar esses temas fomenta a construção de um espaço coletivo onde o cuidado e a solidariedade ganham força como práticas sociais significativas (Bourdieu, 1989).

Por fim, a participação política também se apresentou como um eixo relevante, especialmente na abordagem de temas ligados aos direitos humanos e às políticas públicas, incentivando o engajamento das mulheres em ações coletivas, como a Marcha das Margaridas, conselhos de direitos, sindicatos e cooperativas. No entanto, o engajamento ainda é limitado. Nesse sentido, pretende-se ampliar as discussões sobre participação política, mobilizando lideranças que já atuam em suas comunidades para ocuparem espaços de poder. O objetivo é ampliar a capacidade de interferência direta nas decisões que afetam a garantia de direitos das mulheres rurais. Isso demonstra uma consciência crescente sobre a importância de disputar a arena pública, uma vez que ainda é comum que homens legissem sobre questões que impactam diretamente a vida das mulheres, sem considerar que a presença feminina é essencial para a construção de um espaço público mais inclusivo e equânime.

Portanto, as ações do programa transformam o *habitus* coletivo das mulheres rurais ao introduzir novas práticas e significados em suas trajetórias. Conforme Bourdieu (1987), o *habitus* é historicamente constituído, e sua transformação exige a vivência de experiências estruturadas em outros referenciais. As atividades de capacitação, autocuidado e participação política promovem essa ressignificação, rompendo com disposições naturalizadas pela dominação masculina (Bourdieu, 2003a). Além disso, ao fortalecer redes de apoio e ampliar a visibilidade social, o programa favorece a acumulação de capital simbólico e social, reposicionando as participantes em campos antes inacessíveis (Bourdieu, 1987, 2022).

4.6 Situação das atividades

A maioria das atividades previstas já foi concluída, com alguns projetos planejados para o segundo semestre de 2024. Essa taxa de conclusão evidencia uma execução consistente ao longo do tempo, mesmo diante de cenários desafiadores, como a pandemia da covid-19 e execução da proposta sem financiamento público e privado (Ceifar/ZM, 2021a).

A presença de atividades pendentes e planejadas indica uma visão de longo prazo do Programa, em que a emancipação feminina e a sustentabilidade são as principais frentes a serem trabalhadas. Com isso, é possível observar que o programa não se limita a ações de curto prazo ou à busca por resultados imediatos. Essa ênfase indica um esforço por reconfigurar disposições incorporadas historicamente, sobretudo no que se refere à marginalização de mulheres em contextos rurais. Como aponta Bourdieu (2003a), romper com estruturas simbólicas de dominação exige tempo e práticas reiteradas. Nesse sentido, o programa atua como um campo estruturante, em que as participantes acumulam capital simbólico por meio do reconhecimento comunitário e da atuação em ações articuladas sustentáveis e emancipatórias (Bourdieu, 1989, 2022).

4.7 Comercialização dos produtos

Além do caráter participativo das atividades, o Programa Agriculturas em Movimento possibilitou que as mulheres comercializassem seus produtos de forma coletiva. A produção era escoada e exposta em feiras agroecológicas locais e regionais, mostras e eventos (Ceifar/ZM, 2021a). Essa inserção em redes de economia solidária e agroecologia contribuiu para a construção de um *habitus* coletivo orientado pela valorização da cultura local, da sustentabilidade e da resistência ao modelo alimentar hegemônico, baseado na produção em larga escala e no uso intensivo de agrotóxicos (Bourdieu, 1989).

A Feira Agroecológica de Muriaé, ilustrada na Figura 10, configura-se como uma iniciativa articulada por diversas organizações locais, tais como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), o Ceifar e a Coopaf, em parceria com a Prefeitura Municipal de Muriaé e o Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais – Campus Muriaé. A ação contempla famílias da agricultura familiar, promovendo a comercialização de produtos agroecológicos em espaços urbanos.

Figura 10 - Feira Agroecológica

Fonte: Dados da pesquisa, 2023

Inicialmente realizada em duas praças, às quartas e sextas-feiras, a Feira Agroecológica de Muriaé passou a acontecer exclusivamente às sextas, na Praça do Trabalhador, no bairro da Barra. Durante a pandemia, adotou-se a venda por *delivery*, garantindo o escoamento da produção diante das restrições sanitárias. Nesse espaço, ocorrem trocas de sementes, saberes e sabores (Calixto *et al.*, 2020), fortalecendo a articulação entre agricultura e cultura local.

A feira integra os circuitos curtos de comercialização, marcados pela redução de intermediários e pela conexão direta entre produtores e consumidores, o que fortalece vínculos de confiança e valoriza a produção local (Origuéla, 2020). Essa dinâmica gera renda, fomenta a economia local e amplia o capital social das agricultoras, por meio da reciprocidade e do reconhecimento no território (Bourdieu, 1989). Além disso, contribui para o respeito à biodiversidade, à saúde humana e para a redução das desigualdades entre campo e cidade, promovendo um desenvolvimento sustentável (Barros *et al.*, 2021).

Outra forma de distribuição dos produtos identificada foi por meio de políticas públicas, especialmente via chamadas públicas com a participação da Cooperativa dos Produtores e Produtoras da Agricultura Familiar Solidária de Muriaé (Coopaf). Nesse contexto, destacaram-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A organização das famílias por meio da cooperativa otimizou a logística tanto para o escoamento da produção quanto para a entrega eficiente às instituições beneficiárias. Essa estruturação coletiva fortalece o capital social dos envolvidos e amplia seu capital simbólico ao garantir reconhecimento institucional e acesso a políticas públicas, elementos fundamentais para a permanência e valorização da agricultura familiar no campo social (Bourdieu, 1989).

Enfim, pôde-se observar que as diferentes estratégias adotadas pelo programa enfatizaram a revitalização das economias locais. Tanto as feiras como as mostras e ações institucionais representam formas de resistência frente ao sistema alimentar capitalista. Essas estratégias criam ecossistemas alimentares locais que priorizam a sustentabilidade, a justiça social e o respeito aos elementos culturais e ambientais regionais (Origuéla, 2020).

6 CONCLUSÕES

O Programa Agricultoras e Movimento revelou-se uma iniciativa potente no fortalecimento da coletividade entre mulheres rurais, ao priorizar práticas grupais e metodologias participativas. A valorização dos saberes tradicionais e ancestrais permitiu a promoção de ações voltadas à agroecologia, à saúde mental, ao autocuidado e à capacitação técnica, contribuindo significativamente para o desenvolvimento de competências e habilidades fundamentais à geração de renda, com base na economia solidária e no cooperativismo.

Além de fortalecer a autonomia econômica das participantes, o programa promoveu transformações sociais relevantes ao ampliar sua rede de atuação e impacto, alcançando mulheres de diversos municípios. Esse alcance esteve diretamente relacionado à construção de vínculos de afeto e solidariedade, fortalecidos tanto nas ações coletivas realizadas em Muriaé quanto nas atividades itinerantes desenvolvidas nos territórios abrangidos. A dimensão comunitária e política das ações intensificou o sentimento de pertencimento e o engajamento coletivo, aspectos centrais para a construção de soluções locais e sustentáveis.

A análise demonstrou que o programa funcionou como catalisador de mudanças sociais e econômicas, posicionando as mulheres rurais como protagonistas de seus territórios. Contudo, a sustentabilidade das ações depende da superação de desafios estruturais, sobretudo relacionados ao financiamento, o que evidenciou a necessidade de estratégias inovadoras de gestão, ampliação das redes de apoio e diversificação das fontes de recursos.

Como perspectiva para estudos futuros, recomenda-se o aprofundamento da análise dos impactos de longo prazo, especialmente no que se refere à mobilidade social e às transformações nas dinâmicas de poder no interior das famílias, das comunidades e do próprio programa. Estudos comparativos com outras iniciativas semelhantes também poderiam enriquecer o debate sobre boas práticas, contribuindo para consolidar o Programa Agricultoras e Movimento como referência em políticas públicas voltadas ao desenvolvimento social sustentável em contextos rurais.

REFERÊNCIAS

- ALVES, R. **A eternidade numa hora**. 1 ed. São Paulo: Planeta, 2017. 320p.
- ANDRIOLI, L. A; BASSANESI, D. Mulheres e sementes crioulas: trilhando os caminhos da agroecologia. **Cadernos de Agroecologia**, v. 16, n. 1, s/p. 2021. Disponível em: <https://shre.ink/MDFL>. Acesso em: 08 out. 2024.
- AZEVEDO, E. B.; CORDEIRO, R. C.; COSTA, L. F. P.; GUERRA, C. S.; FILHA, M. O. F.; DIAS, M. D. Pesquisas brasileiras sobre terapia comunitária integrativa. **Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde**, v. 15, n. 3, p.14-120, 2013. Disponível em: <https://shre.ink/MDF7>. Acesso em: 06 de nov. 2024.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3.ed. Lisboa: Edições 70, 2004. 223 p.
- BARROS, H. D.; BOSETTI, C. J.; MUÑOZ, E. F. P.; PEIXER, Z. I. Circuitos curtos de comercialização: uma alternativa aos mercados da agricultura familiar camponesa. **Anais da Primeira Mostra Científica e Tecnológica da UFSC** Curitibanos, 2021. Disponível em: <https://shre.ink/MDFj>. Acesso em: 08 de nov. 2024.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, 270p.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003a. 160p.
- BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2003b. 88p.
- BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 2022. 328 p.
- BOURDIEU, P.; WACQUANT, W. **Convite à sociologia reflexiva**. Porto: U. Porto Press, 2022. 432 p.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 15ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2017. 288p.
- CALIXTO, J. S.; LEAL, H. L; BRASILEIRO, B. G.; PEREIRA, R. T. G. Feira de troca de sementes, sabores e saberes: troca de experiência sobre a Agrobiodiversidade na Zona da Mata Mineira. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 2, s/p, 2020.
- CARNEIRO, M. J. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 2, n. 1p. 11-22, 1994.
- CEIFAR/ZM. **Relatório Seminário Territorial para Avaliação de Ações do Projeto e Elaboração de um Plano de Ação – dia 1**. [documento não publicado]. 2016a.
- CEIFAR/ZM. **Relatório Seminário Territorial para Avaliação de Ações do Projeto e Elaboração de um Plano de Ação – dia 2**. [documento não publicado]. 2016b.
- CEIFAR/ZM. **Slides sobre o Projeto Cuidar-se**. [documento não publicado]. 2021a.

CEIFAR/ZM. **Arquivos de áudios transcritos de WhatsApp do grupo Agricultoras em Movimento**. [documento não publicado]. 2021b.

CEIFAR/ZM. **Slides sobre a trajetória de atividades executadas e previstas pelo programa**. [documento não publicado]. 2018-2024.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 144p.

DINIZ, D; GEBARA, I. **Esperança Feminista**. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022. 280p.

GOMES, R. de C. C. O comércio de proximidade em Natal/RN. **Sociedade e Território**, [S. l.], v. 32, n. 1, p. 214–226, 2020. Disponível em: <https://shre.ink/MDFC>. Acesso em: 7 jan. 2025.

HOOKS, B. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas**. São Paulo: Rosa dos Tempos, 2021. 272p.

KÖRBES, I. C. V. **Plantas Medicinais**. Francisco Beltão: Associação de Estudos, Orientação e Assitência Rural, 2002, 237p.

LORENZONI, C.; SEIBERT, I. G.; COLLET, Z. Movimento de Mulheres Camponesas: veredas de muitas histórias. In MEZADRI, A. M.; CIMA, J. I. TABORDA, N. W.; GASPARETO, S. A. K.; COLLET, Z. (Orgs.). **Feminismo a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas**. 1ªed. São Paulo: Outras expressões, 2020. p. 13-31.

MEDRADO, B.; SPINK, M. J. MÉLLO, R. P. Diários como atuantes em nossas pesquisas: narrativas ficcionais implicadas. In SPINK, M. J.; BRIGAGÃO, J. I.; NASCIMENTO, V. L. V.; CORDEIRO, M. P. **A produção da informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. 1ªed. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais., 2014. p. 273-294.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. (Orgs.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21ªed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. p. 128.

NOBRE, M. Economía solidaria y economia feminista: elementos para uma agenda. In: NOBRE, M.; FARIA, N.; MORENO, R. (Orgs.) **Las mujeres em la construcción de la economia solidaria y la agroecología**. Textos para la acción feminista, São Paulo: SOF, 2015. 104p.

NOBRE, M. **Mulheres rurais em meio à pandemia: desigualdades e práticas econômicas para a vida**, S/D. Disponível em: <https://shre.ink/MDFy>. Acesso em: 07 out. 2023.

OLIVEIRA, M.R.; VILACA, A.; CORREIO, L. M. M. Agricultura familiar: reflexões sobre gênero. **Revista de Administração de Roraima-RARR**, v. 9, n. 1, p. 52-76, 2020. Disponível em: <https://shre.ink/MDFR>. Acesso em: 16 abr. 2021.

ORIGUÉLA, C. F. Território e territorialidades em disputa: da subordinação ao capital ao sistema alimentar camponês. **Revista Caminhos de Geografia. Uberlândia**, v. 21, n. 73, p. 183-198, 2020.

PACHECO, M. E. L. Agricultura familiar: sustentabilidade ambiental e igualdade de gênero. In BUARQUE, C. **Perspectivas de gênero: debates e questões para as ONGs**. Recife: GT Gênero Plataforma de Contrapartes Novib/SOS CORPO Gênero Cidadania, 2002. p. 138-161.

PAULILO, M. I. S. Movimentos das mulheres agricultoras e os muitos sentidos da “igualdade de gênero”. In FERNANDES, B. M. MEDEIROS, L. S. PAULILO, M. I. (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas Rural**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento, 2009. p. 179-202.

PETERSEN, P. Agroecologia em construção: terceira edição em um terceiro contexto. ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3ed. ver. Ampl. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012. p.7-14.

PIEIDADE, V. **Dororidade**. São Paulo: Editora Nós, 2019. 64p.

SANTOS, A.; PESSOA, D. C.; FILHO, J. Q.; OLIVEIRA, E. B.; FREITAS, J. C. O. C.; RESQUE, R. L.; GOMES, M. R. F.; DANTAS, D. S. Comunidade quilombola: aspectos relativos à saúde da mulher no Nordeste brasileiro. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 8, n. 1, p. 5228-5242. 2022. Disponível em: <https://shre.ink/MDF6>. Acesso em: 28 dez. 2024.

SERRANO, J. S. Mulheres da Borborema: construindo a igualdade de gênero e a agroecologia. In: HORTA, Karla; REZENDE, Marcela; MACEDO, Gustavo (Orgs.). **Coletânea sobre estudos rurais e gênero**. Prêmio Margarida Alves. 4ª ed. Mulheres e agroecologia. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, 2015. p.45-64.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e Agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2015. 352p.

SILVA, L. C.; FREITAS, K. P.; OLIVEIRA, J. SILVA, L.; PINILLA, N.; JALIL, L. As cadernetas agroecológicas e os quintais produtivos: as agricultoras familiares agroecológicas do nordeste brasileiro gerando autonomia e preservando a agrobiodiversidade. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 2, s/p, 2020. Disponível em: <https://encurtador.com.br/gigGL>. Acesso em: 16 abr. 2021.

SILVA, M.; SILVA, L.; SILVA, L; SILVA, T.; FREITAS, K.; JALIL, L. Importância das feiras agroecológicas para as mulheres e para a construção da agroecologia. Cadernos de Agroecologia. **Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF**, v. 13, n° 1, jul., 2018. Disponível em: <https://shre.ink/MDy1>. Acesso em: 16 abr. 2021.

SILVA, M. G. Ideias pedagógicas em agroecologia: a experiência da Zona da Mata Mineira. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 2, s/p, 2020. <https://encurtador.com.br/UU5Kf>. Acesso em: 16 abr. 2021.

SIMON, V. P. Economia feminista, economia social e solidária, paradigma paraeconômico: repensando o paradigma hegemônico e a importância das mulheres. **Textos de Economia**, v. 23, n. 1, p. 1-29, 2020. Disponível em: <https://shre.ink/MDyl>. Acesso em: 16 abr. 2021.

Telles, L. Castro, N. L., Freitas, A. F. **As cadernetas agroecológicas e o protagonismo econômico das mulheres agricultoras**. 1. ed. Viçosa, MG: Editora Asa Pequena, 2021. 27p.

ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação**. 1ed. Curitiba: Appris, 2018, 301p.

5.2 Artigo 2: Análise do perfil sociodemográfico e das vulnerabilidades vivenciadas pelas mulheres rurais participantes do Programa Agricultoras em Movimento¹³

RESUMO

Este estudo teve como objetivo caracterizar o perfil sociodemográfico das mulheres participantes do Programa Agricultoras em Movimento, destacando as vulnerabilidades que atravessaram suas vidas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, por meio de estudo de caso, utilizando questionário semiestruturado via *Google Docs* e rodas de conversa on-line pelo *Google Meet*, com análise de conteúdo de Bardin. As participantes eram, em sua maioria, mulheres de meia-idade, casadas, com ensino médio completo e atuantes na agricultura familiar. Na relação com o território, construíam formas de sociabilidade marcadas por normas de gênero, sendo os espaços religiosos legitimados como locais de convivência feminina. Nas relações familiares, observou-se uma divisão desigual das tarefas domésticas e de cuidado, com sobrecarga física, mental e afetiva sobre as mulheres. Concluiu-se que as experiências femininas no meio rural demandam o fortalecimento de políticas públicas que reconheçam essas vivências e promovam a equidade de gênero e o bem-estar nas comunidades.

Palavras-chave: mulheres rurais; programa; vulnerabilidades.

ABSTRACT

This study aimed to characterize the sociodemographic profile of women participating in the Agricultoras em Movimento Program, highlighting the vulnerabilities that crossed their lives. This is a qualitative research, through a case study, using a semi-structured questionnaire via Google Docs and online conversation circles via Google Meet, with Bardin content analysis. The participants were mostly middle-aged women, married, with a high school diploma and active in family farming. In their relationship with the territory, they constructed forms of sociability marked by gender norms, with religious spaces being legitimized as places for female coexistence. In family relationships, an unequal division of domestic and care tasks was observed, with physical, mental and emotional overload on women. It was concluded that women's experiences in rural areas demand the strengthening of public policies that recognize these experiences and promote gender equity and well-being in communities. Keywords: rural women; program; vulnerabilities.

Keywords: rural women; program; vulnerabilities.

1 INTRODUÇÃO

A família é uma construção social historicamente moldada por normas, práticas e valores, sendo continuamente atravessada por discursos estatais, jurídicos e culturais (Biroli, 2014). Com o advento do capitalismo, consolidou-se a família moderna, centralizada no poder patriarcal e funcional, a reprodução da força de trabalho, em que o trabalho doméstico feminino, embora essencial, foi sistematicamente invisibilizado (Federici, 2021). Nesse cenário, as famílias camponesas e, especialmente, as mulheres vivem relações marcadas por tensões e desigualdades que atravessam o espaço privado e reverberam nas estruturas sociais mais amplas. O colonialismo e as normas patriarcais disseminadas pela Igreja Católica também moldaram essas vivências (Nuñez, 2023).

As desigualdades de gênero estruturam o cotidiano familiar rural e são reforçadas por normas que limitam o acesso das mulheres a direitos, reconhecimento e poder de decisão

¹³ O manuscrito a seguir está em preparação para submissão

(Biroli, 2015a; 2015b). No meio rural, ainda predomina um imaginário social que naturaliza papéis hierárquicos e desconsidera o trabalho feminino na agricultura, restringindo a autonomia das mulheres (Paulilo, 2004; 2009; Carneiro, 2008). Em contextos de trabalho familiar, essas mulheres seguem sobrecarregadas pelas exigências do cuidado, atreladas à maternidade e à identidade feminina, enfrentando uma intensificação dessas cargas em momentos de crise (Faria, 2019; Soares, 2021).

Ainda assim, observa-se um protagonismo crescente das mulheres do campo em movimentos sociais e na reivindicação de seus direitos, demonstrando sua força e capacidade de transformação. No entanto, o enfrentamento das desigualdades dentro do próprio núcleo familiar permanece um desafio delicado, atravessado por afetos, vínculos e pressões sociais que sustentam estruturas patriarcais (Paulilo, 2009; Zanello, 2018).

Diante desse contexto, o presente artigo teve como objetivo caracterizar o perfil sociodemográfico das mulheres participantes do Programa Agricultoras em Movimento, evidenciando as vulnerabilidades que atravessam suas vidas. Partiu-se da concepção de que a vulnerabilidade não pode ser compreendida apenas como carência individual, mas como um processo coletivo e estrutural que se articula com desigualdades históricas e sociais. O conceito foi mobilizado a partir da saúde coletiva, conforme Ayres *et al.* (2006), que o define como um fenômeno constituído por elementos individuais, sociais e programáticos. Além disso, articulou-se a uma perspectiva interseccional que considera gênero e ruralidades, com base nos aportes de Butler (2017), Carneiro (1998, 2008) e Wanderley (2000, 2001, 2003).

Dessa forma, o gênero não é visto como um fator identitário fixo, mas como um ato performativo realizado por meio da repetição estilizada de normas sociais organizadas em uma lógica binária, que regulam ações e comportamentos (Butler, 2017). Ser mulher em um contexto em que o território é um marcador social relevante exige a contextualização das particularidades culturais e identitárias que compõem a experiência feminina no meio rural. Aqui, a ruralidade é entendida como uma construção sociocultural e histórica que afeta diretamente essas vivências, incidindo sobre modos de vida e dinâmicas relacionais específicas (Carneiro, 1998, 2008; Wanderley, 2000, 2001, 2003).

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, que foi realizada por meio de um estudo de caso, tendo como lócus de investigação o Programa Agricultoras em Movimento. Como instrumentos para levantamento dos dados, foram utilizados um questionário sociodemográfico e rodas de conversa virtuais com seis mulheres participantes. A análise dos dados foi realizada por meio da análise de conteúdo

categorial, conforme Bardin (2004), com foco em duas categorias principais: a) relação com o território; b) relações familiares e dinâmicas do trabalho produtivo e reprodutivo.

Este estudo buscou contribuir para o aprofundamento das discussões sobre gênero, território e programas sociais voltados para mulheres do campo. Ao visibilizar experiências locais, evidencia-se a urgência de escutar essas mulheres em suas realidades cotidianas, enfatizando as dinâmicas relacionais que as atravessam. Reconhecer seus saberes e experiências é, portanto, não apenas um ato de escuta, mas também de justiça social. A seguir, são apresentados os procedimentos metodológicos, a análise e discussão dos resultados e as principais conclusões do estudo.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, com estudo de caso sobre o Programa Agricultoras em Movimento, desenvolvido na Zona da Mata Mineira pelo Ceifar-ZM e pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Muriaé, Barão do Monte Alto, Rosário da Limeira e São Sebastião da Vargem Alegre (STR), com apoio da Coopaf e da Cresol.

Foram utilizadas três principais estratégias metodológicas - a) Questionário sociodemográfico: aplicado em abril e maio de 2024, por meio do *Google Forms*. O link para preenchimento foi enviado via *WhatsApp* antes das rodas de conversa. O instrumento autoaplicável visou identificar o perfil das participantes com base em variáveis como faixa etária, cor/etnia, escolaridade, estado civil, número de filhos, composição familiar e ocupação principal; b) Rodas de conversa virtuais: realizadas entre fevereiro e maio de 2024, pela plataforma *Google Meet*. Essa abordagem favoreceu a escuta das experiências das mulheres rurais e a construção coletiva do conhecimento. Os encontros foram gravados e transcritos na íntegra para posterior análise; c) Diário de campo: utilizado como recurso complementar de registro e reflexão sobre as interações e os contextos observados, com apoio de uma psicóloga para observações durante os encontros.

A seleção das participantes foi não probabilística, por conveniência e saturação empírica. Os critérios de inclusão adotados foram: a) participar regularmente das atividades desenvolvidas pelo programa; b) estar diretamente envolvida nas ações coletivas promovidas; c) ter idade igual ou superior a 18 anos; d) residir em comunidades localizadas nas regiões contempladas pelo Programa; e) ter vivência no meio rural, realizando ou tendo realizado ao longo da vida atividades reprodutivas e produtivas, seja para a subsistência, seja para fins comerciais (ex.: agricultura familiar, produção de queijo, artesanato, entre outros); f) estar ou

ter estado em relações conjugais heterossexuais estáveis (casamento, união estável, divórcio ou viuvez).

Foram definidos como critérios de exclusão: a) participação esporádica nas atividades do programa; b) atuação exclusiva em contextos urbanos, sem vínculo com o meio rural; c) ausência de experiência em atividades produtivas e reprodutivas no meio rural; d) não atendimento ao perfil conjugal estabelecido nos critérios de inclusão.

A análise dos dados foi realizada por meio da análise de conteúdo, segundo Bardin (2004), com definição de duas categorias de análise e seus respectivos temas: 1) Relação com o território – a) Uso dos espaços nos territórios e os atravessamentos de gênero, b) Sociabilidade comunitária e tradições, c) Desafios enfrentados nos territórios, d) Estratégias de enfrentamento dos desafios vividos nos territórios; 2) Relações familiares e dinâmicas presentes no trabalho reprodutivo e produtivo – a) Trabalho reprodutivo e de cuidado, b) Trabalho produtivo, c) Carga mental, culpa e reprodução geracional das performances tradicionais de gênero, d) Uso do tempo livre pelas mulheres.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa (CAAE 69610523.3.0000.5153). Todas as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e seus nomes foram substituídos por pseudônimos para preservação da identidade.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A Tabela 1, a seguir, reúne informações detalhadas sobre o perfil sociodemográfico das mulheres que compuseram a amostra da pesquisa. Esses elementos foram fundamentais para a compreensão do contexto social em que as interlocutoras estavam inseridas.

No que se refere à caracterização das participantes, observa-se que elas tinham idades entre 40 e 51 anos, com a maioria na faixa etária dos 45-50 anos, o que sugere que o grupo está predominantemente na meia-idade. Quanto à localidade, as mulheres são oriundas de comunidades rurais de três cidades que compõem a abrangência do programa: três mulheres do município de Muriaé, uma do município de Rosário da Limeira e uma do município de Barão do Monte Alto. Vale ressaltar que o município de Miradouro também faz parte da abrangência, porém, apesar de mulheres desse território terem sido convidadas, em decorrência do acúmulo de funções, não houve disponibilidade de participação de nenhuma representante dessa região. Essa informação não foi inserida na Tabela 1 para resguardar a identidade das participantes.

Tabela 1 - Caracterização das participantes

Participantes	Faixa Etária	Cor/Etnia	Escolaridade	Estado Civil	N ° de Filhos	Composição Familiar	Ocupação principal
Rosa	50	Branca	Ensino Médio Completo	Casada	1 filha	Marido	Agricultora
Jasmim	46	Parda	Ensino Médio Completo	Casada	1 filha	Marido e filha criança	Trabalhadora Rural
Girassol	48	Branca	Ensino Médio Completo	Casada	1 filha	Marido, sogra e filha adolescente	Lavradora
Flor-de-Lis	51	Parda	Ensino Fundamental Incompleto	Casada	3 filhos e 1 filha	Marido, filho jovem, filha jovem, filho adolescente e neto bebê	Trabalhadora Rural
Margarida	45	Branca	Ensino Médio Completo	Casada	1 filho	Marido e filho jovem	Agricultora
Lótus	40	Branca	Ensino Médio Incompleto	Divorciada, mora com novo companheiro	3 filhos	1 filha jovem, 1 filho adolescente, 1 filha criança e 1 neta criança	Trabalhadora Rural

Fonte: Dados da pesquisa, 2024

Quanto à cor/etnia, quatro mulheres se autodeclararam como brancas e duas como pardas. É válido ressaltar que, nos encontros em que participei, o número de mulheres pretas era muito pequeno. Sobre o nível de escolaridade, a maioria das participantes completou o ensino médio, embora uma tenha apenas o ensino fundamental incompleto. Em relação ao estado civil, todas as participantes eram casadas, com exceção de uma, que é divorciada e mora com um novo companheiro.

No que tange ao número de filhos e à composição familiar, todas as mulheres têm filhos, variando de um a quatro, e algumas moram com netos. A composição familiar inclui, em geral, o marido e filhos jovens ou adolescentes. Sobre a profissão, a maioria trabalha na agricultura familiar.

Com base nessas características, aprofunda-se, a seguir, a análise das rodas de conversa, organizadas em duas categorias centrais: a) relação com o território; b) relações familiares e dinâmicas do trabalho produtivo e reprodutivo.

3.1 Relação com o território

3.1.1 Uso dos espaços nos territórios e os atravessamentos de gênero

Sobre as experiências de vida das mulheres nas comunidades rurais em que residiam, quando questionadas sobre o que gostavam em seus territórios, um dos aspectos mais mencionados foram as atividades ligadas à Igreja Católica. A partir dos relatos, é possível observar que essas mulheres assumiam papel ativo nesse contexto, organizando rituais religiosos como a missa, atuando na catequese infantil ou participando da organização de

festejos, como a Semana Santa e a festa de São João. O depoimento de Rosa exemplifica essa vivência:

Rosa: Eu nasci aqui, tenho 50 anos. Minha avó, bisavó... todo mundo é daqui da comunidade. Eu sou catequista há 12 anos. Amo ser catequista. Já saí, voltei. E gosto das festas de meninas, das tradições da Semana Santa... sinto como se fosse uma família mesmo, graças a Deus.

A atuação de Rosa como catequista e sua conexão com as festividades religiosas ilustram como a participação feminina nesses espaços é reconhecida, mas sempre dentro dos limites das normas de gênero estabelecidas. Segundo Nuñez (2023), as vivências das mulheres foram profundamente moldadas pelo colonialismo e pela imposição de normas patriarcais disseminadas pela Igreja Católica, que delimitam os espaços de atuação feminina, condicionando suas experiências e restringindo sua autonomia.

Em contraste, quando as mulheres frequentam outros espaços do território, como as vendas¹⁴, sua presença é mais vigiada e condicionada. Muitas delas só frequentam esses lugares se acompanhadas de filhos ou parceiros, um reflexo da necessidade de afirmar seus papéis relacionais (como mãe ou esposa) para serem socialmente aceitas.

O exemplo de Lótus reforça essa dinâmica. Embora ela participe de eventos como campeonatos de sinuca e frequente as vendas, sua participação nesses espaços é mediada pela presença do marido:

Lótus: Eu gosto muito da venda do (nome do comerciante). Durante o dia, quando a gente precisa de alguma coisa, corre lá. O (nome do casal) sempre socorre a gente.

Esse relato evidencia como as vendas operam como espaços de socialização marcadamente masculinos, nos quais as normas de gênero estruturam e condicionam a presença feminina. Essa dinâmica sustenta uma hierarquia simbólica que, conforme Bourdieu (1989), regula as práticas sociais e delimita o campo de ação das mulheres, impondo restrições normativas à sua participação nos espaços públicos.

Nesse sentido, as desigualdades de gênero mostram-se indissociáveis do pertencimento territorial. As ruralidades, longe de serem espaços neutros, são atravessadas por relações de poder, que interseccionam gênero, classe, raça e geração, como argumentam Carneiro (1998, 2008) e Wanderley (2000). Conforme propõe Butler (2017), o gênero se

¹⁴ Categoria êmica empregada para denominar estabelecimentos comerciais que articulam elementos de botequim e mercearia.

inscreve no território por meio da repetição performativa de normas que definem e restringem os papéis sociais atribuídos às mulheres.

3.1.2 Sociabilidade comunitária e tradições

A sociabilidade comunitária pode ser compreendida como um conjunto de práticas cotidianas que sustentam os vínculos sociais e reforçam o sentimento de pertencimento entre os membros de um grupo. Conforme aponta Elias (1994), os indivíduos estão inseridos em redes de interdependência que moldam seus comportamentos, afetos e formas de convivência. Essas teias relacionais, ainda que dinâmicas e sujeitas a transformações históricas, mantêm elementos de continuidade que estruturam a vida coletiva. No contexto das comunidades rurais, essas práticas se manifestam por meio de festas, visitas, cultivos compartilhados e rituais de troca, fortalecendo identidades ligadas ao território e à ancestralidade. A seguir, serão discutidas expressões dessa sociabilidade nas falas das interlocutoras, bem como os desafios enfrentados frente às mudanças nas formas de convívio e organização social nos territórios.

No que se refere à sociabilidade comunitária, observou-se uma saudação a tradições que não acontecem mais, o que gerou sentimento de nostalgia nas interlocutoras. As atividades coletivas desenvolvidas anteriormente contribuía para o senso de pertencimento e identidade, fortemente atrelados ao território rural e seus elementos culturais específicos. Essa dimensão é evidenciada no relato de Girassol:

Girassol: (...) tô nos festeiros da comunidade, a gente fazia muita festa e sente falta disso (...). Ano passado, já fizemos uma festinha, foi muito bom, juntou a família (...). Um ponto forte da comunidade é que a gente ainda se reúne nas casas uns dos outros (...). Não tem bar como na (comunidade de Rosa e Lótus), mas tem as conversas nas casas, na do meu tio, faz rodada de pastel, junta o pessoal (...). Ainda temos esses momentos de comunidade, aniversário (...).

A fala da interlocutora evidencia a diminuição dos grandes festejos coletivos na comunidade de origem, especialmente após o afastamento de lideranças mais velhas, anteriormente referências nas práticas comunitárias. Ainda assim, destaca-se a manutenção do convívio com a família extensa e a valorização dos encontros domiciliares. Conforme Elias (1994), essas práticas cotidianas constituem formas de sociabilidade que se sustentam em redes de interdependência, sendo fundamentais para a construção da identidade coletiva. Mesmo diante das transformações históricas, certos modos de vida permanecem enraizados, sobretudo em comunidades rurais, onde os vínculos familiares e territoriais são mais densos.

Na nova comunidade em que Girassol reside, embora não haja estabelecimentos comerciais, percebe-se a força das redes primárias de sociabilidade. Reuniões em casas de parentes e vizinhos, como os rodízios de pastel e comemorações de aniversários, expressam essa continuidade relacional. Essa dinâmica reforça a ideia de Elias (1994) de que a coesão social se estrutura em vínculos afetivos e simbólicos, alimentados por interações regulares e significativas.

Quando questionadas sobre o que valorizam em seus modos de vida nos territórios, as participantes destacaram o contato com a natureza como um aspecto positivo da vida rural:

Pesquisadora: Vocês vivem da forma como gostariam? Falem mais sobre isso.

Lótus: Eu mexo muita na plantação, eu planto, tenho plantado bastante coisa (...). Eu gosto muito de estar em contato com a terra (...). Eu não gosto muito de ficar dentro de casa (...), gosto de estar capinando, plantando um negócio e vendo a natureza.

Pesquisadora: Como você se sente quando você está com esse contato na natureza, fazendo essas atividades?

Lótus: Ah, eu me sinto muito bem. Parece que é uma paixão (...). Eu chego até a conversar com as plantas (...), com os bichos (...) e é muito bom isso (...).

Girassol: (...) eu gosto da roça e me encanta muito (...) na época do café que eu passo de ônibus e vejo lavouras de café (...). Eu gosto de cortar um cacho de banana (...), eu gosto de ficar descalça, eu vou pro terreiro (...) só com os pés no meio dos matão (...).

As falas de Lótus e Girassol revelam que a natureza atua como espaço de reconexão, regulação emocional e resgate da memória ancestral, por meio de práticas como conversar com plantas e animais, pisar descalça na terra, observar, plantar e capinar. Em especial para as mulheres, a horta e o quintal representam territórios de protagonismo, onde produzem alimentos, cultivam plantas medicinais e preservam sementes crioulas, o que fortalece sua potência de vida (Andrioli; Bassanesi, 2021).

Segundo Krenak (2019), reconectar-se com as raízes promove o resgate da memória ancestral e fortalece a identidade individual e coletiva, atuando como forma de resistência ao modelo capitalista. Essa conexão com a terra ultrapassa o trabalho produtivo, influenciando positivamente a saúde mental e emocional das interlocutoras. Ao transmitir saberes sobre plantas e cultivo, as mulheres ocupam lugar de poder e tornam-se fundamentais para a preservação da cultura local (Andrioli; Bassanesi, 2021).

Em contrapartida, a chegada da internet e o uso frequente do *smartphone* têm sido percebidos como fatores que interferem nos modos tradicionais de sociabilidade, sendo

apontados como uma das causas do enfraquecimento das interações familiares e comunitárias. As interlocutoras questionam até que ponto a tecnologia contribui para manter os vínculos ou, ao contrário, prejudica a qualidade das relações afetivas.

Pesquisadora: Vocês concordam, pessoal, que o celular está ocupando esse lugar de lazer para vocês hoje?

Lótus: Acho que nem é questão de lazer, mas a gente já não tem mais aquela visita que a gente fazia. Às vezes manda aquela mensagem... Se tem alguém passando mal e diz que tá tudo bem, então não vai visitar. Perdeu-se muito isso.

O relato de Lótus evidencia que o contato virtual tem, aos poucos, substituído a presença física, gerando uma sensação de afastamento emocional. Turkle (2011) chama atenção para a superficialização dos vínculos, na qual a conectividade constante pode mascarar o enfraquecimento dos encontros reais. Castells (2003) também analisa essa ambivalência, mostrando que, ao mesmo tempo que as redes digitais ampliam as possibilidades de conexão, introduzem tensões nas formas tradicionais de convivência.

As interlocutoras relacionam a redução das visitas presenciais não apenas ao uso das tecnologias, mas também à sobrecarga cotidiana, ao cansaço e ao comodismo. Especialmente as mulheres agricultoras enfrentam jornadas extensas de trabalho, o que compromete seu tempo e disposição para o lazer e o convívio. Nessa realidade, a socialização presencial cede espaço às interações virtuais, alimentando o individualismo e fragilizando os laços comunitários, conforme aponta Bauman (2001).

Assim, observa-se uma tensão entre permanência e mudança nas formas de sociabilidade comunitária: enquanto certos vínculos persistem por meio de práticas relacionais e simbólicas conectadas à terra, outros se enfraquecem diante das transformações tecnológicas e socioeconômicas. A seguir, serão tratados os desafios enfrentados no território e suas implicações para os modos de vida nas comunidades rurais.

3.1.3 Desafios enfrentados nos territórios

A análise dos desafios enfrentados por mulheres residentes em comunidades rurais permite identificar diferentes formas de vulnerabilidade: individual, social e programática, conforme proposto por Ayres *et al.* (2006). Essas dimensões interagem e se expressam em experiências cotidianas atravessadas por desigualdades históricas e estruturais.

Um dos desafios relatados refere-se à comunicação, especialmente com o uso de tecnologias. Em uma das comunidades, foi criado um grupo no aplicativo *WhatsApp* para

facilitar o diálogo entre os moradores, cujas residências são dispersas. No entanto, como observa Margarida, a diversidade de opiniões nem sempre favorece o entendimento coletivo:

Margarida: (...) A nossa comunidade não é pequena (...), é muito diversa, de religião, de opinião (...). Tem um grupo do WhatsApp que facilita a comunicação, mas às vezes uma gotinha no copo d'água vira um problemão (...).

A metáfora da "gotinha no copo d'água" ilustra como a mediação tecnológica pode amplificar mal-entendidos e tensões. Ainda que a pluralidade de vozes seja reconhecida como valor, ela também se revela como um obstáculo ao consenso. Nesse sentido, Rancière (2018) contribui para compreender o dissenso como disputa por legitimidade e pertencimento na "partilha do sensível". Os conflitos comunicacionais, portanto, não se restringem a desentendimentos pontuais, mas expõem disputas simbólicas sobre quem pode falar e ser ouvido no espaço comunitário.

Outro aspecto recorrente é a limitação das opções de lazer, com recortes de gênero evidentes. Atividades como futebol, vendas e cavalgadas são predominantemente masculinas, restringindo a participação feminina e reiterando normas de gênero.

Margarida: (...) As comunidades rurais são carentes de espaços de lazer (...). Agora só o futebol mesmo.

A fala de Margarida revela a escassez de opções de lazer nas comunidades rurais e a naturalização da centralidade masculina nesses espaços. O lazer disponível tende a ser socialmente legitimado como atividade masculina, o que limita a participação feminina, reforça hierarquias de gênero e territorializa o uso do espaço de forma excludente. Como aponta Butler (2017), práticas cotidianas como essas reiteram normas de gênero, funcionando como dispositivos que reproduzem desigualdades e restringem o direito ao descanso e à convivência coletiva.

Outro problema estrutural com expressivo desdobramento da vida das interlocutoras é a precariedade das estradas rurais:

Rosa: (...) Eu tenho que ficar brigando com a prefeitura para arrumar as estradas (...). Arrumou a ponte aqui e os morros ali, mas ainda tem uma parte muito ruim (...).

A fala da interlocutora aponta a ausência de um planejamento público regular e estruturado. A manutenção irregular das vias, sob responsabilidade do poder público, compromete o acesso a serviços, o escoamento da produção e a segurança da população (Souza; Cunha, 2021), gerando desgaste constante à população local. Por fim, foi evidenciada a dificuldade de acesso à saúde, agravada pela ausência de médicos e pela desativação de unidades locais:

Rosa: (...) A marcação de consultas (...) é uma das maiores dificuldades que a gente tem aqui (...).

Lótus: (...) Geralmente vem um médico de 15 em 15 dias, só que às vezes o carro não traz (...). Falta diálogo, de avisar antes (...).

A ausência de serviços contínuos compromete o acompanhamento de grupos vulneráveis e reforça a marginalização dos territórios rurais no planejamento público (Maziero *et al.*, 2019). Diante da negligência institucional, as entrevistadas relataram o uso de práticas alternativas de cuidado, como chás e homeopatias, demonstrando estratégias autônomas de enfrentamento. Tais desafios, relacionados a comunicação, lazer, transporte e saúde, evidenciam um conjunto de vulnerabilidades programáticas que incidem sobre a permanência e o bem-estar das populações rurais e reforçam a necessidade de políticas públicas sensíveis às particularidades dos territórios e marcadores sociais (Maziero *et al.*, 2019). No próximo tópico, serão discutidas as estratégias construídas por essas mulheres para enfrentar tais adversidades e fortalecer os laços comunitários.

3.1.4 Estratégias de enfrentamento aos desafios vividos nos territórios

As estratégias de enfrentamento mobilizadas por populações em contextos de vulnerabilidade social revelam formas de resistência frente à negligência do Estado. Em territórios rurais, marcados por desigualdades históricas no acesso a políticas públicas, essas estratégias são sustentadas, muitas vezes, por redes de solidariedade e pela divisão sexual do trabalho, que sobrecarrega essas pessoas, além de desafiá-las a articularem respostas coletivas frente à precariedade.

Quando questionadas sobre as formas de lidar com as dificuldades cotidianas, as interlocutoras relataram recorrer a estratégias coletivas para suprir a ausência do poder público. A fala de Girassol ilustra essa dinâmica:

Girassol: (...) tem as pessoas que estão bem idosas. Nós temos um quadro de crianças, mas não um quadro de pessoas muito idosas que precisa de aferir uma pressão e uma glicose, então assim vai se virando de acordo com o que pode aí, comprando aparelho, um vizinho emprestando para o outro (...).

O relato evidencia como a autossuficiência forçada e a solidariedade comunitária se tornam respostas práticas à ausência de políticas públicas adequadas, especialmente na área da saúde. Conforme Pierre Bourdieu (1998), essas estratégias expressam um *habitus* moldado por contextos de escassez, em que o capital social é mobilizado para compensar a ausência do capital institucional. O poder simbólico opera ao naturalizar essa responsabilização individual

pelo cuidado, dissimulando a violência simbólica que sustenta e legitima desigualdades estruturais.

Apesar dessa responsabilização, as mulheres demonstram consciência crítica quanto à origem estrutural dos problemas enfrentados. Elas reconhecem a importância da cooperação comunitária, mas afirmam que essa não substitui a responsabilidade do Estado.

Lótus: Eu acho que a responsabilidade das estradas e da saúde tem a ver com política (...). A gente tem que passar essas questões para quem está coordenando (...), mas às vezes falta um pouco de... como é que eu vou falar? (...).

Margarida: "Vontade, né, vontade política.

Os depoimentos apontam a ausência de vontade política e o descompasso entre as demandas locais e a atuação do poder público como elementos centrais na análise dos desafios enfrentados nas comunidades em que residem. Lótus, por exemplo, expressa uma crítica direta à inércia do Estado e à necessidade urgente de políticas públicas mais equitativas, revelando consciência política sobre os mecanismos de exclusão e negligência institucional.

Como forma de enfrentamento, as interlocutoras propuseram ações concretas de mobilização e participação política, como a formação de grupos locais para dialogar com autoridades e reivindicar direitos:

Girassol: (...) a gente sabe, sozinho é mais difícil. No coletivo, se a gente for cobrar, né, fazer baixo assinado. A gente já fez tanto baixo assinado, né, hoje não tem mais baixo assinado. A gente já fez tanto baixo assinado e hoje não tem mais. Será que os problemas acabaram? A gente acabou de relatar que não. Então de que forma a gente vai cobrar?

Margarida: Eu acho que nós (nome da comunidade), a gente tem que juntar umas quatro pessoas, talvez até quatro mulheres (...), e agendar uma reunião. (...) Falaram que os agentes de saúde iam voltar a dar suporte e não deu. (...) Agora não é mais mandar mensagem nem ligar. É conversar com a secretária de saúde e com o prefeito: o (nome da comunidade) está sem estrada e sem assistência de saúde (...).

Jasmim: Pelo menos uma vez por mês para aferir pressão e essas coisas, né?!

Tais relatos evidenciam uma consciência crítica sobre as desigualdades territoriais e a necessidade urgente de políticas públicas que garantam os direitos das populações rurais. Conforme argumenta Fleury (2006), a omissão estatal revela um modelo de gestão que nega a cidadania plena a determinados grupos sociais, transformando direitos básicos em concessões seletivas. Nesse cenário, a mobilização comunitária e a organização coletiva emergem como formas de resistência à precarização da vida e afirmação da justiça social. As mulheres assumem papel central nesse processo, sendo frequentemente as protagonistas das

reivindicações e da articulação local. A própria escuta proporcionada pela pesquisa funcionou como espaço de articulação política e definição de possíveis encaminhamentos futuros.

A próxima seção abordará a segunda categoria analítica do estudo, que trata das relações familiares e das dinâmicas entre o trabalho reprodutivo e o produtivo na vida cotidiana das interlocutoras da pesquisa.

3. 2 Relações familiares e dinâmicas presentes no trabalho reprodutivo e produtivo

3.2.1 Trabalho reprodutivo e de cuidado

O trabalho reprodutivo e de cuidado tem sido amplamente debatido nos estudos feministas, especialmente no que se refere à sua invisibilização e à sua naturalização como atribuição feminina (Hirata, Kergoat, 2007; Biroli, 2015a, 2015b, Zanello, 2018, Paulilo, 1987; hooks, 2021). No meio rural, esse tipo de trabalho assume contornos particulares, pois se entrelaça à lógica produtiva da agricultura familiar e às dinâmicas comunitárias (Paulilo, 1987). A partir dos relatos das interlocutoras, é possível observar como o cotidiano da vida familiar no campo é marcado por jornadas extensas e múltiplas, com forte presença do cuidado, da manutenção da casa e das relações familiares.

As interlocutoras relataram suas rotinas, incluindo horários de acordar, o que costumava ser bem cedo, em torno das 5 horas da manhã. Para aquelas que trabalhavam na própria propriedade e cujos filhos já eram jovens adultos, era comum iniciar o dia com atividades dentro de casa, executando o trabalho doméstico e/ou no entorno da casa, como cuidar da horta e de animais de pequeno porte, como mostra o relato de Rosa:

Rosa: A rotina da gente é bem sacrificante (...). Acorda muito cedo (...). É uma galinha para tratar, é cachorro, gato, uma horta para aguar, as vacas já querendo tirar leite (...). O dia já começa conturbado.

Pesquisadora: E você e seu marido costumam acordar a que hora?

Rosa: Ah, é mais ou menos 5h20, 5h30. Não acordo muito cedo também não porque senão eu não aguento o dia (...). Para também umas 20h, 21h da noite (...) porque o serviço de casa não acaba, né. (...) Parece que o serviço (...) não acaba (...).

Na realidade vivida por Rosa e por outras interlocutoras, observa-se a reprodução tradicional da divisão sexual do trabalho, conforme discutido por Biroli (2015a) e por Hirata e Kergoat (2007). A fala de Rosa explicita como as tarefas domésticas são vistas como incessantes. Ao afirmar que “nunca acabam”, evidencia-se o caráter invisível, contínuo e

cansativo do trabalho reprodutivo no cotidiano das mulheres rurais. Como aponta Paulilo (1996), esse tipo de trabalho costuma ser considerado “leve” e menos valorizado em comparação às atividades masculinas, geralmente vistas como “pesadas”.

No caso de mulheres com filhos e/ou netos pequenos, a rotina começava com o cuidado das crianças para que pudessem ir à escola. Só depois disso iniciavam as tarefas domésticas e de produção:

Pesquisadora: Como é o dia a dia de vocês e de seus familiares?

Lótus: (...) Eu levanto 5h30, arrumo as meninas pra escola e depois volto pra cama pra aproveitar mais um pouquinho. (...) Eu e o (nome do marido) resolvemos descansar mais e reduzir a carga de serviço porque antes era muito corrido. (...) Agora a gente dorme até umas 7h30, toma um cafezinho, vai olhar os bichos (...) e uma hora vai pra marcenaria. Eu fico aqui rodeando a casa, mexo na hortinha, faço uma coisa, faço outra, mas não é nada daquele ritmo que eu tinha não. (...) Antigamente eram muitas clientes, eu quase não parava em casa. Agora nossa vidinha tá bem tranquila. (...) Fui meio que pressionada a parar, passei por períodos de depressão, muito desânimo e episódios de fibromialgia (...).

Lótus relata mudanças na rotina motivadas pelos impactos da sobrecarga em sua saúde física e mental, como fibromialgia e depressão. A fibromialgia, condição crônica e invisível, exige tratamentos prolongados e nem sempre efetivos, o que pode levar ao afastamento do trabalho, ao descrédito e ao preconceito. Estudos mostram que mulheres com esse diagnóstico tendem a apresentar altos níveis de exigência, perfeccionismo e acúmulo de tarefas produtivas e reprodutivas, ampliando a sobrecarga (Oliveira *et al.*, 2019). Estratégias como o silêncio e a repressão de emoções, especialmente da raiva, aprendidas desde a infância, favorecem o adoecimento psíquico na vida adulta, como aponta Zanello (2018).

O cuidado com crianças, pessoas idosas e doentes aparece como uma dimensão central da organização do cotidiano das interlocutoras, evidenciando como o trabalho reprodutivo recai quase exclusivamente sobre as mulheres. O compromisso com o bem-estar da família vai além das tarefas domésticas básicas e inclui a responsabilidade de levar filhos à escola, acompanhar mães em consultas médicas e prover cuidados contínuos a sogros, netos e outros membros vulneráveis.

Margarida: (...) A função de levar no médico da mãe sou eu (...). As coisas de casa, a maioria das vezes, são minhas mesmo (...). Essa questão do cuidado, da casa, com filho, com tudo, a gente puxa isso muito pra gente e é onde dá a sobrecarga (...).

Jasmim: A gente tem que sair 6 horas, aí eu levo ela pra escola e volto pra casa. Passo na mãe todo dia, tomo um café porque meu marido trabalha fora. (...) O que eu tenho mais pra fazer é o serviço de casa e tratar um porco, tem umas galinhas, mas é mais de enfeite mesmo. (...) Apesar de morar na roça, eu não tenho essa rotina

de trabalhar na roça, só mais esse cuidado quando tem horta (...). O resto tá na arrumação da casa, almoço, roupa, guarda-roupa, limpar casa (...).

Os relatos ilustram o que Hirata e Kergoat (2007) conceituam como a centralidade do trabalho de cuidado dentro da divisão sexual do trabalho, revelando como as mulheres acumulam jornadas e responsabilidades não remuneradas que sustentam a reprodução da vida cotidiana. Nesse contexto, há uma naturalização das responsabilidades do cuidado por parte das mulheres, como se observa quando Lótus abandona a produção de doces para assumir integralmente as tarefas domésticas:

Lótus: (...) agora eu tô em casa e o marido tem comidinha quente na hora (...). Faço cafezinho fresquinho (...).

Ao afirmar que está “liberada” do trabalho produtivo para preparar refeições frescas para o marido, Lótus revela a internalização da divisão sexual do trabalho. Tal postura se conecta ao “dispositivo amoroso” descrito por Zanello (2018), no qual o cuidado é compreendido pelas mulheres como expressão de afeto, sobretudo no contexto conjugal. Apesar de expressar prazer na produção de doces e na participação em atividades externas, Lótus prioriza o papel familiar, evidenciando um conflito entre os desejos pessoais e as exigências do papel de gênero.

Assim, a análise da categoria revela como o trabalho reprodutivo e de cuidado é central na experiência das mulheres rurais, ainda que frequentemente desvalorizado e invisibilizado (Biroli, 2015a). Os relatos evidenciam a persistência da divisão sexual do trabalho, as sobrecargas físicas e emocionais associadas à naturalização do cuidado e os impactos na saúde e na autonomia dessas mulheres (Zanello, 2018). Trata-se, portanto, de uma dimensão fundamental para compreender as desigualdades de gênero no campo, atravessada por processos de subjetivação, adoecimento e reprodução de normas sociais.

3.2.2 Trabalho produtivo

As discussões sobre o trabalho produtivo no meio rural revelam uma complexa teia de desigualdades de gênero, na qual as contribuições das mulheres à economia familiar são frequentemente secundarizadas, invisibilizadas ou desvalorizadas. A distinção simbólica entre "trabalho leve" e "trabalho pesado", apontada por Paulilo (1987), opera como um mecanismo de hierarquização entre os papéis desempenhados por homens e mulheres. No contexto da

agricultura familiar, essa diferenciação não apenas oculta a importância econômica das atividades realizadas pelas mulheres, como o cuidado com hortas, a produção de alimentos, o artesanato e a costura, mas também reforça estereótipos de gênero que associam o trabalho feminino à extensão natural das tarefas domésticas.

Essa lógica foi recorrente nos relatos das interlocutoras, pois, apesar de desempenharem funções centrais na geração de renda da família, as interlocutoras descreveram seu trabalho como um complemento ou uma ajuda, como se ele não tivesse valor autônomo. Rosa, por exemplo, relatou que sua produção de biscoitos, doces, hortaliças e costura é voltada para contribuir com as despesas, embora claramente desempenhe um papel significativo na manutenção da casa:

Rosa: (...) Então, faço café e aí eu faço biscoito, né, para ajudar nas rendas, entrega para o Pnae. (...) rosquinhas, biscoitos e a horta também, cuidando da horta mais para a minha despesa. (...) alguém encomenda doce, tem encomendar sim, é coisa. Eh, talvez, também eu pego costura quando eu tô mais tranquila, que tá apertado também, eu costumo também costurar para ajudar, pra gente ajudar na renda (...).

Mesmo sendo produtora de alimentos comercializáveis e articulando diversas formas de gerar recursos, Rosa interpreta sua atuação como uma “ajuda”. Tal interpretação evidencia o que Hirata e Kergoat (2007) denominam de trabalho invisível, não apenas pelo não reconhecimento econômico, mas pela negação simbólica de sua centralidade. A “ajuda” é, na verdade, trabalho produtivo pleno, mas subordinado na hierarquia familiar e social.

De forma semelhante, Jasmim associa sua contribuição financeira ao artesanato, mas relata a perda de valor desse trabalho no mercado, o que reforça sua dependência da renda do marido:

Jasmim: Faço artesanato também, porque a casa é pequena e eu faço artesanato. (...) a gente vende o artesanato, só que é um trabalho que tá pouco valorizado. Apesar daqui ainda tá resistindo, mas diminuiu muito essa questão de venda. Então, acaba que a renda da família maior pras coisas de casa é do seu marido (...). Meu marido trabalha na mineradora, ele trabalha por turno, então é uma semana de manhã e uma semana à noite.

Os relatos mostram que o trabalho produtivo das mulheres, mesmo quando envolve comercialização, é interpretado como secundário diante do trabalho masculino assalariado, considerado o “principal”. Tal visão ignora não apenas a carga real de trabalho que as mulheres realizam, mas também o impacto psicológico e físico da sobrecarga gerada pela conciliação entre trabalho produtivo e reprodutivo.

A atuação de mulheres como Girassol e Margarida, empregadas em organizações sociais ligadas ao meio rural, evidencia que a entrada no trabalho formal e urbano não rompe,

por si só, com a lógica da sobrecarga. Ambas conciliam o emprego fora de casa com as exigências do cuidado familiar e da administração do lar:

Girassol: Eu acordo de segunda a sexta 5 horas da manhã porque meu marido é trabalhador rural (...). Faço essa rotina e agora minha filha também está levando marmitta para escola. Então, eu faço duas marmittas (...), tenho um tempinho para caminhar e vou pro trabalho (...). Chego em casa por volta das 11 horas já correria para arrumar outro almoço porque aí eu tenho a minha sogra, né, que é debilitada (...), retorno ao trabalho à tarde de novo, outra correria (...).

Margarida: A minha rotina é um pouco parecida com a da Girassol, né. Eu acordo todo dia 5 horas da manhã, aí faço o almoço, café, arrumo a marmitta do (nome do marido), trato dos meus cachorros, meus gatos, pego o ônibus 6h15 e vou para (nome da cidade em que trabalha).

Os relatos ilustram com nitidez o que a literatura denomina de dupla jornada, ampliada ainda pelo tempo de deslocamento ao trabalho formal. Mesmo com a participação de outros membros da família em algumas tarefas, são elas que assumem a responsabilidade principal pela organização da vida cotidiana e pelos cuidados com grupos vulneráveis. Isso evidencia que, muitas vezes, a profissionalização das mulheres no meio rural não elimina a divisão sexual do trabalho: apenas a desloca, acumulando responsabilidades.

Portanto, a análise da categoria "trabalho produtivo" evidenciou que a desigualdade de gênero não reside apenas na distribuição das tarefas, mas também no valor simbólico atribuído a elas. As atividades realizadas pelas mulheres são fundamentais à manutenção das famílias e das comunidades rurais, mas seguem sendo tratadas como “complementares”, “leves” ou “ajuda”. A sobreposição entre o produtivo e o reprodutivo, em especial quando mediada pela expectativa de dedicação ao cuidado, aprofunda a invisibilidade do trabalho feminino e reforça a necessidade de políticas e práticas que reconheçam e valorizem o papel multifacetado das mulheres no campo.

3.2.3 Carga mental, culpa e reprodução geracional das performances tradicionais de gênero

Segundo Iaconelli (2023), embora as mulheres contemporâneas possam delegar tarefas de cuidado, permanece a concepção de que são insubstituíveis na gestão da vida familiar. Tal expectativa social as posiciona como principais responsáveis por todos os aspectos que envolvem os filhos e o lar, gerando uma pressão emocional constante, comumente identificada como carga mental.

Esse conceito refere-se à administração invisível das necessidades emocionais, afetivas e organizacionais da família, frequentemente atribuída à figura feminina. Quando não conseguem corresponder ao ideal normativo de maternidade ou de parceria afetiva, muitas mulheres experienciam sentimentos de fracasso e intensa culpa, resultando em sofrimento psíquico. Mesmo quando tentam se afastar dessas exigências, são frequentemente julgadas, por si mesmas e por outrem, como negligentes ou insuficientes (Zanello, 2018).

Entre as interlocutoras da presente pesquisa, a carga mental manifestou-se, sobretudo, nas preocupações com os filhos, especialmente em relação ao controle do comportamento das filhas adolescentes. A gestão de conflitos intergeracionais entre mães e filhas exigiu elevado investimento emocional, como exemplificam os relatos de Girassol e Lótus:

Girassol: (...) Tenho conflito com minha filha (...) quero modelar ela do meu jeito e não tenho como fazer. Isso gera conflito porque não é fácil (...) tenho medo dela envolver com droga (...) medo de um acidente no final de semana (...). Eu acho que não tá no outro, tá em mim esse medo (...) meu marido é mais liberal (...) para brigar com a minha filha sou eu, para conversar é com ele. (...)

Lótus: (...) Achava que deveria ter uma relação melhor com ela, mas pela forma que fui criada, bem rigorosa (...) isso gera conflito. [...] Na maioria das vezes, se eu vou brigar, já tô chorando (...) meu marido fala: 'sábado, domingo não deveria existir conflito' (...) mas, quando chega o final de semana que a minha filha quer sair (...), a gente entra em conflito. [...] O mundo como tá hoje, a sociedade como tá hoje, as pessoas julgam muito (...) e eu penso mais no outro do que nela própria (...).

Esses trechos evidenciam o funcionamento do dispositivo materno, conforme proposto por Zanello (2018), que associa a identidade feminina à maternidade idealizada. A pressão para corresponder a um modelo inatingível de mãe leva à internalização da culpa e à sensação de insuficiência. Girassol, por exemplo, assume para si a responsabilidade pelo comportamento da filha e expressa um medo constante, revelando o processo de autculpabilização e sobrecarga emocional.

Adicionalmente, é possível observar a reprodução inconsciente de valores patriarcais nas dinâmicas familiares. Os parceiros masculinos são convocados, quando muito, para intermediar conflitos, ocupando posições secundárias e menos exigentes na educação dos filhos. A gestão emocional e disciplinar permanece a cargo das mulheres, enquanto os homens assumem papéis mais acessíveis e pontuais. No caso de Lótus, tal assimetria é ainda mais acentuada pelo fato de seu companheiro não ser o pai biológico da jovem.

Outro aspecto importante da carga mental refere-se às exigências afetivas presentes nas relações conjugais, as quais remetem ao que Zanello (2018) denomina dispositivo amoroso, no qual a mulher é vinculada à manutenção da harmonia emocional da relação. Tal dispositivo

exige um constante esforço para preservar a estabilidade da vida conjugal, mesmo em contextos de frustração ou desalinhamento. Isso é perceptível na fala de Lótus:

Lótus: Eu e meu marido andamos bem junto, nas questões sociais, de trabalho (...) tentamos ir pra igreja juntos, nosso compromisso na igreja sempre é junto (...) se tá brigado, vai pra igreja junto (...) estamos juntos em tudo, vamos dizer assim (...) cobro muito dele.

Aqui, observa-se o investimento emocional da entrevistada na preservação da imagem de uma relação coesa, mesmo diante de insatisfações. A responsabilidade por essa manutenção recai sobre ela, reforçando a lógica de sobrecarga emocional. A combinação entre as exigências maternas e conjugais compõe um quadro de constante pressão, frustração e sofrimento psíquico.

Essas experiências de sobrecarga estão profundamente enraizadas nas normas de gênero, introjetadas desde a infância e naturalizadas como parte da identidade feminina. Considerando que o sujeito é constituído pelas normas sociais que o atravessam (Butler, 2017), a culpa torna-se um afeto estruturante, resultante da tensão entre o desejo singular e a necessidade de adequação às expectativas sociais. Assim, não se trata de uma emoção isolada, mas de um efeito do regime normativo que modela a subjetividade.

Tal dinâmica aparece com clareza na fala de Margarida:

Margarida: Eu acho que é um pouco da nossa criação também, né. A gente foi criada (...) que tem que andar reto e fazer tudo certinho, senão as pessoas vão falar, vão julgar. Principalmente a gente que é mulher (...). Quando eu era solteira, o medo dos pais era a filha casar grávida, ser mal falada (...). Depois que a gente casa e tem filhos, parece que a gente também quer cercar os filhos, por proteção, mas acaba exagerando um pouco pela forma que a gente foi criada (...).

Nesse excerto, a socialização feminina é explicitada como processo que molda o comportamento com base na vigilância e no julgamento moral. A fofoca aparece como um dispositivo simbólico de controle, responsável por condicionar ações e impor limites à autonomia feminina. Conforme argumenta Federici (2017), trata-se de um mecanismo disciplinador dos corpos femininos nas sociedades patriarcais. O temor de “ser mal falada” constitui-se, portanto, em um inibidor eficaz da liberdade.

A reprodução geracional desses padrões se perpetua também na educação das crianças. Muitas mulheres naturalizam e reforçam tais normas em nome da proteção, como exemplifica o relato de Lótus ao comentar a educação da filha e da neta:

Lótus: (...) Com as meninas (...), a minha caçula fez 7 anos agora e a minha netinha vai fazer 7 no final do ano. A gente às vezes tenta dar algum servicinho (...), mas elas não têm muita responsabilidade ainda (...).

Esse fragmento confirma a análise de Zanello (2018) e Dantas (2016), segundo a qual a reprodução dos papéis de gênero se inicia na infância, por meio de práticas cotidianas,

brincadeiras e discursos que funcionam como dispositivos pedagógicos (Butler, 2017). A centralidade atribuída ao papel feminino no cuidado e na vida doméstica impõe uma distribuição desigual do tempo, que limita o acesso das mulheres ao lazer, ao autocuidado e à construção de projetos individuais, como será abordado no próximo tópico.

3.2.4 Uso do tempo livre pelas mulheres

Com base nos relatos das interlocutoras, observou-se que o uso do tempo está intensamente condicionado pelas exigências das atividades produtivas e reprodutivas. Ambas demandam esforço físico e emocional contínuo, comprometendo significativamente o acesso a lazer, descanso e autocuidado. Tal configuração corrobora a análise de Aguiar (1997), para quem o tempo das mulheres é socialmente regulado por múltiplas jornadas, em que o tempo doméstico e o tempo do cuidado são invisibilizados e naturalizados como obrigações femininas.

Ainda assim, nos escassos momentos de tempo livre, as interlocutoras relataram dedicar-se ao descanso, consumo de vídeos, práticas manuais, convivência familiar e, em alguns casos, participação em atividades religiosas e comunitárias. Essas escolhas revelam formas diversas de reconstruir vínculos afetivos, espirituais e identitários, mesmo em contextos de sobrecarga.

Como ilustração empírica dessa dinâmica, observa-se a experiência de Lótus, cuja rotina noturna evidencia uma forma de pertencimento simbólico à vida rural:

Lótus: à noite, olha, à noite, a gente sempre senta e vê muito vídeo na internet, esses vídeos de roça mesmo, sabe? A gente gosta muito de ver de convivência na roça, eh, a gente não é muito de ver televisão não, mas a gente senta e à noite fica mais tranquilo vendo esses vídeos, essas coisas assim conversam muito.

Nesse sentido, o conteúdo audiovisual escolhido por Lótus pode ser interpretado como um instrumento de reconexão com valores culturais ligados ao campo. Alinha-se, portanto, às proposições de Carneiro (1998, 2008) e Wanderley (2000, 2001, 2003), que apontam que as trocas entre o rural e o urbano não conduzem necessariamente à descaracterização das identidades rurais. Ao buscar conteúdos que retratam modos de vida semelhantes aos seus, Lótus reforça um sentimento de pertencimento e continuidade cultural.

Girassol, por sua vez, destaca a relevância das práticas religiosas como espaços de socialização e fortalecimento de laços comunitários:

Girassol: Nas questões mais sociais (...), a gente tenta ir pra igreja junto, é o nosso compromisso na igreja (...).

A participação ativa na igreja contribui para a ampliação das relações de cuidado e reciprocidade, que extrapolam os limites da família nuclear. Como indicam Pontes *et al.* (2021), tais espaços representam, em muitas comunidades rurais, uma das poucas formas de convivência pública e sustentação de redes de apoio afetivo e social.

Já Margarida opta pela desaceleração como forma de enfrentamento da exaustão. Sua fala revela um gesto de ruptura com a lógica da produtividade constante, mesmo no espaço doméstico:

Margarida: (...) hoje eu opto em vez de eu ficar trabalhando na exaustão, eu deixo para lá e deito no chão da minha sala, vou descansar, sabe? Porque eu sei que meu organismo não vai, não vai aguentar (...).

O relato explicita a impossibilidade de dissociar trabalho produtivo e reprodutivo no cotidiano feminino e os custos subjetivos desse acúmulo. Ao parar para descansar, Margarida não apenas preserva sua saúde, mas também subverte a norma social que associa o repouso à preguiça ou egoísmo feminino (Zanello, 2018). Nesse gesto, reivindica o direito ao autocuidado como forma de resistência à lógica da sobrecarga.

Em síntese, os relatos revelam que, embora o tempo livre seja escasso, ele é intencionalmente investido em ações que reafirmam laços afetivos, espirituais e culturais. No entanto, a forma como o tempo é socialmente organizado ainda reflete desigualdades estruturais de gênero, que limitam o bem-estar e a autonomia das mulheres sobre seus próprios ritmos de vida.

4 CONCLUSÕES

O estudo evidenciou que, no contexto investigado, as mulheres constroem formas específicas de sociabilidade mediadas por normas de gênero, sendo os espaços religiosos legitimados como lugares de participação feminina. Outras formas de inserção no território, como a ida a estabelecimentos comerciais ou a participação em eventos comunitários, ocorrem, predominantemente, a partir do lugar social de mãe e esposa, o que denota a persistência de mediações simbólicas no acesso ao espaço público. Nesse sentido, o fortalecimento de redes de apoio e da mobilização comunitária emerge como estratégia central para o enfrentamento das vulnerabilidades estruturais presentes no território, tais como as dificuldades de acesso aos serviços de saúde e à infraestrutura básica.

No que se refere às dinâmicas familiares e à articulação entre trabalho produtivo e reprodutivo, observou-se a permanência de uma divisão assimétrica das tarefas domésticas e de

cuidado, o que reforça a centralidade feminina na gestão da vida familiar. Tal cenário contribui para a reprodução dos dispositivos amoroso e materno (Zanello, 2018), bem como para a manutenção da divisão sexual do trabalho no meio rural. Embora haja relatos pontuais de participação masculina nas tarefas do cotidiano, a carga mental e afetiva relativa à gestão das relações interpessoais recai, majoritariamente, sobre as mulheres, ocasionando impactos significativos sobre sua saúde física e mental, como indicam relatos de exaustão, adoecimento e sofrimento psíquico.

Adicionalmente, foram identificados efeitos subjetivos e relacionais associados à sobrecarga vivenciada, tais como a internalização da culpa, a reprodução de normas de gênero na socialização das crianças e a limitação do uso do tempo para atividades de lazer, descanso e autocuidado. Diante desse panorama, os achados do estudo apontam para a urgência de políticas públicas que reconheçam e valorizem a centralidade das experiências femininas na organização da vida rural, promovendo a equidade de gênero e o fortalecimento do bem-estar nas comunidades do campo.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, N. F. O tempo das mulheres: entre o tempo do cuidado e o tempo do trabalho. In: AGUIAR, Neuma Figueiredo de (Org.). **Gênero e ciência: contribuições para uma reflexão crítica**. Salvador: EDUFBA, 1997. p. 121–146.
- ANDRIOLI, L. A; BASSANESI, D. Mulheres e sementes crioulas: trilhando os caminhos da agroecologia. **Cadernos de Agroecologia**, v. 16, n. 1, s/p, 2021. Disponível em: <https://shre.ink/MDys>. Acesso em: 08 out. 2024.
- AYRES, J., CALAZANS, G. J., SALETTI FILHO, H. C., FRANÇA Jr., I. **Risco, vulnerabilidade e práticas de prevenção e promoção da saúde**. In Campos, G., Minayo, M. C. S, Akerman, M., Drumond Jr. M., & Carvalho, Y. M. (Orgs.). *Tratado de Saúde Coletiva*. São Paulo: Editora Fiocruz, 2006. p. 375-417.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 280p.
- BIROLI, F. Autonomia, dominação e opressão. In: BIROLI, F; MIGUEL, L. F. **Feminismo e política: uma introdução**. Boitempo Editorial, 2015a. 164p.
- BIROLI, F. **Famílias novos conceitos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014. 86p.
- BIROLI, F. Justiça e família. In: BIROLI, F; MIGUEL, L. F. **Feminismo e política: uma introdução**. Boitempo Editorial, 2015b. p. 47-62.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, 270p.

BOURDIEU, P. **O senso prático**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. 422 p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Mulheres Mil**. Disponível em: <https://shre.ink/MDy8>. Acesso em: 21 de nov. 2024.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 15ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2017. 288p.

CASTELLS, M. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. 288 p.

DANTAS, G. C. S. **Depressão e gênero: análise da produção bibliográfica brasileira e das vivências de mulheres do Distrito Federal**, 2016, 90f. (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura), Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 184 p.

FLEURY, S. M (Org.). **Democracia, descentralização e desenvolvimento: Brasil e Espanha**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 506p.

FRAGATA, D. S. **O feminismo e os movimentos autônomos de mulheres rurais: o Movimento de Mulheres Camponesas MMC e suas práticas feministas**. 2018, 91f. Trabalho de Conclusão de Curso em Bacharel em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2018.

HIRATA, H; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, p. 595-609, 2007. Disponível: <https://shre.ink/MDyx>. Acesso: 25 nov. 2024.

HOOKS, B. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas**. São Paulo: Rosa dos Tempos, 2021. 272p.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 1 ed. São Paulo: Companhia das letras, 2019. 104p.

MARTÍNEZ-JIMÉNEZ, L. **Postfeminist neoliberalization of self-care: A critical discourse analysis of its representation in Vogue, Cosmopolitan, and Elle**. *Feminist Media Studies*, [s.l.], v. 22, n. 3, p. 1-21, 2022. Disponível em: <https://shre.ink/MDy7>. Acesso em: 26 nov. 2024.

MAZIERO, C.; GODOY, C. M. T; CAMPOS, J. R. R.; MELLO, N. A. O lazer como fator de permanência e reprodução social no meio rural: estudo do município de Saudade do Iguaçu, PR. **Interações (Campo Grande)**, v. 20, n. 2, p. 509-522, 2019. Disponível em: <https://shre.ink/MDyj>. Acesso em: 16 dez. 2024.

MORAES, L. L. Metodologias, trabalho e uso do tempo: compreendendo a rotina de mulheres rurais. In: MELO, Hildete Pereira de (Org.). **A arte de tecer o tempo: perspectivas feministas**. 2 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021. p. 171-206.

OLIVEIRA, J. P. R.; BERARDINELLI, L. M. M.; CAVALIERE, M. L. A.; ROSA, R. C. A.; COSTA, L. P.; BARBOSA, J. S. O.; O cotidiano de mulheres com fibromialgia eo desafio interdisciplinar de empoderamento para o autocuidado. **Revista gaucha de enfermagem**, v. 40, p. e20180411, 2019. Disponível em: <https://shre.ink/MDyu>. Acesso em: 25 nov. 2024.

PAULILO, M. I. S. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**, v. 5, n. 28, p. 64-70, 1987. Disponível em: <https://shre.ink/MDyC>. Acesso em: 30 jan. 2023.

RANCIÈRE, J. **O desentendimento**: política e filosofia. Trad. Pedro Palácios. São Paulo: Editora 34, 2018, 160p.

RADOMSKY, G. F. W. **Reciprocidade, redes sociais e desenvolvimento rural**. A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: Ed. da Universidade (UFRGS), p. 104-133, 2006. Disponível em: <https://shre.ink/MDyF>. Acesso em: 16 dez. 2024.

SOUZA, C. C.; CUNHA, M. C. Caracterização do estado de conservação das estradas rurais na bacia do Ribeirão Paraíso, Jataí-GO. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v.14, n.03(2021), p.1767-1786. Disponível em: <https://shre.ink/MDyz>. Acesso em: 08 abr. 2025.

TURKLE, S. **Alone Together**: why we expect more from technology and less from each other. New York, Basic Books, 2011. 384p.

ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivos**: cultura e processos de subjetivação. 1ed. Curitiba: Appris, 2018, 301p.

5.3 Artigo 3: Mulheres rurais e autocuidado: uma proposta de intervenção no contexto da pandemia da covid-19¹⁵

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo examinar as dinâmicas relacionais e as estratégias utilizadas pelas agricultoras no período da covid-19, no âmbito do projeto “Cuidar-se”, uma ação do Programa Agricultoras em Movimento voltada para o fomento do autocuidado de mulheres rurais. Como delineamento metodológico optou-se pela realização de uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório e descritivo, por meio da análise de documentos. O marco conceitual e analítico se fundamenta em uma perspectiva interdisciplinar. Análise de Conteúdo de Bardin foi aplicada, gerando quatro categorias de análise: a) proposta; b) atores envolvidos; c) metodologia de intervenção; d) aspectos políticos. Os resultados evidenciaram que o projeto contribuiu para a conscientização das mulheres acerca da necessidade de abrir espaço em suas rotinas para cuidar de sua saúde física e mental, além de fomentar a construção de laços sociais em um contexto de fragilização coletiva provocado pela pandemia da covid-19. Conclui-se que o gênero é uma categoria fundamental para a análise das dinâmicas sociais no contexto rural, bem como para a compreensão dos desdobramentos da pandemia da covid-19.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres rurais. Saúde. Covid-19. Autocuidado.

ABSTRACT

This article aims to examine the relational dynamics and strategies used by female farmers during the COVID-19 period, within the scope of the “Taking Care of Yourself” project, an action of the Agricultoras em Movimento Program aimed at promoting self-care among rural women. As a methodological design, we chose to conduct a qualitative, exploratory and descriptive research, through the analysis of documents. The conceptual and analytical framework is based on an interdisciplinary perspective. Bardin’s Content Analysis was applied, generating four categories of analysis: a) proposal; b) actors involved; c) intervention methodology; d) political aspects. The results showed that the project contributed to raising women’s awareness about the need to make space in their routines to take care of their physical and mental health, in addition to fostering the construction of social ties in a context of collective fragility caused by the COVID-19 pandemic. It is concluded that gender is a fundamental category for the analysis of social dynamics in the rural context, as well as for understanding the consequences of the covid-19 pandemic.

KEYWORDS: rural women; health; covid-19; self-care.

1 INTRODUÇÃO

A associação naturalizada de atividades de cuidado ao gênero feminino, por meio do trabalho doméstico, da maternidade ou das profissões de cuidado, é uma construção ideológica, uma vez que reforça a imagem das mulheres como recursos inesgotáveis. Com isso, as mulheres ficam sem tempo para o cuidado de si, para descanso ou mesmo para o lazer, já que sua energia é destinada, prioritariamente, para suprir as necessidades de outrem. Essa condição é agravada em situações de crise, nas quais o ônus é repassado, sobretudo, para elas. “Se há desemprego na família, significa mais trabalho para as mulheres; mais bens e serviços terão que ser produzidos na casa. Da mesma forma, quando o Estado quer reduzir gastos nas políticas sociais, é sobre as mulheres que recai mais trabalho de cuidados” (Faria, 2019, p. 18).

¹⁵ O manuscrito foi enviado para uma revista e está aguardando avaliação.

Exemplo disso, como exposto por Moraes, Sieber e Funari (2020), foi a sobrecarga experimentada pelas mulheres no contexto de crise sanitária ocasionada pela pandemia da covid-19, doença infecciosa causada pelo vírus denominado como Sars-CoV-2. Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou que o surto do novo coronavírus representava uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), sendo essa classificação considerada o nível mais elevado de alerta da Organização, de acordo com o Regulamento Sanitário Internacional (Opas, 2023).

Diversas medidas foram adotadas por parte das autoridades e trouxeram dificuldades e repercussões para toda a população, em graus variados, tendo em vista as situações de vulnerabilidades e contextos de desigualdades regionais, condições de moradia e modos de vida. Entre as medidas para o enfrentamento da crise sanitária, encontrava-se o isolamento e/ou distanciamento social, cuja magnitude provocou impactos econômicos, sociais, de saúde, desencadeando perturbações psicossociais no âmbito de relações familiares, trabalho, saúde mental, exigindo ações coordenadas pelo Estado a fim de minimizar seus danos (Fiocruz, 2020).

Observa-se que, no Brasil, o enfrentamento da pandemia não ocorreu de maneira adequada, apesar dos esforços dos cientistas brasileiros, bem como dos trabalhadores/as de saúde e grupos de defesa da saúde pública e estatal, que impetraram ações de resistência durante essa crise sanitária (Matos, 2021). Isso, tendo em vista a redução paulatina dos investimentos públicos nas políticas sociais, materializada, por exemplo, pela Emenda Constitucional (EC) 95/2016, conhecida como a “emenda do fim do mundo”, instituída pelo ex-presidente Michel Temer. Essa medida culminou em diminuição e cortes dos gastos públicos com saúde e educação, entre outros (Carlos, 2020). Além disso, como destaca Matos (2021), chamaram atenção as ações insuficientes do governo do então presidente da República Jair Bolsonaro, que propaga um discurso negacionista, que relativiza os riscos da covid-19, além de adotar ações que foram na direção contrária às orientações dos órgãos da saúde pública.

Dias Bevilacqua, pesquisadora da Fiocruz - Minas, ressaltou que, no contexto da covid-19, acentuou-se a fragilização das políticas para as mulheres ocorrida nos últimos anos, que materializou os efeitos das desigualdades de gênero. Além do aumento da violência de gênero, com o isolamento e/ou distanciamento social, ficou evidente também a desigualdade na economia do cuidado, que sobrecarrega as mulheres com o trabalho doméstico, bem como pela responsabilidade com o cuidado com doentes, crianças e idosos, além das atividades laborais. Dessa forma, Bevilacqua, recorrendo à reflexão da antropóloga Débora Diniz, em entrevista publicada no jornal Folha de São Paulo, no dia 6 de abril de 2020, sublinhou que a pandemia

tem gênero. A dificuldade de conexão com outras mulheres foi fragilizada, um elo fundamental para a sobrevivência, trazendo muitos desdobramentos negativos para a vida cotidiana das mulheres (Fiocruz Minas, 2020).

Especificamente sobre a realidade das mulheres rurais, Moraes, Sieber e Funari (2020), em um estudo com mulheres líderes, com atuação política e comunitária no Nordeste brasileiro, destacaram que os membros das famílias camponesas passaram a estar mais presentes em casa durante a pandemia da covid-19. Em decorrência da iminência da saturação do sistema de saúde, e/ou inexistência dele, especialmente nas comunidades rurais, com o fechamento das escolas e creches, bem como a suspensão dos postos de trabalho, houve aumento considerável na carga de trabalho doméstico e de cuidado para as mulheres. Assim, instalada a crise, observou-se o aprofundamento das desigualdades de gênero também presentes na realidade das famílias camponesas. Entre as mulheres que atuavam como lideranças comunitárias, esse cenário foi intensificado, uma vez que, além do aumento do trabalho doméstico e de cuidado familiar, elas também assumiram responsabilidade com o cuidado comunitário, por meio da sua participação em ações coletivas e políticas de enfrentamento.

Foi também o que identificou Castro (2021), ao acompanhar a roda de cuidado e autocuidado desenvolvida entre mulheres ativistas da Organização Não Governamental (ONG) Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea). Em seu estudo, a pesquisadora destacou que mulheres ativistas enfrentaram muitos desafios, especialmente sobrecarga em decorrência do excedente de demandas. A consciência da responsabilidade, que recaiu sobre as mulheres militantes, esteve conjugada com as demandas familiares, profissionais e ações nos movimentos sociais. Nesse contexto, a criação de espaços de autocuidado foi necessária para dar vazão à sobrecarga física e mental dessas mulheres.

A partir desta breve contextualização, o presente artigo¹⁶ tem como objetivo descrever um dos cenários de ação do Programa Agricultoras em Movimento de mulheres rurais, enfatizando as dinâmicas relacionais e estratégias utilizadas pelos atores sociais no período da pandemia da covid-19, por meio da análise de um projeto denominado “Cuidar-se” voltado para o fomento do autocuidado, desenvolvido com as agricultoras, em especial militantes pela agroecologia. As ações do programa em questão foram iniciadas no ano de 2018, por meio de oficinas temáticas, desenvolvidas *in loco*, em comunidades rurais na Zona da Mata Mineira. Porém, em 2020, em decorrência da eclosão da pandemia da covid-19, foi necessário suspender

¹⁶ Este artigo é fruto de tese de doutorado.

atividades presenciais a fim de atender as medidas sanitárias estabelecidas pelos órgãos de saúde locais.

Desse modo, o projeto “Cuidar-se” foi pensado pelas organizadoras do Programa, como alternativa para a continuidade das ações com as mulheres rurais. A proposta foi realizada por meio de um grupo no *Whatsapp*¹⁷, utilizado como cenário de troca de informações e vivências sobre saúde integral da mulher, servindo como espaço de construção de sociabilidade, solidariedade e trocas de experiências. A caracterização detalhada do projeto será apresentada ao longo da análise e discussão dos resultados.

Vale destacar que o sucesso na implementação do projeto *on-line* deve-se, em grande parte, aos processos de mobilização anteriores, realizados no contexto do programa. Esses processos estabeleceram uma base sólida de engajamento entre as mulheres, o que facilitou a rápida transição para o ambiente digital. A confiança e o vínculo criados nas ações presenciais foram determinantes para adesão e expansão do projeto *on-line*, permitindo, também, a inclusão de novas participantes, muitas das quais já estavam envolvidas nas atividades presenciais.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, na qual houve a combinação de desenhos de pesquisa de caráter descritivo e exploratório, por meio de estudo de caso. Para a confecção do artigo, utilizaram-se dados obtidos em documentos sobre o projeto, bem como informações levantadas na entrevista de história de vida realizada com uma das lideranças do Programa e idealizadora do projeto em questão.

Tal temática possui relevância social e científica, uma vez que as mulheres foram amplamente afetadas pela pandemia da covid-19, sofrendo desdobramentos em diversas áreas, tais como: saúde, emprego e bem-estar social, contribuindo para o aumento das desigualdades de gênero. Observa-se, nesse contexto, que a articulação entre os marcadores de gênero e território é primordial na análise desses desdobramentos, uma vez que o acesso às políticas públicas é um desafio enfrentado pelas mulheres rurais, exacerbado pela pandemia. Dessarte, pensar em estratégias de autocuidado em um contexto de fragilidade constitui-se como uma importante ferramenta de promoção da saúde integral da mulher.

A motivação para o estudo do referido tema deve-se à tentativa de responder a um dos objetivos da pesquisa de doutorado da primeira autora. Considera-se que o presente manuscrito pode contribuir para o reconhecimento e a documentação do trabalho desenvolvido com as

¹⁷ Esse aplicativo, lançado em 2009, permite o envio e o recebimento de mídias variadas como textos, áudios, fotos, vídeos, documentos e localização, além da realização de chamadas de áudio e vídeo (Disponível em: https://www.whatsapp.com/about/?lang=pt_br. Acesso em: 7 out. 2023).

mulheres rurais durante a crise sanitária da covid-19. Quanto aos aspectos éticos, a pesquisa foi submetida à Plataforma Brasil, sendo aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa, sob CAAE 69610523.3.0000.5153, no dia 11 de julho de 2023.

O artigo está organizado em quatro seções, a saber: introdução, na qual foram abordados a contextualização do problema, o objetivo, motivação, relevância social e científica e elementos éticos do estudo; descrição da metodologia utilizada; discussão e apresentação dos resultados, sendo discutidos elementos vinculados à contextualização dos atravessamentos da pandemia da covid-19 na vida das mulheres rurais, enfatizando a articulação entre cuidado, saúde, gênero e território; e as considerações finais.

As principais conclusões do estudo apontam a relevância da proposta do projeto “Cuidar-se” para o fomento da saúde física e mental das mulheres rurais, especialmente por propiciar-lhes conscientização acerca da importância de olharem para si e para suas necessidades, além de fomentar a construção de laços sociais em um contexto de vulnerabilidade provocado pela pandemia da covid-19.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, de cunho descritivo e exploratório, por meio do estudo de caso. O *corpus* de análise foi composto de documentos não publicados sobre o projeto de autocuidado, tais como: respostas de um questionário de diagnóstico aplicado a 87 mulheres, por meio do *Google forms*; proposta formal do Projeto, transcrição de áudio e texto de trechos de conversas realizadas no grupo do *Whatsapp* do projeto. Além disso, também foram utilizados excertos de fala de uma das organizadoras do Programa e idealizadora do projeto “Cuidar-se”, obtidos por meio de transcrição na íntegra de uma entrevista de história de vida.

O marco conceitual e analítico se fundamenta em uma perspectiva interdisciplinar, a partir de interseções entre sociologia rural, sociologia do trabalho, ciência política e psicologia, realizadas por autoras que trazem em suas reflexões a importância do marcador de gênero para examinar a realidade concreta, tais como: Hirata e Kergoat (2007); Aguiar (2021); Zanello (2018); Paulilo (2009); Biroli (2016).

Os dados foram interpretados por meio da análise de conteúdo, a partir da perspectiva de Bardin (2004), focalizando a modalidade de análise categorial, dividida nas seguintes etapas: a) pré-análise – na qual foi definido o *corpus* de análise, por meio do levantamento de

documentos e informações sobre o projeto, transcrição de áudios e textos de mensagens trocadas no grupo do projeto e excertos de fala explicitados na entrevista de história de vida com uma liderança; b) exploração do material ou codificação – a partir da leitura dos materiais, foram definidas quatro categorias de análise: proposta; atores envolvidos; metodologia de intervenção; aspectos políticos; c) tratamento dos resultados – foi feita a articulação dos resultados com a literatura e aporte teórico, a fim de analisar as temáticas que permearam o projeto.

Quanto aos aspectos éticos, a proposta obteve aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa, sob CAAE 69610523.3.0000.5153, no dia 11 de julho de 2023. Foram seguidos todos os elementos éticos, explicitados na Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, do Ministério da Saúde, que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, e na Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, que aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos (Brasil, 2012; 2016). Houve a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pela interlocutora, esclarecimentos sobre os procedimentos da pesquisa, além do uso de nomes fictícios ao longo do texto.

Para análise e discussão dos resultados, foram definidas as seguintes categorias: a) proposta; b) atores envolvidos; c) dinâmica da intervenção; d) aspectos políticos.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1 A proposta

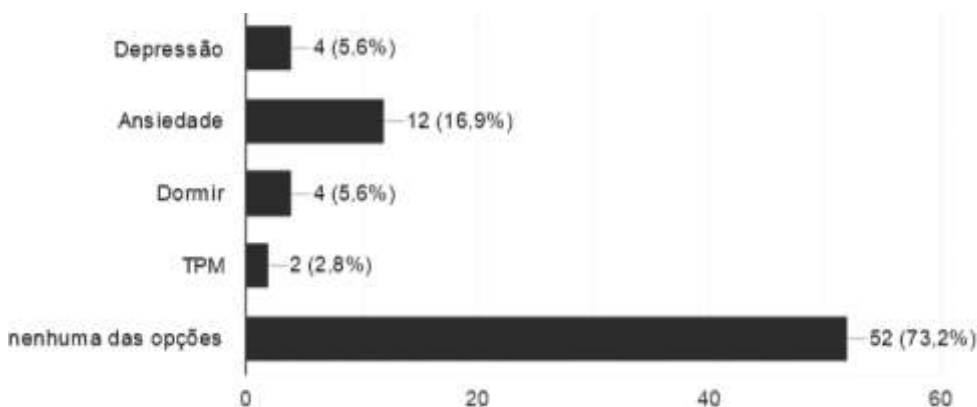
O Programa Agricultoras em Movimento é uma iniciativa conjunta de diferentes organizações da Zona da Mata Mineira, tais como: um centro de formação, sindicato dos trabalhadores rurais, com o apoio de uma cooperativa de famílias da agricultura familiar e uma cooperativa de crédito. O Programa possui como eixos de ação: participação política; geração de renda, agroecologia e economia solidária, além de saúde e autocuidado. O Projeto em questão está vinculado ao eixo Saúde e Autocuidado, constituindo-se como alternativa para a continuidade do Programa no contexto da pandemia da covid-19, uma vez que as oficinas presenciais desenvolvidas até nos anos de 2018 e 2019, nas comunidades rurais, tiveram que ser suspensas, conforme pode ser verificado no depoimento, a seguir:

Margarida: Chegou 2020 e nós tínhamos um monte de agenda do Programa. 2020 ali, nós íamos bombar no Programa. Tinha um monte de atividade, um monte de gente inserida, e o pessoal tudo querendo fazer, né. Veio a pandemia e nada. E aí, passou aquela fase mais crítica da pandemia e assim tudo, e aí você via falar, não sei quem começou, “Nossa, fulana acho que está depressiva, fulana está depressiva, e um fala,

outro fala”. Ai não lembro quem foi a primeira pessoa que eu falei, “Gente, nós tínhamos que fazer alguma coisa on-line então. Como nós vamos chegar nessas mulheres?”. Vamos pensar em uma coisa on-line (...).

Chama atenção no trecho acima a preocupação de uma das lideranças com a saúde mental das mulheres participantes do Programa como disparador da construção do projeto de autocuidado, já que foi tendo conhecimento de informações sobre a presença de processo depressivo entre algumas mulheres participantes. Além disso, a existência de problemas relacionados à saúde mental entre as mulheres foi corroborada no questionário de diagnóstico para levantamento de demandas, uma vez que 12 mulheres faziam o uso de medicamento para ansiedade e quatro para depressão, como pode ser visualizado no Gráfico 1, a seguir.

Gráfico 1 – Uso de Medicamento pelas Participantes



Fonte: Dados da Pesquisa, 2020

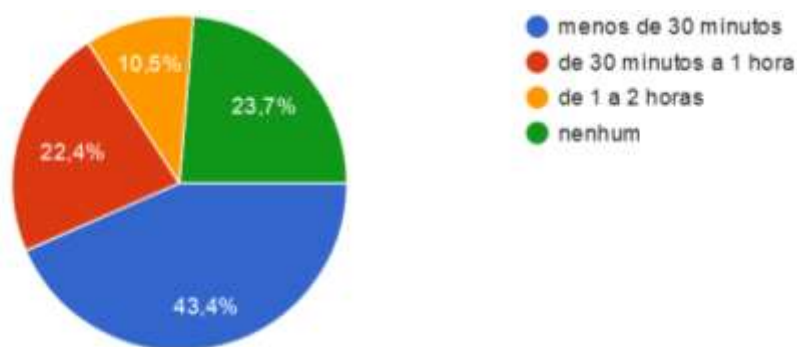
Em sua discussão sobre saúde mental e gênero, a psicóloga Valeska Zanello (2018) destacou que, ao aprender a priorizar as demandas de outras pessoas em detrimento das próprias necessidades, as mulheres são atravessadas por inúmeras tarefas que trazem para o seu dia a dia a sobrecarga e que se desdobram em sofrimentos mentais, como depressão e ansiedade. Tais patologias, comumente vistas sob a ótica das alterações biológicas, são tomadas como construções sociais, ao passo que esses tipos de sofrimentos estão vinculados à forma como mulheres e homens são socializados. Nesse contexto, enquanto os homens explodem e, por isso, são os principais envolvidos em situações de violência, as mulheres implodem, como forma de expressão de seu sofrimento, direcionando para si e seu próprio corpo a energia mobilizada emocionalmente pelos afetos.

Assim, as mulheres, a fim de evitar conflitos, abafam a raiva e mantêm em segredo suas insatisfações e necessidades em prol da paz nos relacionamentos. O silêncio da mulher atua

como performance ideal na manutenção do bem-estar de suas relações, especialmente a amorosa, sendo o silêncio utilizado, inclusive, como estratégia de sobrevivência e enfrentamento em situações de violência (Zanello, 2018).

O desafio apontado por Zanello (2018) quanto à prática do autocuidado pelas mulheres foi observado no questionário de diagnóstico, no qual 43,4% das respondentes disseram que dedicam menos de 30 minutos por dia para si, seguidas de 23,7% que afirmaram não dedicar nenhum tempo para si, conforme aponta o Gráfico 2 a seguir:

Gráfico 2 – Tempo Destinado para o Cuidado de si



Fonte: Dados da Pesquisa, 2020

Na visão de Zanello (2018), a dedicação de tempo para si, na prática do autocuidado, faz com que as mulheres tenham que realizar um deslocamento do papel de cuidadoras “natas”, uma vez que elas são subjetivadas pelo heterocentrismo (destinadas ao cuidado com o outro), principalmente em decorrência das emocionalidades e performances, que perpassam os dispositivos amoroso e materno. Já os homens se subjetivam em um egocentrismo, egoísmo, marcado pelo dispositivo da eficácia, em que ganha destaque a virilidade sexual e laborativa. De acordo com Aguiar (2021), os homens lucram com a abnegação feminina, uma vez que existe uma repartição desigual de tempo entre atividades remuneradas e não remuneradas, executadas por homens e mulheres, a partir da realidade familiar.

A dificuldade de dar espaço para o autocuidado também foi observada por uma das lideranças, ao relatar em sua entrevista de história de vida, conforme excerto a seguir: (...) *porque as coisas para mim eu nunca priorizei. Então, vamos supor, eu dava dor de dente, aí, se eu tinha trabalho, eu desmarcaria o dentista (...)* (Margarida).

A frase mencionada da entrevistada Margarida reflete prejuízos para sua autoimagem e autoestima, pois sua dificuldade em priorizar as próprias necessidades pode gerar baixa

autoestima. A crença de que cuidar de si mesma é menos importante do que atender a demandas externas reflete a internalização da socialização à qual as mulheres estão submetidas, em que são ensinadas desde a infância de que sua validação como sujeito se dá por meio do cuidado com os outros (Zanello, 2018).

Assim, para se colocar no centro das próprias escolhas, as mulheres são atravessadas pela visão de que são egoístas, levando ao risco de perderem a aprovação social e o amor das pessoas. Inclusive, a dificuldade de colocar limites e dizer não é um dado comum encontrado em entendimentos clínicos com mulheres, o que evidencia uma naturalização da disponibilidade irrestrita ao outro, nas relações familiares, de trabalho, amorosas, entre outras (Zanello, 2018).

3.2 Atores envolvidos

O projeto de autocuidado denominado “Cuidar-se” surgiu como alternativa para as ações do Programa Agriculturas em Movimento, desenvolvido com/por mulheres rurais da Zona da Mata Mineira, mais especificamente dos municípios de Muriaé, Barão do Monte Alto e Rosário da Limeira. Foi responsável por mobilizar profissionais para atuar como instrutores, bem como realizar diagnóstico com as mulheres e mediar a comunicação e ajustes ao longo da execução da proposta. No total, participaram quatro instrutoras, sendo elas: uma psicóloga, uma terapeuta holística, uma *personal trainer* e uma nutricionista. É válido ressaltar que a participação das mesmas foi realizada de forma voluntária, conforme pode ser observado no excerto de fala a seguir:

Margarida: (...) eu falei: “Gente, o que nós podemos fazer?” Aí eu não sei, só que, no fim das contas, eu comecei, aí eu perguntei a Juliana, “Ó Juliana, você não topa a gente fazer, você faz uma palestra, uma fala por semana?” Aí, lembrei Ana. Aí, lembrei da, aí eu pensei “Tinha que ser pelo menos uns quatro temas, alguma coisa, aí, saúde, terapia, psicologia e nutrição, né?” Aí, a Maria era cliente da feira, muito bacana, a Rafaela, eu conheci a Rafaela, eu acho que do Conselho da Mulher. E aí eu joguei a proposta para elas e elas toparam.

Pesquisadora: Aí então elas foram voluntárias, né?

Margarida: Voluntárias.

Acerca desse tópico é importante problematizar que, ao contar com profissionais voluntárias e não com agentes dos serviços de saúde pública da região, o projeto aponta a ineficiência das políticas públicas em pensar ações para as mulheres rurais, cabendo às organizações sociais e à sociedade civil executá-las. Conforme Terzian *et al.* (2022), existe um

déficit na execução de políticas públicas no que diz respeito ao atendimento da população rural, especialmente das mulheres. No contexto da política de saúde, por exemplo, a situação foi agravada com a pandemia, uma vez que, além da falta do acesso à Atenção Primária à Saúde, são comuns também a falta de acesso ao transporte público e a vivência de dificuldades financeiras entre as famílias camponesas no Brasil.

Em decorrência da precariedade do Sistema de Saúde no meio rural, Moraes, Sieber e Funari (2020) apontaram que o papel de mulheres que atuam como lideranças foi fundamental em ações de prevenção e enfrentamento, atuando na mitigação da disseminação do coronavírus em suas comunidades. Em seu estudo sobre lideranças femininas no Nordeste brasileiro, as autoras destacaram que a atuação dessas mulheres articulou o caráter comunitário e político, ao contribuírem para a divulgação de informações adequadas sobre a pandemia; a realização de denúncia aos órgãos municipais de festas irregulares promovidas por pessoas de fora da comunidade; a indicação de estratégias naturais, como chás e produção de alimentos saudáveis para aumentar a imunidade. Além disso, foram importantes também a articulação e a mobilização de recursos materiais para satisfazer necessidades “objetivas” das famílias; a atuação na atenção às necessidades “subjetivas”, já que sua articulação contribuiu para o fortalecimento de laços comunitários, por meio de práticas de cuidado, promoção do sentimento de coletividade, de proteção e mobilização, ao trazerem segurança de que tinha alguém na linha de frente, garantindo ou ao menos tentando garantir a sobrevivência do grupo.

No que se refere ao público-alvo, o projeto contou com a participação de mais de cem mulheres rurais, que foram captadas de forma espontânea. Inicialmente, a divulgação foi feita no grupo do *WhatsApp* do programa, que, na época, contava com a participação de cerca de 30 agricultoras. Essas participantes foram inserindo outras mulheres no grupo. Tal elemento foi evidenciado por uma das lideranças como algo inesperado, conforme pode ser observado no excerto a seguir:

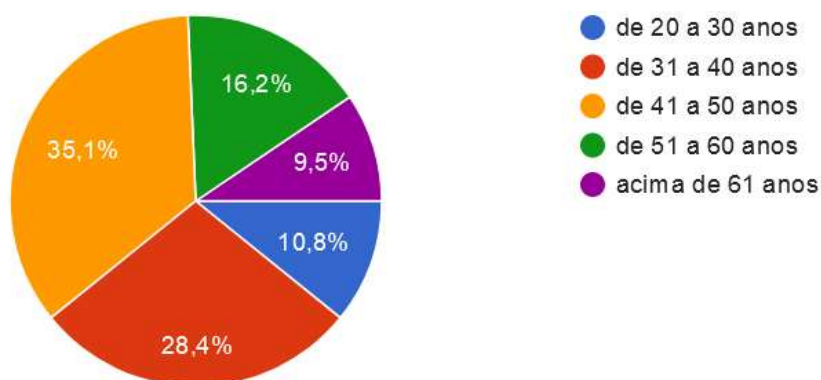
Margarida: Aí nós falamos, “Gente, nós vamos fazer um trabalho via whatsapp, que vai chamar (nome do projeto) e tal, tal, tal, quem quiser participar. E aí foi uma mulher indicando a outra, pa, pa, pa, pa. O grupo, que tinha umas 30 mulheres, virou mais de cem, rapidinho.

Observa-se que a captação foi semelhante ao que se descreve em pesquisa, como técnica *snowball sampling* ou “Bola de Neve”, que prevê que o passo subsequente às indicações dos primeiros participantes no estudo é solicitar a estes que indiquem outras pessoas para participar do estudo. A grande quantidade de mulheres que entraram no grupo em pouco tempo

evidenciava a relevância da proposta, por tratar de uma problemática real enfrentada pelas mulheres em seu cotidiano.

O perfil das mulheres participantes pode-se ser observado no Gráfico 3, a seguir, levantado a partir do questionário de diagnóstico, em que é possível observar que 35,1% das respondentes tem idade entre 41 e 50 anos, seguidas da faixa etária de 31 a 40 anos, na qual se encontram 28,4% das participantes.

Gráfico 3 – Idade das Mulheres Participantes



Fonte: Dados da Pesquisa, 2020

Considerando que essas faixas etárias são caracterizadas como produtivas, coloca-se para debate a questão da economia do cuidado durante a pandemia. Conforme destacado na pesquisa “Sem parar: a vida das mulheres durante a pandemia”, realizada pela organização de mídia Gênero e Número, em parceria com a SOF Sempre Viva Organização Feminista, as condições de trabalho foram transformadas radicalmente durante a pandemia de covid-19. Essa realidade sobrecarrega, principalmente, as mulheres. O estudo evidenciou que 62% das mulheres rurais passaram a cuidar de alguém nesse contexto (SOF, 2020).

A realidade das mulheres rurais demanda mais trabalho e uma organização contínua do tempo, uma vez que existe a sobreposição de atividades desenvolvidas no espaço da casa e no quintal, bem como em decorrência da infraestrutura das casas, das formas como se dá o acesso à água potável e à energia, por exemplo (Nobre, s/d).

3.3 Dinâmica da intervenção

O projeto teve início na primeira semana de junho do ano de 2020. Primeiro, foi aplicado um questionário para diagnóstico das demandas com as mulheres, pela Plataforma do *Google forms*, ao qual responderam 87 mulheres. Posteriormente, houve a apresentação das profissionais e participantes, disponibilização de arte com o quadro de horários e texto de apresentação do Projeto.

A organização inicial do projeto ocorreu com a distribuição de um dia por semana para cada profissional, com horário acordado entre elas, em que eram discutidos quatro principais eixos, a saber: alimentação, saúde mental, atividade física e plantas medicinais. No dia previamente definido, cada profissional deveria sugerir às interlocutoras uma ação prática a partir do tema abordado, com autonomia para definir os recursos (áudio, notícias e informações, instruções de como realizar as atividades, textos, figuras, entre outros). Nesse mesmo dia, além da disponibilização de materiais, as profissionais ficaram disponíveis para esclarecer as dúvidas e questionamentos das participantes, sendo fomentada também a troca de experiências e o compartilhamento de desafios e conquistas.

Porém essa estratégia foi alterada, ficando apenas duas instrutoras por semana, uma vez que as profissionais e participantes julgaram que o formato anterior estava culminando com excesso de informações e atividades a serem realizadas em uma única semana, o que estava gerando sobrecarga. Outro motivo para alteração da proposta foi a necessidade de algumas mulheres terem que comprar pacotes para acesso à internet, bem como pela necessidade de ter que ir até o alto do morro para conseguir acesso a sinal de internet, conforme pode ser visto no trecho a seguir:

Margarida: (...) A gente visualizou aqui que esse é um fator, né? Tem muita informação. E outros fatores também, né? A gente sabe que a vida da mulher da roça não é fácil, né? Seja a mulher que trabalha em torno dos quintais, né? E da casa, seja aquelas que estão de fato na lavoura e no plantio, né? Agora tem um período também dá panha do café e tô falando das mulheres rurais, mas todas as mulheres, tem esse desafio de muitas ações ao longo do dia, é mais um fator. E o outro fator também que a gente levou em consideração foi a questão da internet, né? A gente conseguiu organizar esse grupo que todo mundo tem Whatsapp mas nem todo mundo tem a internet de forma fácil, né, nas suas das suas residências, né? Tem muitas pessoas que precisam ter o sinal, precisa colocar na janela, precisa ir no ponto, né, para pegar informação. Então é mediante três fatores, né? Muitas informações, pouco prazo, né? Talvez para a gente estar executando (Trecho da transcrição de áudio enviado no grupo do Projeto no dia 19/06/20).

Diante das múltiplas responsabilidades diárias, desde o trabalho doméstico até o trabalho produtivo, como na colheita do café, que traz acúmulo de tarefas e gera uma sobrecarga mental nas mulheres, lançar mão da estratégia *on-line* foi importante, pois as atividades poderiam ser desenvolvidas no tempo disponível por cada mulher, a partir de sua realidade.

Conforme explicitado no trecho, a ferramenta utilizada para a execução do projeto foi o grupo do Programa no aplicativo WhatsApp, sendo renomeado com o nome do Projeto para sua inauguração. Porém, a utilização dessa ferramenta foi feita com ressalvas, tendo em vista a preocupação quanto à dificuldade de acesso das mulheres às tecnologias de informação, conforme pode ser verificado no excerto de fala a seguir:

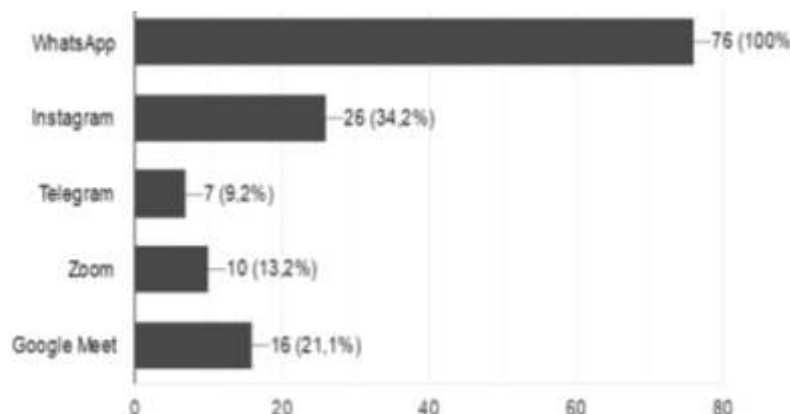
Margarida: (...) Aí, mas, só que naquele período, a mulherada não tinha essas ferramentas, até hoje não sabem participar bem. O que nós vamos fazer? Aí, eu sou meia doida, sabe? (risos). As coisas vão surgindo assim, “Ah, a gente podia aproveitar o grupo do Whatsapp, né?”(...).

Fica evidente aqui a questão da desigualdade de gênero no contexto da era digital. Estudos recentes demonstram que o hiato digital de gênero é uma realidade em decorrência não apenas de gênero como também de classe econômica e social, formando desvantagens significativas para as mulheres (Pio; Carneiro; Santos, 2023, Cardoso, 2023).

Especificamente sobre o hiato digital de gênero em contextos rurais, Cardoso (2023) discute em sua dissertação de mestrado sobre literacia digital¹⁸ de mulheres rurais. De acordo com a autora, gênero, raça e território se entrelaçam com outros marcadores sociais, como escolaridade, renda e idade, e se desdobram no uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e no desenvolvimento da literacia digital pelas mulheres rurais.

Apesar dos desafios, observou-se que uso do *WhatsApp* se fez pertinente, uma vez que já havia sido levantado no diagnóstico que essa era a principal mídia social utilizada pelas mulheres, como pode ser observado no Gráfico 4:

¹⁸ A literacia digital pode ser compreendida como a capacidade do sujeito de entender e usar a informação de forma crítica e estratégica. Nesse viés, ocorreria a ampliação do discurso e a possibilidade de elevação cultural por meio da literacia digital. Diante da literacia digital, o sujeito é capaz de receber a informação, selecioná-la e utilizá-la em seu cotidiano (Oliveira; Giacomazzo, 2017).

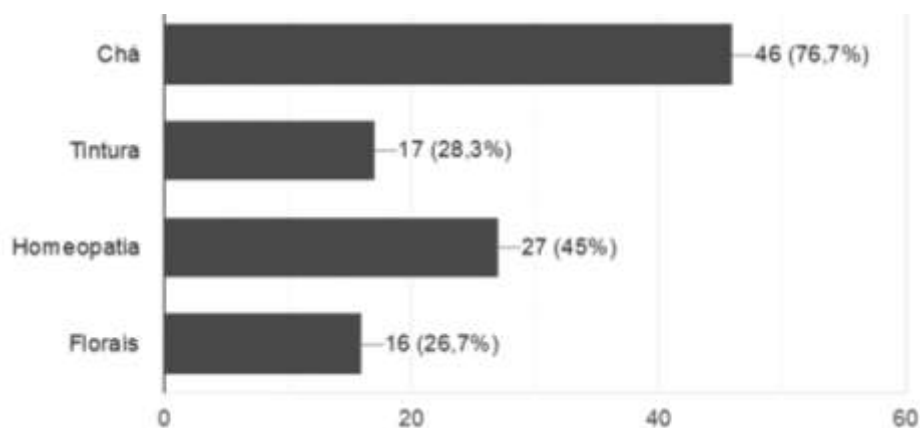
Gráfico 4 – Mídias Sociais e/ou Aplicativos Utilizados pelas Mulheres

Fonte: Dados da Pesquisa, 2020

Desse modo, apesar dos desafios, foi possível dar seguimento à proposta por meio desse aplicativo, pois as dificuldades para a promoção da conexão à internet e a pouca literacia digital não impediram as mulheres de participarem do projeto. Isso ocorreu, especialmente, pelo fato de as profissionais terem proposto atividades e instruções com linguagem simples, utilizando recursos complementares didáticos, além de ficarem disponíveis para tirar dúvidas e acolher as vivências das participantes.

Entre os temas trabalhados, podem-se citar: planejamento/ rotina/prioridade, saúde da mulher, ansiedade, dor, energia, toxicidade. Além desses temas, houve a possibilidade de inserção de novas temáticas, conforme sugestão das profissionais e/ou interesses das participantes. O assunto “plantas medicinais”, por exemplo, foi um tema que despertou bastante interesse das mulheres conforme explicitado por *Margarida*: “*Aí o dia, o que as mulheres mais gostavam era do dia da Juliana, depende, a Juliana elas sempre gostaram muito porque falava de chá, falava de planta, né. Então elas iam perguntando*”. Essa ligação das mulheres com práticas populares de cuidado em seu cotidiano foi evidenciada também no diagnóstico conforme pode ser verificado no Gráfico 5.

Observa-se que mulheres rurais possuem valores relacionados ao cuidado como relação intersubjetiva entre pessoas e natureza. Nesse sentido, partem de uma ética de cuidado baseada na solidariedade entre as mulheres cuidadoras e o respeito com o meio ambiente. Por ser um elemento que faz parte da cultura de cuidado das mulheres rurais, essas especificidades deveriam ser incorporadas nas políticas públicas voltadas à população do campo (Rückert; Aranha, 2020).

Gráfico 5 – Práticas de que fazem uso com Frequência

Fonte: Dados da Pesquisa, 2020

3.4 Aspectos políticos

No documento de apresentação fornecido à pesquisadora sobre o projeto, foi evidenciado que o projeto se baseou em atitudes focadas em amor, dedicação e autocuidado, no corpo mental e físico, por meio do compartilhamento de práticas de cuidado, com indicações e sugestões de profissionais que pudessem ajudar as mulheres em seu cotidiano. Além disso, deu destaque à seguinte expressão: “*Cuidar-se! ‘Se’ significa a gente, nós, no coletivo*”.

Ao interligar o autocuidado individual com a articulação coletiva entre as mulheres, por meio do fortalecimento de laços sociais, o grupo do *WhatsApp* funcionou como um espaço virtual de amparo e cuidado mútuo. Castro (2021) evidenciou que as tecnologias digitais podem ajudar na ressignificação dos laços sociais, fraternos e afetivos, e no incentivo ao cuidado coletivo sob o ponto de vista das mulheres, em especial no momento de isolamento social da covid-19.

Desse modo, ao colocar as próprias mulheres como protagonistas e valorizar a promoção de sua saúde física e mental, em um contexto em que elas são socializadas para priorizarem o bem-estar de outras pessoas, especialmente filhos e marido em detrimento do seu, o projeto representou uma forma de intervenção contra-hegemônica (Zanello, 2018).

Assim, pode-se inferir que o projeto constituiu um espaço de resistência, em que o cuidado coletivo e o autocuidado emergiram como atos políticos, ao tornarem o pessoal algo político, propiciando acolhimento, reflexão individual (autocuidado) e coletiva (cuidado das demais mulheres), abrindo espaço para demandas emocionais e afetivas do cuidado, conjugando duas esferas: da subjetividade e do mundo coletivo (Castro, 2021).

O projeto foi finalizado com um encontro de culminância presencial em outubro de 2021, em alusão ao Dia Nacional da Mulher Rural, comemorado no dia 15 de outubro. Compuseram o encontro, além das lideranças e mulheres participantes, três das profissionais que atuaram como instrutoras, sendo que uma delas não pôde comparecer – pois estava com coronavírus –, além de mais de 70 mulheres rurais. Foram realizadas diversas atividades, bem como um lanche compartilhado.

Apesar do êxito do projeto, a articulação coletiva e política das mulheres rurais foi apontada por Margarida como um elemento que ainda precisa avançar mais. Nesse contexto, coloca como principal desafio a questão da divisão sexual do trabalho, no atravessamento dos impasses vividos entre demandas da família e participação das mulheres rurais nos movimentos e ações do Programa, conforme pode ser visualizado a seguir:

Margarida: Então, eu fico angustiada porque eu acho que dá para avançar muito mais, né, a gente precisa e dá para avançar muito mais, né, só que a gente tem que entender que o seu momento é um e o das pessoas são outros, né. Então, eu acho que o desafio ainda é como sensibilizar um pouco as mulheres da importância desses espaços, seja ele para a geração de renda, seja ele para o autocuidado, seja ele, né, pela questão de formação política, de disputa, não é disputa de espaço, mas de estar nos espaços, né. Mas, ao mesmo tempo também tem que pensar estratégia porque, todas as mulheres hoje têm uma sobrecarga, e aí, do mesmo jeito que eu entendo que o me priorizar me amarra, para a companheira também, talvez, participar de um encontro seria como se fosse uma prioridade dela, que ela talvez não vai conseguir porque a prioridade dela vai ser fazer o queijo, fazer a horta, cuidar da avó que está doente, entendeu?

No trecho, Margarida expressa uma tensão entre seu desejo de que o programa avance em termos de engajamento das mulheres na proposta e o reconhecimento de diferentes condições de vida, especialmente quanto ao uso do tempo e prioridades das mulheres em seu cotidiano familiar e de trabalho. A fala da interlocutora expressa angústia, que reflete sua frustração por perceber o potencial de mudança que a proposta do projeto “Cuidar-se” pode ter, caso as mulheres agricultoras se engajem nas ações, ao mesmo tempo que compreende as barreiras internas e externas como elementos que dificultam o engajamento. Sua análise sobre os desafios enfrentados pelas companheiras reconhece o fato de que é um desafio para a mulher se priorizar, já que, em decorrência da socialização, o autocuidado pode ser percebido como egoísmo ou incompatível com suas responsabilidades do trabalho reprodutivo e produtivo, o que leva a mulher a subestimar suas próprias necessidades (Zanello, 2018).

Paulilo (2009) destaca a questão da dupla jornada das mulheres rurais, ao ocuparem-se com diversas tarefas produtivas e reprodutivas, indagando: “Que tempo e energia sobriariam à mulher para refletir sobre suas condições de vida?” (p. 181). Nesse cenário, faz mister localizar

também o debate acerca da divisão sexual do trabalho, pois, conforme Biroli (2016), ela está na base das hierarquias de gênero nas sociedades contemporâneas e, mais especificamente, no meio rural. De acordo com Hirata e Kergoat (2007), ao articular essa descrição do real de como o gênero se configura nas relações sociais, é possível entender os processos por meio dos quais a sociedade, a partir da adoção de um sistema de gênero, forja os lugares a serem ocupados por cada indivíduo nas diferentes esferas.

Nesse contexto, as autoras ressaltaram a presença de dois princípios, o de separação e o da hierarquia. Seguindo o princípio da separação, o homem deve assumir o espaço público, com sua participação no mercado produtivo, nas atividades de representação política, por exemplo. Já as mulheres são relegadas ao âmbito das atividades reprodutivas, tais como o desenvolvimento das tarefas domésticas, cuidados com pessoas e com a natureza. Além disso, evidencia-se o princípio da hierarquização, no qual as atividades designadas aos homens possuem maior valor e reconhecimento social e estão ancoradas no processo de naturalização (Hirata; Kergoat, 2007).

Sendo assim, observar esses elementos é fundamental para a construção de estratégias que considerem a realidade cotidiana, tais como: horário das atividades, modalidades (*on-line* ou presencial), local (nas comunidades ou na cidade), suporte para mães com filhos pequenos durante as atividades, entre outros. Busca-se, portanto, ampliar a possibilidade de participação das mulheres nas ações desenvolvidas pelo Programa.

4. CONCLUSÕES

A partir do desenvolvimento do estudo, foi possível observar que a pandemia da covid-19 trouxe desafios diversos para a vida das mulheres rurais. A sobrecarga vivenciada na interface família-trabalho (produtivo-reprodutivo) foi agravada, evidenciando o aumento de ansiedade e depressão entre as mulheres. O adoecimento das mulheres e as dificuldades em priorizar suas necessidades se dão em decorrência da forma como ocorre a socialização feminina, pois as mulheres aprendem desde pequenas a colocar o cuidado com as pessoas à frente de suas necessidades.

Assim, o projeto Cuidar-se emergiu como possibilidade de reflexão e interação entre as mulheres, ao trazer para o seu cotidiano atividades que pudessem contribuir para sua saúde física e mental. Além disso, o espaço do *WhatsApp* também auxiliou no fortalecimento de laços sociais em um contexto de fragilidade coletiva. A continuidade da mobilização, apesar da crise

sanitária, evidencia a eficácia das ações anteriores, que proporcionaram um alicerce robusto para a construção desse espaço de apoio e troca na modalidade digital.

Intervenções como essa trouxeram para o debate científico a necessidade de olhar para a heterogeneidade dos espaços e das relações, apontando que as mulheres valorizam não só elementos materiais como também afetivos, como possibilidade da produção de saúde e autocuidado, além da mobilização coletiva.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, N. F. Precusores dos estudos de usos do tempo no Brasil. In MELO, H. P.; MORAES, L. L. (Orgs.). **A arte de tecer o tempo: perspectivas feministas**. 2. Ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021. p. 49-72.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3.ed. Lisboa: Edições 70, 2004. 223 p.

BIROLI, F. Divisão sexual do trabalho e democracia. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 3, p. 719-754, 2016. Disponível em: <https://shre.ink/MDyO>. Acesso em: 20 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução CNS nº466, 12 de dezembro de 2012**. Disponível em: <https://shre.ink/MDy6>. Acesso em: 17 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Disponível em: <https://shre.ink/MDi1>. Acesso em: 17 nov. 2023.

CARDOSO, J. S. M. **Literacia digital e mulheres rurais: questões para além do acesso às TIC**. 2023, 118f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Economia Rural, Viçosa - MG, 2023.

CARLOS, A. F. A. A “Revolução” no Cotidiano Invasado pela Pandemia. São Paulo: FFLCH/USP, 2020. In **COVID-19 e a crise urbana** [recurso eletrônico]. Disponível em: <https://shre.ink/MDic>. Acesso em: 03 dez. 2020.

CASTRO, C. **Cuidado e autocuidado entre mulheres ativistas no mundo online: Estimulando (novas) subjetividades em tempos de pandemia e violência**. Aveiro - Portugal: Ria Editoria, 2021. 168p.

FARIA, N. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. In DI SABATTO, A., MELO, H. P., LOMBARDI, M. R., FARIA, N. (Orgs.). **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília, DF: MDA, 2009. p. 11-28.

FIOCRUZ. **Crianças na pandemia**. Curso saúde mental e atenção psicossocial na pandemia da COVID-19. [recurso eletrônico], Brasília, DF: Fiocruz, 2020. Disponível em: <https://shre.ink/MDid>. Acesso em: 23 fev. 2023.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007. Disponível em: <https://shre.ink/MDiB>. Acesso em: 23 fev. 2023.

MATOS, M. C. O neofascismo da política de saúde de Bolsonaro em tempos perigosos da pandemia da COVID-19. **Humanidades e Inovação**, v. 8, n. 35, pág. 25-35, 2021. Disponível em: <https://shre.ink/MDif>. Acesso em: 23 fev. 2023.

MORAES, L. L.; SIEBER, S. S.; FUNARI, J. N. Mulheres lideranças rurais, participação política e trabalho de cuidado durante a pandemia de Covid-19. **Revista Inter-Legere**, v. 3, n. 28, 2020. p.1-34. Disponível em: <https://shre.ink/MDir>. Acesso em: 10 out. 2023.

NOBRE, M. **Mulheres rurais em meio à pandemia**: desigualdades e práticas econômicas para a vida, S/D. Disponível em: <https://shre.ink/MDiD>. Acesso em: 07 out. 2023.

OLIVEIRA, M. M.; GIACOMAZZO, G. F. Educação cidadania: perspectivas da literacia digital crítica. **Artigos EccoS – Rev. Cient., São Paulo**, n. 43, p. 153-174, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://shre.ink/MDie>. Acesso em: 07 out. 2023.

OPAS. **Histórico da pandemia de COVID-19, 2023**. Disponível em: <https://shre.ink/MDio>. Acesso em: 23 fev. 2023.

PAULILO, M. I. S. Movimentos das mulheres agricultoras e os muitos sentidos da “igualdade de gênero”. In FERNANDES, B. M. MEDEIROS, L. S. PAULILO, M. I. (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas Rural**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento, 2009. p. 179-202.

PIO, T.; CARNEIRO, T. K. G.; SANTOS, L. M. S. Reflexão sobre a desigualdade de gênero no contexto da era digital no brasil. **Scientia: Revista Científica Multidisciplinar**, v. 8, n. 3, p. 172-177, 2023. Disponível em: <https://shre.ink/MDiL>. Acesso em: 07 out. 2023.

RÜCKERT, B.; ARANHA, A. V. S. Os valores no cuidado em saúde de mulheres do campo. **Metamorfose**, v. 4, n. 4, 2020, p. 113-131. Disponível em: <https://shre.ink/MDih>. Acesso em: 11 out. 2023.

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA (SOF). **Sem parar**: a vida das mulheres durante a pandemia, 2020. Disponível em: <https://shre.ink/MDiF>. Acesso em: 09 out. 2023.

TERZIAN, D. S.; MODESTO, M. A.; JUNQUEIRA, F. M.; ROCHA, M. C. P.; VALPATO, E. F. R.; SAKURAI, M. G. Saúde rural: olhar de mulheres de comunidades rurais sobre o sistema de saúde público durante a pandemia covid-19, v. 26, p. 102072. **Braz J Infect Dis**. 2022. Disponível em: <https://shre.ink/MDii>. Acesso em: 09 out. 2023.

ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivos**: cultura e processos de subjetivação. 1ed. Curitiba: Appris, 2018, 301p.

5. 4 Artigo 4: Encontros-potência do Programa Agricultoras em Movimento: espiritualidade, pão, amor e ancestralidade nas ações do programa após a crise pandêmica¹⁹

RESUMO

O presente artigo descreve as características dos encontros do Programa Agricultoras em Movimento e suas potências, no retorno às suas atividades presenciais, após a pandemia da covid-19. A pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva utilizou observação participante, registros em áudio, diários de campo e fotografias. O marco conceitual baseou-se em uma perspectiva interdisciplinar. A análise de conteúdo de Bardin foi aplicada, gerando quatro temas: a) A mística feminista no nome e na identidade visual do Programa Agricultoras em Movimento; b) A mística como ritual ancestral e a troca de sementes crioulas. c) A mística como ritual vinculado à religiosidade; d) A mística como alimento para o corpo e a alma: pão e amor. Conclui-se que os encontros envolvem negociações sobre reconhecimento nas dinâmicas de participação, ao mesmo tempo que promovem trocas relacionais fundamentadas na ética amorosa, fortalecendo a amizade entre as participantes. Além disso, enriquecem o conhecimento técnico, valorizam o saber ancestral das mulheres e fomentam a mística como um elemento fundamental que anima a luta coletiva.

Palavras-chave: Desigualdades de gênero; Trabalho; Família.

ABSTRACT

This article describes the characteristics of the meetings of the Agricultoras em Movimento Program and their potential, upon returning to in-person activities after the COVID-19 pandemic. The qualitative, exploratory, and descriptive research used participant observation, audio recordings, field diaries, and photographs. The conceptual framework was based on an interdisciplinary perspective. Bardin's content analysis was applied, generating four themes: a) Feminist mystique in the name and visual identity of the Agricultoras em Movimento Program; b) Mystique as an ancestral ritual and the exchange of native seeds; c) Mystique as a ritual linked to religiosity; d) Mystique as food for the body and soul: bread and love. It is concluded that the meetings involve negotiations on recognition in the dynamics of participation, while promoting relational exchanges based on loving ethics, strengthening friendship among the participants. Furthermore, they enrich technical knowledge, value women's ancestral knowledge and foster mysticism as a fundamental element that encourages collective struggle.

Keywords: Gender inequalities; Work; Family.

1 INTRODUÇÃO

Nas ações coletivas das populações do campo e da floresta na América Latina, a mística, a espiritualidade e a ancestralidade são compreendidas como construções políticas e culturais, ressignificadas em contextos específicos de resistência. Esses elementos funcionam como estratégias identitárias de enfrentamento ao colonialismo. Conforme Dussel (1994), as disputas simbólicas sobre memória e identidade são centrais para a resistência e ocorrem tanto no plano material quanto no imaginário social. A interculturalidade crítica, segundo Walsh (2009), permite a releitura ativa dessas práticas espirituais frente à apropriação colonial, transformando a mística em espaço de contestação nos movimentos sociais latino-americanos.

¹⁹ O manuscrito a seguir está em preparação para submissão

A espiritualidade das mulheres rurais, nesse sentido, opera como ferramenta de transformação social (Rancière, 2005, 2018).

Rancière (2005, 2019) argumenta que a política emerge quando grupos desafiam a ordem dominante do sensível; isto é, as formas pelas quais o mundo é percebido e as vozes são ouvidas ou silenciadas. A participação política, portanto, vai além das estruturas institucionais, envolvendo disputas sobre quem participa, de que modo e sob quais condições. Em espaços coletivos, essas questões aparecem por meio de dissensos e negociações sobre as formas legítimas de engajamento.

Na Zona da Mata Mineira, Sensato (2022) destaca que organizações comunitárias, associações e sindicatos foram essenciais para a mobilização política da população rural, impulsionadas principalmente pela atuação da Igreja Católica e de grupos políticos de esquerda. Esses movimentos, no entanto, enfrentam desafios, como fragmentação interna, repressão política, isolamento geográfico e dificuldade de articulação com setores mais amplos da sociedade.

É nesse cenário que lideranças femininas reivindicam maior protagonismo, promovendo iniciativas voltadas à emancipação e à equidade de gênero. Um exemplo é o Programa Agricultoras em Movimento, foco deste estudo, criado em 2013, com financiamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Convênio nº 789179/2013). Após interrupções, foi retomado em 2018 com apoio de entidades locais, mantendo suas atividades mesmo diante das restrições impostas pela pandemia de covid-19 em 2020.

Este artigo tem como objetivo descrever as características dos encontros realizados pelo programa após a pandemia da Covid-19. A pesquisa adota abordagem qualitativa, utilizando a Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2004) para interpretar os dados. Considerando sua relevância social e científica, o estudo busca dar visibilidade a práticas que promovem novas formas de relação entre mulheres, natureza e mundo, orientadas por uma ética amorosa que reconhece o dissenso como abertura ao reconhecimento de diferentes vozes.

Os resultados indicam que a amizade e a troca de saberes ancestrais são centrais na construção da identidade grupal e do senso de pertencimento entre as mulheres. A espiritualidade, os rituais coletivos, as memórias, os símbolos e os vínculos afetivos se destacam como potências no retorno às atividades presenciais. Observam-se também tensões internas sobre as formas legítimas de participação, o que reforça a compreensão de Rancière (2005, 2019) sobre a política como disputa do sensível. Longe de fragilizar o grupo, essas dinâmicas

revelam a complexidade e a potência dos encontros como espaços de resistência, negociação e fortalecimento de redes de apoio.

2 APORTE TEÓRICO

De acordo com Mignolo (2005) e Quijano (2005), o colonialismo do poder institui uma modernidade eurocêntrica, desqualificando saberes ancestrais e cosmologias não ocidentais. Cusicanqui (2010), por sua vez, destaca que movimentos sociais reativam e ressignificam práticas espirituais como instrumentos de afirmação política e discursiva. Para Dussel (1994), essas dinâmicas são atravessadas por disputas simbólicas, que envolvem a memória e a identidade como campos centrais da resistência. Walsh (2009) aprofunda esse debate ao propor a interculturalidade crítica como possibilidade de reinterpretação ativa dessas práticas, contrapondo-se à lógica da apropriação colonial.

Nesse contexto, a mística nos movimentos sociais latino-americanos deve ser compreendida como um território de reinvenção e contestação, em que as espiritualidades não se limitam à tradição, mas operam como dispositivos de transformação sociopolítica. Reivindicar cosmologias próprias implica reorganizar o sensível e instituir modos plurais de existir. Conforme Rancière (2005, 2018), a ação coletiva emerge da disputa pela repartição do sensível, convocando o dissenso e a construção de novas formas de visibilidade e pertencimento, ancoradas no reconhecimento mútuo e na valorização das diferenças.

A participação das mulheres rurais em espaços coletivos está atravessada pelo *habitus* (Bourdieu, 1989); isto é, pelas disposições socialmente incorporadas que orientam suas práticas e percepções. Simultaneamente, essas mulheres mobilizam diferentes formas de capital, inclusive o simbólico, no interior de um *campo* específico de disputas (Bourdieu, 1997), no qual ressignificam tradições e fortalecem sua agência coletiva.

Na região investigada, a Teologia da Libertação (Boff, 1994) exerceu influência significativa, especialmente por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que articularam espiritualidade e ação sociopolítica. Nessa perspectiva, a mística é compreendida como vivência do transcendente, e a espiritualidade, como caminho de aproximação a essa vivência. Entre as mulheres rurais da pesquisa, saberes ligados à ancestralidade, espiritualidade e mística emergiram com força no contexto pós-pandemia, articulando-se com práticas agroecológicas e culturais.

Para compreender essas experiências, recorre-se à noção de ética amorosa de hooks (2018, 2021), em que a comunhão afetiva sustenta a interdependência comunitária e amplia os sentidos da ação coletiva. A amizade, nesse campo, não apenas fortalece a mobilização por dignidade, como também contribui para o letramento de gênero e a descolonização dos afetos, superando os limites da família cisheteronormativa (hooks, 2021; Nuñez, 2023).

A mística, nesse cenário, alimenta utopias por justiça social e sustentabilidade (Boff, 1994), integrando práticas rituais com saberes agroecológicos, como a preservação de sementes crioulas, a valorização de ervas medicinais, a recuperação de solos e o cuidado com a biodiversidade, além da produção artesanal e culinária que resgata memórias e saberes locais (Lorenzoni; Seibert; Collet, 2020).

Sob a perspectiva indígena, Krenak (2019) reafirma a espiritualidade e a conexão com a terra como fundamentos éticos e políticos para repensar a relação humana com o planeta. Sua crítica à lógica da exploração aproxima-se da ética do cuidado proposta por hooks (2021), para quem a reconstrução comunitária demanda um despertar espiritual que enfrente o materialismo e o individualismo contemporâneos.

A pandemia de covid-19 evidenciou a centralidade das redes de solidariedade e da autonomia alimentar nas comunidades rurais. No âmbito do Programa Agricultoras em Movimento, a retomada das atividades presenciais reafirma a relevância de práticas ancestrais e estratégias colaborativas como fundamentos para a resistência, o cuidado mútuo e a reconstrução dos territórios. A análise das ações empreendidas pelas mulheres será orientada pelas categorias aqui discutidas, considerando sua densidade simbólica e sociocultural no contexto da transição pós-pandêmica.

3 METODOLOGIA

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, na qual houve a combinação de desenhos de pesquisa de caráter descritivo e exploratório, por meio de estudo de caso. O objetivo foi descrever as características dos encontros do Programa Agricultoras em Movimento e suas potências, no retorno às suas atividades presenciais, após a pandemia da covid-19. O Programa é uma iniciativa do Centro de Estudo, Integração, Formação e Assessoria Rural da Zona da Mata (Ceifar-ZM) e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Muriaé, Barão do Monte Alto, Rosário da Limeira e São Sebastião da Vargem Alegre (STR), com o apoio da Cooperativa dos Produtores e da Agricultura Familiar (Coopaf) e Cooperativa de Crédito Rural

Solidário (Cresol). Os instrumentos de produção dos dados foram: observação participante, notas de diário de campo, registro fotográfico e em vídeo e gravações de áudio. O lócus de análise em que a observação participante ocorreu pode ser verificado no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 – Lócus de análise – observação participante

Atividade	Local	Ano	Objetivo
Arraiá Agricultoras em Movimento	Centro de Formação e Ascensão Social (Cefas) Muriaé/MG	07/2022	Contato Inicial com o campo
Encontro da Agricultura Familiar	Sede da Coopaf Muriaé	06/2023	Aproximação preliminar após a apresentação da proposta de pesquisa
Reunião com uma das lideranças do Programa	Sede da cooperativa – Muriaé/MG	08/2023	Início das atividades de campo após a aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética
Caravana Agricultoras em Movimento	Pontão da Água Limpa – Muriaé/MG	10/2023	Observação e participação nas atividades como pesquisadora
Visitas à Feira Agroecológica	Praça do Trabalhador Muriaé-MG	2022-2023	Contato com as agricultoras como consumidora e pesquisadora
Assembleia da Coopaf	Sede da Coopaf – Muriaé-MG	04/2024	Fechamento do contato com o campo de pesquisa

Fonte: Dados da pesquisa, 2023

A escolha dessas atividades se deu com base no conhecimento prévio da pesquisadora com o campo pesquisado e por sugestão das organizadoras. Sendo assim, foram definidos como cenários iniciais de observação especificamente atividades desenvolvidas no escopo do programa após a pandemia da covid-19, no retorno das atividades presenciais, desenvolvidas durante o ano de 2023.

O número de atividades observadas ficou reduzido, pois o retorno ocorreu de forma gradual. Essas limitações impactaram a possibilidade de participação em um número maior de ações, uma vez que a coleta de dados precisaria ser compatível com o tempo disponível para análise. Ainda assim, foi possível observar uma caravana realizada em comunidades rurais, enquanto as demais atividades foram realizadas no município de Muriaé.

Quanto aos aspectos éticos, a proposta obteve aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa, sob CAAE 69610523.3.0000.5153, no dia 11 de julho de 2023. Houve a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelas participantes.

Para a discussão dos resultados, recorreu-se à análise de conteúdo conforme Bardin (2004), seguindo as orientações da autora acerca da análise categorial. Considerando os

objetivos da pesquisa, chegou-se a quatro temas: a) A mística feminista no nome e na identidade visual do Programa Agricultoras em Movimento; b) A mística como ritual ancestral e a troca de sementes crioulas. c) A mística como ritual vinculado à religiosidade; d) A mística como alimento para o corpo e a alma: pão e amor.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 A mística feminista no nome e na identidade visual do Programa Agricultoras em Movimento

A mística feminista e popular está presente no nome e na identidade visual do Programa Agricultoras em Movimento, refletindo aspectos espirituais, sociais e coletivos da luta e resistência das mulheres rurais (hooks, 2021). A logomarca do programa, apresentada como uma mandala, pode ser vista na Figura 1, como um símbolo místico ancestral que articula espiritualidade, ciclo e conexão, valores centrais na agricultura e na ancestralidade (Jung; Wilhelm, 1984).

Figura 1 - Identidade visual do Programa Agricultoras em Movimento



Fonte: Página do Facebook – Programa Agricultoras em Movimento, 2021

No centro, a expressão “Agricultoras em Movimento” traduz dinamismo e protagonismo, enquanto o lema “Unidas por uma Agricultura Justa” reforça a solidariedade e a busca por equidade no campo. A mandala, dividida em segmentos, contempla elementos como casas, paisagens, fases da lua, estrelas, cestos com alimentos e sementes crioulas. Tais imagens evocam o cotidiano rural, a ancestralidade, o trabalho coletivo, a economia solidária e a

soberania alimentar. O estilo artesanal reforça a estética popular e a valorização dos saberes tradicionais, constituindo um símbolo de identidade coletiva (Bourdieu, 1989; Boff, 1994).

A logomarca também expressa uma ética amorosa (hooks, 2021), conectando agroecologia e espiritualidade como fontes de alimento do corpo e da alma (Alves, 2017). Os alimentos agroecológicos respeitam a saúde e a natureza, enquanto os artesanatos e bonitezas, como panos bordados e flores ornamentais, remetem à estética e à afetividade, funcionando como expressão que valoriza os saberes femininos no contexto rural (Sanches; Brandão, 2014).

Sob uma perspectiva decolonial, a desvalorização dos saberes contra-hegemônicos está diretamente ligada à colonialidade do poder, que molda, inclusive, a forma como o trabalho é percebido e hierarquizado (Lugones, 2008). Gonzalez (2020) ressalta que a arte e a cultura são, nesse contexto, instrumentos potentes de resistência, capazes de afirmar identidades, confrontar estereótipos coloniais e reivindicar autonomia. O reconhecimento da diversidade cultural, portanto, não é apenas simbólico, mas também político. Assim, esses símbolos rompem com a hierarquia eurocêntrica entre arte e artesanato, reivindicando a cultura popular como expressão legítima de saber (Quijano, 2005).

Contudo, é necessário reconhecer que o trabalho artesanal, embora valorizado culturalmente, pode ser economicamente pouco rentável e tornar-se uma sobrecarga para mulheres rurais, que já acumulam múltiplas funções (Santos; Roberti, 2023). Desse modo, a identidade visual do programa não apenas comunica, mas também convoca à ação coletiva por justiça social, valorização cultural e sustentabilidade.

4.2 A mística como ritual ancestral e a troca de sementes crioulas

A autora bell hooks (2021) compreende a ancestralidade e a mística feminina como fontes de poder espiritual, emocional e político. Para ela, a espiritualidade das mulheres é prática de cura, resistência e transformação, integrando corpo, mente e espírito como caminho para a libertação.

Nesse campo, a mística é vivida como experiência cotidiana, sustentada por “ritos, celebrações, exercícios de interiorização” que aliviam o peso da luta (Mezadri, 2022, p. 185). No Programa Agricultoras em Movimento, essa vivência se expressava na organização circular dos encontros, na leitura de poesias, nas dinâmicas reflexivas e na exposição de símbolos, como sementes, plantas, frutas e palavras, conectados aos temas do coletivo, conforme exemplificado na Figura 2.

Figura 2 – Mística – Encontro Programa Agricultoras em Movimento



Fonte: Dados de campo, 2023

Os encontros do Programa Agricultoras em Movimento, eram realizados especialmente em datas simbólicas como o Dia Internacional das Mulheres Rurais, comemorado no dia 15 de outubro. Iniciavam-se com rituais místicos, leitura de poesias, músicas, dinâmicas corporais e símbolos dispostos em círculo (sementes crioulas, plantas medicinais, livros, revistas, entre outros). A mística, nesse contexto, promovia a integração entre saberes acadêmicos e tradicionais, funcionando como prática de acolhimento, reflexão e mobilização (Mezadri, 2022).

Elementos acadêmicos, como livros e cartazes, davam visibilidade às pautas políticas das mulheres; já os símbolos naturais evocavam saberes ancestrais ligados à terra e ao cuidado. A conservação de sementes e o uso de plantas medicinais, por exemplo, articulam-se com os conceitos de *habitus* e campo (Bourdieu, 1987, 1989), pois revelam práticas incorporadas geracionalmente, embora desvalorizadas pelo modelo agroindustrial. O Programa, ao ressignificá-las, confere a elas capital simbólico, fortalecendo a autonomia feminina (Bourdieu, 1997).

Os encontros contavam com a participação voluntária de profissionais que ofereciam oficinas e palestras sobre temas diversos. Observou-se, contudo, tensão entre a condução rígida da liderança de Margarida e a espontaneidade das participantes. Quando mulheres traziam falas paralelas ao centro da roda, emergiam novos sentidos e disputas pela escuta legítima, uma reconfiguração da partilha do sensível (Rancière, 2009, 2018), em que o que antes era ruído torna-se voz reconhecida.

Ao final dos encontros, realizava-se a troca de mudas, plantas medicinais e ornamentais, além de sementes crioulas, para cultivo nas propriedades das participantes (Figura 3).

Figura 3 – Sementes crioulas, plantas medicinais e ornamentais e mudas compartilhadas no encontro Agricultoras em Movimento



Fontes: Dados da pesquisa, 2023

As sementes crioulas são essenciais à sustentabilidade dos agroecossistemas familiares, pois garantem autonomia produtiva, preservam o patrimônio genético-cultural e representam resistência ao modelo agroindustrial, que ameaça a sociobiodiversidade global (Calixto *et al.*, 2020).

As conversas iniciadas nos encontros sobre sementes se estendiam informalmente ao grupo de *WhatsApp*, revelando uma curiosidade ativa e um interesse que transcendia o cultivo, envolvendo a história das sementes e o modo como eram cuidadas. As mulheres, nesse contexto, tornam-se guardiãs das sementes, papel central na preservação e transmissão de saberes agroecológicos e culturais (Andrioli; Bassanesi, 2021).

Além das sementes, também havia trocas e comercialização de plantas ornamentais, medicinais e produtos artesanais, como remédios naturais, panos de prato e biscoitos, conforme ilustrado na Figura 4. Os saberes sobre plantas medicinais e a produção de remédios, difundidos nos encontros, propiciavam uma fusão de conhecimentos ancestrais, capaz de enriquecer o repertório das participantes dentro e fora dos encontros. Assim, pôde-se notar que essa prática contribuía para a construção de uma identidade coletiva, promovendo um sentimento de pertencimento entre as agricultoras, que se tornavam protagonistas do conhecimento popular, atuando no cuidado de suas famílias e comunidades (Damigo; Morgan; Capitani, 2024).

Figura 4 - Remédios naturais feitos com plantas

Fonte: Dados da pesquisa, 2023

As plantas eram cultivadas pelas mulheres no entorno da casa, em seus quintais produtivos, conforme mostra a Figura 5:

Figura 5 – Quintal Produtivo de uma agricultora que participa do Programa Agricultoras em Movimento

Fonte: Dados da pesquisa, 2023

O que as mulheres cultivavam em suas hortas e quintais agroecológicos estabelecia uma conexão profunda com a ancestralidade, articulando espiritualidade, mística e saberes tradicionais transmitidos entre gerações (Mezadri, 2022). O cultivo, para além da subsistência, tornava-se um ato simbólico de resgate de memórias, fortalecimento da identidade comunitária e expressão de um modo de vida centrado na simplicidade, nos ciclos da natureza e na convivência coletiva (Lorenzoni; Seibert; Collet, 2020).

Portanto, configuram-se como espaços pedagógicos, políticos²⁰, místicos, de sustento e renda, nos quais as mulheres recuperam o solo, sementes crioulas, plantas medicinais, árvores nativas, animais e manifestações culturais. Isso faz com que o trabalho ganhe um sentido para além da lógica produtiva e monetária, afirmando-se como prática política e existencial.

4.3 A Mística como ritual vinculado à religiosidade

Outro elemento observado no campo de pesquisa foi a mística como ritual articulado à religiosidade. Segundo Aguiar (2019, p.5), a espiritualidade camponesa, profunda e enraizada, pode assumir um sentido político, mediando experiência religiosa e organização coletiva. Assim, os rituais religiosos animam a luta cotidiana das mulheres em seus contextos de vida, trabalho e militância.

Essa dimensão ficou evidente na “Caravana do Programa Agricultoras em Movimento”, realizada em 22 de outubro de 2023, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher Rural. O evento reuniu cerca de 50 pessoas, majoritariamente agricultoras de comunidades de Muriaé, Miradouro, Rosário da Limeira e Barão do Monte Alto, além de representantes da Emater-MG e da Cresol. A primeira parada foi a Gruta da Pedra Santa (Figura 6), localizada na comunidade rural Pontão da Água Limpa. O local é considerado sagrado por relatos de aparições da Virgem Maria e curas atribuídas às visitas, mesmo sem registros oficiais ou testemunhos datados.

Figura 6 - Gruta Pedra Santa: Comunidade Pontão da Água Limpa – Muriaé/MG



Fonte: Dados de campo, 2023

²⁰ Espaço político é entendido aqui para além das chamadas instituições políticas das sociedades modernas ou da democracia liberal (Prado, 2001).

A Figura 6 mostra as mulheres no dia da ação, orando para uma imagem sacra de Nossa Senhora da Aparecida. No local, as agricultoras também exploraram o ambiente, brincaram, fotografaram, fizeram momentos de preces em grupo e também individuais. Tendo em vista que a maioria delas era católica, foi realizada a oração do Pai-Nosso e Ave-Maria. Além disso, também foi cantada uma música católica de consagração a Nossa Senhora Aparecida, cuja letra pode ser visualizada a seguir:

Ó, Minha Senhora e também minha Mãe
Eu me ofereço, inteiramente, todo a Vós
E em prova da minha devoção, eu hoje Vos dou meu coração

Consagro a Vós meus olhos, meus ouvidos, minha boca
Tudo o que sou, desejo que a Vós pertença
Incomparável Mãe, guardai-me e defendei-me
Como coisa e propriedade Vossa, amém
Como coisa e propriedade Vossa, amém

Ó, Minha Senhora e também minha Mãe
Eu me ofereço, inteiramente, todo a Vós
E em prova da minha devoção, eu hoje Vos dou meu coração

Consagro a Vós meus olhos, meus ouvidos, minha boca
Tudo o que sou, desejo que a Vós pertença
Incomparável Mãe, guardai-me e defendei-me
Como coisa e propriedade Vossa, amém
Como coisa e propriedade Vossa, amém
(Composição: Fatima M. Gabrielli)

A letra expressa uma entrega espiritual que ultrapassa o plano individual e se abre para uma conexão coletiva com o divino, emergindo como um chamado que resgata o sagrado feminino (hooks, 2021; Segato, 2016) e a interconexão entre espiritualidade e dimensão social (Boff, 1994) O ato de consagração à “Mãe”, expresso na canção, simboliza uma busca por acolhimento, cura e proteção em um contexto marcado por desigualdades. Celebrava-se, assim, o poder de uma figura feminina protetora e guia (Mignolo, 2008), ressoando com críticas ao patriarcado (hooks, 2021) e com a espiritualidade engajada de Boff (1994), que promove cuidado, justiça e transformação.

Durante os encontros, fé, amizade e política se entrelaçavam, criando espaços de reafirmação identitária. Nesse contexto, as mulheres negociavam poder, questionavam hierarquias e construíaam pertencimento para além da dominação patriarcal (Butler, 2017).

Outro símbolo potente observado foi o grito coletivo entoado ao final dos encontros: “Uma só força, um só pensamento, um só coração. Axé!”. A frase reforçava a união espiritual e política do grupo. A “força” aqui era coletiva; o “pensamento”, compartilhado; o “coração”,

símbolo de conexão afetiva e empatia entre as mulheres (hooks, 2021). Já o “Axé!”, palavra de origem afro-brasileira, invocava a energia vital que mobilizava e abençoava a ação coletiva. Nesse sentido, o grito de guerra sintetizava a aliança entre mística, ancestralidade e transformação social (Boff, 1994; Krenak, 2019).

4.4 A mística e as dimensões simbólicas, culturais e políticas

Durante a segunda parada da caravana Agricultoras em Movimento, descrita no tópico anterior, foi realizada na casa de uma das agricultoras uma roda de conversa sobre a questão “O que você sente como mulher rural?” A pergunta disparadora incentivava, portanto, a empatia e a escuta ativa, valorizando as vivências individuais e a troca de experiências entre as participantes. A partir de registro em diário de campo, elaborou-se a Tabela 1, com registro do tema central da resposta de 27 mulheres. O conteúdo da Tabela mostra as principais categorias e frequências correspondentes.

Tabela 1- Categorias construídas a partir das respostas das agricultoras sobre a pergunta: O que você sente como mulher rural?

Categoria	Frequência
Orgulho de ser mulher rural	8
Resistência e luta pela condição da mulher rural	4
Sentimento de pertencimento e valorização do modo de vida rural	3
Conexão com a natureza como algo que traz vida, amor e contemplação	7
Memória afetiva e lembranças de comidas típicas	5
Produção de alimentos e autossuficiência, com destaque para o significado e a qualidade do trabalho	5
Sobrecarga de cuidados desde a infância, incluindo cuidado com irmãos e preparação de refeições	2
Orgulho das conquistas, como aposentadoria e reconhecimento como trabalhadoras rurais	3
Valorização da ancestralidade e respeito pelos antepassados	4
Espaço para autocuidado	1

Fonte: Dados da pesquisa, 2023

A análise das falas evidenciou, em primeiro plano, a dimensão simbólica das experiências relatadas. O orgulho de ser mulher rural destacou-se como sentimento recorrente, associado à afirmação identitária e ao pertencimento ao território e ao modo de vida camponês. Essa autoafirmação esteve entrelaçada à valorização das raízes familiares e comunitárias e à consciência do papel social desempenhado na manutenção da vida no campo. Tal orgulho simbolizava não apenas resistência, mas também reconhecimento da própria importância, em um processo de ressignificação da condição feminina rural (hooks, 2018).

Outro elemento simbólico marcante foi a relação com a natureza, descrita para além de sua função produtiva. As mulheres atribuíram ao contato com a terra um caráter espiritual e

contemplativo, que promovia equilíbrio emocional e conexão interior. Emergiram valores ligados à ancestralidade, à preservação ambiental e à transmissão de saberes intergeracionais, marcas de uma espiritualidade enraizada no cotidiano, que reforça o papel dessas mulheres como guardiãs de práticas sustentáveis e tradições orais (Boff, 1994).

Na dimensão cultural, destacou-se a presença da memória afetiva, evocada por meio das lembranças de comidas típicas e da partilha de receitas durante os encontros. Essas narrativas funcionaram como dispositivos de enraizamento identitário e fortalecimento do vínculo com o território. Além disso, o trabalho agrícola foi ressignificado a partir da ética do cuidado e da valorização da autossuficiência, com ênfase na produção agroecológica e na qualidade dos alimentos, apontando para um saber-fazer que se opõe à lógica de mercado e afirma práticas culturais próprias do campesinato feminino (Zanello, 2018).

A presença da ancestralidade nas falas foi igualmente relevante. O respeito pelos antepassados surgiu como um valor central que orienta práticas cotidianas e decisões de vida, sendo mobilizado como força simbólica de continuidade e permanência no campo. Em conjunto, tais elementos reforçaram uma cultura de resistência que articula tradição e inovação no enfrentamento dos desafios contemporâneos.

Na dimensão política, os relatos revelaram a consciência das desigualdades estruturais que afetam as mulheres rurais. A sobrecarga de trabalho desde a infância, aliada à dificuldade de acessar tempo e espaço para o autocuidado, foi recorrente. A fala de uma participante, que mencionou só recentemente começar a cuidar de si, ilustra o quanto o processo de socialização feminina está ancorado na negação de si em nome da utilidade para os outros, exigindo, como propõe Zanello (2018), o aprendizado de “ser inútil” para legitimar o descanso e o prazer.

As conquistas alcançadas, como aposentadorias e reconhecimento como trabalhadoras, foram celebradas, mas também atravessadas por barreiras simbólicas. A experiência de uma mulher orientada a não usar esmalte ao comparecer ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para pleitear aposentadoria exemplificou a intersecção entre gênero, classe e ocupação, evidenciando os estereótipos que associam a feminilidade à ausência de esforço físico e, portanto, à ilegitimidade do trabalho rural feminino (Neri; Garcia, 2017).

Essas narrativas apontaram a feminilidade como um campo de disputa, no qual as mulheres precisam constantemente negociar sua identidade para obter reconhecimento (hooks, 2018). Ao serem convidadas a refletirem sobre esses temas, muitas expressaram emoções intensas, como choro e desabafo, indicando que os espaços de fala e escuta contribuíram para a reapropriação simbólica de seus corpos e histórias. Como argumenta Van Der Schaaf (2003),

reconhecer-se como sujeito de direitos, inclusive de prazer, é fundamental para a emancipação feminina.

A luta política por direitos também emergiu como eixo estruturante das falas. As mulheres expressaram desejo coletivo de permanecer e envelhecer no campo com dignidade, mobilizando-se por melhores condições de vida e maior acesso a políticas públicas. Nesse contexto, a mística feminista ocupou um papel catalisador. A música “Sem medo de ser mulher”, cantada em coro nos intervalos das atividades, representou uma forma de convocação simbólica e afirmação política da identidade coletiva. A canção, composta por Zé Pinto para o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), foi reinterpretada pelas participantes como expressão de luta e solidariedade de gênero:

Pra mudar a sociedade do jeito que a gente quer
 Participando sem medo de ser mulher
 Porque a luta não é só dos companheiros
 Participando sem medo de ser mulher
 Pisando firme sem medir nenhum segredo
 Participando sem medo de ser mulher
 Pra mudar a sociedade do jeito que a gente quer
 Participando sem medo de ser mulher
 Pois sem mulher a luta vai pela metade
 Participando sem medo de ser mulher
 Fortalecendo os movimentos populares
 Participando sem medo de ser mulher
 Pra mudar a sociedade do jeito que a gente quer
 Participando sem medo de ser mulher
 A aliança operária e camponesa
 Participando sem medo de ser mulher
 Pois a vitória vai ser nossa com certeza
 Participado sem medo de ser mulher

(Composição: Zé Pinto)

A letra evidencia uma articulação entre os marcadores sociais de gênero e classe, remetendo à importância dos movimentos mistos e populares como espaços de reivindicação coletiva (Magalhães, 2008). Ao entrelaçar experiências sensíveis, espiritualidade e consciência política, a Caravana reafirmou seu caráter multifacetado, oferecendo momentos de lazer, reflexão e construção de um projeto comum de transformação social entre as mulheres rurais.

4.5 A mística como alimento para o corpo e a alma: pão e amor

Durante a Caravana Agricultoras em Movimento, observou-se uma articulação entre práticas materiais e simbólicas que permitiram refletir sobre a mística como alimento do corpo (simbolizado pelo pão) e da alma (simbolizado pelo amor).

No eixo temático corpo (pão), destacou-se o preparo coletivo das refeições com alimentos oriundos da própria produção das agricultoras. As receitas, muitas vezes transmitidas por gerações, traziam consigo memórias afetivas e ancestrais. Os momentos de alimentação foram acompanhados de rituais de bênção dos alimentos, como observado durante os cafés da manhã, almoços e cafés da tarde, como mostra a Figura 7.

Figura 7 – Café da manhã compartilhado – Caravana Agricultoras em Movimento



Fonte: Dados de campo, 2023

Na imagem acima, vê-se um desses momentos de partilha, com as mulheres reunidas ao redor da mesa em oração. A preparação e o compartilhamento dos alimentos revelaram uma dimensão ritualística que conferia sacralidade ao ciclo produtivo, à terra e ao trabalho coletivo, fortalecendo a identidade comum das participantes como agricultoras e sujeitos de luta.

No eixo temático alma (amor), a música e os gestos de cuidado foram mobilizados como expressões de uma espiritualidade enraizada nas relações. O cântico A Mesa Santa, escolhido para esse momento de confraternização, sintetizou poeticamente o vínculo entre alimento, trabalho e espiritualidade:

A mesa santa que preparamos
 Mãos que se elevam a Ti, ó Senhor
 O pão e o vinho, frutos da terra
 Duro trabalho, carinho e amor
 Oh, recebe, Senhor!
 Oh, recebe, Senhor!
 Oh, recebe, Senhor!
 Oh, recebe, Senhor!
 Flores, espinhos, dor e alegria
 Pais, mães e filhos diante do altar
 A nossa oferta em nova festa
 A nossa dor vem, Senhor, transformar
 Oh, recebe, Senhor!
 Oh, recebe, Senhor!
 Oh, recebe, Senhor!
 Oh, recebe, Senhor!
 A vida nova, nova família

Que celebremos, aqui tem lugar
 Tua bondade vem com fartura
 É só saber reunir, partilhar!
 Oh, recebe, Senhor!
 (Repete o refrão)
 Composição: Pe. Almir G. dos Reis.

A letra do cântico expressava a interconexão entre o trabalho agrícola, “frutos da terra, duro trabalho”, e a dimensão espiritual, convidando à transformação da dor em celebração e à vivência comunitária do afeto, por meio do cultivo de uma ética amorosa (hooks, 2021), sustentada na partilha, na amizade e na solidariedade.

Essa dimensão amorosa também pôde ser observada na forma como as mulheres se comunicam, como exemplificado pelas mensagens enviadas no grupo de *WhatsApp* após o evento da Caravana, o que revelou a construção de uma mística feminista baseada no afeto, na escuta e na memória coletiva da luta.

Lótus: Boa noite meninas... esse dia foi inesquecível... Obrigada Deus por tudo e por todas pelo carinho... Amo todas vocês como uma família ♥.

Lírio: Foi bom demais nosso dia de hoje, rever as amigas, recordar as lutas, as conquistas e prever o futuro. Isso é sinal que estamos no caminho certo. Gratidão por tudo. Juntas somos mais fortes.

Essa ética amorosa coletiva se apresentou como um campo fértil para resistências às opressões patriarcais, raciais e capitalistas. Em oposição à lógica de competição entre mulheres, frequentemente inculcada desde a infância (Zanello, 2018), a amizade entre as agricultoras tornou-se uma prática política de fortalecimento mútuo. Nesse sentido, a mística vivida entre pão e amor ofereceu não apenas sustento físico e espiritual, mas também horizonte de justiça, pertencimento e cura coletiva. A metáfora mostra, enfim, que o pão é sustento material, enquanto cânticos, orações e mensagens afetuosas expressam o sagrado que confere leveza para alma, amorosidade e sentido à existência grupal e comunitária (Alves, 2017).

5 CONCLUSÕES

O artigo descreveu as características dos encontros do Programa Agricultoras em Movimento e suas potências, no retorno às suas atividades presenciais, após a pandemia da covid-19. Nesse contexto, foi possível observar que a espiritualidade e a ancestralidade permeiam a experiência das mulheres nesse programa, destacando a mística feminista e ecológica presente no nome, na logomarca e na dinâmica dos encontros, através de cânticos, visitas a lugares sagrados, rituais coletivos, afetos compartilhados, símbolos, momentos de

partilha e religiosidade. As agricultoras se posicionam como protagonistas dessa mística, engajadas na luta por justiça social e equidade de gênero no meio rural.

Existe uma valorização da sacralidade atribuída à natureza e a visão cosmológica que confere vida aos elementos naturais e uma interdependência entre as mulheres, o ambiente e o território local. A preservação das sementes crioulas, dos quintais produtivos e dos saberes tradicionais destaca o papel crucial das mulheres na manutenção da biodiversidade e na transmissão intergeracional de conhecimentos ancestrais.

Assim, pode-se concluir que a mística é manifestada de forma plural e fortalece os vínculos entre as participantes, promovendo uma ética coletiva amorosa e um sentido de pertencimento. Embora a dinâmica grupal seja permeada em alguns momentos por relações de poder, reconhecimento e disputas de participação, as trocas informais revelam espaços de construção coletiva, em que novas vozes podem emergir e transformar as experiências vividas. Esse processo desafia as estruturas de escuta e fala, ampliando as possibilidades de transgressão e criação de novos sentidos no contexto social e cultural das agricultoras.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, J. M. O MST no Front Digital: a mística como prática performativa e forma insurgente de luta política. **Revista Brasileira de Estudos da Presença**, v. 9, n. 4, p. e91013, 2019. Disponível em: <https://shre.ink/MDZm>. Acesso em: 24 set.2024.
- ALVES, R. **A eternidade numa hora**. 1 ed. São Paulo: Planeta, 2017. 320p.
- ANDRIOLI, L. A; BASSANESI, D. Mulheres e sementes crioulas: trilhando os caminhos da agroecologia. **Cadernos de Agroecologia**, v. 16, n. 1, s/p, 2021. Disponível em: <https://shre.ink/MDZn>. Acesso em: 08 out. 2024.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3.ed. Lisboa: Edições 70, 2004. 223 p.
- BOFF, L. **Mística e espiritualidade**. 2 Rio de Janeiro, RJ: Rocco, 1994. 163 p.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, 270p.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 2. ed. São Paulo: Editora Papyrus, 1997. p. 362.
- CEIFAR/ZM. **Slides sobre a trajetória de atividades executadas e previstas pelo programa**. [documento não publicado]. 2018-2024.
- CUSICANQUI, S. R. **Sociologia da imagem: miradas ch'ixi desde a história andina**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010. 352p.

DAMIGO, L. M.; MORGAN, L. C.; CAPITANI, R. Plantô, brotô, colheu, guardô: aprendizados sobre a arte de comunicar a conservação e multiplicação das sementes crioulas. **Cadernos de Agroecologia**, v. 19, n. 1, s/p, 2024. Disponível em: <https://shre.ink/MDZI>. Acesso em: 22 de dez. 2024.

DUSSEL, H. **1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994. 196p.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. RIOS, F; LIMA, M. (ORGS.). 1ªed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. 376p.

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. 320p.

HOOKS, B. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas**. São Paulo: Rosa dos Tempos, 2021. 272p.

JUNG, C. G., WILHELM, R. **O segredo da flor de ouro**. Petrópolis: Vozes, 2ª. ed. 1984. 160p.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 1 ed. São Paulo: Companhia das letras, 2019. 104p.

LORENZONI, C.; SEIBERT, I. G.; COLLET, Z. **Movimento de Mulheres Camponesas: veredas de muitas histórias**. In MEZADRI, A. M. MEZADRI, A. M.; CIMA, J. I. TABORDA, N. W.; GASPARETO, S. A. K.; COLLET, Z. (Orgs.). **Feminismo a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas**. 1ªed. São Paulo: Outras expressões, 2020. p. 13-31.

MAGALHÃES, M. S. **Trajetórias em movimentos: a construção da identidade política na organização das mulheres trabalhadoras rurais em Minas Gerais, 2008, 202f**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2008.

MEZADRI, A. M. M. CIMA, J. I. GASPARETO, S. A. K. PULGA, V. A mística feminista camponesa e popular no MMC. In MEZADRI, A. M.; CIMA, J. I.; TABORDA, N. W.; GASPARETO, S. A. K.; COLLET, Z. (Orgs.). **Feminismo Camponês Popular: reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas**. 1 ed. São Paulo: Outras expressões, 2020. p. 171-189.

MIGNOLO, W. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política, **Cadernos de Letras da UFF**. Dossiê: Literatura, língua e identidade, n. 34, p. 287-324, 2008. Disponível em: <https://shre.ink/MDZ2>. Acesso em: 22 mar. 2025.

MIGNOLO, W. **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. 505p.

NERI, E. L.; GARCIA, L. G. Atrizes da roça ou trabalhadoras rurais? O teatro e a fachada para obtenção da aposentadoria especial rural. **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 03, p. 701-724, 2017. Disponível em: <https://shre.ink/MDZT>. Acesso em: 05 dez. 2024.

NUÑEZ, G. **Descolonizando afetos**: experimentações sobre outras formas de amar. São Paulo: Planeta, 2023. 192p.

PRADO, M. A. M. Psicologia política e ação coletiva. **Revista Psicologia Política**, v. 1, n. 1, p. 149-170, 2001. Disponível em: <https://encurtador.com.br/b4MNS>. Acesso em: 27 mar. 2023.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. **Contextualizaciones latinoamericanas**, v. 2, n. 5, p. 1-33, 2015. Disponível em: <https://11nq.com/dqSHd>. Acesso em: 13 fev. 2023.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. **Revista Internacional de Ciências Sociais**, v. 165, p. 117-142, 2005. Disponível em: <https://encurtador.com.br/eSQoy>. Acesso em: 24 mar. 2025.

RANCIÈRE, J. **O desentendimento**: política e filosofia. Trad. Pedro Palácios. São Paulo: Editora 34, 2018, 160p.

RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível**: estética e política. Trad. Mônica Costa Netto. São Paulo: Editora 34, 2009. 72p.

SANCHEZ, D. P.; Brandão, L. Colonialidade da Arte. In: **Seminário do ICHS – Humanidades em Contexto: Saberes e Interpretações**. Cuiabá, MT: Sistema de Eventos Acadêmicos da UFMT, 2014. p. 683-692. Disponível em: <https://encurtador.com.br/g5KzN>. Acesso em: 24. set. 2024.

SANTOS, K. A.; ROBERTI, M. E. Artesanato e resistência: uma leitura decolonial da arte para mulheres do campo. **Rev. Fac. Dir. Uberlândia**, MG, v. 51, n. 1, pp. 303-326. Disponível em: <https://encurtador.com.br/hDKO1>. Acesso em: 24 set. 2024.

SEGATO, R. L. **La guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016. 198p.

SENSATO, E. J. G. **Agricultura familiar e dinâmicas institucionais e não-institucionais da ação política na Zona da Mata mineira**. 2022. 167 f. Tese (doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – RJ.

VAN DER SCHAAF, A. Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. **Sociologias**, ano 5, nº 10, p. 412-442, 2003. Disponível em: <https://encurtador.com.br/tMhEo>. Acesso em: 06 dez. 2024.

5.5 Artigo 5: Participação de mulheres rurais no Programa Agricultoras em Movimento: desafios enfrentados e desdobramentos percebidos ²¹

RESUMO

Este artigo analisa os desafios enfrentados por mulheres rurais na participação do Programa Agricultoras em Movimento e os desdobramentos percebidos por elas. Com abordagem qualitativa e delineamento de estudo de caso, foram realizadas rodas de conversa *on-line* e uso complementar de diário de campo. A análise, fundamentada na Análise de Conteúdo de Bardin, evidenciou duas principais barreiras: dificuldade de locomoção e conciliação do tempo com múltiplas responsabilidades. Por outro lado, a participação no programa possibilitou desdobramentos significativos, como a construção de vínculos afetivos, valorização de saberes ancestrais, fortalecimento da economia solidária e ampliação da participação política. O estudo indica que o programa atua como espaço de resistência, troca e protagonismo, articulando dimensões subjetivas e coletivas com base em pedagogias feministas e decoloniais. Conclui-se que se trata de uma tecnologia social capaz de promover deslocamentos simbólicos e práticos nas ruralidades femininas, contribuindo para a equidade de gênero e o desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: participação; programa; desafios; desdobramentos

ABSTRACT

This article analyzes the challenges faced by rural women in participating in the Agricultoras em Movimento Program and the consequences they perceive. Using a qualitative approach and case study design, online discussion groups were held and a field diary was used. The analysis, based on Bardin's Content Analysis, revealed two main barriers: difficulty in getting around and balancing time with multiple responsibilities. On the other hand, participation in the program enabled significant developments, such as the construction of emotional bonds, appreciation of ancestral knowledge, strengthening of the solidarity economy and expansion of political participation. The study indicates that the program acts as a space for resistance, exchange and protagonism, articulating subjective and collective dimensions based on feminist and decolonial pedagogies. The conclusion is that it is a social technology capable of promoting symbolic and practical displacements in female ruralities, contributing to gender equity and sustainable development.

Keywords: participation; program; challenges; development

1 INTRODUÇÃO

A participação das mulheres em processos organizativos no meio rural tem se consolidado como um elemento central para o fortalecimento da agricultura familiar, da economia solidária e da agroecologia. No Brasil, políticas públicas e iniciativas da sociedade civil vêm desempenhando um papel relevante na promoção da emancipação feminina no campo, ampliando as possibilidades de inserção das mulheres em espaços de decisão e fomentando o acesso a recursos e oportunidades (Assunção *et al.*, 2020; Campos, 2023; Castro *et al.*, 2023).

Este estudo parte, teoricamente, da concepção de participação proposta por Rancière (2009), para quem participar não se resume à presença física ou ao simples envolvimento em

²¹ O manuscrito a seguir está em preparação para submissão

decisões, como se entende na concepção tradicional de democracia. Para o autor, a participação é, sobretudo, uma questão de visibilidade, voz e reconhecimento no espaço comum. Trata-se de um ato político que implica agir fora do lugar socialmente atribuído, questionando identidades fixas e papéis previamente determinados.

Como argumenta Biroli (2016), esse é o caso da atuação das mulheres em espaços coletivos, ao desafiarem a divisão sexual do trabalho e romperem com a noção de que os espaços de decisão e organização coletiva pertencem exclusivamente aos homens. Ao se inserirem nesses processos e reivindicarem um lugar no espaço público, as mulheres tensionam estruturas históricas que as relegaram ao espaço privado, reafirmando seu protagonismo na transformação social e na política dos territórios em que vivem.

Parte-se do entendimento de que a circulação de poder emerge das interações cotidianas, produzindo deslocamentos subjetivos e coletivos. Assim, o poder se constitui como um exercício, como propõe a perspectiva pós-estruturalista, decolonial e contribuições dos feminismos interseccionais e comunitários, que se contrapõem ao modelo moderno de poder verticalizado (Foucault, 2014; Lugones, 2008; hooks, 2017, 2021; González, 2020).

Historicamente, na região da Zona da Mata Mineira, as mulheres rurais têm marcado presença em ações coletivas e exercido protagonismo político, inscrevendo-se como um grupo populacional fundamental na construção do espaço social e na luta por direitos. Nesse contexto, resgatam saberes populares e ancestrais, ao mesmo tempo em que promovem a agroecologia e constroem territorialidades de resistência, por meio da articulação de cuidados, afetos e solidariedade na defesa de seus territórios (Campos, 2023). Além disso, a auto-organização fortalece a autonomia dessas agricultoras, ampliando sua participação em espaços políticos e sociais (Assunção *et al.*, 2020). Assim, o protagonismo feminino na conservação da sociobiodiversidade e na diversificação das estratégias econômicas revela-se essencial à sustentabilidade de suas comunidades (Castro *et al.*, 2023).

Partindo dessa breve contextualização, o presente estudo tem como objetivo analisar os desafios enfrentados pelas mulheres para participar do programa e suas percepções sobre os desdobramentos dessa participação. Trata-se de uma iniciativa voltada ao fortalecimento da organização social e produtiva de mulheres agricultoras familiares da Zona da Mata Mineira, iniciada em 2013 como um projeto experimental.

Sua concepção e execução envolveram o Centro de Estudo, Integração, Formação e Assessoria Rural da Zona da Mata Mineira (Ceifar-MG), em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Muriaé, Barão do Monte Alto, Rosário da Limeira e São Sebastião da

Vargem Alegre. O programa também conta com o apoio da Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol). Inicialmente financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Convênio nº 789179/2013, esteve vigente até junho de 2016. Em 2018, foi reestruturado e consolidado como um programa permanente, com o apoio de profissionais voluntários e instituições parceiras.

O público-alvo do Programa abrange mulheres agricultoras familiares inseridas em organizações da agricultura familiar e em movimentos sociais, incluindo lideranças comunitárias, artesãs e diretoras de entidades. A área de abrangência contempla os municípios de Muriaé, Barão do Monte Alto, Rosário da Limeira e Miradouro.

A estrutura do Programa se organiza em três eixos principais: a) Participação Política, voltado à inserção das mulheres em sindicatos, associações, cooperativas e conselhos; b) Geração de Renda, Agroecologia e Economia Solidária, com foco na formação e capacitação para o fortalecimento de grupos produtivos e acesso a mercados; e c) Saúde e Autocuidado, com ênfase na promoção do bem-estar físico e mental das agricultoras.

Para a execução dessas ações, o Programa adota metodologias participativas e descentralizadas, que enfatizam a construção coletiva e a autonomia das mulheres envolvidas. O Centro de Formação, os parceiros institucionais e o Comitê de Mulheres desempenham papel estratégico na mobilização, articulação e engajamento das participantes. Além disso, para atender às demandas emergentes ao longo do processo, são firmadas parcerias com organizações sociais, iniciativa privada e poder público. Nesse sentido, a proposta metodológica do Programa busca avançar da lógica do fazer “para” em direção ao fazer “com”, promovendo a descentralização do poder e a democratização na tomada de decisões.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, realizada por meio de estudo de caso. A coleta de dados se desenvolveu a partir de rodas de conversa *on-line* como estratégia principal, com uso complementar de diário de campo. A análise dos dados seguiu os procedimentos da Análise de Conteúdo, conforme Bardin (2004), utilizando-se da técnica de categorização temática.

Todas as normas éticas para pesquisas com seres humanos foram devidamente observadas, incluindo a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e a utilização de nomes fictícios para garantir confidencialidade às participantes. Do ponto de vista acadêmico, o estudo se justifica por contribuir para os debates sobre gênero e desenvolvimento rural. Sob o viés social, sua relevância reside na visibilização de estratégias de fortalecimento da emancipação feminina no campo.

Nos tópicos subsequentes, serão discutidos a metodologia adotada e os resultados obtidos a partir do processo investigativo.

2 METODOLOGIA

Este estudo fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, tendo como foco o estudo de caso do Programa Agricultoras em Movimento, uma iniciativa regional voltada à organização de mulheres rurais na Zona da Mata Mineira.

A principal técnica de produção de dados foi a realização de Rodas de Conversa virtuais, conduzidas entre fevereiro e maio de 2024, por meio da Plataforma *Google Meet*. Essa abordagem favoreceu a escuta sensível das experiências das mulheres rurais, bem como a construção coletiva do conhecimento.

Como recurso complementar, adotou-se o Diário de Campo, com o objetivo de registrar as interações e os contextos observados e refletir sobre eles, contando com o suporte de uma psicóloga para anotações durante os encontros. As sessões foram gravadas em vídeo, o que possibilitou a transcrição integral das falas, preservando a riqueza dos discursos e facilitando o processo analítico subsequente.

A seleção das interlocutoras foi não probabilística, por conveniência e por saturação empírica, totalizando seis participantes. Os critérios de inclusão adotados foram:

- a) Participar regularmente das atividades desenvolvidas pelo Programa;
- b) Estar diretamente envolvida nas ações coletivas promovidas;
- c) Ter idade igual ou superior a 18 anos;
- d) Residir em comunidades localizadas nas regiões contempladas pelo Programa;
- e) Ter vivência no meio rural, realizando ou tendo realizado ao longo da vida atividades reprodutivas e produtivas, seja para a subsistência ou para fins comerciais (ex.: agricultura familiar, produção de queijo, artesanato, entre outros);
- f) Estar ou ter estado em relações conjugais heterossexuais estáveis (casamento, união estável, divórcio ou viuvez).

Foram definidos como critérios de exclusão:

- a) Participação esporádica nas atividades do Programa;
- b) Atuação exclusiva em contextos urbanos, sem vínculo com o meio rural;
- c) Ausência de experiência em atividades produtivas e reprodutivas no meio rural;
- d) Não atendimento ao perfil conjugal estabelecido nos critérios de inclusão.

A análise dos dados foi orientada pela técnica de Análise de Conteúdo, conforme proposta por Bardin (1979), com ênfase na categorização temática. Com base nos objetivos da pesquisa e na leitura flutuante do material empírico, foram definidas três grandes categorias analíticas, cada uma subdividida em quatro categorias de análise, e seus respectivos eixos temáticos:

Categoria 1 – Desafios enfrentados para a participação nas atividades do programa – Eixos temáticos: a) Dificuldade relacionada à locomoção; b) Dificuldade de conciliar o tempo com múltiplas responsabilidades.

Categoria 2 – Desdobramentos observados a partir da participação no programa – Eixos temáticos: a) Circulação do afeto: troca emocional e pertencimento grupal; b) Circulação do saber ancestral: fortalecimento da identidade coletiva; c) Circulação de produtos: estímulo à economia solidária; d) Circulação do poder: a dimensão relacional como motor político.

Do ponto de vista ético, a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa (CAAE: 69610523.3.0000.5153), em 11 de julho de 2023. Todas as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e seus nomes foram substituídos por pseudônimos ao longo do texto, garantindo o sigilo e a integridade das informações compartilhadas.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1 Desafios enfrentados para a participação nas atividades do programa

No que se refere aos desafios para participação ativa das mulheres no Programa Agricultoras em Movimento, foram identificados dois principais eixos temáticos a partir dos relatos das participantes: a) Dificuldade relacionada à locomoção; e b) Dificuldade de conciliar o tempo com múltiplas responsabilidades.

3.1.1 Dificuldade relacionada à locomoção

A primeira barreira apontada pelas mulheres para a participação nas atividades presenciais do Programa refere-se à questão da logística, com destaque para a locomoção até os locais onde as ações eram realizadas. A ausência de transporte próprio, o acesso precário ao

transporte público e a dependência de terceiros para se deslocar tornavam o acesso mais complexo, especialmente quando os encontros ocorriam fora da comunidade em que viviam.

Pesquisadora: Vocês enfrentam alguma dificuldade para participar das ações do Programa?

Lótus: Eu acredito que a dificuldade maior que tem é a locomoção (...) eu acredito que 90% das mulheres seria essa questão de depender de alguém para levar.

Jasmim: (...) ou a gente arruma uma carona para ir para lá, para ir de ônibus ou (...) paga para levar e paga para buscar (...).

Rosa: É, para mim, um pouco também é a locomoção (...).

Como destacado nas falas, a dependência de outras pessoas para locomoção é algo que reduz a autonomia das interlocutoras para circular pelos espaços. Em decorrência dessa realidade, ampliar as ações desenvolvidas diretamente nas comunidades pode facilitar o acesso e a participação das agricultoras. Inclusive, essa é uma perspectiva futura das organizadoras para os próximos anos.

Conforme Bervian *et al.* (2019), dirigir e ter o próprio meio de transporte não apenas promove a autonomia das mulheres, como também pode atuar como um fator de proteção contra situações de violência. Isso se torna ainda mais relevante em contextos em que a residência está localizada em áreas isoladas ou com poucos recursos disponíveis, o que dificulta o acesso à ajuda. Portanto, a dificuldade de locomoção não é apenas uma limitação prática de logística, mas reflete a desigualdade na distribuição dos capitais sociais (Bourdieu, 2001).

3.1.2 Dificuldade de conciliar o tempo com múltiplas responsabilidades

Outro desafio significativo diz respeito à gestão do tempo pelas participantes, que relataram dificuldades para conciliar os compromissos do Programa com as múltiplas obrigações diárias, incluindo o trabalho, o cuidado com a casa e com a família, como mostra o relato de Rosa:

Rosa: Mas também a disponibilidade para eu estar indo, porque nem todos os dias eu posso (...) nem todos os dias eu consigo ir dependendo da época e das demandas de trabalho. Às vezes, não tem como eu ir dependendo da época, do dia (...).

A fala da interlocutora revelou como a sobrecarga de tarefas cotidianas impactava diretamente sua capacidade de se envolver em atividades que, embora consideradas importantes, eram frequentemente preteridas diante de outras demandas, especialmente aquelas voltadas à produção. Assim, a falta de tempo para a participação coletiva não decorria da

ausência de interesse, mas de uma estrutura social que atribui prioritariamente às mulheres as funções de cuidado, somadas à sobrecarga advinda do trabalho produtivo, muitas vezes precarizado e extenuante.

Biroli (2015) ressalta que essa sobrecarga compromete a autonomia e impede o acesso a direitos básicos, como a educação e a inserção em espaços de construção coletiva, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. É necessário compreender essas barreiras a partir de uma análise interseccional, pois marcadores como raça, classe e território intensificam as desigualdades. Mulheres negras e de classes populares, particularmente em áreas rurais, enfrentam desafios mais severos de exclusão social e sobrecarga de trabalho (Lugones, 2008; Hooks, 2017, 2021; González, 2020).

3.2 Desdobramentos observados a partir da participação no programa

Os relatos das interlocutoras revelaram que as relações estabelecidas no contexto do Programa Agricultoras em Movimento são atravessadas por uma complexa e potente teia de interações afetivas, culturais e econômicas, que propiciam desdobramentos simbólicos, econômicos e políticos. Nesse contexto, identificaram-se quatro principais eixos temáticos: a) Circulação do afeto: troca emocional e pertencimento grupal; b) Circulação do saber ancestral: fortalecimento da identidade coletiva; c) Circulação de produtos: estímulo à economia solidária; e d) Circulação do poder: fomento à participação política.

3.2.1 Circulação do afeto: troca emocional e pertencimento grupal

As relações entre as mulheres que participam do Programa Agricultoras em Movimento são atravessadas por um forte componente afetivo, em que a troca emocional emerge como catalisadora da construção de vínculos entre as participantes, sustentando a formação de um senso de pertencimento grupal, como evidenciado por Rosa:

Rosa: Eu acho que é muito bom essa troca, principalmente de conhecer outras pessoas, de abraçar talvez outra pessoa. Talvez, assim até conhecer a história de uma outra pessoa. Porque às vezes a gente acha assim que a gente tem um problemão, aí você vê lá na frente talvez você não tem problema nenhum, sabe?

No relato, o grupo foi percebido como um espaço seguro e acolhedor, em que é possível compartilhar dificuldades, trocar experiências e encontrar apoio. A comparação entre os próprios problemas e os desafios enfrentados por outras mulheres, além de representar um

ato simbólico de escuta da história da companheira de luta, revelou uma prática de empatia e de construção de vínculos afetivos.

Assim, é possível perceber que a convivência no programa atua na construção de uma comunidade afetiva, em consonância com o que hooks (2021) definiu como uma comunidade amorosa, entendida como um espaço de troca, cuidado e florescimento de relações sustentadas pelo afeto. Krenak (2019, p. 26) complementa, afirmando que vivemos em um tempo que “é especialista em criar ausências”, e esse tipo de comunidade representa um movimento de resistência contra a fragmentação promovida pela modernidade.

3.2.2 Circulação do saber ancestral: fortalecimento da identidade coletiva

As relações estabelecidas entre as participantes do programa transcendem o cotidiano das atividades propostas. Elas são entrelaçadas por sementes simbólicas que sustentam e renovam memórias coletivas, territórios e modos de existir. Esse aspecto se manifesta nas dimensões afetiva, cultural e identitária envolvidas, por exemplo, na troca de sementes crioulas, como exemplificado no relato de Rosa:

Rosa: A troca de sementes também porque, às vezes, a gente pega uma semente, a gente planta é assim daquele encontro que nós fomos, eu trouxe essa semente e plantei eu do último encontro (...).

A troca de sementes no Programa ultrapassa a função agrícola e a prática em si, configurando-se como um ato carregado de simbolismo. Esse gesto carrega significados profundos relacionados à ancestralidade, à coletividade e ao fortalecimento dos vínculos entre as mulheres, evocando memórias, ativando pertencimentos e fortalecendo laços afetivos em torno da terra e do cuidado compartilhado com a natureza. Ao resgatarem práticas geracionais herdadas, as participantes mantêm viva uma rede de saberes femininos enraizados em seus territórios.

Segundo Damigo, Morgan e Capitani (2024), as sementes crioulas são fundamentais para a cultura alimentar e representam uma forma de resistência cultural no contexto da agricultura familiar, cuja salvaguarda tem sido historicamente protagonizada por mulheres. Nesse sentido, a prática de troca de sementes configura-se também como um gesto político e afetivo, que afirma o protagonismo feminino no campo e reforça a identidade coletiva das agricultoras participantes do programa.

Nessa mesma direção, Krenak (2019) aponta que a reconexão com práticas que valorizam o vínculo entre pessoas, natureza e ancestralidade produz uma fissura na lógica de homogeneização e ruptura dos laços afetivos e comunitários que caracterizam o mundo moderno. A troca de sementes, portanto, é também um modo de “adiar o fim do mundo”, criando futuros possíveis, enraizados no cuidado e na memória coletiva.

3.2.3 Circulação de produtos: estímulo à economia solidária

A dimensão relacional estabelecida entre as mulheres participantes do programa também se manifesta de maneira significativa nas práticas voltadas à circulação de saberes e à troca de bens simbólicos e materiais. A exposição e a comercialização de produtos nos encontros presenciais, tais como artesanato, alimentos caseiros, medicamentos naturais, entre outros, configuram uma rede de reconhecimento recíproco, como destaca Jasmim:

Jasmim: Teve uma das atividades, dos encontros, né, tivemos até a questão de artesanato que foi de levar, então você vende, você vê que aquilo tem, que tinha um objetivo. Mas, ó, tem esse objetivo também de fazer de mostrar o trabalho, eu acho que isso também é uma atividade que é você levar, você leva aquilo para mostrar e acaba vendendo (...).

O relato da interlocutora aponta que o olhar de uma outra mulher, que se interessa, compra e comenta, ativa um processo de valorização mútua. O ambiente do programa se transforma, assim, em um território de oportunidades compartilhadas, não apenas como espaço de formação. Evidenciar as habilidades individuais, dentro de um contexto coletivo, contribui para a construção da autoestima e da autonomia feminina, promovendo transformação tanto no nível individual quanto coletivo (Elias, 1994).

Leal e Rodrigues (2018) definem a Economia Solidária como um modelo de produção que se contrapõe à lógica capitalista, sendo baseado em autogestão, cooperação e reciprocidade. Nesse contexto, o programa atua como um dispositivo mobilizador, promovendo o capital tanto econômico quanto simbólico (Bourdieu, 2001).

3.2.4 Circulação do poder: a dimensão relacional como motor político

A partir dos relatos, foi possível observar que a circulação de poder entre as participantes no programa se manifesta nas interações cotidianas, promovendo deslocamentos subjetivos e coletivos. Parte-se do entendimento de poder não como dominação, mas como um

exercício produtivo, capaz de redistribuir posições de sujeito nas relações, nas trocas de saberes, no compartilhamento de afetos, no reconhecimento mútuo e na reorganização de papéis assumidos (Foucault, 2014). Essa perspectiva se inspira na crítica pós-estruturalista e decolonial ao modelo moderno de poder verticalizado (Foucault, 2014; Lugones, 2008), bem como nas contribuições dos feminismos interseccionais (Lugones, 2008; hooks, 2017, 2021; González, 2020).

Nos relatos das interlocutoras, a colonialidade do poder (Lugones, 2008) foi observada no fato de que algumas delas foram atravessadas por dúvidas quanto ao valor e à legitimidade de seus saberes, especialmente sobre habilidades manuais, como fazer artesanato e produzir alimentos caseiros. Isso, mesmo quando amplamente praticados por elas em seu dia a dia. Essa tensão se relaciona ao que Spivak (2010) nomeou como “epistemicídio”; ou seja, o silenciamento sistemático dos saberes não hegemônicos.

Isso pôde ser observado quando as interlocutoras foram questionadas se gostariam de exercer outra função no programa. Rosa disse: “*Só fazer rosquinhas (risos)*”, o que mobiliza uma narrativa aparentemente banal, mas que denuncia a internalização de um discurso que inferioriza os saberes associados ao saber feminino no campo. Por isso, o reconhecimento da diversidade cultural, portanto, não é apenas simbólico, mas também político, ao reivindicar as habilidades manuais como expressões legítimas de saber (Quijano, 2005).

Jasmim também internalizou essa inferioridade, expressando dúvidas sobre o interesse de outras mulheres em aprenderem sobre artesanato:

Jasmim: Eu falei, daqui uns dias, eu vou ensinar minha menina de 6 anos. Só estou esperando arrumar uma agulha sem ponta. Vou arrumar uma agulha sem ponta, porque ela quer aprender ponto cruz. Então nisso eu tenho habilidade, mas não sei se as pessoas têm interesse de fazer isso ainda. Essa é a minha distração.

O desejo de ensinar à filha mostra a relevância da transmissão oral entre gerações de mulheres. Porém, o relato da interlocutora expressa dúvida sobre a relevância social desses conhecimentos. Isso aponta a assimetria epistêmica que desvaloriza práticas ligadas ao saber feminino, tais como artesanato, culinária tradicional, o cuidado com o corpo (cabelo, unha, maquiagem), entre outros (Lugones, 2008; González, 2020). Essa dúvida não é individual, mas fruto de um processo histórico de marginalização dos saberes femininos, orais, manuais, sensíveis, comunitários, rurais e ancestrais (Quijano, 2005; Lugones, 2008; González, 2020). Portanto, não basta apenas reconhecer culturalmente o trabalho artesanal; é necessário que ele também seja economicamente rentável para não se tornar uma sobrecarga para mulheres rurais, que já acumulam múltiplas funções (Santos; Roberti, 2023).

Lótus, por sua vez, reconhece seus saberes, o que provoca um deslocamento do lugar de fala.

Lótus: Eu posso ensinar como cortar um cabelo, como fazer uma maquiagem, como fazer um penteado, né, doce... como fazer brigadeiro, essas coisas que eu sei fazer. Posso ensinar.

Desse modo, ela se coloca como sujeito de saber, rompendo com o lugar passivo de aprendiz e subalternizado pautado na assimetria epistêmica colonial. Isso porque a colonialidade do poder não age apenas sobre economia ou política, mas também sobre a forma como o saber é reconhecido socialmente (Quijano, 2005; Lugones, 2008). Essa movimentação sugere o que Rancière (2009) propõe ao falar sobre a “igualdade das inteligências”, em que todos são capazes de ensinar e aprender e se reconhecem dessa forma. Ao afirmar sua competência, Lótus também afirma sua autoridade epistêmica, deslocando os critérios tradicionais de reconhecimento.

Esse deslocamento é confirmado na fala de Rosa: “*Então ensina a gente a maquiar, Lótus?*”. Esse gesto, ainda que informal, evidencia a inversão das hierarquias tradicionais de saber. Como observa González (2020), práticas decoloniais de aprendizagem acontecem justamente nos espaços em que se rompem as fronteiras entre quem ensina e quem aprende, entre o saber e o fazer, entre o formal e o informal.

Assim, o relato das mulheres reforça o quanto a lógica patriarcal-colonial se apropria e desvaloriza a afetividade, a estética, a sensibilidade, o cuidado e a nutrição, por serem dimensões associadas ao “feminino”, como pode ser visto na desvalorização econômica das práticas realizadas pelas interlocutoras, mesmo quando demandam técnica, criatividade e tempo. Assim, entram no rol de “trabalho de mulher” e não como “profissão” ou “arte” (Santos; Roberti, 2023).

Nesse contexto, as trocas entre as participantes refletem uma pedagogia pautada na horizontalidade, em que a autoridade não se impõe, mas se constrói na relação. Margarida sintetiza essa filosofia ao dizer: “*Todo mundo é capaz de ensinar, seja uma arte, seja qualquer coisa. Pode até não ter habilidade com a fala, mas pode apresentar, pode mostrar como se faz*”.

Essa perspectiva se aproxima das ideias de hooks (2017), que defende a educação como prática de liberdade. Para ela, ensinar é um ato de resistência e transgressão contra os sistemas opressivos que moldam as estruturas tradicionais da educação. No grupo, essa pedagogia se realiza na prática, por meio de saberes que são partilhados com afeto, sem exigência de formalização, mas com valorização da experiência vivida e preocupação com

desdobramentos práticos dos conhecimentos compartilhados no dia a dia das participantes, seja para propiciar a geração de renda ou para promover o bem-estar das agricultoras.

Evidenciou-se também que a circulação do poder passa pela redefinição do que significa liderar. Margarida, reconhecida pelas demais como uma referência, traz em sua fala a noção de responsabilidade partilhada: *“Eu tô na Coopaf, no Sindicato, na Rede, (...) na Comissão de Enfrentamento à Mineração. (...) Um monte de coisinha (risos)”*. Ainda que com humor, sua fala evidencia uma sobrecarga comum às mulheres engajadas politicamente em múltiplos espaços sociais e políticos. No entanto, ela mesma propõe: *“A gente tem que formar pessoas pra que elas também possam coordenar. Pra que também possam conduzir. E eu acho que o grupo hoje já tem outras lideranças além de mim”*.

Essa proposta ressoa com as ideias de liderança feminista defendidas por hooks (2017), nas quais o poder é concebido como algo a ser compartilhado, não acumulado. Ao reconhecer outras lideranças, Margarida promove uma descentralização que sustenta o grupo em longo prazo e permite a inclusão de novos sujeitos.

Por fim, Margarida também expressa o desejo de expansão das ações do programa: *“A gente quer rodar nas comunidades fazendo uns bate-papos”*. Isso revela a potência dos vínculos criados no grupo como propulsores de novas ações, com potencialidade para se desdobrarem em efeitos de transformação política nos territórios rurais. Isso porque, ao adotar uma pedagogia comunitária, em que o conhecimento é construído coletivamente, as ações do programa podem se desdobrar em outras experiências, promovendo o que Lugones (2008) chama de “práticas de resistência decolonial” a partir do cotidiano, do relacional e do corpo.

Dessa forma, as práticas cotidianas compartilhadas pelas mulheres não apenas expressam a circulação do poder em sua dimensão relacional, mas constituem um campo fértil de resistência e reinvenção política, em que o saber-fazer, o cuidado e a escuta são também formas de ação transformadora.

4 CONCLUSÕES

O presente estudo analisou os desafios enfrentados pelas mulheres rurais para participar do Programa Agricultoras em Movimento, bem como os desdobramentos percebidos a partir dessa vivência coletiva. Os resultados demonstram que, embora existam barreiras materiais e simbólicas persistentes, tais como as dificuldades de locomoção e a sobrecarga decorrente da conciliação entre múltiplas responsabilidades, as mulheres constroem estratégias cotidianas de enfrentamento que lhes permitem não apenas permanecer no programa, mas

também ressignificar sua participação como um espaço de resistência, pertencimento e afirmação identitária.

A análise revelou que a participação no Programa vai além do acesso a políticas públicas ou ao fortalecimento produtivo. Trata-se de um campo de formação política e subjetiva, no qual circulam afetos, saberes e produtos, ampliando a autonomia das participantes e provocando deslocamentos nas formas de se perceberem e se posicionarem em seus territórios. A valorização de saberes ancestrais, o estímulo à economia solidária e a construção de vínculos afetivos e pedagógicos configuram-se como práticas de resistência ao modelo hegemônico de desenvolvimento, ainda marcado por lógicas patriarcais, coloniais e capitalistas.

Sob a ótica de uma epistemologia feminista interseccional e decolonial, os resultados indicam que a circulação de poder entre as participantes não se estrutura a partir da dominação, mas da horizontalidade, da escuta e da partilha. Essa perspectiva desafia a hierarquia tradicional do saber e possibilita o reconhecimento de competências historicamente desvalorizadas, como o artesanato, o cuidado e a produção de alimentos. Assim, o Programa emerge como um espaço de reinvenção das ruralidades femininas, promovendo a redistribuição simbólica e prática dos lugares sociais tradicionalmente atribuídos às mulheres.

Do ponto de vista metodológico, destaca-se a potência das rodas de conversa como dispositivo de escuta e construção coletiva do conhecimento, especialmente em contextos em que os saberes acadêmicos devem dialogar com os saberes locais. Como limitação, reconhece-se o número reduzido de participantes, ainda que compatível com a proposta qualitativa do estudo. Pesquisas futuras poderiam ampliar a amostra e investigar longitudinalmente os efeitos do Programa nas trajetórias pessoais, políticas e econômicas das mulheres envolvidas.

Conclui-se, portanto, que o Programa Agricultoras em Movimento constitui uma tecnologia social potente, capaz de articular dimensões subjetivas e coletivas, individuais e comunitárias, simbólicas e materiais. Seu impacto ultrapassa o nível local, oferecendo pistas para o desenho de políticas públicas sensíveis às especificidades das mulheres rurais e comprometidas com a justiça social, a equidade de gênero e a sustentabilidade territorial.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, W. M.; CARDOSO, R. L.; AMBRÓSIO, V.; COSTA, C. OLIVEIRA, J. L. Movimento de mulheres da zona da mata e leste de minas: características, ações e interpretações teóricas. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 2, 2020. Disponível em: <https://shre.ink/MDEx>. Acesso em: 25 mar. 2025.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3.ed. Lisboa: Edições 70, 2004. 223 p.

BERVIAN, G.; COSTA, M. C.; SILVA, E. B. S.; ARBOIT, J.; HONNEF, F. Violência contra mulheres rurais: concepções de profissionais da rede intersetorial de atendimento. **Enfermería global**, v. 18, n. 2, p. 144-179, 2019. Disponível em: <https://shre.ink/MDE5>. Acesso em: 21 nov. 2024.

BIROLI, F. Responsabilidades, cuidado e democracia. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 81-117, n. 18, 2015. Disponível em: <https://shre.ink/MDEL>. Acesso em: 28 out. 2022.

BOURDIEU, P. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. 320 p.

CAMPOS, A. B. F. **Sementes de esperança**: militâncias-educadoras de mulheres do campo e a produção de territorialidades de vida e resistências na Zona da Mata mineira. 2023. 268f. Tese (Doutorado em Educação) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2023. Disponível em: <https://shre.ink/MDE7>. Acesso em: 25 mar. 2025.

CASTRO, N. L., RODY, T., FREITAS, A. F. O protagonismo das mulheres agricultoras da Zona da Mata e Leste de Minas Gerais na conservação da sociobiodiversidade e na diversificação de estratégias econômicas. **Revista Ponto de Vista**, v. 3, 2023. Disponível em: <https://shre.ink/MDEh>. Acesso em: 25 mar. 2025.

DAMIGO, L. M.; MORGAN, L. C.; CAPITANI, R. Plantô, brotô, colheu, guardô: aprendizados sobre a arte de comunicar a conservação e multiplicação das sementes crioulas. **Cadernos de Agroecologia**, v. 19, n. 1, s/p, 2024. Disponível em: <https://shre.ink/MDEv>. Acesso em: 22 de dez. 2024.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 184 p.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. RIOS, F; LIMA, M. (ORGS.). 1ªED. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. 376p.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Trad. Maria Cristina Batalha. São Paulo: Martins Fontes, 2017. 286p.

HOOKS, B. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. São Paulo: Rosa dos Tempos, 2021. 272p.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 1 ed. São Paulo: Companhia das letras, 2019. 104p.

LEAL, K. S.; DE SÁ RODRIGUES, M. Economia solidária: conceitos e princípios norteadores. **Humanidades & Inovação**, v. 5, n. 11, p. 209-219, 2018. Disponível em: <https://shre.ink/MDEi>. Acesso em: 23 dez. 2024.

LUGONES, M. Colonialidade e Gênero. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-102, dezembro de 2008. Disponível em: <https://shre.ink/MDzH>. Acesso em: 25 fev. 2023.

NUÑEZ, G. **Descolonizando afetos**: experimentações sobre outras formas de amar. São Paulo: Planeta, 2023. 192p.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. **Revista Internacional de Ciências Sociais**, v. 165, pp. 117-142, 2005. Disponível em: <https://shre.ink/MDFH>. Acesso em: 24 mar.2025.

RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível**: estética e política. Trad. Mônica Costa Netto. São Paulo: Editora 34, 2009. 72p.

SANTOS, K. A.; ROBERTI, M. E. Artesanato e resistência: uma leitura decolonial da arte para mulheres do campo. **Rev. Fac. Dir. Uberlândia**, MG, v. 51, n. 1, pp. 303-326. Disponível em: <https://encurtador.com.br/hDKO1>. Acesso em: 24 set. 2024.

SPIVAK, G. C. Pode o subalterno falar?. In: LANDRY, D.; MACLEAN, G. (orgs.). **A política e o lugar da crítica**. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 15–86. 246 p.

ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivos**: cultura e processos de subjetivação. 1ed. Curitiba: Appris, 2018. 301p.

WALSH, C. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, V. M. (Org.). **Educação Intercultural na América Latina**: entre concepções, tensões e posturas. Rio de Janeiro, 7Letras, 2009. p. 12-42.

5.6 Artigo 6: “O leve que não é leve”: Análise da história de vida de uma liderança rural²²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a história de vida de uma das lideranças do Programa Agricultoras em Movimento e a relação com sua ação política. Como delineamento metodológico optou-se pela realização de uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório e descritivo, utilizando como ferramenta a entrevista de história de vida. O marco conceitual e analítico se fundamenta em uma perspectiva interdisciplinar. Para análise e interpretação dos resultados, foi utilizada a Análise de Conteúdo de Bardin, sendo delimitadas três categorias: a) Desigualdades de gênero no contexto familiar; b) Desigualdades de gênero no contexto institucional; c) Desdobramentos das desigualdades de gênero. Conclui-se que as experiências da interlocutora ao longo da vida são gendradas e as desigualdades de gênero enfrentadas articulam elementos micro e macroestruturais.

Palavras-chave: Desigualdades de gênero; Trabalho; Família.

ABSTRACT

This article aims to analyze the life story of one of the leaders of the Agricultoras em Movimento Program and its relationship with her political action. As a methodological design, we chose to conduct a qualitative, exploratory and descriptive research, using the life story interview as a tool. The conceptual and analytical framework is based on an interdisciplinary perspective. To analyze and interpret the results, Bardin's Content Analysis was used, delimiting three categories: a) Gender inequalities in the family context; b) Gender inequalities in the institutional context; c) Developments of gender inequalities. We conclude that the interlocutor's experiences throughout her life are gendered and the gender inequalities faced articulate micro and macrostructural elements.

Keywords: Gender inequalities; Work; Family.

1 INTRODUÇÃO

A valorização das vivências de lideranças em ações coletivas e movimentos sociais não é apenas um exercício narrativo, mas um ato de resistência e de construção de conhecimento. bell hooks (2017) argumenta que a experiência vivida deve ser reconhecida como uma forma legítima de saber, rompendo com a hierarquia acadêmica que tradicionalmente privilegia discursos teóricos desvinculados da realidade concreta. Ao trazer para o centro as histórias de vida de lideranças, permite-se que saberes historicamente marginalizados ganhem visibilidade e relevância, desafiando estruturas de poder que silenciam essas narrativas. Esse reconhecimento não só fortalece a identidade dessas lideranças, como também amplia as possibilidades de transformação social, ao inspirar outros sujeitos a compreenderem suas próprias trajetórias como parte de processos coletivos.

A referida autora enfatiza também que compartilhar experiências pessoais não deve ser visto como um gesto meramente confessional, mas como uma prática pedagógica que fortalece laços comunitários e promove uma aprendizagem libertadora. Ao evidenciar as vivências, não apenas são registrados acontecimentos, mas também se amplia o campo de

²² O manuscrito a seguir está em preparação para submissão.

compreensão sobre as dinâmicas que moldam as relações de poder, as resistências e as mudanças (hooks, 2017).

A metodologia da história de vida, ao se pautar nessas experiências, permite não apenas documentar, mas também ressignificar trajetórias, destacando a potência transformadora das narrativas pessoais. Assim, evidenciar essas histórias significa dar voz às lideranças e reconhecer a centralidade da experiência na construção do conhecimento e na luta por justiça social (hooks, 2017).

Tendo em vista a existência das hierarquias sociais presentes tanto nas esferas públicas quanto privadas, observa-se que as mulheres ainda se encontram permeadas por relações de dominação e opressão. Nesse sentido, para analisar um contexto de vida particular, no âmbito microestrutural, foram consideradas as desigualdades macroestruturais. Segundo Biroli (2005), por sermos seres sócio-históricos, nossa trajetória de vida e nossas escolhas são delimitadas por normas e valores culturais.

Seguindo essa perspectiva, o presente artigo tem como objetivo analisar a história de vida de uma das lideranças do Programa Agricultoras em Movimento, desenvolvido com mulheres rurais, buscando identificar as desigualdades de gênero e seus desdobramentos em sua vida. O estudo foi desenvolvido no intuito de apresentar parte dos resultados da pesquisa de doutorado da primeira autora.

Tal temática possui relevância social e científica, uma vez que conhecer a percepção das mulheres acerca de suas experiências de vida contribui para dar visibilidade para suas lutas, associando o particular ao coletivo. Pressupõe-se, nesse contexto, que as desigualdades vivenciadas pela interlocutora, no âmbito familiar e institucional, apontam a importância do gênero e do território, como marcadores sociais na configuração de desafios ao longo da história de vida, com possibilidades de articular elementos micro e macroestruturais. Considera-se que a atuação da liderança possui grande relevância na região, especialmente na promoção dos direitos humanos das famílias camponesas, atuando sobretudo nas frentes de geração de renda, agroecologia e gênero.

2 METODOLOGIA

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, na qual houve a combinação de desenhos de pesquisa de caráter descritivo e exploratório, por meio de estudo de caso. Utilizou-se como ferramenta a entrevista de história de vida com uma das lideranças do

Programa Agricultoras em Movimento, um programa regional de mulheres rurais desenvolvido na Zona da Mata Mineira, que aqui chamaremos de Margarida. A entrevista foi realizada na casa da pesquisadora, local silencioso e reservado, sem interrupções externas. A entrevista teve duração de cerca de duas horas e meia. Ao longo do relato da interlocutora, foram realizados alguns direcionamentos por parte da pesquisadora, buscando-se aprofundar acerca de questões pertinentes aos objetivos da pesquisa.

Quanto aos aspectos éticos, a proposta obteve aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa, sob CAAE 69610523.3.0000.5153, no dia 11 de julho de 2023. Houve assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), uso de nomes fictícios ao longo do texto e omissão de informações sobre lugares e referências a instituições para garantir o anonimato da entrevista.

A entrevista foi transcrita na íntegra e os resultados foram submetidos à análise de conteúdo, conforme Bardin (1979), seguindo as orientações da autora acerca da análise categorial. Considerando os objetivos da pesquisa, definiram-se três categorias, contendo cada uma delas duas temáticas, a saber:

Categoria 1 – Desigualdades de gênero no contexto familiar. Nessa categoria, foram encontrados os temas: a) o lugar de cuidadora; b) o (não) acesso à educação; c) controle da sexualidade; d) trabalho leve x trabalho bruto.

Categoria 2 – Desigualdades de gênero no contexto institucional. Nessa categoria, foram evidenciados os temas: a) a vergonha; b) a voluntariado e a baixa remuneração; c) o machismo.

Categoria 3 – Desdobramentos das desigualdades de gênero. Nessa categoria, emergiram os temas: a) a sobrecarga; b) dificuldade de priorizar suas próprias necessidades.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados retratam a história de vida de uma mulher rural, que atua como uma das lideranças na Zona da Mata Mineira. Neste estudo, buscou-se discutir como suas experiências de vida são perpassadas por normas de gênero, forjando desigualdades em sua vida familiar e institucional. Assim, foram debatidas as relações sociais estabelecidas por ela, considerando sua condição como mulher rural, articulando, portanto, os marcadores de gênero e território.

3.1 Desigualdades de gênero na família

3.1.1 O lugar de cuidadora

Margarida, 42 anos, branca, nasceu em uma comunidade rural da Zona da Mata Mineira. Filha de agricultores, é a terceira de cinco filhos, sendo os dois irmãos mais velhos vivos e do gênero masculino e, abaixo dela, um casal de gêmeos, sendo que o bebê do gênero feminino nasceu morto e o bebê do gênero masculino morreu aos três meses de idade.

De origem popular, sua família experimentou desde sua infância a falta de acesso à terra, vivendo em vários lugares, nos quais o pai trabalhou como empregado. A situação mudou quando o pai conseguiu acumular dinheiro para adquirir um cavalo e, posteriormente, comprou um terreno, em que construiu a casa e o próprio estabelecimento comercial da família.

Devido à condição de saúde mental da mãe, que, inclusive, passou por internação psiquiátrica por duas vezes, Margarida ficou incumbida pelo trabalho doméstico, além de ajudar o pai no comércio, conforme pode ser verificado no trecho a seguir:

Margarida: (...) eu comecei a fazer comida e eu não sabia fazer direito ainda (...). Aí, lavar roupa (...) tinha que deixar aquilo claro, né. (...) como se eu fosse a mulher responsável ali, a referência de mulher responsável naquele momento (...). Meu pai tinha venda (...) depois lá para os 12 anos (...) começou com um bar, uma vendinha na roça (...), quem cuidava dessa venda era eu. (...) meu pai comprou uma charrete, aí quem arreava o cavalo era eu. Meus irmãos falavam que não sabiam (...) acho que era uma forma deles não se comprometerem (...). Na infância, foi um pouco isso (...) momentos que pesaram um pouco para mim, que hoje eu reconheço que foi pesado (...).

O relato de Margarida evidenciou um processo de responsabilização precoce, marcado pelos afazeres domésticos, de cuidado e comerciais desde a infância. Enquanto os irmãos eram direcionados ao trabalho na roça, ela cozinhava, lavava roupas pesadas, cuidava da venda do pai e dos animais, tornando-se a principal referência feminina da casa. Essa divisão de responsabilidades refletiu uma socialização de gênero desigual, naturalizada no cotidiano e apenas reconhecida por ela como sobrecarga na vida adulta. Tal experiência confirma o que Rizzini (2008) denomina como adultização, que é quando crianças, sobretudo meninas, assumem papéis e responsabilidades de adultos antes do tempo.

Essa responsabilização foi sustentada por performances de gênero reiteradas (Butler, 2017), inseridas em normas rígidas no meio rural. O cuidado, aprendido como expressão de afeto, reforçou a invisibilidade do trabalho feminino, como discute Zanello (2018), ao analisar os atravessamentos emocionais da socialização de meninas. Mesmo quando delegado, o trabalho de cuidado permanece sob gestão feminina, evidenciando uma persistente

desigualdade estrutural (Hirata, Kergoat, 2007). A história de Margarida ilustra como esses mecanismos operam desde a infância, produzindo subjetividades marcadas por sobrecarga e silenciamento.

3.1.2 (Não) acesso à educação

Durante a entrevista, o que mais emocionou Margarida ao relatar sua história de vida foi o fato de o pai tê-la impedido de dar continuidade aos estudos. A escola ficava na cidade à qual a comunidade rural em que ela mora pertence, necessitando de uso do transporte público para locomoção, conforme pode ser visualizado no excerto a seguir:

Margarida: Aí, vamos supor, o pai não deixou eu estudar mais, aí o ônibus descia e eu chorava tanto... Eu sempre gostei de estudar, de ler... Aí eu entrava pro quarto, me enrolava em umas três cobertas, né, e chorava.

O relato de Margarida evidencia o impacto emocional da interrupção forçada de sua trajetória escolar pelo pai, que justificou sua decisão por motivos como a vigilância da sexualidade da filha e o medo da violência no transporte escolar. A restrição de mobilidade, ancorada em um discurso de proteção, funcionou como dispositivo de controle e cerceamento de liberdade, prática comum na vida de muitas meninas em áreas rurais. Essa imposição afetou diretamente o desenvolvimento de sua autonomia, revelando um processo de adultização precoce e desigual, no qual responsabilidades domésticas foram priorizadas em detrimento da educação. Nesses contextos, o acesso à escolarização feminina é frequentemente barrado por valores patriarcais que subjagam os desejos de crianças e jovens às normas familiares (Rizzini, 2008).

A dor expressa por Margarida ao lembrar do episódio, chorando sozinha e escondida, revela uma marca subjetiva profunda. Embora tenha conseguido concluir os estudos anos depois, através do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), o fato de não ter buscado o diploma simboliza o quanto a experiência inicial ainda a atravessa emocionalmente. Essa dimensão do não reconhecimento familiar e da falta de apoio revela o que hooks (2021) chama de ausência de uma ética amorosa nas relações, comprometendo a construção do senso de merecimento.

Estés (2018) reforça que experiências como essa, quando não elaboradas, podem se tornar feridas psíquicas profundas, muitas vezes silenciadas, mas com forte impacto sobre a autoestima e os projetos de vida das mulheres. O engajamento em ações coletivas e a defesa

dos direitos das mulheres rurais podem representar caminhos de ressignificação dessas vivências.

3.1.3 O controle da sexualidade

Quando tinha 15 anos, Margarida começou a namorar um jovem de sua comunidade. Inicialmente, o pai não apoiava o namoro e, quando autorizou, controlava os encontros da filha. Conforme Margarida, a principal preocupação do pai era de que ela engravidasse antes do casamento e fosse mal falada na comunidade. Diferentemente dela, os irmãos tinham liberdade para sair e namorar:

Margarida: (...) foi um namoro muito vigiado. (...) a minha criação foi criada para casar. (...) o principal medo era esse, de ter uma filha grávida em casa (...).

Pesquisadora: E tinha, Margarida, a diferença dos meninos poderem namorar e você não?

Margarida: Uai, claro que tinha. Os meninos saíam para onde queriam, a hora que queriam.

O relato destaca o atravessamento do gênero no controle da sexualidade feminina. Enquanto ela era vigiada para evitar uma gravidez precoce, os irmãos gozavam de liberdade. Além disso, ela foi socializada para casar e ter filhos (Zanello, 2018). Nesse contexto, a virgindade até o casamento é vista como um elemento de honra no contexto rural, o que impede o reconhecimento das mulheres como sujeitos de desejo (Quadros; Adrião; Xavier, 2011).

A preocupação com a reputação da filha revela como a fofoca é um instrumento eficaz de controle social. O julgamento constante compromete a autonomia feminina e dificulta que suas vozes sejam ouvidas em uma sociedade ainda marcada pelo machismo (Federici, 2019).

Margarida casou-se aos 18 anos. Mais uma vez, o marcador de gênero apareceu no relacionamento amoroso, ao enfrentar dificuldades para engravidar. Conforme a interlocutora, o marido resistiu em fazer exames para investigar se havia possibilidade de infertilidade:

Margarida: (...) foi um custo convencer o João a fazer o exame dele (...) Depois que fez (...) falou: “Viu, eu não falei que eu não tinha nada”. (...) o problema era meu (...).

Quando a infertilidade é feminina, a responsabilidade recai sobre a mulher. Se há suspeita de infertilidade masculina, o problema é tratado como “do casal”. Ainda assim, as intervenções recaem sobre o corpo da mulher (Diniz; Costa, 2006).

A resistência masculina em realizar exames reflete como normas de gênero influenciam a corresponsabilidade nos relacionamentos afetivo-sexuais. O medo do marido de ter sua masculinidade questionada evidencia o “dispositivo da eficácia” (Zanello, 2018), que atribui ao homem a função de garantir a fertilidade. A mulher infértil, por sua vez, é estigmatizada, especialmente se deseja ser mãe (Borlot; Trindade, 2004).

A experiência de Margarida mostra a interseção entre saúde, gênero e pressões sociais. Sua história evidencia as complexidades enfrentadas pelas mulheres em relação à saúde reprodutiva e a necessidade de abordagens mais sensíveis e igualitárias (Diniz; Costa, 2006).

3.1.4 Trabalho Leve X Trabalho Bruto

A narrativa de Margarida revela como a divisão sexual do trabalho se manifesta de forma naturalizada, ainda que com traços de crítica, sobretudo ao refletir sobre a sobrecarga que enfrentou ao longo da vida. Ela relata que, após algumas dificuldades para engravidar, nasceu Mateus, que, no momento da entrevista, estava com 22 anos. A partir de então, sua rotina passou a incluir, além das tarefas domésticas e do cuidado com o filho, uma ampla participação nas atividades produtivas da propriedade rural do casal.

Margarida: (...) o bruto da roça sempre foi o João, né. Mas, assim, é aquilo mais mesmo daquela questão do quintal, das galinhas e do porco também. Eu tive porco até muito tempo, ou era uma horta. Aí, assim, quando eu ia pra produção mesmo, plantava um milho, que era uma coisa mais leve. Ou então era assim, o bruto do trabalho da roça eu, de fato, eu não peguei, não.

Pesquisadora: O que você chama de bruto?

Margarida: Ah, de bruto, vamos supor, você virar um brejo é bruto, você capinar o dia todo no sol quente é puxado. (...) Essas coisas assim. Agora, vamos supor, plantar milho eu plantava, arrancar muda eu arrancava, né, entendeu?

Pesquisadora: Como é que você nomeia esse trabalho sem ser bruto? Esse que você realiza, como você o chamaria?

Margarida: (...) Ah, pois é, a gente coloca como normal, né, leve, né. O leve que não é leve, né.

A expressão “O leve que não é leve”, usada pela interlocutora, carrega uma crítica implícita à maneira como o trabalho feminino é desvalorizado e tratado como extensão natural da identidade da mulher. O que Margarida nomeia como “ajuda” ou “coisa de mulher” compreende, na verdade, um trabalho invisível e naturalizado por padrões sociais que separam o trabalho produtivo, associado ao masculino, do trabalho reprodutivo, associado ao feminino

(Hirata; Kergoat, 2007). Como destaca Paulilo (1987), a ideia de “trabalho pesado” está menos ligada ao esforço real envolvido e mais a quem o executa. Se é uma mulher, tende a ser visto como leve, normal ou até como não trabalho.

Além do esforço físico, Margarida chama atenção para o que hoje se denomina como carga mental: “(...) *não é fazer, tem que ter isso tudo na mente, de controlar pra não ter os atrasos (...)*”. Esse relato revela o quanto a responsabilidade de gerir os processos cotidianos da casa, da família e da roça recai sobre ela, mesmo sem o devido reconhecimento. A sobreposição entre trabalho físico e mental ilustra o que Hirata (2004) denomina como “servidão voluntária”, em que a mulher está sempre disponível, é multifuncional, cuida de tudo ao mesmo tempo, sem que isso seja formalmente reconhecido como trabalho. Além disso, é comum que ela sinta culpa, como se tivesse falhado ao não conseguir cumprir com todas as tarefas que lhe foram atribuídas.

Zanello (2018) aprofunda essa discussão ao mostrar como a identidade feminina está frequentemente atrelada à capacidade de cuidar e de dar conta de tudo, e como isso gera um sofrimento psíquico silencioso. No campo, como reforça Herrera (2019), a sobreposição entre espaço doméstico e produtivo agrava ainda mais essa situação, pois não há separação entre casa e trabalho, tudo se mistura e recai, prioritariamente, sobre as mulheres. A referida autora convida a repensar os conceitos de trabalho e valor e a incluir as experiências femininas como centrais para o funcionamento das famílias e da economia rural.

Ao descrever sua rotina sem romantização, Margarida desmonta a ideia de que a mulher do campo apenas “ajuda”, pois ela trabalha, sustenta a si e os outros, organiza as tarefas e pensa sobre tudo que envolve a gestão do lar. Como lembra Aguiar (2021), é preciso nomear essas atividades como trabalho e reivindicar seu devido lugar nas políticas públicas e nos estudos acadêmicos. Iaconelli (2023) complementa que reconhecer esse trabalho é fundamental para aliviar a carga mental e emocional das mulheres e para estabelecer uma nova ética do cuidado.

Assim, o relato de Margarida, tecido por entre suas memórias e reflexões, revela a complexidade do cotidiano feminino no meio rural, com o atravessamento de múltiplas tarefas, pouco reconhecimento e uma sobrecarga vivida de forma silenciosa. Sua história, longe de ser individual, expressa um padrão estrutural de desigualdade que ainda precisa ser enfrentado com maior comprometimento pelo poder público.

3.2 Desigualdades de gênero no contexto institucional

3.2.1 A vergonha

Margarida iniciou seu engajamento social na juventude, atuando como catequista e coordenadora de grupo de jovens em sua comunidade. A partir dessa atuação, foi convidada para o Movimento Boa Nova (Mobon), engajando-se nas ações das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). A vinculação com a Igreja Católica, como destacam Prado, Campici e Pimenta (2004), é uma constante na formação político-organizativa das mulheres do campo em Minas Gerais. Posteriormente, foi convidada a representar sua comunidade no sindicato dos trabalhadores rurais, espaço marcado por disputas de poder e predominância masculina.

Em seu relato, Margarida revelou sentimentos ambivalentes relacionados à vergonha, que emergiu tanto diante do desconhecimento da linguagem técnica usada nas reuniões sindicais quanto diante do reconhecimento público por sua atuação. Em relação à primeira, ela compartilha:

Margarida: Eu participava sem saber o que os outros estavam falando. O pessoal falava umas palavras difíceis. (...) Eu lembro da tal palavra “socializar” (...). Eu tinha medo de perguntar, de fazer uma pergunta que não tivesse nada a ver.

A insegurança expressa por Margarida não se limita à compreensão da linguagem, também envolve o medo de se expor ao ridículo, refletindo as assimetrias de gênero presentes nos espaços de participação formal. Paulilo (2009) afirma que o espaço público e a vergonha caminham juntos na educação feminina. Nas reuniões de sindicatos e movimentos sociais, muitas mulheres sentem-se constrangidas de falar, por receio de “dizer bobagem”, como se estivessem sob constante ameaça de deslegitimação.

Essa vergonha funciona, portanto, como mecanismo de controle simbólico. A presença da linguagem técnica e a dinâmica de poder masculina geram uma barreira à participação plena das mulheres, que internalizam a ideia de que não pertencem a esses espaços. Ainda assim, Margarida não se furtou a ocupar esses lugares. Com o tempo, buscou capacitação e desenvolveu habilidades de argumentação e negociação, passando a exercer cargos de liderança em diversas frentes, como cooperativas, conselhos e movimentos sociais.

O segundo sentido da vergonha emergiu no relato de Margarida ao tratar do reconhecimento público. Ao receber medalhas de Honra ao Mérito por sua atuação, relatou profundo desconforto:

Margarida: Eu sempre me desmereci, é o trem mais difícil. (...) A medalha me fez sofrer. (...) Dá a impressão que eu tô me mostrando. (...) É como se eu me valorizo, eu tô desvalorizando o outro. (Risos).

Essa fala traduz um sentimento de culpa por ocupar um lugar de destaque, revelando um conflito com a valorização de si mesma. A vergonha do reconhecimento é, nesse caso, expressão de um processo de subjetivação feminina marcado pela crença de desmerecimento. Como apontam hooks (2018), Estés (2018) e Zanello (2018), a modéstia, a autodepreciação e a abnegação são atributos culturalmente desejáveis às mulheres, muitas vezes em oposição à autovalorização e à ambição profissional.

A associação entre destaque público e “falta de humildade” revela uma internalização de normas que censuram a autoestima feminina. Para Margarida, o elogio e a valorização geram desconforto, pois transgridem o ideal de feminilidade socialmente aceito. Como observa Zanello (2018), o sucesso profissional pode gerar culpa e sentimentos de inadequação em mulheres, uma vez que o reconhecimento público é historicamente associado à virilidade e ao ideal masculino de eficácia. Por outro lado, a mulher bem-sucedida profissionalmente é muitas vezes vista como “exibida”, podendo enfrentar resistência, inclusive em suas relações afetivas.

O riso e a autocensura que atravessam seu relato refletem a ambivalência internalizada: ao mesmo tempo que deseja ser reconhecida, sente-se culpada por ocupar esse lugar. Essa tensão ilustra o conflito entre o desejo de visibilidade e o imperativo de modéstia inculcado pela socialização de gênero. Expressar conquistas pode ser lido como ameaça ao coletivo ou ao equilíbrio relacional, sobretudo no contexto rural, onde a manutenção da harmonia social tem um peso significativo (Zanello, 2018).

Assim, o sentimento de vergonha, longe de ser apenas um aspecto individual, revela dimensões estruturais da desigualdade de gênero. Ele atua como dispositivo de regulação que limita a participação e o reconhecimento das mulheres nos espaços públicos e políticos, exigindo delas um permanente esforço de negociação entre o desejo de afirmação e os códigos morais que definem o que é “ser mulher” e como ela deve se comportar.

3.2.2 Voluntariado e baixa remuneração

Margarida destacou que aos poucos foi ganhando confiança no espaço do sindicato e sua participação foi se tornando mais ativa, tendo, inclusive, participado da diretoria, ainda que de forma voluntária. Mas foi a participação no Projeto da Cáritas, no trabalho desenvolvido com mulheres rurais, no qual ela atuou como coordenadora, que mais a mobilizou afetivamente.

Para ela, trabalhar com a pauta do gênero é uma das funções que ela mais gosta nas atividades que desenvolve nas organizações.

Conforme Prado, Campici e Pimenta (2004), grupos formados por mulheres são potentes, pois transformam anseios individuais e queixas inicialmente fragmentadas em um importante espaço coletivo de socialização. Desse modo, torna-se possível, por exemplo, rever questões, como a violência de gênero, a divisão sexual do trabalho e do exercício político, bem como contribuem para a potencialização de mobilizações coletivas em torno dessas questões, que atingem cotidianamente as mulheres rurais, tanto nos espaços privados quanto coletivos.

Margarida também atuou como assessora de um deputado federal de esquerda. O trabalho foi remunerado, porém, era desenvolvido concomitante ao exercício das atividades nas organizações das quais já fazia parte de forma voluntária, o que lhe gerou grande sobrecarga. Nas palavras da interlocutora:

Margarida: Eu era remunerada, só que a gente avalia hoje, a gente avalia que teve um erro, né, porque, na verdade, o que o pessoal queria? O pessoal propôs, o pessoal queria que eu fosse representante do deputado, mas que eu não sáisse das organizações. Só que aí, qual é o desafio? O meu salário vinha só do deputado. Só que se eu tivesse sido contratada pela assembleia, eu ia ganhar mais, ia ter seguro de vida e um monte de coisa, né, só que eu tinha que me desvincular das organizações porque, né, eu era uma assessora parlamentar, se eu desvinculasse. Mas aí, o pessoal, “Não, a gente quer a Margarida, aqui, nas organizações porque é importante”. Só que isso, por sinal fui trabalhando, porque aí eu tinha que trabalhar no mandato, tinha que trabalhar nas organizações, trabalhar no mandato e trabalhar nas organizações.

O excerto revela que Margarida estava submetida a um acúmulo de funções e responsabilidades, o que é uma marca de sua trajetória de vida não só no contexto familiar como também no contexto coletivo, tanto no trabalho produtivo quanto em espaços de militância. Esse acúmulo expressa uma dinâmica de exploração velada, na qual suas competências são requisitadas em várias frentes de atuação sem uma compensação financeira proporcional a sua dedicação e tarefas executadas. Vivenciar um contexto de exploração tende a gerar desgaste e frustração e, em seu relato, Margarida revela estar ciente dessa situação, tendo destacado que não recebeu os benefícios e a estabilidade que mereceria em uma posição formal.

Essa necessidade de se desdobrar para atender múltiplas posições, imposta por outros e sem os direitos e o salário justo, evidencia uma desvalorização do seu trabalho. Ela enfrentou o dilema de escolher entre permanecer nas organizações ou se desvincular em busca de melhores condições de trabalho. Essa decisão, no entanto, não foi submetida à assembleia, espaço no qual ela poderia ter garantido acesso a seguro de vida e outros benefícios. Tal contexto revela que sua autonomia na definição dos rumos de sua trajetória profissional foi

comprometida em função dos interesses institucionais. Além disso, evidencia-se que o vínculo emocional da interlocutora com as causas sociais pode ter sido instrumentalizado pelos demais membros das organizações para justificar condições de trabalho desiguais e precárias, caracterizando seu papel de liderança como exploratório (Bourdieu, 1989).

Ao aceitar essa condição de trabalho, no qual suas necessidades estavam sendo desrespeitadas, Margarida se vê submetida a uma lealdade institucional, marcada por um sentimento de pressão para permanecer fiel às organizações, mesmo quando isso era contrário aos seus interesses ou desejos pessoais. Isso é comum em ambientes onde existem fortes laços de capital social, afetivo ou moral, que fazem com que os indivíduos sintam que sua identidade ou pertencimento depende da manutenção da lealdade à organização, como destacado por Pierre Bourdieu (1989).

A decisão de Margarida por continuar nas organizações, apesar de sua carga de trabalho no mandato, aponta para sua submissão às relações de poder. O que se observa culturalmente é que o trabalho em organizações sociais e políticas exige dedicação irrestrita. Isso cria uma ambiguidade entre o valor social do trabalho e o valor econômico recebido pela interlocutora, pautado no sacrifício vivido por ela, o que reflete valores enraizados que associam responsabilidade social à abnegação. Nesses contextos, as pessoas que ocupam posições de representação comunitária, especialmente em contextos de representação política, costumam ter uma agenda cheia de compromissos de trabalho, que trazem muitos prejuízos no uso do tempo para as próprias demandas pessoais (Giddens, 2003).

Portanto, Margarida expressa uma renúncia ao mencionar que continuou “*trabalhando no mandato e nas organizações*”. Essa decisão, mesmo que prejudicial para ela pode refletir uma internalização de expectativas externas por parte da interlocutora. Destaca-se que a necessidade de se sentir necessária e útil é algo que atravessa as mulheres de forma geral, pois a socialização feminina desde a infância é pautada na repetição de padrões de comportamentos, que ensinam a mulher a priorizar as demandas externas em detrimento de suas próprias necessidades e interesses (Butler, 2017; Zanello, 2018). Zanello (2018) destaca que as mulheres são atravessadas pelo heterocentrismo, sendo chamadas de egoístas caso priorizem suas demandas. Para conseguir superar essa questão, as mulheres precisam passar por um luto narcísico, no qual deixariam de se preocupar com a visão que os outros têm dela. Porém, para bancar isso, a mulher precisa aprender a desagradar. Ao colocar limites e priorizar suas necessidades, ela pode sofrer rejeição, o que pode ser evitado a qualquer custo.

Nesse período, Margarida tinha uma agenda atribulada, segundo a qual precisava se deslocar com frequência para diferentes cidades de Minas Gerais, além de cumprir agenda nas organizações. Em concomitância, no contexto familiar, ocorreu o adoecimento da sogra, e toda essa sobrecarga levou a Margarida à exaustão. Com isso, em 2018, ela renunciou ao cargo de assessora, retornando para o trabalho exclusivo nas organizações, no qual não precisava viajar para lugares distantes.

Conforme Biroli (2015), o acesso desigual a recursos é uma realidade vivenciada por muitas mulheres e se configura como uma desigualdade de gênero com impactos significativos no próprio reconhecimento do valor e da capacidade das mulheres de definirem os caminhos de sua própria vida. Levando em consideração o fato de que a participação nas decisões da vida familiar e coletiva vincula-se às suas características e à posição que o indivíduo ocupa nas relações de poder, redistribuir recursos, tais como o acesso a uma renda digna, uso do tempo para as próprias necessidades, redistribuição das tarefas, por exemplo, pode contribuir para que as mulheres possam ter uma melhor qualidade de vida.

3.2.3 O machismo

Margarida atua como uma das lideranças de uma cooperativa da agricultura familiar, bem como nas diretorias do sindicato dos trabalhadores rurais e em um centro de formação. Nesse contexto, seu maior desafio tem sido o machismo, expresso de forma sutil no dia a dia do exercício de suas funções. Nesse cenário, trouxe, como exemplo, o fato de um colega de trabalho não se reportar a ela para pedir autorização sobre assuntos relacionados ao cotidiano de trabalho:

Margarida: É igual um dia, teve uma questão na cooperativa, de um funcionário lá, não sei qual assunto saiu lá, tal, tal, reclamou, não sei o que, não sei o que, aí veio me falar, aí eu falei: “Sabe por que acontece isso? Quem fez, não é porque o fulano fez isso e falou com o Junior”. Só que as pessoas esquecem que o Junior é o gerente da cooperativa, eu sou a presidente da cooperativa, nós temos uma diretoria da cooperativa. Se tivesse se reportado a mim ou à diretoria, o problema teria sido resolvido. Então, às vezes, as pessoas ainda não querem enxergar, sabe, que tem uma mulher à frente.

O relato de Margarida reflete tanto elementos de gênero quanto dinâmicas de poder e liderança. Ela evidencia como desafio o fato de ser uma mulher em uma posição de autoridade, lidando com a resistência implícita de alguns membros da equipe, que não reconhecem seu papel como líder e não o respeitam. Desse modo, ela enfrenta barreiras invisíveis, especialmente

no que diz respeito à dinâmica de validação e a uma necessidade de afirmação de sua autoridade (Kanter, 1977).

O tema gênero tem ganhado destaque nos estudos sobre o cooperativismo nas últimas décadas. Especificamente, no contexto da agricultura familiar e da economia solidária, a opinião das mulheres em cargos de liderança tem ganhado força. Nesse contexto, as pesquisas têm enfatizado elementos como: a autopercepção das mulheres acerca das posições sociais ocupadas por elas nas organizações; sua inclusão em cargos de liderança; o reconhecimento dos diferentes trabalhos desenvolvidos por elas e seus desdobramentos para a melhora na qualidade das relações familiares (Magalhães, 2009; Simon; Boeira, 2017; Anjos; Silva; Pereira, 2018).

Outra situação de machismo relatada foi quanto ao não reconhecimento pelo ex-presidente da cooperativa de seu mérito em ocupar a presidência. Apesar de Margarida ter sido eleita por votação em assembleia, ela destacou que é recorrente a fala do ex-presidente dizendo que foi ele quem a deixou ocupar o cargo.

Margarida: (...) só que aí hoje qual é a frase que o Manuel utiliza, hoje? Isso, tá me incomodando, eu falei: “Vou sentar e vou conversar, porque isso está me incomodando”. “Ah, eu sou”, eu estou numa reunião, sei lá, recebendo o pessoal que veio do seminário tal, que veio na cooperativa, “Ah, eu sou o Manoel, sou presidente hoje pela (entidade de segundo grau), sou diretor da cooperativa, mas eu fui presidente da cooperativa por dez anos, mas aí eu saí e deixei a Margarida ser presidente”. Ó, Maira, isso me sobe, eu ferve, um nervoso! “Ele não me deixou ser presidente”. Eu fui indicada e eu fui aprovada por uma assembleia. Então, tipo assim, “Você está porque eu deixei.” Então, assim, é uma falta de reconhecimento do meu espaço (...).

A fala de Manoel expressa uma prática comum em estruturas em que os homens ocupam, historicamente, posições de poder e sentem-se legitimados a “conceder” ou “permitir” espaço às mulheres, mesmo quando elas atingem tais posições por méritos próprios, como foi o caso de Margarida. Essa atitude reflete uma estrutura patriarcal que desvaloriza a autoridade feminina, mesmo em contextos em que a ascensão se dá por processos formais, como por meio de eleição, que foi o caso da nomeação da interlocutora.

Ela se depara com o desafio de reivindicar sua legitimidade, o que gera raiva, como pode ser observado no uso da expressão “*ferver de nervoso*”. Esse tipo de comportamento é um exemplo do que os conceitos de teto de vidro e barreiras invisíveis descrevem, segundo os quais, mesmo ocupando posições de poder dentro das organizações, é comum que as mulheres enfrentem atitudes e discursos que desqualificam sua competência, relegando-as a uma posição de subordinação (Kanter, 1977).

Conforme Simon e Boeira (2017), apesar de as mulheres representarem a maioria da população mundial, compondo atualmente a maior parte da força de trabalho ativa no Brasil, ainda é comum observar o atravessamento da discriminação de gênero nos processos organizacionais e nas atividades cotidianas de trabalho. Nesse sentido, Fernandes *et al.* (2023) afirmam que, apesar de as cooperativas seguirem como pressupostos a solidariedade, a equidade e a emancipação social, buscando contribuir para a geração de renda e a segurança alimentar das famílias, as organizações ainda precisam avançar nas atividades que fomentem o desenvolvimento de um sentido político de identidade, que fortaleça a luta das mulheres por reconhecimento nesses espaços e fora deles.

3.3 Desdobramentos das desigualdades de gênero

3.3.1 A Sobrecarga

Em seu relato, Margarida destacou vivenciar crises de ansiedade. Conforme a mesma, o primeiro episódio que vivenciou foi em 2013, quando foi convidada para participar de um intercâmbio internacional na Bélgica, para acompanhar uma ONG que trabalha nas frentes de gênero e geração. Apesar de a oportunidade de realizar o intercâmbio ser algo muito positivo para sua carreira, ela não queria ir devido a demandas familiares. Na época, o trabalho desenvolvido em organizações sociais somava-se ao trabalho doméstico e de cuidado com o filho, que, à época, tinha 10 anos. A mãe e a sogra, ambas idosas, também demandavam de cuidados por parte dela e do marido.

Margarida: (...) Então assim, aí, quando eu viajei, né, o João estava com a mãe dele, estava com o Mateus e estava com a minha mãe de noite. Então foi muito pesado para ele, né. E o Mateus sentiu muito. Então eu lembro que, de longe, eu ligava para o Mateus, o Mateus me ligava, tinha aqueles tijolinhos, aquele telefone, né.

Pesquisadora: Você sentiu culpa, Margarida?

Margarida: Um pouco. Um pouco. Aí eu acho que eu não aproveitei tanto porque minha cabeça, eu estava lá, mas a preocupação cá, né. Entendeu? Por mais que eu saiba, primeiro eu não queria ir, eu não queria ir. Não queria ir, eu disse “Não vou, não vou, não vou”. Aí todo mundo “Vai, Margarida, você tem que ir, você tem que ir. É importante você ir [etc.]”. Aí, com muito custo, eu resolvi ir.

Pesquisadora: Essa motivação de não ir é por causa dessa realidade?

Margarida: É, por causa da minha realidade. Porque eu sabia que ia ser puxado, né. Nunca tinha ficado tanto tempo fora de casa. E aí teve tudo isso, sem contar as “trenhada” de viagem, né (risos), as confusões de viagem. Eu acabei indo sozinha, eu fui sozinha de [nome do município de residência] até Roma para você ter ideia.

Margarida: (...) Aí teve a oportunidade, porque o (nome da ONG) é da Bélgica, né, então teve a oportunidade de, eles convidaram a gente para a gente fazer um intercâmbio lá. Porque lá tem uma organização chamada (nome da organização),

que é das mulheres de lá, né, então para a gente ir lá, conhecer, né, ver lá a realidade. Aí, em 2013, a gente foi, aí nós ficamos lá nove dias e aí, lá foi a primeira vez que eu dei minha crise de ansiedade.

O excerto evidencia as tensões entre as responsabilidades pessoais e as oportunidades de crescimento profissional. Nesse contexto, emergiram os sentimentos de culpa e apreensão ao descrever a viagem, sobretudo em decorrência do impacto que sua ausência teria em sua família. Essa tensão a impediu de desfrutar plenamente a experiência no exterior, mesmo com incentivo externo para seguir em frente.

Vera Iaconelli (2023), em sua análise sobre o discurso maternalista, faz referência à carga mental vivida pelas mulheres. Conforme a autora, embora a mulher possa delegar as atividades de cuidado, a ideia de que ela é insubstituível e a principal responsável por tudo o que acontece com os filhos e com a família gera uma sobrecarga emocional, especialmente quando ela não consegue corresponder ao ideal socialmente imposto. Nesses casos, tanto ela quanto os outros tendem a considerar que suas obrigações não estão sendo devidamente cumpridas em sua ausência.

Assim, pode-se dizer que o sofrimento ocorre de forma gendrada, sendo a experiência pessoal perpassada pelo contexto sociocultural. A culpa por realizar atividades fora do circuito casa-filho-marido, por exemplo, emerge como sintoma de que o atravessamento de certas performances e processos de subjetivação pelos dispositivos materno e amoroso funcionaram. Destarte, as mulheres sentem-se culpadas, quando se tornam mães, por excesso de cuidado, por falta de cuidado, por não realizarem o cuidado. Culpam-se também quando não desejam a maternidade, quando descobrem que estão grávidas, pelo arrependimento materno, por não se disponibilizarem ao cuidado com os outros (Zanello, 2018).

Até o momento da entrevista, Margarida se encontrava participando de diferentes ações vinculadas às pautas defendidas pelas organizações sociais, tais como: ações coletivas contra o avanço da mineração de bauxita na Zona da Mata Mineira; atividades direcionadas para a geração de renda, como distribuição de produtos das famílias cooperadas para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae); atividades de disseminação de práticas agroecológicas, como a Feira Agroecológica; loja de agropecuária instalada na cooperativa, para venda de ferramentas e insumos agropecuários; participação em ações coletivas, como a Marcha das Margaridas e em espaços formais de participação, como conselhos de direitos, entre eles, o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional; além de ações voltadas para mulheres e juventudes rurais. Entre todas essas ações, as que a interlocutora considerava que

possuía maior engajamento pessoal eram as atividades ligadas ao Pnae e direcionadas para as mulheres rurais, como reportado:

Margarida: Porque assim, acaba que, quando você está à frente de uma organização, por mais que a organização tenha seus nichos, a gente vai muito pelo pessoal também da gente ali, né. Então, vamos supor, hoje, pautas para mim extremamente importantes: o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), porque a gente está fortalecendo a agricultura, gerando renda, né, fazendo o povo produzir, a parte da agroecologia e a parte das mulheres.

O forte engajamento da interlocutora com a pauta do gênero é uma das razões pelas quais essa pauta não é tomada como algo secundário dentro das organizações das quais ela faz parte. Levando em consideração a existência do machismo dentro dos espaços institucionais, a presença de Margarida afeta positivamente a forma como os interesses das mulheres rurais são tratados nas organizações.

Com todas essas frentes de atuação, a agenda de Margarida costumava ser bastante agitada, o que gerava uma sobrecarga para ela. Vale ressaltar que, além disso, impasses na esfera familiar também contribuíam para que ela buscasse delegar algumas tarefas a outras pessoas, conforme pode ser observado no excerto a seguir:

Pesquisadora: Você se sente, Margarida, sobrecarregada?

Margarida: Tem sobrecarga. Tem sobrecarga de algumas coisas, né (...). Igual, vamos supor, esse ano eu não fui na marcha. Eu falei, né, por esse monte de questão que eu não fui na marcha. A mãe não está bem de saúde, eu, tem dia que não estou bem, aí o a João está igual um velho carente, [com as coisas] (risos), aí eu falei “Eu não vou sair para ir para a marcha para ficar com a cabeça cá ocupada, né, e dá trabalho para os outros lá talvez ainda, não vou”. E, por outro lado também, tinha poucas vagas, eu falei “Deixa as mulheres irem, né”. Então, assim, eu estou conseguindo tirar, por mais que eu sei que a minha presença nesse espaço é importante, mas deixa as outras companheiras também irem, entendeu?

É possível perceber que a necessidade de gerenciar múltiplas funções pessoais e políticas gerava um visível desgaste emocional para a interlocutora. Ao colocar as necessidades de outras pessoas à frente das suas, ela assumia um comportamento atravessado pela abnegação e autossacrifício. Nessa lógica, as mulheres cuidam de todos, mas resta a pergunta: quem cuida da mulher cuidadora?

Outro elemento que ficou evidente no excerto refere-se ao impacto da sobrecarga na participação política, já que as demandas familiares acabavam por reduzir a capacidade de Margarida de se envolver em atividades políticas e militantes. A fala revela que, embora ela reconheça a importância de sua presença nesses espaços, há momentos em que as demandas pessoais e de sua saúde mental sobrepõem-se ao ativismo, conforme pode ser observado no trecho em que ela destaca que deixou de participar da Marcha das Margaridas, no ano de 2023,

devido à condição de saúde da mãe, das demandas afetivas do marido e porque, às vezes, também não tem se sentido bem, ficando, inclusive, preocupada em “*dar trabalho para os outros*”. Sua justificativa aponta uma internalização das expectativas culturais em que a mulher não deve ser vulnerável, evitando dar trabalho para os outros. Portanto, aprender a receber cuidado se torna um grande desafio para muitas mulheres (Zanello, 2018).

Por outro lado, ao optar por não participar da Marcha das Margaridas, a interlocutora reconheceu seus limites pessoais. A decisão demonstra também uma postura de compartilhamento de poder com outras mulheres, pois, ao delegar, abriu espaço para que outras participantes também assumissem o protagonismo. Esse é um tema crucial, especialmente partindo de uma perspectiva que considera o bem-estar e a saúde mental das mulheres que assumem posição de liderança em espaços institucionais e de ação coletiva (Biroli, 2016).

3.3.2 Dificuldades de priorizar suas próprias necessidades

Em seu relato, Margarida evidenciou dificuldades em priorizar suas próprias necessidades, colocando, na maioria das vezes, as demandas de outras pessoas à frente das suas. Como exemplo, mencionou o desafio de conseguir ir a uma consulta médica e a interrupção do processo de habilitação. Nesse sentido, disse já ter recorrido à psicoterapia e a sessões de constelação familiar, como forma de aprofundar o autoconhecimento.

Margarida: (...) Eu preciso trabalhar comigo, né, porque eu sei o que é certo, que é necessário, mas é que eu não consigo colocar em prática. Então essa questão do me priorizar. Ontem mesmo eu estava analisando um negócio, eu falei, “Gente”, eu analisando comigo lá, esses negócios da gente fazer constelação e esses negócios de terapia ajuda a gente analisar. Eu estava analisando, ó, né, eu sou casada, bem casada, tenho um filho com saúde, estou próxima da minha mãe. Com todos os problemas estou aí, tem isso, né. Então, hoje eu estou em uma organização, né, que a gente está fazendo um trabalho bacana, estou tendo reconhecimento do meu trabalho, né, não estou falando só pelas medalhas não, né, porque tem vindo gente de todo lugar, não é só o meu trabalho, é o trabalho da cooperativa, mas tem uma mulher à frente, né, eu estou aqui, estou dando, né, se eu estivesse dormindo e só assinando pela cooperativa é diferente. Então eu falei assim, aí eu, né, então no geral, “qual é a dificuldade de cuidar do meu, de mim, eu, Margarida”? Então agora está chegando, está precisando disso.

O relato de Margarida ilustra a dificuldade da mulher contemporânea em priorizar seu autocuidado, mesmo diante de uma vida aparentemente equilibrada e repleta de conquistas, como sua realização no trabalho e nas relações familiares. Essa tensão interna entre atender às demandas externas e cuidar de si mesma reflete a sobrecarga de responsabilidades e o conflito de identidade, que Zanello (2018) analisa em sua obra. Para a referida autora, as mulheres

enfrentam um dilema constante entre o reconhecimento externo e a necessidade de autovalidação interna, sendo o autocuidado um ato subversivo, que desafia os papéis tradicionais que a sociedade impõe. Margarida, ao perceber que precisa se priorizar, começa a trilhar um caminho de autoconhecimento e transformação, alinhando-se com a reconquista da autonomia emocional e a afirmação do direito de cuidar de si mesma.

Margarida evidenciou que está trabalhando o autoconhecimento na constelação familiar para conseguir colocar limites e ser assertiva em suas relações. Um exemplo disso é o fato de ela expressar o desejo de conversar com o colega de trabalho sobre sua postura machista.

Margarida: (...) isso está me incomodando, então, né, eu estou lá fazendo minhas constelações, a hora que chegar a parte do trabalho, eu vou falar “Eu preciso, ter equilíbrio para me posicionar”, eu vou falar “Ó companheiro”. É companheiro, sabe? O que precisa ele está ali, está à disposição, não posso., entendeu? Ele é companheiro mesmo, mas tem essa visão. Talvez, talvez ele nem perceba, né. Nem sei se ele percebe.

Pesquisadora: Como vocêalaria sobre esse incômodo?

Margarida: Não, eu vou falar assim, “Ó Manoel, você tem visto o que você tem falado? Eu fui presidente e deixei a Margarida”, eu vou falar o que eu falei com você, eu vou falar “Ó, você não me deixou ser presidente, eu estou presidente porque eu fui indicada, inclusive você aprovou o meu nome e mais uma assembleia. Então, você não me deixou eu ser presidente, eu estou aqui por merecimento”. Não é uma forma de desmerecer? (...). Então eu acho que a gente não pode aceitar isso, sabe?

Pesquisadora: E isso te deixa como, Margarida?

Margarida: Me deixa com RAIVA (risos). Me deu, mas me deu, menina, eu falei eu vou ter que conversar ele, porque eu estou com medo de eu chegar uma hora e eu falar na frente dos outros, porque vai chegar.

Conforme mostra o relato, a interlocutora tende a relativizar a postura machista do colega de trabalho. Quando ela diz “*Talvez ele nem perceba*”, ela acaba desresponsabilizando Manuel, o que mostra que ela internalizou o machismo vivido. Ao justificar o comportamento dele, Margarida acaba reproduzindo esses próprios valores em seu julgamento. Sua preocupação em resolver a situação aponta o quanto a mulher é colocada como responsável pela manutenção das relações interpessoais até mesmo no ambiente de trabalho, ainda que tenha sido vítima de machismo (Zanello, 2018).

Ao explorar com ela as emoções e sentimentos desencadeados pela situação vivida, a raiva se destaca, o que revela claramente sua frustração diante do comportamento de Manuel. A raiva é uma emoção legítima que, além de indicar desconforto, sinaliza que um limite foi ultrapassado. Quando a insatisfação não é comunicada ao outro, há o risco de que isso contribua para o adoecimento psíquico (Zanello, 2018).

O reconhecimento da violência simbólica por parte da interlocutora, através da validação da raiva, pode, inclusive, representar um impulso importante para a mudança, ao permitir que ela expresse sua insatisfação ao colega de trabalho. Ela menciona também estar com medo de expor sua frustração na frente de outras pessoas, o que indica uma preocupação com a percepção dos outros sobre seu comportamento. Diferente dos homens, as mulheres tendem a sofrer julgamento quando expressam sua insatisfação e são constantemente invalidadas em suas falas, sendo comum serem chamadas de sensíveis, loucas, histéricas e exageradas, quando respondem a situações de violência (Zanello, 2018; Fererici, 2019).

Conforme Belotti (1983), ocorre no processo de socialização das mulheres uma redução forçada da agressividade. Assim, o padrão de comportamento aceito para elas é a autoagressividade, em que aprendem, a partir do silenciamento, a reter os afetos e o corpo. A autoagressividade, o choro prolongado e a autocompaixão constituem-se como formas de expressão implosivas atravessadas, geralmente, pela impotência de poder expressar a raiva ao outro. Portanto, pode-se dizer que as mulheres abafam suas insatisfações e necessidades para evitar conflitos. Desse modo, o silêncio da mulher atua como performance ideal na manutenção do bem-estar de suas relações, sendo utilizado, inclusive, como estratégia de sobrevivência e enfrentamento em situações de violência (Zanello, 2018).

4 CONCLUSÕES

A partir do desenvolvimento do estudo, foi possível observar que a socialização de Margarida foi permeada por valores tradicionais de gênero, colocando-a desde a infância em um lugar de cuidadora. Esses elementos foram reproduzidos também no casamento, no qual cabia a ela a realização dos cuidados com o filho, com o trabalho doméstico e com o trabalho desenvolvido no entorno da casa. Além disso, ficaram evidentes os desafios vivenciados no controle de sua sexualidade pelo pai e na questão reprodutiva com o marido.

Observa-se que a inserção da interlocutora em organizações não a impediu de ser alvo do machismo, sendo verificada a dificuldade de os homens reportarem a ela para a tomada de decisão, mesmo ocupando um cargo de presidente. É possível perceber que a interlocutora tem refletido sobre a importância de se posicionar nas situações cotidianas desafiadoras que enfrenta, embora ainda sinta dificuldade em expressar sua insatisfação, especialmente com seus colegas de trabalho, com quem tem um vínculo mais próximo.

Outra questão importante que cabe destacar é a sobrecarga vivenciada pela interlocutora ao longo de sua trajetória de vida, o que culmina com impasses entre as dimensões família-trabalho-militância, sendo, inclusive, um fator que tem provocado seu adoecimento mental, como a vivência da exaustão relatada pela interlocutora.

A questão da dificuldade de adotar práticas de autocuidado e priorização de suas necessidades é central em sua vida e é fruto de um padrão de comportamento que tem como base a socialização feminina. Nesse sentido, a análise da história de vida da interlocutora evidencia a importância de colocar para debate a saúde física e mental das lideranças femininas que estão à frente de movimentos sociais. Torna-se primordial também a criação de estratégias no interior das organizações para que as mulheres tenham suas necessidades e suas vozes respeitadas, com ações preventivas como as de enfrentamento ao machismo.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, N. F. F. Precusores dos estudos de usos do tempo no Brasil. In MELO, Hildete Pereira Melo; MORAES, Lorena Lima de. (Orgs.). **A arte de tecer o tempo: perspectivas feministas**. 2. Ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021. p. 49-72.

ANJOS, E. G.; SILVA, F.L.; PEREIRA, E. M. Um olhar sobre o trabalho em cooperativas da economia solidária e a intersecção com as questões de gênero e raça. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, v. 7, n. 1, p. 94-117, 2018. Disponível em: <https://shre.ink/MDNh>. Acesso em: 30 out. 2023.

BELOTTI, E. G. Educar para a submissão: o descondicionamento da mulher. Petrópolis: Vozes, 1983. 164 p.

BIROLI, F. Autonomia, dominação e opressão. In: BIROLI, F; MIGUEL, L. F. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015. 164p.

BIROLI, F. Divisão sexual do trabalho e democracia. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 3, p. 719-754, 2016. Disponível em: <https://shre.ink/MDNK>. Acesso em: 20 out. 2022.

BORLOT, A. M. M. TRINDADE, Z. A. A. As tecnologias de reprodução assistida e as representações de filho biológico. **Estudos de Psicologia**, v.9, n. 1, p. 63-70, 2004. Disponível em: <https://shre.ink/MDNX>. Acesso em: 30 out. 2023.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, 270p.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 15ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2017. 288p.

DINIZ, D; COSTA, R. G. Infertilidade e infecundidade: acesso às novas tecnologias conceptivas. In: FERREIRA, Verônica.; ÁVILA, Maria Betânia; PORTELLA, Ana Paula. (Orgs.). **Feminismo e Novas Tecnologias Reprodutivas**. Recife: Edições SOS Corpo, 2006. 188p.

ESTÉS, C. P. **Mulheres que correm com os lobos**: mitos e histórias do arquétipo da mulher selvagem. Tradução de Waldéa Barcellos. 25. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2018. 576p.

FERNANDES, B. S.; SILVA, G. L.; ALMEIDA, G. H.; BARBOSA, L. F.; DINIZ, S. C.; SILVA, T. N. Elaboração do índice de desenvolvimento inclusivo para cooperativas solidárias. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)**, n. 75, p. 1-19, 2023. Disponível em: <https://shre.ink/MDNF>. Acesso em: 05 nov. 2023.

FERREIRA, A. P. L. Agricultoras do Pajeú: feminismo e agroecologia no semiárido brasileiro. **Revista Pegada**, v. 17, n.1, p. 244-262, 2016. Disponível em: <https://shre.ink/MDNO>. Acesso em: 27 out. 2023.

FERERICI, S. **Mulheres e caça às bruxas**: Idade Média aos dias atuais. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019. 160p.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. Martins Fontes: São Paulo, 2003. 458p.

HERRERA, K. M. Rompendo dicotomias: o cotidiano do trabalho das mulheres rurais. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 39, n. 1, p. 63-79, 2019. Disponível: <https://shre.ink/MDN6>. Acesso em: 04 nov. 2023.

HIRATA, H. Trabalho doméstico: uma servidão voluntária? In: GODINHO, T.; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. p. 43-54. Disponível em: <https://shre.ink/MDEm>. Acesso em: 13 nov. 2023.

HIRATA, H; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007. Disponível em: <https://shre.ink/MDE9>. Acesso em: 06 nov. 2023.

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. 320p.

HOOKS, B. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. São Paulo: Rosa dos Tempos, 2021. 272p.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. 2. Ed. São Paulo, 2017. 286p.

IACONELLI, V. **Manifesto antimaternalista**: psicanálise e políticas da reprodução. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023. 253p.

KANTER, R. M. **Men and women of the corporation**. Basic Books, 1977. 416p.

MAGALHÃES, R. S. A “masculinização” da produção de leite. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 47, n. 1, p. 275-299, 2009. Disponível em: <https://shre.ink/MDEc>. Acesso em: 05 nov. 2023.

PAULILO, M. I. S. Movimentos das mulheres agricultoras e os muitos sentidos da “igualdade de gênero”. In FERNANDES, B. M. MEDEIROS, L. S. PAULILO, M. I. (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas Rural**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento, 2009. p. 179-202.

PAULILO, M. I. . O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**, v. 5, n. 28, p. 64-70, 1987. Disponível em: <https://shre.ink/MDEk>. Acesso em: 30 jan. 2023.

PRADO, M. A. M.; CAMPICI, C. P. F.; PIMENTA, S. D. Identidade coletiva e política na trajetória de organização das trabalhadoras rurais de Minas Gerais: para uma psicologia política das ações coletivas. **Psicologia em Revista**, v. 10, n. 16, p. 298-317, 2004. Disponível em: <https://shre.ink/MDEW>. Acesso em: 27 mar. 2023.

RIZZINI, I. A criança e a questão social. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco; SARMENTO, Manuel Jacinto (org.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 25-43.

QUADROS, M.; ADRIÃO, K.; XAVIER, A. K. Circuitos (des)integrados? Relações de convivência entre mulheres jovens e profissionais de saúde numa comunidade de periferia da cidade do Recife (PE). In: NASCIMENTO, Pedro. RIOS, Luiz Felipe. (Orgs.). **Gênero, saúde e práticas profissionais**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011. 212p.

SIMON, V.; BOEIRA, S. L. Economia social e solidária e empoderamento feminino. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 53, n. 3, p. 532-542, 2017. Disponível em: <https://shre.ink/MDEf>. Acesso em: 05 nov. 2023.

ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de vulnerabilização**. 1ªed. Curitiba: Appris, 2018. 301p.

CONCLUSÕES GERAIS

O estudo revelou, a partir dos principais resultados obtidos pelos artigos produzidos, visando responder aos objetivos da pesquisa, que o Programa Agricultoras em Movimento desempenha um papel significativo na promoção de transformações sociais, econômicas e culturais para as mulheres rurais da Zona da Mata Mineira. A potência do Programa está em articular saberes ancestrais e tradicionais com saberes científicos, por meio da utilização de métodos participativos, tais como rodas de conversa, *workshops*, cursos, feiras, caravana, entre outros. Possibilita a participação ativa das mulheres, bem como fomenta diferentes dimensões da vida, entre elas: a autonomia financeira, gerando renda sustentável por meio do cooperativismo e da economia solidária; a preservação de práticas agroecológicas e ancestrais nos quintais produtivos, promovendo a emancipação e sua capacidade de influenciar positivamente seus contextos familiares e comunitários; o autocuidado, através do estímulo à adoção de hábitos saudáveis de vida; e a organização política, através da promoção da participação em ações coletivas, como a Marcha das Margaridas e a participação em espaços institucionalizados (conselhos, sindicatos, cooperativas, entre outros).

Além do compartilhamento de conhecimentos teóricos, técnicos e práticos, as ações realizadas demonstraram contribuir para o fortalecimento de vínculos afetivos e comunitários. Nesse contexto, existe uma forte ligação entre saberes ancestrais e práticas populares que associam espiritualidade e relação das mulheres com a terra, conectando o cotidiano de vida com o sagrado e a amizade. Entre os desafios vivenciados pelas mulheres que participam do programa, a sobrecarga física e mental, as barreiras culturais e programáticas presentes nos territórios foram evidenciadas como elementos que trazem implicações importantes para a qualidade de vida das interlocutoras, destacando a importância do fomento de estratégias que considerem as especificidades de gênero e território nas ações do programa e na criação de políticas públicas.

As experiências de vida e de participação das mulheres rurais são permeadas por elementos tais como a divisão sexual do trabalho, com sobrecargas vividas no binômio família-trabalho, além daquela advinda do cuidado com filhos, idosos, tarefas domésticas e trabalho produtivo. Essa sobrecarga se desdobra na dificuldade das mulheres em priorizar suas próprias necessidades. Nesse contexto, em decorrência do uso do tempo para o trabalho produtivo e reprodutivo, sobra pouco tempo para o lazer e para o cuidado de si. Esses elementos foram discutidos de forma prática e reflexiva ao longo das ações do programa, gerando mudanças

subjetivas e sociais que fortalecem a autoestima das mulheres e promovem a conscientização sobre as vulnerabilidades e opressões nas quais elas estão imersas.

Entre as diferentes atividades desenvolvidas, o projeto "Cuidar-se" destacou-se como uma alternativa que trouxe desdobramentos importantes para as mulheres, consolidando-se como uma estratégia viável para atender às necessidades emergenciais durante a pandemia da covid-19. A principal questão levantada pelas mulheres sobre esse projeto foi o fato de ele ter promovido a discussão sobre saúde, autocuidado e fortalecimento das redes sociais por meio do ambiente virtual. Isso colocou em evidência a importância da incorporação de elementos afetivos como pilar fundamental para o fortalecimento de vínculos e do sentimento de pertença ao grupo em um cenário de extrema fragilidade. A troca de experiências e o apoio mútuo nesse espaço seguro auxiliaram as mulheres a enfrentarem diversos desafios diários.

Inclusive a possibilidade de compartilhar suas vivências com outras mulheres no programa foi algo que permeou as falas das participantes em diferentes momentos da pesquisa de campo. Assim, ao encontrar um espaço seguro para expressão e acolhimento mútuo, os desafios emocionais vívidos pelas interlocutoras deixaram de ser vistos como um fardo individual. Ao nomear e ressignificar as dores em grupo, antes vividas de forma silenciosa e isolada, as mulheres puderam romper a solidão, ampliando a consciência sobre o quanto suas experiências são influenciadas pela socialização feminina, pela desigualdade de gênero e pelas opressões estruturais. Portanto, a participação no programa não apenas fomenta a consciência crítica das mulheres, como também possibilita a construção de uma identidade coletiva, em que a ética amorosa e o sentimento de pertencimento ao grupo emergiram como elementos fundamentais para a transformação dessas vivências em um problema coletivo e, conseqüentemente, político.

Assim, os desdobramentos do programa foram percebidos pelas mulheres como positivos, pois a participação permitiu compartilhar as dores vivenciadas e, ao mesmo tempo, construir vínculos afetivos, valorizar saberes ancestrais, fortalecer a economia solidária e ampliar a participação política. No que concerne às limitações que devem ser consideradas na interpretação dos resultados, a primeira diz respeito ao desafio encontrado na observação participante, especialmente devido aos impactos da pandemia da covid-19. O período de suspensão e o retorno gradual das atividades presenciais reduziram o volume de interações e dinâmicas observadas, o que, em certa medida, limitou a amplitude dos dados coletados. Além disso, as dinâmicas relacionais analisadas se mostraram pontuais, não permitindo um aprofundamento longitudinal das interações ao longo do tempo.

Outra limitação relevante está relacionada à abordagem de temas sensíveis. Por questões éticas e pelos desdobramentos necessários para garantir o acompanhamento adequado das participantes no período pós-pesquisa, não foram exploradas em profundidade questões delicadas que poderiam oferecer maior complexidade analítica ao estudo. Essa escolha visou preservar o bem-estar das interlocutoras envolvidas, mas, ao mesmo tempo, representa um aspecto que poderia ser melhor desenvolvido em futuras investigações, desde que conduzido com metodologias que garantam suporte e acompanhamento contínuo.

No que se refere à análise documental, uma das limitações identificadas está na replicabilidade das ações do programa estudado. A sustentabilidade dessas iniciativas encontra um obstáculo significativo na ausência de financiamento público consistente. Embora o programa demonstre potencial transformador, sua continuidade e expansão ficam comprometidas pela falta de recursos, dificultando sua consolidação e restringindo sua abrangência a contextos específicos. Portanto, é crucial fomentar a construção de políticas públicas de médio e longo prazo, que considerem as necessidades das mulheres rurais nos âmbitos federal, estadual e municipal, incentivando a continuidade e a ampliação de iniciativas como essa, para que se tornem sustentáveis e possam impactar uma gama maior de participantes ao longo do tempo.

Por fim, um aspecto que merece atenção em pesquisas futuras é a diversidade das experiências femininas. Este estudo aprofundou a vivência de mulheres heterossexuais, cisgênero, casadas ou em relações estáveis, considerando a dinâmica familiar dentro desse recorte. No entanto, há uma lacuna importante no entendimento das experiências de mulheres que não seguem esse padrão, como as solteiras ou que se identificam com outras orientações sexuais ou identidades de gênero. A literatura aponta que essas posições de sujeito, especialmente em contextos sociais tradicionalmente estruturados em torno do casamento, das relações e da família nuclear cisheteronormativa, ainda são pouco exploradas. Compreender essas experiências permitiria ampliar a análise sobre as formas de agência, pertencimento e desafios enfrentados pelos grupos sociais que não se encaixam nos modelos familiares hegemônicos, oferecendo novas perspectivas para estudos sobre gênero, sexualidade, relações sociais e políticas públicas voltadas à equidade.

Portanto este estudo abre caminhos para investigações futuras que aprofundem essas questões, contribuindo para uma compreensão mais ampla das dinâmicas relacionais, dos desafios institucionais e das estratégias de enfrentamento e transformação social.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – ROTEIRO ENTREVISTA HISTÓRIA DE VIDA COM A LIDERANÇA

- Conte-me sobre como foi sua vida pessoal e os fatos que a marcaram ao longo de sua trajetória pessoal, especialmente ligados à sua condição como mulher rural.
- Conte-me sobre suas relações sociais na família e comunidade e os fatos que a marcaram ao longo de sua trajetória pessoal, especialmente ligados à sua condição como mulher rural.
- Conte-me sobre sua participação em ações coletivas e movimentos sociais e os fatos que a marcaram ao longo de sua trajetória de participação política, especialmente ligados à sua condição como mulher rural.
- Conte-me sobre sua participação no âmbito institucional, no contexto do Programa e das instituições vinculadas a ele e os fatos que a marcaram ao longo de sua trajetória de participação política, especialmente ligados à sua condição como mulher rural.

APÊNDICE 2 - ROTEIROS PARA RODA DE CONVERSA COM AS MULHERES PARTICIPANTES

1º ENCONTRO

(Relação com o território)

- Como é viver na comunidade de vocês?
- O que mais gostam na comunidade em que moram? E o que menos gostam?
- A comunidade onde vocês moram ou a comunidade da qual fazem parte possuem espaços de lazer para vocês? Fale mais sobre isso.
- Quais as principais dificuldades que vocês enfrentam em sua comunidade?
- Como vocês enfrentam tais dificuldades?
- A que se deve a existência dessas dificuldades na comunidade em que moram? Falem mais sobre isso.
- Quem poderia ser responsabilizado?
- O que fazer para mudar a situação?
- Quem poderia ajudar a mudar essa situação?
- Vocês costumam frequentar a cidade? Falem mais sobre isso.
- Vocês gostariam de falar mais alguma coisa que eu não perguntei e que consideram importante?

2º ENCONTRO

(Relações familiares, trabalho reprodutivo e produtivo)

- Como é o dia a dia de vocês e de seus familiares?
- Como é a relação entre vocês e seus familiares?
- Vocês vivem da forma como gostariam? Falem mais sobre isso.
- Como é feita a distribuição das tarefas domésticas na família de vocês? Falem mais sobre isso.
- Como é feita a distribuição das tarefas de cuidado na família de vocês? Falem mais sobre isso.
- Como é feita a distribuição das tarefas produtivas na família de vocês? Falem mais sobre isso.
- Com que atividades vocês gastam mais tempo no dia a dia de vocês?
- Quando não estão trabalhando, o que costumam fazer?
- Quais as principais dificuldades vocês enfrentam no dia a dia?
- Como vocês enfrentam tais dificuldades?
- Vocês participam das decisões sobre a família e/ou sobre a propriedade?
- Vocês gostariam de falar mais alguma coisa que eu não perguntei e que consideram importante?

3º ENCONTRO
(Participação no Programa e seus desdobramentos)

- Como é participar do programa?
- Quais motivos levaram vocês a participarem das atividades desenvolvidas pelo programa?
- De quais atividades realizadas pelo programa vocês mais gostam? E qual é a de que vocês menos gostam?
- Vocês identificam alguma dificuldade para participarem das atividades do Programa?
- Como é a relação entre vocês durante as atividades realizadas no Programa?
- Além da participação nas atividades propostas, o espaço do programa é utilizado por vocês para outras finalidades?
- Vocês percebem alguma diferença na vida de vocês quando comparam o antes e o depois da participação no programa? Citem exemplos práticos de alguma mudança que as atividades proporcionaram na vida de vocês.
- Vocês conseguem sugerir, opinar ou mudar as atividades desenvolvidas conforme os interesses do grupo, ou não? Como vocês fazem isso? E, se não conseguem, por que não?
- Além de participar das atividades, vocês gostariam de exercer alguma outra função nas atividades desenvolvidas pelo programa?
- Vocês participam de outras ações ou espaços coletivos (conselhos, movimentos sociais, sindicato, entre outros?)
- Vocês gostariam de falar mais alguma coisa que eu não perguntei e que consideram importante?

APÊNDICE 3 – QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO

1. Qual é seu nome: _____

2. Qual é a sua idade? _____

3. Em qual comunidade você vive?

4. A sua comunidade pertence a qual município?

5. Como você se denomina quanto a sua cor/etnia?
() Branca () Preta () Parda () Indígena () Amarela

6. Qual é sua escolaridade?
() Ensino Fundamental Incompleto
() Ensino Fundamental Completo
() Ensino Médio Incompleto
() Ensino Médio Completo
() Ensino Superior Incompleto
() Ensino superior Completo
() Pós-graduação

7. Qual o seu estado civil?
() União Estável
() Casada
() Divorciada
() Viúva
() Outra: _____

8. Você tem filhos/as?
() Não () Sim. Quantos:

9. Qual o gênero de seus filhos/as?

10. Com quem vocês moram atualmente?

11. Qual é sua profissão?

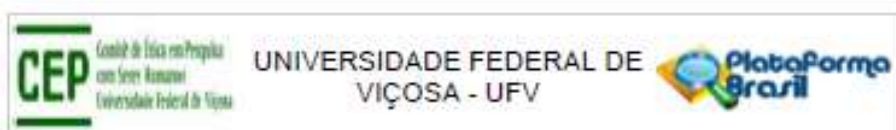
ANEXOS**ANEXO A – Autorização**

Eu “ _____”, na qualidade de liderança responsável pelo “**Programa** _____”, autorizo a realização da pesquisa intitulada “**Mulheres Rurais e Participação Política na Zona da Mata Mineira: Uma análise reflexiva sobre o Programa** _____ a ser conduzida sob a responsabilidade da pesquisadora “**Maria das Dores Saraiva de Loreto**” e da doutoranda “**Maira Ribeiro de Souza**”; e DECLARO que este programa dará o apoio necessário à realização da referida pesquisa. Saliento que esta autorização só terá validade, caso haja o parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa para o desenvolvimento da referida pesquisa.

Muriaé, _____ de _____ de 2023.

Assinatura da responsável

ANEXO B – Documento de aprovação do comitê de ética



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: MULHERES RURAIS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA ZONA DA MATA MINEIRA: UMA ANÁLISE REFLEXIVA SOBRE UM PROGRAMA REGIONAL

Pesquisador: Maria das Dores Saraiva de Loreto

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 69610523.3.0000.5153

Instituição Proponente: Departamento de Economia Doméstica

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.174.379

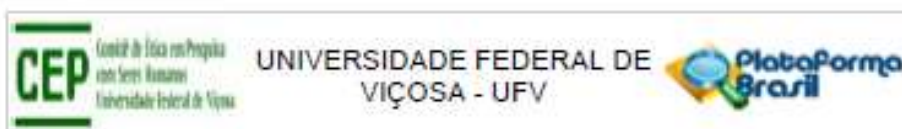
Apresentação do Projeto:

O presente protocolo foi enquadrado como pertencente à Área Temática: Ciências Sociais e Humanas

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2127307) e/ou do Projeto Detalhado:

1. RESUMO: Mulheres rurais e participação política na zona da mata mineira: uma análise reflexiva sobre o programa "Agricultoras em Movimento". PROBLEMA: A problemática da pesquisa concentra-se sobre os seguintes questionamentos: Que posições são ocupadas pelas mulheres rurais nos espaços doméstico-familiar e espaços coletivos? Quais hierarquias sociais e vulnerabilidades perpassam suas vivências? Que estratégias de enfrentamento elas constroem para romper com dificuldades práticas que atravessam suas vivências? Que desafios e estratégias foram construídos por elas no contexto da pandemia da COVID-19? Como sua participação em espaços coletivos, como o Programa Agricultoras em Movimento, pode se desdobrar positivamente para sua vida no âmbito das relações doméstico-familiar e nos espaços coletivos de ação política? OBJETIVO: Analisar, a partir da percepção de mulheres rurais da Zona da Mata Mineira, que participam do Programa Agricultoras em Movimento, que desdobramentos sua participação neste

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
 Bairro: Campus Universitário CEP: 36.570-077
 UF: MG Município: VIÇOSA
 Telefone: (31)3612-2516 E-mail: cep@ufv.br



Continuação do Parecer 6.174.379

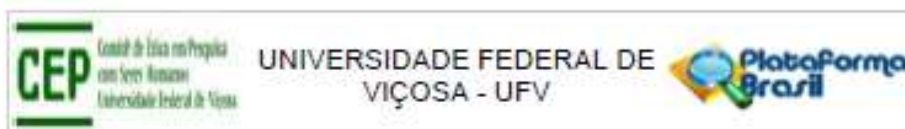
programa tem produzido em suas vidas. **METODOLOGIA:** A proposta tem como delineamento metodológico a pesquisa qualitativa. Buscar-se-á na investigação a combinação de desenhos de pesquisa de caráter descritivo e exploratório, através do estudo de caso. Dentre as técnicas de coleta de dados, serão utilizados multimétodos, tais como: observação participante, questionário sociodemográfico, rodas de conversa e entrevista de história de vida, cujos dados serão analisados pela Análise de Conteúdo de Bardin (2004).

2. METODOLOGIA: A proposta tem como delineamento metodológico a pesquisa qualitativa. Buscar-se-á na investigação a combinação de desenhos de pesquisa de caráter descritivo e exploratório, através do estudo de caso. Serão utilizados multimétodos e a triangulação das informações levantadas possibilitará a composição de análise crítica-reflexiva e interpretação aprofundada da realidade investigada (AYOUB; WALLACE; ZEPEDAMILLÁN,

2014). Para Fine et. al (2006), essa estratégia metodológica propiciará confrontar os dados obtidos por meio das diferentes fontes, possibilitando a emergência de contradições, rupturas e continuidades entre os discursos (re)produzidos pelas diferentes interlocutoras que participam do contexto pesquisado. O público alvo da pesquisa compreenderá mulheres rurais com idade igual ou superior a 18 anos das cidades de Muriaé, Rosário da Limeira, Barão do Monte Alto e Miradouro, que atuam e participam do Programa Agricultoras em

Movimento, desenvolvido pela rede de organizações: STR, COOPAF e CEIFAR-ZMA. A pesquisa de campo será dividida em três etapas e, por isso, o público será específico para cumprir com o objetivo de cada uma delas. Na primeira etapa, qualitativa, se refere a realização de observação participante nas atividades do Programa Agricultoras em Movimento, tendo por base o conhecimento prévio da pesquisadora com o campo pesquisado. Sendo assim, foram definidos como cenários iniciais de observação, especificamente, oficinas, encontros e mobilizações coletivas, vinculadas ao Programa Agricultoras em Movimento. É válido ressaltar que esses cenários podem ser ampliados, conforme necessidade observada pela pesquisadora, a partir da inserção no campo. Na segunda etapa, também qualitativa, serão realizados três encontros em formato de rodas de conversa, sendo que no primeiro será aplicado um questionário sociodemográfico, a fim de conhecer a realidade vivenciada pelas mulheres que participam ativamente do Programa Agricultoras em Movimento. Esta etapa contará com a participação de cerca de 8 a 12 mulheres rurais, sendo esse tamanho definido a partir de informações iniciais prestadas por uma liderança feminina local e seguindo as orientações teóricas para realização desta técnica. A pesquisadora contará com o auxílio de uma

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
 Bairro: Campus Universitário CEP: 36.570-077
 UF: MG Município: VIÇOSA
 Telefone: (31)3613-2316 E-mail: cep@ufv.br



Continuação do Parecer: 6.174.379

observadora, que também é psicóloga, para o registro de impressões complementares durante os encontros. Por fim, a terceira etapa, também qualitativa, refere-se à realização de entrevista em profundidade, na modalidade de história de vida, com a mulher que atua como liderança no Programa Agricultoras em Movimento, buscando conhecer sua história de vida e sua articulação com sua ação política, a fim de evidenciar as potencialidades e os desafios experimentados ao longo de sua trajetória. Para a realização desta etapa, a amostra será não-probabilística, por conveniência, uma vez que existe apenas uma mulher responsável à frente do Programa. No que se refere à análise dos registros em diário de campo, realizados durante o período de observação participante, bem como do conteúdo do questionário, transcrição na íntegra do conteúdo em áudio das rodas de conversa e da entrevista de história de vida, será utilizada a análise de conteúdo de Bardin (2004).

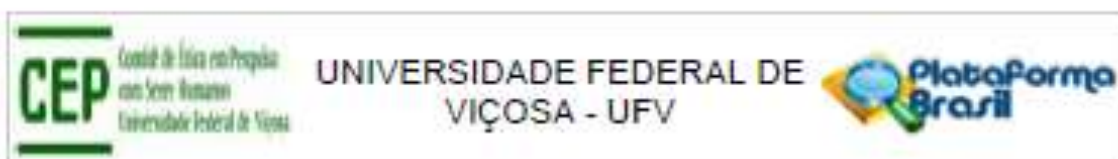
3. HIPÓTESES: Parte-se do pressuposto de que a divisão sexual do trabalho limita ou impede a participação das mulheres rurais em ações coletivas, tais como o Programa Agricultoras em Movimento. Além disso, tem-se como hipótese de que a participação em grupos e ações coletivas, tal como a proposta do Programa contribui para que as mulheres rurais possam repensar a tradicional divisão de papéis de gênero na família e no trabalho, bem como contribuir para que elas se reconheçam como coletividade, politizando os problemas antes tidos como individuais, por serem naturalizados na vida cotidiana (MACIAZEKI-GOMES, R. C. et al, 2016).

4. CRITÉRIOS DE INCLUSÃO/EXCLUSÃO:

Crêterios de Inclusão: Rodas de conversa: para a composiçãõ do grupo, serãõ utilizados os seguintes crêterios de inclusãõ: 1) participar regularmente das atividades desenvolvidas no Programa; 2) estar diretamente envolvida nas atividades; 3) ter idade de 16 anos ou mais; 4) residir em uma comunidade rural das regiões contempladas pelo Programa; 5) realizar ou jã ter realizado ao longo da vida atividades reprodutivas e produtivas no meio rural, seja para a subsistênciã e/ou para comercializaçãõ (artesanato, agricultura familiar, produçãõ de queijo, etc.); 6) Ser casada, divorciada, viúva ou em estã em uma uniãõ estãvel heterossexual. Entrevista: mulher que atua como liderançã do Programa Agricultoras em Movimento.

Crêterio de Exclusãõ: Os crêterios de exclusãõ serãõ: a) Participar de atividades desenvolvidas de

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
 Bairro: Campus Universitário CEP: 36.570-077
 UF: MG Município: VICOSA
 Telefone: (31)3612-2318 E-mail: cep@ufv.br



Continuação do Parecer: 6.174.379

forma esporádica; b) Estar vinculada apenas ao mercado.

Objetivo da Pesquisa:

De acordo com os pesquisadores,

Objetivo primário:

Analisar, a partir da percepção de mulheres rurais da Zona da Mata Mineira, que participam do Programa Agricultoras em Movimento, que desdobramentos sua participação neste programa tem produzido em suas vidas.

Objetivo secundário:

Descrever os cenários de ação do Programa Agricultoras em Movimento, enfatizando as dinâmicas relacionais e estratégias utilizadas pelos atores sociais anterior à pandemia da COVID-19 e as modificações realizadas devido a esta crise sanitária. Caracterizar o perfil sociodemográfico das mulheres rurais da Zona da Mata Mineira, vinculadas ao Programa Agricultoras em Movimento, destacando as vulnerabilidades que atravessam suas vidas.- Examinar os desdobramentos da participação das mulheres rurais no Programa Agricultoras em Movimento, identificando em que medida essa iniciativa mobiliza uma nova construção social e política acerca do papel da mulher rural no território estudado.- Analisar a história de vida da liderança do Programa Agricultoras em Movimento e a relação com sua ação política.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

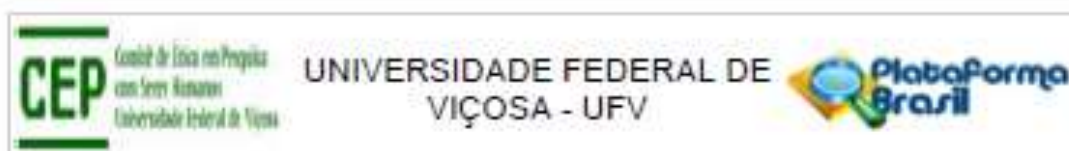
Os pesquisadores apresentam no formulário online da Plataforma os seguintes Riscos:

Os riscos envolvidos na pesquisa consistem em riscos mínimos; isto é, o mesmo risco existente em atividades rotineiras, como conversar, tomar banho, ler, etc. Apesar disso, você tem assegurado o direito a ressarcimento ou indenização no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa.

E os seguintes Benefícios:

Espera-se com a realização desta pesquisa contribuir para o reconhecimento das mulheres rurais como sujeitos políticos e para visibilidade de suas ações, a fim de fomentar ações e políticas públicas, que se desdobrem em melhores condições de vida e aumento da participação das mulheres em espaços de tomada de decisão.

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
 Bairro: Campus Universitário CEP: 36.570-077
 UF: MG Município: VIÇOSA
 Telefone: (31)3612-2316 E-mail: cep@ufv.br



Continuação do Parecer: 6.174.379

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Os pesquisadores propõem analisar, a partir da percepção de mulheres rurais da Zona da Mata Mineira, que participam do Programa Agricultoras em Movimento, que desdobramentos sua participação neste programa tem produzido em suas vidas. Para isso, serão utilizados multimétodos e a triangulação das informações levantadas possibilitará a composição de análise crítica-reflexiva e interpretação aprofundada da realidade investigada. Para a composição do grupo, serão utilizados os seguintes critérios de Inclusão: 1) participar regularmente das atividades desenvolvidas no Programa; 2) estar diretamente envolvida nas atividades; 3) ter idade de 18 anos ou mais; 4) residir em uma comunidade rural das regiões contempladas pelo Programa; 5) realizar ou já ter realizado ao longo da vida atividades reprodutivas e produtivas no meio rural, seja para a subsistência e/ou para comercialização (artesanato, agricultura familiar, produção de queijo, etc.); 6) Ser casada, divorciada, viúva ou em está em uma união estável heterossexual. Pelo cronograma, a coleta dos dados ocorrerá no segundo semestre de 2023 e primeiro semestre de 2024.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Considerações sobre os documentos apresentados pelo pesquisador:

Após os devidos ajustes, a versão modificada do protocolo estão com os documentos que atendem as recomendações sobre pesquisas com seres humanos, baseados nas Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.

Recomendações:

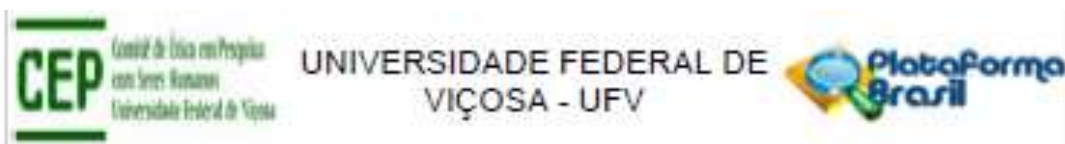
Quando da coleta de dados, o TCLE deve ser elaborado em duas vias, rubricado em todas as suas páginas e assinado, ao seu término, pelo convidado a participar da pesquisa ou responsável legal, bem como pelo pesquisador responsável, ou pessoa(s) por ele delegada(s), devendo todas as assinaturas constar na mesma folha.

Não é necessário apresentar os TCLEs assinados ao CEP/UFV. Uma via deve ser mantida em arquivo pelo pesquisador e a outra é do participante da pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado.

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
 Bairro: Campus Universitário CEP: 36.570-077
 UF: MG Município: VICOSA
 Telefone: (31)3612-2316 E-mail: cep@ufv.br



Continuação do Parecer: 8.174.379

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Os pesquisadores propõem analisar, a partir da percepção de mulheres rurais da Zona da Mata Mineira, que participam do Programa Agricultoras em Movimento, que desdobramentos sua participação neste programa tem produzido em suas vidas. Para isso, serão utilizados multimétodos e a triangulação das informações levantadas possibilitará a composição de análise crítica-reflexiva e interpretação aprofundada da realidade investigada. Para a composição do grupo, serão utilizados os seguintes critérios de Inclusão: 1) participar regularmente das atividades desenvolvidas no Programa; 2) estar diretamente envolvida nas atividades; 3) ter idade de 18 anos ou mais; 4) residir em uma comunidade rural das regiões contempladas pelo Programa; 5) realizar ou já ter realizado ao longo da vida atividades reprodutivas e produtivas no meio rural, seja para a subsistência e/ou para comercialização (artesanato, agricultura familiar, produção de queijo, etc.); 6) Ser casada, divorciada, viúva ou em está em uma união estável heterossexual. Pelo cronograma, a coleta dos dados ocorrerá no segundo semestre de 2023 e primeiro semestre de 2024.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Considerações sobre os documentos apresentados pelo pesquisador:

Após os devidos ajustes, a versão modificada do protocolo estão com os documentos que atendem as recomendações sobre pesquisas com seres humanos, baseados nas Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.

Recomendações:

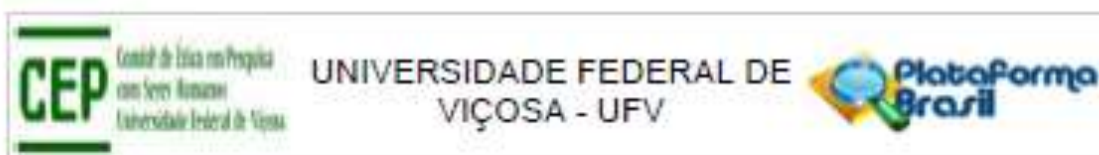
Quando da coleta de dados, o TCLE deve ser elaborado em duas vias, rubricado em todas as suas páginas e assinado, ao seu término, pelo convidado a participar da pesquisa ou responsável legal, bem como pelo pesquisador responsável, ou pessoa(s) por ele delegada(s), devendo todas as assinaturas constar na mesma folha.

Não é necessário apresentar os TCLEs assinados ao CEP/UFV. Uma via deve ser mantida em arquivo pelo pesquisador e a outra é do participante da pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado.

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
 Bairro: Campus Universitário CEP: 36.570-077
 UF: MG Município: VICOSA
 Telefone: (31)3612-2316 E-mail: cep@ufv.br



Continuação do Parecer: 6.174.379

Ausência	Termo_de_consentimento_livre_esclarecido.pdf	26/04/2023 15:37:10	Maria das Dores Saralva de Loreto	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Autorizacao_assinada.pdf	26/04/2023 15:34:45	Maria das Dores Saralva de Loreto	Aceito
Orçamento	Orçamento.pdf	26/04/2023 15:18:00	Maria das Dores Saralva de Loreto	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	26/04/2023 15:16:46	Maria das Dores Saralva de Loreto	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

VICOSA, 11 de Julho de 2023

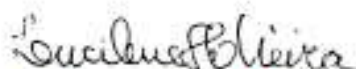
Assinado por:
Gullherme de Azambuja Pussieldi
(Coordenador(a))

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
Bairro: Campus Universitário CEP: 36.570-977
UF: MG Município: VICOSA
Telefone: (31)3612-2318 E-mail: cep@ufv.br

ANEXO C – Declaração de revisão ortográfica e gramatical**DECLARAÇÃO**

Declaro, para os devidos fins, que fiz a revisão de português da tese intitulada "Entre dores e potências: uma análise das experiências e participação das mulheres rurais no Programa Agricultoras em Movimento da Zona da Mata Mineira", de autoria de Maira Ribeiro de Souza.

Juiz de Fora, 11 de maio de 2025.



LUCILENE SANTOS LIMA VIEIRA

Revisora de textos – Graduada em Letras, Especialista em Ensino da Língua Portuguesa e Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF

e-mail: 099vieira@gmail.com

Telefone: (32) 98805-2502